



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 647

Sexta-feira - 31 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Campo Alegre .....	3
Campos Novos.....	31
Capinzal .....	31
Catanduvas.....	32
Chapadão do Lageado .....	105
Concórdia .....	106
Ermo .....	108
Fraiburgo.....	109
Garopaba.....	130
Imbituba .....	145
Iomerê .....	185
Irineópolis .....	186
Joaçaba.....	187
Luzerna .....	196
Massaranduba.....	199
Meleiro .....	200
Monte Carlo .....	218
Paial.....	219
Porto Belo.....	219
Porto União.....	219
Rio do Sul.....	226
Salto Veloso.....	227
São Lourenço do Oeste.....	231
São Pedro de Alcântara.....	232
Turvo .....	233
Videira.....	233

### Consórcios

CINCO.....	234
------------	-----

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 177/2010

DECRETO Nº 177/2010 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.121.13 (quarenta e três mil cento e vinte e um reais e treze centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Educação e do Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesa, com as seguintes classificações orçamentárias:

#### 05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.0.1.0001/59 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

##### 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0036.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.0.1.0000/81 Aplicações Diretas R\$ 1.315,00

##### 04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.3.90.00.0.1.0000/95 Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0.1.0058/64 Aplicações Diretas R\$ 273,26

#### 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

##### 01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.0.1.0000/111 Aplicações Diretas R\$ 345,00

15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

3.3.90.00.0.1.0054/121 Aplicações Diretas R\$ 8.900,00  
3.3.90.00.0.1.0056/123 Aplicações Diretas R\$ 11.067,87

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

4.4.90.00.0.1.0000/129 Aplicações Diretas R\$ 14.620,00  
TOTAL R\$ 43.121,13

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº 179/2010

DECRETO Nº 179/2010 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010  
"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros:

I - Joelma Tonial, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 767.697.209-49.

II - Marinês Casagende Tonial, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 518.029.969-15.

III - Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público efetivo do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 005.614.419-95.

IV - Gláucia Regina Varaschin, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 006 597 239-21.

V - Tania Caron dos Santos, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 028.668.909-06;

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações, será exercida pela senhora Tânia Caron dos Santos, e o secretário será o senhor Cristiano Savaris da Silva.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 199/2009, de 30/12/2009, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

### Decreto Nº.178/2010

DECRETO Nº 178/2010 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 1.846/2009 de 08 de dezembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846/09 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.945,00 (Vinte e um mil, novecentos e quarenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a manutenção da Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes, Obras e Infra-Estrutura Rural, Departamento de Urbanismo e Administração Geral.

Art. 2º. Fica suplementado os elementos de despesa, com a seguinte classificação orçamentárias:

#### 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

#### 04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS

3.1.90.00.0.1.0000/13 Aplicações Diretas	195,00
3.3.90.00.0.1.0000/15 Aplicações Diretas	4.500,00
4.4.90.00.0.1.0000/16 Aplicações Diretas	16.050,00

#### 04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

##### 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

#### 20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.1.90.00.0.1.0000/31 Aplicações Diretas	445,00
3.3.90.00.0.1.0000/33 Aplicações Diretas	2.000,00

#### 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

##### 01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

#### 26.782.0055.2.050 MANUT.DA SEC.DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.0.1.0000/143 Aplicações Diretas	5000,00
---	---------

TOTAL 28.190,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 6.334 de 29 de Dezembro de 2010

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.334 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 009/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Homologar a Resolução da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 009/2010, Resolução de nº 001/2010 de 28 de dezembro de 2010, anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete de Gabinete

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
(EDITAL Nº 009/2010)

RESOLUÇÃO 001/2010

Considerando a necessidade de se estabelecer normas para a consecução dos serviços da empresa contratada através do Processo Licitatório n. 117/2010, esta Comissão, constituída pelo Decreto Municipal n. 6.323/10, no uso de suas atribuições, RESOLVE instituir as seguintes diretrizes:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- A investidura dos candidatos classificados em cargos públicos municipais será autorizada por ato próprio do Prefeito Municipal, possuindo natureza estritamente temporária, em face de excepcional interesse público.

Art.2º - O Processo Seletivo Simplificado, de que trata a presente resolução, será de Provas Escritas e Títulos, conforme o caso.

Art. 3º - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, a contar da Publicação da Homologação dos resultados, prorrogável por igual período.

Art. 4º - A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não gera direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

#### CAPÍTULO II

##### DO REGULAMENTO ESPECIAL

Art. 5º - A empresa contratada para executar os serviços relacionados ao processo seletivo de que trata a presente resolução, elaborará edital contendo, no mínimo, as seguintes informações aos candidatos:

- a) O número de vagas oferecidas, inclusive as reservadas para pessoas portadoras de deficiência;
- b) Denominação dos cargos ofertados, com suas respectivas atribuições, a carga horária, a escolaridade mínima e a habilitação exigida, o valor do vencimento, indicando a lei que autorizou sua criação;
- c) O tipo de processo seletivo, se de provas, ou de provas e títulos;
- d) Os títulos que poderão ser computados para efeito de classificação e a atribuição de sua pontuação;
- e) As condições para inscrição e provimento do cargo;
- f) Tipo, natureza e programa das provas;
- g) A forma de julgamento das provas e dos títulos;
- h) Os critérios e os níveis de habilitação e classificação;
- i) Os critérios de desempate;
- j) O prazo das inscrições;
- k) A forma de comprovação dos requisitos para inscrição;
- l) A forma e prazo para apresentação de recursos;

Art. 6º - Os prazos deste regulamento poderão ser prorrogados a juízo do Prefeito Municipal, através da publicidade prévia e ampla.

#### CAPÍTULO III

##### DAS INSCRIÇÕES

Art. 7º - A abertura de Processo Seletivo far-se-á por Edital que mencione o prazo de inscrições, nunca inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 8º - As inscrições serão efetuadas pelo próprio candidato ou procurador legalmente habilitado com poderes especiais, mediante o preenchimento de uma ficha de inscrição, fornecida pela empresa contratada para a execução do Processo Seletivo Simplificado 009/2010.

Art. 9º - Após o preenchimento da ficha de inscrição o candidato deverá anexar fotocópias dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 009/10.

Art. 10 - Será permitido aos candidatos a inscrição para até 02 (dois) cargos, devendo a empresa contratada viabilizar a realização de mais de uma prova para os candidatos, quando for o caso, conforme inscrição prévia, respeitado o tempo mínimo de 02 (duas) horas para a realização cada prova.

Art.11 - A taxa de inscrição será de R\$ 30,00 (trinta reais) por cargo.

Parágrafo único - No ato de inscrição o candidato receberá um protocolo para cada inscrição efetuada, sem o(s) qual(is) não lhe será permitido realizar a(s) prova(s).

Art. 12 - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo o candidato/procurador apresentar todos os documentos por ocasião de preenchimento da ficha de inscrição.

Art. 13 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.

Art.14 - As inscrições efetuadas significarão aceitação por parte do candidato, de todas as disposições deste regulamento e demais atos que forem baixados.

Art. 15 - As inscrições serão recebidos pela comissão do Processo Seletivo Simplificado 009/2010, cabendo ao seu Presidente a sua

homologação.

Art. 16 - Encerrado o prazo das inscrições, será publicada a relação dos candidatos com as inscrições homologadas.

#### CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 009/ 2010

Art. 17 - A presente Comissão, no uso de suas atribuições, emitirá parecer acerca de recursos apresentados de suas decisões e supervisionará a realização do processo seletivo de que trata a presente resolução.

#### CAPÍTULO V DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

Art. 18 - As provas elaboradas pela empresa contratada deverão conter questões objetivas de múltipla escolha, com alternativas de "a" a "e", das quais somente 1 (uma) deverá ser a correta, sendo 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e 10 (dez) de conhecimentos específicos.

Parágrafo único - Quando se tratar de candidato inscrito em dois cargos distintos, a prova de conhecimentos gerais será aplicada uma única vez, valendo para a composição da nota relativa aos dois cargos, salvo impossibilidade devidamente justificada pela empresa contratada, que deverá, então, apresentar outra solução que não importe em acréscimo do valor de seu contrato com a Municipalidade.

Art. 19 - A aplicação das provas será no dia 12 (doze) de fevereiro de 2011, no horário das 8:00h às 12:00h, devendo o candidato se fazer presente com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência.

Art. 20 - Somente será admitido para a realização da prova o candidato que apresentar no ato, o protocolo de inscrição juntamente com a carteira de identidade (RG) ou outro documento oficial com foto (CNH, CTPS etc).

Art. 21- Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do processo seletivo.

Art.22 - Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo Edital 009/2010:

a) Comunicar-se com os demais candidatos, ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos, uso de calculadora e celular, salvo as fontes informativas que forem declaradas no regulamento especial do Processo Seletivo.

b) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais e na presença de fiscal.

Art. 23 - As salas de prova serão fiscalizadas por pessoal especialmente designados por ato do Prefeito Municipal, vedado o ingresso de pessoas estranhas ao Processo Seletivo.

Art. 24 - As provas escritas e gabaritos contendo as respostas do candidato, serão identificadas apenas com o número de inscrição.

§ 1º - A assinatura do candidato será lançada em folha separada que terá o número da inscrição repetido na prova.

§ 2º - As folhas de identificação depois de colocadas em sobre-carta fechada e rubricada ficarão sob guarda do presidente da

comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital 009/2010.

§ 3º - Somente após a conclusão do julgamento serão identificados, em ato público, os aprovados e anunciados por edital.

Art. 25 - Os títulos serão devidamente comprovados e deverão guardar direta relação com as atribuições dos cargos no Processo Seletivo.

#### CAPÍTULO VI DO JULGAMENTO

Art. 26 - A empresa contratada deverá apresentar proposta á esta comissão, indicando a pontuação que será atribuída às respostas corretas assinaladas pelos candidatos e aos títulos apresentados na forma do edital, bem como, quanto a eventuais fórmulas aritméticas para aferição das notas, com sistemas de peso diferenciado para a prova de conhecimentos específicos, se for o caso.

Parágrafo único - A proposta apresentada pela empresa, nos termos do caput, deverá ainda prever a desclassificação dos candidatos que não obtiverem nota mínima a ser estabelecida em conjunto com esta Comissão.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 27 - Terminada a avaliação das provas e títulos, serão as notas publicadas.

Art. 28 - Compete ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados do Processo Seletivo, a vista do resultado apresentado pela comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital 009/2010, dentro de no máximo 10 dias, contados da publicação do resultado final.

Art. 29 - A contratação dos candidatos obedecerá a ordem rigorosa de classificação.

§ 1º - Em caso de empate na classificação, terão preferência, sucessivamente os candidatos que satisfizerem as condições estabelecidas no Edital Processo Seletivo Edital 009/2010.

Art. 30 - Aos candidatos serão assegurados meios amplos de recursos nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou globais, e homologação do Processo Seletivo.

Art. 31- Interposto o recurso o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem.

#### CAPÍTULO VIII DO CRONOGRAMA

Art. 32 - O cronograma contendo as datas a serem observadas pela empresa contratada para a realização do Processo Seletivo n. 009/2010, consta do Anexo Único da presente resolução.

Parágrafo único - Eventuais alterações no cronograma deverão ser solicitadas pela empresa contratada, para aprovação da Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre, desde que respeitado o prazo final estabelecido no referido anexo.

#### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital 009/2010, ou empresa contratada para este fim "ad referendum" do Prefeito Municipal.



Campo Alegre/SC, 28 de dezembro de 2010.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital 009/2010

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO

\_\_\_\_\_  
MARIA MAURENE OTTAVAGEN MAY

\_\_\_\_\_  
ROSANI APARECIDA DA SILVA

\_\_\_\_\_  
SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS

ANEXO I  
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 009/2010

EVENTO	DATA	LOCAL
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	DE 10 DE JANEIRO A 28 DE JANEIRO DE 2011	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PRAZO FINAL PARA ENTREGA DE LAUDO MÉDICO ATESTANDO A ESPÉCIE E O GRAU DE DEFICIÊNCIA PARA CANDIDATOS INTERESSADOS EM CONCORRER PARA VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	DIA 31 DE JANEIRO DE 2011	LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES VÁLIDAS	DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>
PERÍODO PARA PROTOCOLO DE RECURSOS DE EVENTUAIS INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS	DIAS 03 E 04 DE FEVEREIRO DE 2011	EXCLUSIVAMENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE EVENTUAIS RECURSOS RELATIVO AS INSCRIÇÕES	DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>
DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DA PROVA DE TÍTULOS	DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
PROVA ESCRITA E OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS	DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2011	E.E.B. LEBON RÉGIS
PERÍODO PARA PROTOCOLO DE RECURSOS QUANTO AS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA	DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2011	EXCLUSIVAMENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL
DIVULGAÇÃO DO GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>
PERÍODO PARA PROTOCOLO DE RECURSOS QUANTO AOS GABARITOS	DIAS 17 E 18 DE FEVEREIRO DE 2011	EXCLUSIVAMENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL

DIVULGAÇÃO DE NOVOS GABARITOS ( SE FOR O CASO)	DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO	DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2011	IMPRENSA E MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>
PERÍODO PARA PROTOCOLO DE PEDIDO DE REVISÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO	DIAS 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2011	EXCLUSIVAMENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL	DIA 04 DE MARÇO DE 2011	IMPRENSA, MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO SITE: <a href="http://www.campoalegre.sc.gov.br">www.campoalegre.sc.gov.br</a>

### Decreto Nº 6.262 de 11 de Novembro de 2010

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.262 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2010 (sexta-feira), voltando com expediente normal nos dias 27 de dezembro de 2010 (segunda-feira) e 03 de janeiro de 2011 (segunda-feira) respectivamente.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 11 de novembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 6.288 de 02 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 6.288 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo

7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.535 de 16 de dezembro de 2009, em seu Artigo 10; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.028 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.119 - Aplicações Diretas  
 339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
 R\$ 2.400,00  
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 R\$ 1.000,00  
 TOTAL R\$ 3.400,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.028 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.119 - Aplicações Diretas  
 339039.00.129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 R\$ 1.000,00  
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 R\$ 2.400,00  
 TOTAL R\$ 3.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.296 de 08 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 6.296 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.636; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 24.621,25 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais, vinte e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
 03.01 - Serviço de Administração

2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339091.00.136 - Sentenças Judiciais R\$ 5.000,00  
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças  
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário  
 2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 R\$ 1.000,00  
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado  
 R\$ 6.661,25  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 60,00  
 08.02 - Serviço de Transporte e Frota  
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 10.900,00  
 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
 2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar  
 300000.00.152 - Despesas Correntes  
 330000.00.152 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.152 - Aplicações Diretas  
 339030.00.152 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
 TOTAL R\$ 24.621,25

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
 03.01 - Serviço de Administração  
 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 397,69  
 339093.00.136 - Indenizações e Restituições R\$ 2.777,46  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 1.824,85  
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças  
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário  
 2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças  
 300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.134 - Despesas Correntes  
 310000.00.134 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.134 - Aplicações Diretas  
 319011.00.134 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 3.996,75  
 319011.00.135 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 2.664,50  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.111 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
 R\$ 60,00  
 08.02 - Serviço de Transporte e Frota  
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
 R\$ 2.900,00  
 08.02 - Serviços de Transporte e Frota  
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente  
 R\$ 8.000,00  
 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
 2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar  
 300000.00.152 - Despesas Correntes  
 330000.00.152 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.152 - Aplicações Diretas  
 339036.00.152 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
 R\$ 1.000,00  
 TOTAL R\$ 24.621,25

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2010.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.298 de 14 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
 DECRETO Nº 6.298 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010  
 APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

### **DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2011.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 3.651 de 14 de dezembro de 2010; DECRETA:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que Estima a Receita em R\$ 54.731,96 (cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais, noventa e seis centavos), fixa a Despesa em R\$ 196.651,36 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais, trinta e seis centavos) para o exercício de 2011.

Art.2º) As Despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

#### **II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 - Assistência Social R\$ 196.651,36

#### **IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 188.451,36

3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 188.451,36

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 8.200,00

4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS R\$ 8.200,00

TOTAL R\$ 196.651,36

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.327 de 21 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº 6.327 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.643 de 09 de novembro de 2010; DECRETA:  
 Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.700,00 (trinta e quatro mil, setecentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviço de Administração

2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339013.00.136 - Contribuições Patronais R\$ 1.000,00



05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado  
 R\$ 1.000,00  
 319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 2.000,00  
 319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 5.500,00  
 319113.00.141 - Contribuições Patronais R\$ 2.000,00  
 05.03 - Serviço de Educação Infantil  
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 20.000,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319016.00.136 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil  
 R\$ 3.200,00  
 TOTAL R\$ 34.700,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
 03.01 - Serviço de Administração  
 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319004.00.136 - Contratação Por Tempo Determinado  
 R\$ 1.000,00  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.141 - Despesas Correntes  
 310000.00.141 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.141 - Aplicações Diretas  
 319004.00.141 - Contratação por Tempo Determinado  
 R\$ 4.890,98  
 319013.00.139 - Obrigações Patronais R\$ 2.491,23  
 319013.00.141 - Obrigações Patronais R\$ 3.117,79  
 05.03 - Serviço de Educação Infantil  
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado  
 R\$ 3.991,58  
 319004.00.141 - Contratação por Tempo Determinado  
 R\$ 2.008,42  
 319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 14.000,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento,

Transporte e Obras.

300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 3.200,00  
 TOTAL R\$ 34.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.329 de 21 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.329 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.535 de 16 de dezembro de 2009, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil duzentos reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
 300000.00.152 - Despesas Correntes  
 310000.00.152 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.152 - Aplicações Diretas  
 319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 6.500,00  
 319113.00.152 - Contribuições Patronais R\$ 1.200,00  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.119 - Aplicações Diretas  
 339046.00.119 - Auxílio Alimentação R\$ 2.500,00  
 TOTAL R\$ 10.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.119 - Aplicações Diretas  
 319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
 R\$ 10.200,00  
 TOTAL R\$ 10.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,





revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 6.332 de 23 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 6.332 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO  
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2010.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2010 – para os Cargos: Médico IV; Instrutor de Informática, conforme abaixo relacionados:

#### MÉDICO IV

Nº INS- CRI ÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMEN- TO	TEMPO DE SER- VIÇO	ESPE- CIALI- ZAÇÃO	COLOCA- ÇÃO
01	LUCIANO DORNELLES SALERNO	14/11/1975	3,3		1º
02	ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON	11/07/1978		1 PONTO	2º
03	DIOGO MARTINEZ CAS- TELLON	29/12/1930			3º

#### INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Nº INS- CRI ÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMEN- TO	TEMPO DE SERVIÇO	FI- LHOS	COLOCA- ÇÃO
11	ADRESSA BRAZ DE OLI- VEIRA	28/12/1982	1,2 PON- TOS		1º
02	PRISCILA EINLOFT	14/10/1985	0,85 PON- TOS		2º
01	DOUGLAS ALEXANDRE KONEFAL	25/06/1979	0,6 PON- TOS		3º
05	CRISTIAN ADRIANO GRUBER	21/09/1975			4º
14	GILSON FÁBIO GAVA	04/12/1980			5º
08	SANDRA PETERS	03/03/1981			6º
04	MIRIAN BALAN	31/08/1983			7º
13	ELIZABETH GREIN WELTER	11/08/1987		1	8º

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade das Secretarias Municipais de Saúde e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 6.333 de 23 de Dezembro de 2010

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.333 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. LUCIANO DORNELLES SALERNO, Médico IV, matrícula nº 954854, a partir de 23 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 6.335 de 30 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 6.335 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010  
"CANCELA DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADA NO EXERCÍCIO DE 2009, PORÉM, NÃO CONSUMADO O IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições: da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, com fulcro no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/1964, considerando não haver ocorrido o

implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

#### DECRETA:

Art.1º) Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2009, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no Balanço Geral do deste Município.

§ 1º) Os Restos a Pagar a que se refere o caput deste Artigo fazem parte integrante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

§ 2º) Os créditos cancelados citados no caput deste Artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/1964, são anulados por ausência dos implementos de condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do Balanço do exercício de 2009, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 30 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete de Gabinete

Empenho	Data Emissão	Nome do Credor	Saldo a Pagar
<b>0136 - Recursos Ordinários</b>			
000041/09	02/01/2009	DISSUPRI SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 30,70
000065/09	02/01/2009	EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA	R\$ 678,75
000133/09	15/01/2009	CCF CONSULTORES LTDA	R\$ 627,71
000514/09	18/02/2009	ADÃO PADILHA (BORRACHARIA JK)	R\$ 538,00
000864/09	20/03/2009	ELETRO PEÇAS SÃO BENTO LTDA	R\$ 17,62
000931/09	27/03/2009	H2O RADIADORES LTDA	R\$ 34,00
001069/09	01/04/2009	FRANCISCO KUHNEN NETO	R\$ 31,00
001147/09	14/04/2009	SERRALHERIA J. HAVERROTH LTDA ME.	R\$ 66,00
001305/09	24/04/2009	ELETRO PEÇAS SÃO BENTO LTDA	R\$ 60,00
001318/09	27/04/2009	SERRALHERIA J. HAVERROTH LTDA ME.	R\$ 10,32
001449/09	13/05/2009	VIDA SEGURADORA S.A.	R\$ 34,95
001589/09	29/05/2009	LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME.	R\$ 1.750,50
001853/09	23/06/2009	SERRALHERIA J. HAVERROTH LTDA ME.	R\$ 6,00
002031/09	03/07/2009	GRAFISUL ARTES GRÁFICAS LTDA	R\$ 149,00
002058/09	08/07/2009	ADÃO PADILHA (BORRACHARIA JK)	R\$ 381,00
002337/09	05/08/2009	AGRO COMERCIAL SAO JOAO LTDA	R\$ 44,80

002396/09	17/08/2009	KARTION COM. PAPELARIA REPRESENTAÇÕES LTDA.	R\$ 30,00
002566/09	31/08/2009	PAULINHO ESCAPAMENTOS LTDA	R\$ 165,00
002572/09	31/08/2009	G. MAIOCHI & CIA. LTDA (MATRIZ).	R\$ 360,00
002576/09	31/08/2009	ELETRO PEÇAS SÃO BENTO LTDA	R\$ 16,50
002577/09	31/08/2009	ELETRO PEÇAS SÃO BENTO LTDA	R\$ 16,50
002663/09	11/09/2009	ELETRO PEÇAS SÃO BENTO LTDA	R\$ 25,00
002910/09	07/10/2009	MARCOS ERNESTO BACHTOLD	R\$ 80,00
002948/09	14/10/2009	DISSUPRI SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 80,00
002973/09	20/10/2009	PANIFICADORA PAULI LTDA	R\$ 60,00
002986/09	21/10/2009	COM. E DISTR. AGUA E GAS C. ALEGRE LTDA.	R\$ 38,00
003138/09	03/11/2009	DJONI JACSON HENKLEIN	R\$ 288,00
003165/09	06/11/2009	SUPERMERCADO PARAISO LTDA	R\$ 276,16
003169/09	09/11/2009	COM DE INSTRUMENTOS MUSICAIS ICLEIA DELLAGIUSTINA	R\$ 48,00
003192/09	16/11/2009	ANANIAS JOSE DA SILVA	R\$ 15,00
003193/09	16/11/2009	ANANIAS JOSE DA SILVA	R\$ 65,00
003205/09	17/11/2009	AGRO CAMPO IRMÃOS SOUZA AGROPECUÁRIA LTDA	R\$ 90,00
003258/09	24/11/2009	AGRO COMERCIAL SAO JOAO LTDA	R\$ 90,00
003264/09	24/11/2009	LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME	R\$ 82,50
003268/09	24/11/2009	LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME	R\$ 63,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 6.349,01</b>
<b>0152 - Recursos Policia Civil</b>			
000135/09	19/01/2009	METAL MAIA LTDA ME	R\$ 352,00
001460/09	14/05/2009	METAL MAIA LTDA ME	R\$ 125,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 477,00</b>
<b>0519 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Ens Infan</b>			
001150/09	14/04/2009	OSVALDO DYBAS	R\$ 175,00
002367/09	12/08/2009	METROWEB TELEINFORMATICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	R\$ 102,54
002610/09	08/09/2009	OSVALDO DYBAS	R\$ 280,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 557,54</b>
<b>0520 - Radio Patrulha - Policia Militar</b>			
002392/09	17/08/2009	MECÂNICA IRMÃOS GROSS LTDA ME	R\$ 95,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 95,00</b>
<b>0757 - Taxa FUNREBOM</b>			
002141/09	20/07/2009	COMERCIAL E INSTALADORA ELETRO ELETRONICA LTDA.	R\$ 1.300,00
002619/09	09/09/2009	SERRALHERIA J. HAVERROTH LTDA ME.	R\$ 40,00
002856/09	28/09/2009	FRANCISCO KUHNEN NETO	R\$ 20,00
003225/09	19/11/2009	LUIZ EDUARDO DRANCKA - ME.	R\$ 60,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.420,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 8.898,55</b>

#### Portaria Nº 7.911 de 23 de Dezembro de 2010

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.911 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de Férias a Agente Operacional I - MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, matrícula nº 000251,

referente ao período aquisitivo 09 de maio de 2008 á 08 de maio de 2009.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 08 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.912 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.912 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Médico II - RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, matrícula nº 000549, referente ao período aquisitivo: 06 de maio de 2010 á 05 de maio de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.913 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.913 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Técnica em Enfermagem - ROSECLÉIA BRUSKE JUNG, matrícula nº 000424, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2009 á 30 de junho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 25 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.914 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.914 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Fiscal de Vigilância Sanitária - SANDRO BUENO FRANCO, matrícula nº 274, referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2009 á 31 de julho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.915 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.915 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias a Técnica em Enfermagem - SIRLONE DE SOUZA, matrícula nº 000428, referente aos períodos aquisitivos: 01 de agosto de 2008 á 31 de julho de 2009 = 10 (dez) dias; 01 de agosto de 2009 á 31 de julho de 2010 = 05 (cinco) dias.

Parágrafo único: Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2009 á 31 de julho de 2010.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 10 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.916 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.916 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Auxiliar de Odontologia - SIRLEI APARECIDA CARVALHO, matrícula nº 000592, referente ao período aquisitivo 11 de março de 2010 á 31 de dezembro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.917 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.917 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Operacional I - TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS FICKNER, matrícula nº 358, referente ao período aquisitivo 07 de julho de 2009 á 06 de julho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.918 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.918 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Técnica em Enfermagem



- VANESSA MIRIAM NEUBAUER, matrícula nº 000441, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2009 à 15 de setembro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 à 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.919 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.919 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Odontóloga - VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, matrícula nº 0243, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 à 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.920 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.920 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Administrativo II - ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, matrícula nº 282, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2009 à 14 de abril de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 à 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.921 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.921 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - ANA LUIZA DE LIMA, matrícula nº 954861, referente ao período aquisitivo: 08 de setembro de 2010 à 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 à 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.922 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.922 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - EDILAINE CAMARGO CUBAS, matrícula nº 954783, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.923 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.923 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - ELISABETE PERPÉtua DOS SANTOS, matrícula nº 954635, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010 = 15 (quinze) dias.

Parágrafo único: Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de

2010.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 25 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.924 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.924 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - INES MICKUS CANDIDO, matrícula nº 954676, referente ao período aquisitivo: 08 de setembro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.925 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.925 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

**DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - JAQUELINE DOS SANTOS, matrícula nº 000534, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010 = 20 (vinte) dias.

Parágrafo único: Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.926 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.926 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - LARA BELANDRINO, matrícula nº 000556, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.927 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.927 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Agente Comunitário de Saúde - LAURO STAROWSKI, matrícula nº 000554, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.928 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.928 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - MARIA ELIZABETE ALEXANDRE, matrícula nº 000554, referente ao período aquisitivo: 06 de outubro de 2009 á 05 de outubro de 2010.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.929 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.929 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - MONICA BERTA BORGES, matrícula nº 954760, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 25 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.930 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.930 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de Férias a Agente Comunitário

de Saúde - NILDA VIEIRA DE LIMA, matrícula nº 954664, referente ao período aquisitivo: 08 de julho de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 08 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.931 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.931 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - SOENI CARDOSO BORGES, matrícula nº 954863, referente ao período aquisitivo: 08 de setembro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 7.932 de 23 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.932 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - TERESINHA BAECHTOLD DE OLIVEIRA, matrícula nº 000555, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.933 de 29 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.933 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE  
PATRIMONIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Chefe do Serviço de Patrimonio, Segurança, Protocolo e Arquivo - LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, matrícula nº 000093, referente ao período aquisitivo: 01 de março de 2009 á 28 de fevereiro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe do Serviço de Patrimonio, Segurança, Protocolo e Arquivo, gozará as férias no período de 03 de janeiro de 2011 á 22 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.934 de 29 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.934 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Motorista - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, matrícula nº 000122, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2009 á 14 de abril de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor, gozará as férias no período de 03 de janeiro de 2011 á 22 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.935 de 29 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.935 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional II - ILÁRIO DE SOUZA, matrícula nº 000584, referente ao período aquisitivo: 23 de setembro de 2009 á 22 de setembro de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor, gozará as férias no período de 03 de janeiro

de 2011 á 22 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.936 de 29 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.936 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO

DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2009 á 31 de julho de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde, gozará as férias no período de 03 de janeiro de 2011 á 12 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.937 de 29 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.937 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de Férias a Agente Operacional I - SOLANGE DE FÁTIMA TELMA SOUZA, matrícula nº 000536, referente ao período aquisitivo: 10 de março de 2009 á 09 de março de 2010, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora, gozará as férias no período de 03 de janeiro de 2011 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Termo Aditivo Nº 7**

TERMO ADITIVO Nº 7

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato de Comodato de Equipamento Odontológico, firmado na data de 30/09/2002, registrado sob o nº 95838, tendo de um lado o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI/DR/SC - Entidade de Direito Privado, de Educação e Assistência Social, sem fins lucrativos, neste ato representado pela sua Gerente Regional do Planalto Norte, Sra. ROZANE L ZEMANN, denominado SESI; e, de outro, o, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, possuidor do CNPJ/MF nº 01.941.360/0001-50, estabelecido na cidade de Campo Alegre/SC, representado por, Sr. DEODATO RAUL HRUSCHKA, brasileiro, casado, portador de CPF de nº 004.238.669-15 domiciliado e residente na cidade de São Bento do Sul/SC, na melhor forma de direito as partes acima qualificadas, através de seus representantes legais, resolvem de comum acordo, alterar a Cláusula Primeira - do Objeto, do respectivo instrumento, que passa a ter a seguinte redação:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é o comodato de equipamentos de propriedade do SESI para uso da PREFEITURA, com a finalidade de viabilizar o atendimento Odontológico, destinado 50 % do atendimento à classe Industriaria e 50 % à população Campo-Alegrense.

- Trailer Turiscar Chassi 000953 LZR-7295 - Patrimônio 6416;
- Fotopolimerizador Daby Atlante - Patrimônio 1607;
- Mocho Odontológico Marca Olsen - Patrimônio 6414;
- Aparelho de Ar Condicionado Consul - Patrimônio 6415;
- Refrigerador Consul - Patrimônio 6418;
- Equipo Odontológico - Patrimônio 6419;
- Refletor odontológico - Patrimônio 6420;
- Unidade Auxiliar - Patrimônio 6421;
- Cadeira Odontológica - Patrimônio 6422;
- Estufa Olidef - Patrimônio 117920;

- Amalgamador Digamat - Patrimônio 117921;
- Compressor de Ar Dabi Atlante - Patrimônio 117922;

Continuam inalteradas as demais disposições contratuais.

São Bento do Sul/SC, 25 de Janeiro de 2010.

ROZANE L ZEMANN

Gerente Regional do Planalto Norte

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

TATIANA BOTELHO ANÃÑÃ BRIXI

1ª Testemunha

CPF: 031.111.179-36

2ª Testemunha

CPF:

### **Convênio Nº 03/2010**

CONVÊNIO Nº 03/2010

CONVÊNIO que entre si firmam FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE/FURJ, situada no Bairro Bom Retiro, no Campus Universitário s/n, em JOINVILLE/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.714.682/0001-94, mantenedora da UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE/UNIVILLE, com Campi nesta cidade e em São Bento do Sul/SC, bem como a unidade de São Francisco do Sul/SC, representadas pela Professora BERENICE ROCHA ZABBOT GARCIA, Pró - Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, doravante denominada INSTITUIÇÃO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre, Estado de Santa Catarina representado pelo Sr. VILMAR GROSSKOPF, Prefeito Municipal, doravante denominado CONCEDENTE, tendo em vista a Lei nº 3.607/10, firmam o presente CONVÊNIO, convencionando as cláusulas e condições seguintes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Este CONVÊNIO tem por objeto estabelecer e manter acordo entre as partes, visando atividades conjuntas que propiciem a operacionalização da Lei nº 11.788/08, relativa a ESTÁGIO DE ESTUDANTES, de interesse curricular, obrigatório, entendido ESTÁGIO como uma atividade que complemente o processo ensino-aprendizagem.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONCEDENTE praticará todos os atos que se tornem necessários à efetiva execução da presente disposição, através da INSTITUIÇÃO, conforme preceitua o Art. 9º da Lei nº 11.788/08.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

No cumprimento do estabelecido na cláusula primeira, caberá à INSTITUIÇÃO:

- a) obter da CONCEDENTE a quantificação das vagas de estágio e os respectivos cursos;
- b) informar à CONCEDENTE as condições e requisitos mínimos para caracterização dos estágios para os alunos da INSTITUIÇÃO;
- c) promover o ajuste das condições requisitos mínimos mencionados na letra "B" com as condições e disponibilidades da CONCEDENTE;
- d) atuar, junto à CONCEDENTE, quando à carga horária e jornada, de forma que o ESTÁGIO não prejudique a vida acadêmica do estagiário e ainda, quanto à duração, para que não seja inferior a um semestre letivo, conforme determina o parágrafo único do Art. 9º da Lei nº 11.788/08;
- e) recrutar, pré-selecionar e encaminhar à CONCEDENTE os

candidatos às oportunidades de estágio surgidas;

- f) providenciar para que a CONCEDENTE o estudante assinem o TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, com a INSTITUIÇÃO;
- g) preparar toda documentação legal referente ao estágio, quer seja ela necessária à CONCEDENTE ou ao ESTAGIÁRIO;
- h) assegurar o estagiário contra de Acidentes Pessoais, acaso ocorrido no local do ESTÁGIO, conforme determina parágrafo único do Art. 9º da Lei nº 11.788/08;
- i) encaminhar, sistematicamente, FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO, para serem preenchidas pelo supervisor da CONCEDENTE;
- j) solicitar à CONCEDENTE o programa das atividades do estágio, que deverá estar em consonância com os programas escolares;
- j) - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e a sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;
- k) - Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

No cumprimento da CLÁUSULA PRIMEIRA, caberá à CONCEDENTE:

- a) identificar e quantificar as oportunidades de ESTÁGIO a serem concedidos; conforme as respectivas condições e requisitos;
- b) formalizar as oportunidades de estágio, conciliando as suas necessidades e disponibilidades com os requisitos mínimos exigidos pela INSTITUIÇÃO;
- c) receber e selecionar os alunos encaminhados pela INSTITUIÇÃO, devolvendo o protocolo de apresentação;
- d) informar à INSTITUIÇÃO o nome dos estudantes que irão, efetivamente, realizar estágio;
- e) celebrar, com os estudantes que irão realizar o ESTÁGIO, os respectivos TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, com a INSTITUIÇÃO;
- f) participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos estágios, preenchendo sempre que lhe for solicitado, a FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO, encaminhada pela INSTITUIÇÃO;
- g) informar à INSTITUIÇÃO as modificações ocorridas no quadro de estagiários;
- i) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário;
- j) emitir e entregar declaração de ESTÁGIO.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

A sistemática de organização do ESTÁGIO e a sua supervisão estarão a cargo tanto da CONCEDENTE quanto da INSTITUIÇÃO.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

O estagiário não terá qualquer vínculo empregatício com a CONCEDENTE, conforme determina o Art. 3º da Lei nº 11.788/08.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

A CONCEDENTE poderá oferecer bolsa em forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como auxílio-transporte, cujo pagamento será efetuado diretamente ao Estagiário, conforme Art. 12º da Lei nº 11.788/08.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

O presente CONVÊNIO entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, podendo ser alterado através de termos aditivos, bem como rescindido por qualquer das partes desde que notificada a outra, com antecedência mínima de

30(trinta) dias, por escrito.

#### PARÁGRAFO ÚNICO:

Na hipótese de rescisão será resguardado o direito do ESTAGIÁRIO que estiver com o seu estágio em curso.

#### CLÁUSULA OITAVA

A INSTITUIÇÃO se compromete a comunicar à CONCEDENTE qualquer alteração na situação do ESTAGIÁRIO que possa refletir na continuidade da realização do estágio.

#### CLÁUSULA NONA

Fica eleito o foro da comarca de Joinville/SC para dirimir as questões oriundas deste CONVÊNIO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e concordes, as partes na presença de testemunhas, assinam o presente CONVÊNIO em 02(duas) vias de igual teor.

Joinville/SC, 16 de Junho de 2010.

UNIVILLE

CONCEDENTE

TESTEMUNHA-UNIVILLE

TESTEMUNHA-CONCEDENTE

Nome:

CPF/MF nº

#### **Convênio que Entre Si Celebram o Município de Campo Alegre**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

E A ABAM-ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2010, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.610.999/0001-53, com sede na Rua Irã. Amália Gheller, nº. 22, Bairro Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, representado por seu Gestor Sr. DEODATO RAUL HRUSHKCA, abaixo denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES - ABAM, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.093.039/0001-28, com sede na Rua José Fischer, nº. 439, Bairro Escola Agrícola, Município de Blumenau - SC, representada pela sua Presidente a Sr(a). ÚRSULA GROSS, portadora da Carteira de Identidade nº. 169.232 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Henrique Dias, nº. 84, apartamento nº. 605, Bairro Velha, Município cidade de Blumenau - SC, abaixo denominada simplesmente CONVENIADA, resolvem, de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93, Lei Municipal nº. 2.019/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONVÊNIO, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

#### DO OBJETO

Art. 1º. O presente convênio ter por objeto a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Estatuto Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento, abrigamento e tratamento de crianças e/ou adolescentes, do sexo masculino, com idade entre 7 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos, que recebam medida protetiva de abrigo.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PROFISSIONAIS E DAS

#### RESPONSABILIDADES

Art. 2º. O cumprimento do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento serão totalmente executados, sem restrições, pela CONVENIADA, junto as dependências de sua sede.

§ 1º. Todos e quaisquer complementos que se fizerem necessários a plena, integral e completa execução do objeto e demais atividades, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, serão de total responsabilidade da CONVENIADA.

§ 2º. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONVENIADA, promover o fornecimento de todas as vagas, produtos, materiais, alimentação, medicamentos, mão de obra, pessoal e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONVENIENTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

#### DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS CONDIÇÕES

Art. 3º. O CONVENIENTE disponibilizará mensalmente a CONVENIADA, a importância total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), por 01 (zero um) vaga para abrigar crianças e/ou adolescentes junto as suas instalações.

§ 1º. No referido valor deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados a disponibilização das vagas, prestação das atividades e serviços, responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, manutenções, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual, quando necessários), fretes, tributos, translados, estadias, diárias, alimentações, encargos sociais e trabalhistas e demais custos, sejam eles de que natureza forem, necessários à plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento.

§ 2º. O CONVENIENTE efetuará cada um dos pagamentos até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, tudo condicionado a apresentação, pela CONVENIADA, dos documentos fiscais/notas fiscais acompanhados da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas e da correspondente prestação de contas.

§ 3º. Os referidos pagamentos dar-se-ão através de empenhos, podendo o CONVENIENTE promover o depósito dos mesmos junto a agência nº. 5.203-5 - Centro, conta corrente nº. 1.278.159-2, do Banco do BRASIL cidade de Blumenau - SC, de titularidade da CONVENIADA.

§ 4º. As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social  
92.01 - Manutenção das Atividades Sociais  
2.508 - Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras  
300000.00.104 - Despesas Correntes  
330000.00.104 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.104 - Aplicações Diretas  
339039.00.104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

§ 5º. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONVENIADA, os tributos decorrentes de expressa disposição



legal, os quais serão retidos na fonte.

§ 6º. Os valores constantes do caput deste artigo deverão ser aplicados pela CONVENIADA diretamente na consecução do objeto e demais atividades e atribuições constantes deste instrumento, principalmente no que se refere a:

- gêneros alimentícios e correlatos;
- medicamento mediante receituário médico;
- material para manutenção do veículo;
- material didático e pedagógico;
- material de higiene e limpeza;
- artigos de cama, mesa e banho;
- vestuário;
- pagamento de faturas de telefone, energia , água e Gás Canalizado;
- pagamentos de eventuais serviços de terceiros (manutenção das instalações e equipamentos);
- salários e encargos sociais;
- atendimento psicológico;
- Combustível.

#### DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete ao CONVENENTE:

- I. efetuar o pagamento nas formas e condições estipuladas no Art. 3º.;
- II. solicitar diretamente à CONVENIADA, quando necessário, informações acerca de vagas;
- III. enviar à CONVENIADA, quando do encaminhamento de qualquer criança e/ou adolescente, todos os documentos pessoais dos mesmos, bem como do estudo de caso e guia de encaminhamento realizada pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e Juventude;
- IV. arcar com todos os custos necessários ao transporte das crianças e/ou adolescentes no momento da internação e da alta;
- V. acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento, aplicação dos recursos e a execução deste Convênio;
- VI. contatar com o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Campo Alegre - SC, para estabelecer o fluxo de encaminhamentos a serem efetuados;
- VII. fornecer a CONVENIADA os números dos telefones do Conselho Tutelar, para os contatos que se fizerem necessários sobre eventuais situações que possam ocorrer com as crianças e adolescentes abrigados.

§ 1º. O acompanhamento, controle e fiscalização acima descritos, não eximem a CONVENIADA, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade quanto a execução do objeto e o cumprimento das demais atividades e obrigações constantes deste instrumento e perante os pacientes, crianças, adolescentes, terceiros e o CONVENENTE.

§ 2º. Em qualquer hipótese é assegurado a CONVENIADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei nº. 8.666/93.

Art. 5º. Compete a CONVENIADA:

- I. encaminhar ao CONVENENTE a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu recebimento;
- II. dispor de local adequado para receber as crianças e os adolescentes, com plantão de 24(vinte e quatro) horas ininterruptas;
- III. garantir, preservar e zelar pelos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações aplicáveis à espécie;
- IV. manter registro pessoal e de objetos das crianças e adolescentes acolhidos, salvaguardando o direito a sua individualidade

e respeito;

V. garantir e disponibilizar as 1 (uma) vaga, bem como executar todos os serviços e demais atividades, atribuições e obrigações constantes deste instrumento;

VI. enviar mensalmente ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Campo Alegre, a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do CONVENENTE e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, relatório acerca dos abrigados atendidos bem como de informações complementares;

VII. identificar a problemática emergente e agilizar o encaminhamento das crianças e adolescentes, de acordo com a necessidade dos mesmos;

VIII. manter contato permanente com a rede de serviço do CONVENENTE, a fim de facilitar os encaminhamentos que se fizerem necessários;

IX. garantir o resgate do vínculo afetivo das crianças e adolescentes com suas famílias;

X. enviar mensalmente ao CONVENENTE o documento fiscal e os demais documentos constantes do §2º do artigo 3º, para recebimentos dos valores;

XI. a total responsabilidade pelo gerenciamento e responsabilidade técnica acerca dos serviços, vagas e demais atividades;

XII. facilitar que o CONVENENTE acompanhe e fiscalize os serviços e demais atividades e obrigações constantes deste instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados;

XIII. a responsabilidade por todo e qualquer bem de sua posse ou propriedade, arcando com todos os custos relativos aos mesmos;

XIV. prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais atribuições, atividades e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

XV. disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário a execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

XVI. de forma única e exclusiva, arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, criminal e com toda e qualquer indenização ou reparação, sejam elas de que natureza forem, que surgirem em virtude deste instrumento ou de dano causado ao CONVENENTE, a criança, adolescente e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;

XVII. utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONVENENTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;

XVIII. fornecer e arcar com todas as vagas, produtos, materiais, alimentação, medicamentos, mão de obra, pessoal, serviços e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com quaisquer ônus, obrigações, reparações, indenizações e responsabilidades concernentes às legislações civis, criminais, sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas a execução do objeto do presente instrumento;

XIX. providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução ou não do objeto do presente instrumento;

XX. fornecer pessoal habilitado, treinado e totalmente capacitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento;

XXI. única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento, produto, material ou maquinário utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única,

exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos; XXII. responsabilizar-se quanto a quaisquer acontecimentos, seja por dolo ou culpa, que porventura ocorrerem em virtude deste instrumento;

XXIII. comunicar ao CONVENIENTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto deste instrumento (por escrito);

XXIV. todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;

XXV. cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONVENIENTE;

XXVI. fornecer e obrigar os empregados a utilizarem, quando necessário, os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir com as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos e quaisquer custos e ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos; XXVII. responsabilizar-se quanto a quantidade e qualidade dos serviços, produtos, alimentos, vestuários, materiais, vagas e equipamentos oferecidos, respondendo civil e penalmente por quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

XXVIII. de forma única e exclusiva, por todo tributo e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;

XXIX. facilitar que o CONVENIENTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

#### DOS PRAZOS

Art. 6º. O prazo do presente instrumento terá início em 21/01/2010 e término em 31/12/2010, podendo o mesmo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

§ 1º. O presente Convênio poderá ser objeto de reavaliação, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, desde que notifique a parte contrária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º. O não cumprimento de quaisquer dos prazos constantes dos parágrafos anteriores, acarretará multa equivalente ao valor mensal do Convênio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º. A prestação de contas dos valores constantes deste instrumento deverá ser realizada pela CONVENIADA, observadas as disposições constantes deste instrumento e as demais normas e condições estabelecidas pelo órgão competente do CONVENIENTE.

Parágrafo único: Nas referidas prestações de contas deverão constar os ofício de encaminhamento, balancete financeiro, extrato de conta vincula ao convênio, relação de cheques, inclusive os cancelados, se for o caso, dentre outros documentos.

#### DAS PENALIDADES

Art. 8º. O não cumprimento de qualquer das condições, obrigações, responsabilidades ou prazos constantes do presente instrumento, acarretará multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total deste convênio.

Parágrafo único: A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### DA RESCISÃO

Art. 9º. O convênio em questão poderá ser rescindido:

- pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das suas condições ou prazos;
- pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio formal ou materialmente impraticável;
- pela transmissão ou cessão a terceiros, pela CONVENIADA, do objeto ou de qualquer das atribuições, responsabilidades ou demais obrigações constantes deste instrumento, sem prévia anuência por escrito do CONVENIENTE;
- pela paralisação ou atraso, seja total ou parcial, de qualquer das atribuições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento;
- pela insolvência da CONVENIADA;
- por acordo entre as partes;
- unilateralmente pelo CONVENIENTE, a qualquer tempo, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização ou reparação a ser paga, seja a que título for.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Apenas serão permitidas visitas de familiares as crianças e adolescentes abrigadas junto as instalações da CONVENIADA, quando expressamente autorizadas por escrito pelo Conselho Tutelar do CONVENIENTE e de conformidade com as determinações apresentadas pela CONVENIADA.

#### DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste Convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Alegre - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Campo Alegre/SC, 21 de janeiro de 2010.

CONVENIENTE

DEODATO RAUL HRUSCHKA

CONVENIADA

ÚRSULA GROSS

TESTEMUNHA

Nome:

CPF nº.:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF nº.:

#### Termo Aditivo Convenio Nº 26

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO

E EMPREGO EM SANTA CATARINA

SEÇÃO DE POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SETER

TERMO ADITIVO CONVENIO Nº 26

O Convênio n.º 26, firmado entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, publicado no D.O.U. para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS será prorrogado, conforme estabelecido na cláusula 5ª, da Portaria 519 até 31/07/2011, a partir da data de seu término, publicado no D.O.U.

Florianópolis/SC, \_\_\_\_\_.

CARLOS ARTUR BARBOZA  
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO  
EM SANTA CATARINA

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal DE CAMPO ALEGRE  
Testemunhas: Testemunhas:

Nome: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

RG: 5.085.732-0 SSP/SC RG: 606.952 SSP/SC  
CPF/MF: 972.823.409-00 CPF/MF: 304.385.869-72

### **Termo de Convênio Nº 01/2010**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2010  
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAMPO ALEGRE

Pelo presente instrumento Termo de Convênio de Cooperação Educacional, de um lado, o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à com sede à Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, com a anuência da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representadas respectivamente pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Deodato Raul Hruschka e Secretária Municipal de Educação, Sra. Ângela Aparecida Reckziegel Hübner, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e, de outro a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE do Município de Campo Alegre/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, n. 563, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representada por sua Presidente, Srª. Josi Slominski dos Santos, inscrita no CPF/MF sob nº 004.153.659-29 doravante denominada simplesmente CONVENIADA, celebram o presente convênio, na forma e nas condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA 1ª. - DO OBJETIVO**

O presente convênio tem como objetivo a COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA entre as partes, através da cessão de profissionais da CONVENIENTE, para o atendimento dos alunos especiais da CONVENIADA.

#### **CLÁUSULA 2ª. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE**

Pelo presente convênio, com a finalidade de cooperar para a consecução dos objetivos estatutários da APAE, a CONVENIENTE obriga-se a ceder à CONVENIADA:

- a) 01 (um) Professor da Rede Municipal de Ensino, com licenciatura em Pedagogia, por até 20 (vinte) horas semanais;
- b) 01 (um) Nutricionista da Rede Municipal de Ensino, por até 04 (quatro) horas semanais;
- c) 01 (um) Fonoaudiólogo, da Rede Municipal de Ensino, por até 04 (quatro) horas semanais;
- d) 01 (um) Psicólogo, da Rede Municipal de Saúde, por até 04 (quatro) horas semanais;
- e) 01 (um) Terapeuta Ocupacional da Rede Municipal de Saúde, por até 04 (quatro) horas semanais; e
- f) 01 (um) Fisioterapeuta da Rede Municipal de Saúde, por até 04 (quatro) horas semanais;

#### **CLÁUSULA 3ª. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

A CONVENIADA obriga-se a:

a) Garantir matrícula a todo educando com laudo diagnóstico de deficiência mental moderada, severa ou profunda, associada ou não a outras deficiências;

b) Apresentar a CONVENIENTE, até o dia 15 de janeiro de cada ano, o Planejamento Anual de Atividades da Escola Especial;

c) Manter atualizado, com Parecer Clínico e educacional, os prontuários de cada educando atendido pela CONVENIADA, colocando-os à disposição da CONVENIENTE, sempre que solicitado;

d) Elaborar o Relatório Anual de Atividades da CONVENIADA, ao final de cada ano letivo, colocando-os à disposição da CONVENIENTE;

e) Estar filiada à Federação das APAES do Estado de Santa Catarina;

CLÁUSULA 4ª: O presente convênio tem duração até o final do ano letivo de 2.015 e poderá ser rescindido, a qualquer tempo pelas partes, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

E por estarem justos e conveniados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas sendo eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul-SC, para dirimir as questões oriundas do presente convênio.

Campo Alegre/SC, 01 de Março de 2.010.  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
CONVENIENTE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE  
CONVENIADA

ANUENTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Ângela Aparecida Reckziegel Hübner

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Deodato Raul Hruschka

TESTEMUNHAS:  
CPF/MF Nº  
CPF/MF Nº

### **Termo de convênio que entre si celebram o Município de Campo Alegre, e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública CONVÊNIO Nº**

Termo de convênio que entre si celebram o Município de Campo Alegre, e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com intervenção da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos dias do mês de de 2010, o Município de Campo Alegre, doravante denominado - Município, situado à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo Exmo. Sr. VILMAR GROSSKOPF, Prefeito Municipal, o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, doravante denominada - SSP, situada à Rua Esteves Junior, nº 80, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.951.294/0001-00 e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representadas pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de

Santa Catarina, Coronel PM LUIZ DA SILVA MACIEL, amparados na Lei Municipal nº 2.440, de 09 de dezembro de 1999, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto 525, de 29 de julho de 2003, no Decreto nº 1.773, de 11 de maio de 2004, e no Decreto nº 1.899, de 31 de maio de 2004, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

##### a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

##### b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais equivalente a 500 (quinhentos) litros de gasolina, por viatura, e 100 (cem) litros, por motocicleta, colocadas a serviço no Município, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, peças e serviços), das viaturas e motocicletas conveniadas, bem como eventuais aquisições de equipamentos e manutenção necessários ao serviço policial militar e de sua manutenção, na forma do inciso III da letra "a" da Cláusula Segunda, com reajuste na mesma data e pelo mesmo índice de reajustamento que ocorrer no preço da gasolina no posto de combustível onde o Município realiza o abastecimento de sua frota;

II. Depositar a importância prevista no inciso "I", na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil S/A, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da

legislação vigente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária - Projeto Atividade 08.03.06.181.1413.2032 - Manutenção de Radiopatrulha no Orçamento do Município nos seguintes elementos de despesa:

Material de Consumo - 339030.00;  
Equipamentos e Material Permanente - 449052.00;  
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 339039.00.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo prorrogado ou denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

Parágrafo único - O presente convênio produzirá efeitos retroativos a 25 de julho de 2010.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Florianópolis - SC, de de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

LUIZ DA SILVA MACIEL  
Cel PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas:

Nome: AURIENE ROEPKE JOSÉ ADOLAR DAVID DE LIMA  
CPF/MF nº 808.376.389-68 CPF/MF nº 646.207.009-91

#### Edital de Contribuição

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO  
DE MELHORIA Nº 002/ 2010

O Município de Campo Alegre, com fulcro nos Artigos 251 e seguintes do Código Tributário do Município (Lei n.º 2.293/97), especialmente seu Art. 252, incisos I e V, observando os preceitos do Código Tributário Nacional, instituído pela Lei n.º 5.172/66, torna público que pretende efetuar o lançamento de Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária da obra pública descrita abaixo, nos termos seguintes:

#### DELIMITAÇÃO DA ÁREA BENEFICIADA

ITEM 1. A obra pública em questão irá beneficiar diretamente a área compreendida nos limites das Ruas Raimundo Gomes Munhoz e Sebastião Leck, sendo os seguintes os imóveis nelas



compreendidos:

#### Rua Raimundo Gomes Munhoz

Nº	Inscrição Imobiliária	Proprietário
1	01.01.011.480.0002.02	Augustinho Minikoski
2	01.01.011.455.0001.001	Ivo Kesting
3	01.01.011.437.0001.001	Antonio Alvanir Rocha
4	01.01.011.421.0001.001	José Orides Cordeiro da Cruz
5	01.01.011.403.0001.001	Vanderlei Antonio da Cruz
6	01.01.011.392.0001.001	Cristina Konopka
7	01.01.011.382.0001.001	Taíde Cordeiro da Cruz
8	01.01.012.389.0001.001	Cooperativa Produtores de Erva Mate
9	01.01.012.546.0001.001	José Aldonir Rocha
10	01.01.012.522.0001.001	Silvia Schmansky
11	01.01.012.505.0001.001	Jurandir de França

#### Rua Sebastião Leeck

Nº	Inscrição Imobiliária	Proprietário
1	01.01.007.22.0001.001	Carlos Eugenio Boettger
2	01.01.007.34.0001.001	Antonio Gercino do Prado
3	01.01.007.45.0001.001	Jean Carlos Boettger
4	01.01.008.70.0001.001	Raquel Benta Pereira
5	01.01.008.58.0001.001	Eloi Milchevski
6	01.01.008.49.0001.001	Sebastião Prestes de Souza
7	01.01.008.124.0001.001	Ademir Haverroth

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

ITEM 2. O projeto em questão trata de obra pública de pavimentação em lajotas sextavadas nas Ruas Raimundo Gomes Munhoz e Sebastião Leck, no Centro do Município de Campo Alegre.

##### 2.1 Dados da Obra: Rua Raimundo Gomes Munhoz

Extensão Total	119,45 m
Largura da rua	8 m
Área Total a ser pavimentada	955,60 m²
Custo Total da Obra	R\$ 35.233,23

##### 2.2 Dados da Obra: Rua Sebastião Leeck

Extensão Total	46,40 m
Largura da rua	5 m
Área Total a ser pavimentada	232,00 m²
Custo Total da Obra	R\$ 8.835,50

2.3 A obra divide-se basicamente nos trabalhos a seguir discriminados:

- \* Drenagem pluvial (fornecimento e assentamento de tubo de concreto e execução de caixa de ligação com grelha - bocas de lobo);
- \* Pavimentação em lajotas sextavadas e=10cm
- \* Assentamento de meio-fio pré-moldado, incluído rejunte.

#### RECURSOS FINANCEIROS A SEREM UTILIZADOS PARA PAGAMENTO DA OBRA

ITEM 3. O pagamento da obra será realizado com recursos ordinários Municipais no valor de R\$ 18.138,72 (equivalente à 41,16% do custo total da obra) e com a parcela a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria no valor de R\$ 25.930,01, equivalente à 58,84% do custo total da obra, merecendo o erário público um ressarcimento pelo dispêndio de recursos numa obra cuja valorização irá beneficiar somente os confrontantes das ruas que serão pavimentadas.

3.1 A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as ruas descritas no item 1 deste edital, levando-se em consideração a valorização de cada imóvel. O rateio da participação de cada contribuinte será estabelecido em razão da testada dos imóveis beneficiados, conforme segue:

#### Raimundo Gomes Munhoz

Nº	Inscrição Imobiliária	Proprietário	Valor
1	01.01.011.480.0002.02	Augustinho Minikoski	3.126,90
2	01.01.011.455.0001.001	Ivo Kesting	1.777,87
3	01.01.011.437.0001.001	Antonio Alvanir Rocha	1.072,08
4	01.01.011.421.0001.001	José Orides Cordeiro da Cruz	1.429,44
5	01.01.011.403.0001.001	Vanderlei Antonio da Cruz	982,74
6	01.01.011.392.0001.001	Cristina Konopka	1.054,21
7	01.01.011.382.0001.001	Taíde Cordeiro da Cruz	553,91
8	01.01.012.389.0001.001	Cooperativa Produtores de Erva Mate	3.126,90
9	01.01.012.546.0001.001	José Aldonir Rocha	2.144,16
10	01.01.012.522.0001.001	Silvia Schmansky	1.518,78
11	01.01.012.505.0001.001	Jurandir de França	3.752,28

#### Rua Sebastião Leeck

Nº	Inscrição Imobiliária	Proprietário	Valor
1	01.01.007.22.0001.001	Carlos Eugenio Boettger	1.189,01
2	01.01.007.34.0001.001	Antonio Gercino do Prado	677,79
3	01.01.007.45.0001.001	Jean Carlos Boettger	683,54
4	01.01.008.70.0001.001	Raquel Benta Pereira	631,84
5	01.01.008.58.0001.001	Eloi Milchevski	554,30
6	01.01.008.49.0001.001	Sebastião Prestes de Souza	1.367,07
7	01.01.008.124.0001.001	Ademir Haverroth	287,20

#### IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

ITEM 5. Os termos constantes deste edital poderão ser objeto de impugnação por parte do contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação, devendo, para tanto, o contribuinte protocolar a impugnação, dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, no qual deverão constar, além dos dados que o qualifiquem, os fundamentos de fato e de direito da pretensão impugnatória, instruído com documentos que julgar necessário para embasar suas alegações.

5.1 A impugnação apresentada pelo contribuinte será autuada e levada a apreciação do Secretário Municipal de Finanças, que, se entender necessário, poderá proceder qualquer diligência, inclusive intimando o impugnante para depor a cerca dos fatos argüidos, encerrando o procedimento instrutório em qualquer caso, no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período.

5.2 Devidamente instruído o processo administrativo de impugnação de edital de contribuição de melhoria, deverá o Secretário Municipal de Finanças manifestar-se sobre os seus termos em relatório fundamentado, decidindo em seguida sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

5.3 Da decisão de Secretário Municipal de Finanças, caberá um único recurso ao Prefeito Municipal, que será decidido no prazo de 7 (sete) dias.

5.4 A impugnação suspende o curso do procedimento administrativo que visa o lançamento tributário da contribuição de melhoria, somente quanto ao impugnante.

5.5 Poderá o contribuinte, através de declaração expressa, renunciar ao prazo de impugnação do edital mencionado neste item.

5.6 A impugnação do edital não se confunde com a impugnação do lançamento tributário.

Os casos omissos deste Edital serão resolvidos, na forma da lei, pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Campo Alegre.

Campo Alegre/SC, de novembro de 2.010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

### **Regimento Interno do Conselho**

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPO ALEGRE-SC.

#### **CAPÍTULO I DAS FINALIDADES**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Cultura de Campo Alegre, criado pela Lei Municipal nº 3.515 de 06 de outubro de 2009, tem a finalidade de acompanhar a implementação e execução da Política Cultural no Município, em conjunto com o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada.

Art. 2º - O Conselho apresenta como objetivos os itens elencados no artigo segundo da Lei de criação.

#### **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura é composto de 12 membros e respectivos suplentes, em composição paritária entre representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil organizada, especificamente os representantes dos segmentos artístico-culturais, a saber: Artes Cênicas; Música; Artesanato; Artes Plásticas; Dança; Folclore; Patrimônio Histórico e Literatura.

Art. 4º - O mandato terá duração de dois anos, admitindo-se a recondução dos mesmos, mediante eleição.

Art. 5º - Na hipótese da ausência do Conselheiro titular em três reuniões ordinárias consecutivas, sem comunicação prévia por escrito à presidência do conselho, o suplente completará o tempo de mandato do titular. A justificativa deverá ser feita ao Presidente ou Secretário até seis horas antes da reunião. Na hipótese de três faltas do titular e do suplente, a vaga no Conselho passará a ser ocupada por um substituto indicado pelos demais Conselheiros, respeitando representatividade das classes artísticas indicadas no artigo terceiro.

Art. 6º - Poderá o Conselho Municipal de Cultura constituir

comissões especiais de caráter temporário para análise de assuntos específicos. As comissões especiais constituir-se-ão de pessoas com conhecimento técnico ou experiência na área em questão, indicadas pelo Conselho. Para emitir parecer acerca de assuntos que envolvam membros do Conselho Municipal de Cultura ou seus parentes diretos, o Presidente recorrerá à formação de comissão especial a fim de preservar o caráter imparcial da decisão.

#### **CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES**

##### **Seção I Do Presidente**

Art. 7º - São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Cultura:

- I - Convocar e presidir reuniões;
- II - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;
- III - Assinar documentos relativos ao Conselho;
- IV - Promulgar as decisões do Conselho através de Resoluções;
- V - Coordenar as atividades do Conselho;
- VI - Organizar a ordem do dia das reuniões;
- VII - Assinar atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho.
- VIII - Colocar as matérias em discussão e votação;
- IX - Anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;
- X - Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
- XI - Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos no Regimento Interno;
- XII - Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIII - Determinar o destino do expediente lido nas sessões;
- XIV - Representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam representação;
- XV - Conhecer as justificativas de ausência dos membros do Conselho;
- XVI - Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;
- XVII - Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias;
- XVIII - Buscar vincular atividades culturais do Poder Executivo Municipal ao conhecimento do Conselho.

##### **Seção II Do Vice-Presidente**

- Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente:
- I - Auxiliar o Presidente nas suas funções;
  - II - Representar o Presidente, na falta ou impedimento deste.

##### **Seção III Do Secretário**

- Art. 9º - Compete ao Secretário:
- I - Secretariar as reuniões do Conselho;
  - II - Receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
  - III - Preparar a pauta das reuniões;
  - IV - Providenciar os serviços de digitação e impressão;
  - V - Providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;
  - VI - Lavar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
  - VII - Recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;
  - VIII - Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;
  - IX - Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;

X - Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, convites e comunicações;  
XI - Emitir resumos informativos das ações do Conselho aos membros e também à imprensa;

#### Seção IV Dos Membros

Art. 10 - Compete aos membros do Conselho:

- I - Participar de todas as discussões e deliberações;
- II - Votar as proposições submetidas à deliberação deste Conselho;
- III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV - Comparecer às reuniões na hora pré-fixada;
- V - Desempenhar as funções para as quais for designado;
- VI - Relatar os assuntos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;
- VII - Obedecer às normas Regimentais;
- VIII - Assinar as atas das reuniões deste Conselho;
- IX - Apresentar retificações ou impugnações às atas;
- X - Justificar o voto, quando for o caso;
- XI - Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições;
- XII - Participar de eventos Culturais.

#### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 11 - As Reuniões do Conselho Municipal de Cultura serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, nas dependências do Espaço Cultural Professora Sirley Maria Neumann Johanson, podendo, entretanto, por decisão do seu Presidente ou Plenário, realizarem-se em outro local e data.

I - Ordinárias, com início às 17h30, na segunda quinta-feira de cada mês.

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 horas, pelo Presidente, ou por solicitação de pelo menos um terço dos membros efetivos do Conselho.

Art. 12 - As reuniões serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros.

Parágrafo 1º - Se, à hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, aguardar-se-á quinze minutos.

Parágrafo 2º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior deste artigo, a Reunião acontecerá com qualquer número de participantes.

Parágrafo 3º - A convite do Presidente ou por indicação de qualquer membro, poderão participar das Reuniões pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos, informações e assessoramento aos assuntos em estudo e debate.

Parágrafo 4º - As Reuniões do Conselho Municipal de Cultura são abertas à participação popular desde que esta não interfira na ordem dos trabalhos. Os participantes das Reuniões que não integram o Conselho não têm direito a voto.

Art. 13 - As Reuniões terão duração máxima de uma hora e meia, obedecendo a seguinte ordem dos trabalhos:

- I - Instalação dos trabalhos pelo Presidente;
- II - Leitura, discussão, votação e assinatura da ata da Reunião anterior;
- III - Leitura e distribuição do expediente;
- IV - Apresentação dos assuntos em pauta para apreciação, discussão e votação;
- V - Palavra livre com máximo de dez minutos para explanação, por inscrito.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Cultura terá recesso no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Neste período não haverá Reunião Ordinária.

#### CAPÍTULO V DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

##### Seção I Das Discussões

Art. 15 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Art. 16 - As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo Único: Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na Reunião poderá ser discutida e votada na Reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vista da matéria em debate.

##### Seção II Das Votações

Art. 17 - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação.

Art. 18 - As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

Parágrafo 1º - A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os membros do Conselho que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

Parágrafo 2º - A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer membro, aprovada em plenário.

Parágrafo 3º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder Sim ou Não, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 19 - Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votaram favoravelmente ou em contrário.

Art. 20 - O Conselho Municipal de cultura terá prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 15, após a realização de reunião de apreciação/votação, para manifestar parecer acerca de assuntos colocados em discussão.

#### CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 21 - A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

Parágrafo 1º - As atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas. No caso da necessidade imprescindível de emendas, estas devem ser devidamente justificadas.

Parágrafo 2º - As atas devem ser redigidas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

Art. 22 - As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos seus membros presentes à reunião.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - As decisões do Conselho Municipal de Cultura que criem despesas serão executadas somente se houver recursos

financeiros disponíveis.

Art. 24 - A participação dos Conselheiros nas Reuniões e atividades pertinentes é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 25 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão dirimidos pelo Conselho Municipal de Cultura, sempre de acordo com as determinações da Lei Municipal 3.515, de 06 de outubro de 2009.

Art. 26 - O documento competente para divulgação das decisões do Conselho Municipal de Cultura do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e Jurídicos será a Resolução, assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do Conselho Municipal de Cultura.

Art.27) Os representantes das Entidades junto ao Conselho Municipal de Cultura deverão preferencialmente no Município de Campo Alegre/SC.

Art.25) Este Regimento foi aprovado em Plenário pelo Conselho Municipal de Cultura e entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Cultura do Município de Campo Alegre/SC, 31 de agosto de 2010.

MARÍLIA GRISPI DE MORAES MACIEL

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Campo Alegre/SC.

### **Termo de Adesão ao**

#### **TERMO DE ADESÃO AO**

#### **SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

TERMO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC, OBJETIVANDO A PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SNHIS.

Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS CIDADES, doravante designado MCIDADES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, MARCIO FORTES DE ALMEIDA, CPF/MF nº 027.147.367-34, e pela Ilustríssima Senhora Secretária Nacional de Habitação, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, CPF/MF nº 051.715.848-50, e o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, RENATO BAHR, CPF/MF nº 121.265.519-20, celebram o presente TERMO DE ADESÃO mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O partícipes do presente Termo de Adesão manifestam suas intenções de promover a adesão do Município de Campo Alegre ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, em conformidade com a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, e Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ATRIBUIÇÕES**

##### **I) São obrigações do MCIDADES:**

a) oferecer ao MUNICÍPIO as orientações e meios necessários para aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; e

b) acompanhar o processo de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

##### **I) São obrigações do MUNICÍPIO:**

a) adaptar, até 31 de dezembro de 2007, a Lei que autoriza a criação de fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

b) adaptar, até 31 de dezembro de 2007, Lei que autoriza a criação de conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

c) apresentar, até 31 de dezembro de 2007, Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

d) elaborar, anualmente, Relatórios de Gestão; e

e) observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, de que tratam os artigos 11 e 23 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS**

O presente Termo de Adesão não envolve a transferência de recursos financeiros da União.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

O presente Termo de Adesão entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES**

Qualquer alteração do presente Termo de Adesão somente poderá surtir efeito quando formalizada em instrumento aditivo específico, firmado pelos partícipes.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA DENÚNCIA**

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes que dele se desinteressar, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que esteve em vigência, bem como os benefícios adquiridos naquele período, mediante comunicação escrita aos demais partícipes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO**

O MCIDADES providenciará a publicação do extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar litígios decorrentes da implementação do presente Termo de Adesão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a tudo presentes.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



MARCIO FORTES DE ALMEIDA

Ministro de Estado das Cidades

INÊS DA SILVA MAGALHÃES

Secretária Nacional de Habitação

RENATO BAHR

Prefeito Municipal de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

**Termo de Cessão de Uso que Entre si Celebram o Município de Campo Alegre, e o Estado de Santa Catarina, Através da Polícia Militar do Estado de Santa**

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos dez dias do mês de novembro de 2010, o Município de Campo Alegre, doravante denominado - Cedente, situado à Rua Cel. Bueno Franco, 292 Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Vilmar Grosskopf, Prefeito Municipal, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Luiz da Silva Maciel, amparados na Lei Municipal nº 3.641 de 09 de novembro de 2010, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto 525, de 29 de julho de 2003, no Decreto nº 1.773, de 11 de maio de 2004, no Decreto nº 1.899, de 31 de maio de 2004, no Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005, e na Portaria nº 1051/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado nº 17.799 de 09 de janeiro de 2006, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva do 1º Grupamento do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 23º Batalhão da Polícia Militar, sediado no Município de Campo Alegre, um veículo, com todos os equipamentos obrigatórios: 01 (um) automóvel marca Volkswagen, modelo Parati 1.6 Track & Field, bi-combustível, cor B4B4-branca cristal, ano 2010 modelo 2011, chassi nº 9BWG-B05W5BPO037065, placa MGR 4788, Renavam nº 000116634, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Detran - SC nº 8065645648, adquirido através dos recursos oriundos do Convênio de Radiopatrulha do Município de Campo Alegre e incorporado ao patrimônio do Município de Campo Alegre/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO**

O veículo destina-se ao serviço de policiamento motorizado pela Polícia Militar, no Município de Campo Alegre/SC, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES**

A Cessionária, pelo uso do veículo, obrigará-se a:

- Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;
- Arcar com os custos de manutenção do veículo, no qual correrão por conta dos Itens Orçamentários: Combustíveis e lubrificantes item 3.3.90.30.01, da manutenção e consertos item 3.3.90.39.19, e da reposição de peças item 3.3.90.30.39, Ação 2040, da Fonte de Recursos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO**

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passará a integrar a frota da Cessionária, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO**

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC, de de 2010.

VILMAR GROSSKOPF LUIZ DA SILVA MACIEL

Prefeito Municipal Cel PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA JOSÉ ADOLAR DAVID DE LIMA.

CPF: 304.385.869-72 CPF: 646.207.009-91

**VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Campo Alegre-SC**

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAMPO ALEGRE-SC

JUNHO - 2009

REGIMENTO INTERNO

## Capítulo I

Art. 1º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem o desafio de elaborar de forma integrada propostas de diretrizes nacionais da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverão, posteriormente, balizar a elaboração de um Plano Decenal da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Do objetivo:

- Analisar, definir e deliberar as diretrizes da política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a contribuir com a elaboração do Plano Decenal.

Do temário:

"POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL".

## Capítulo II

### Da Conferência

Art. 2º - A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito Av. Dr. Getúlio Vargas, 620 Centro Município de Campo Alegre no dia 30 de junho de 2009, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sob a coordenação da comissão organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - São membros da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme este regimento:

- a) Conselheiros do CMDCA de Campo Alegre;
- b) Representantes das entidades cadastradas no CMDCA de Campo Alegre, Equipe técnica do Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente;
- c) Adolescentes;
- d) Conselheiros Tutelares;
- e) Clubes de serviço;
- f) Diretores, orientadores educacionais e professores das escolas e creches estaduais, municipais e particulares, representante da Associação de Pais e Professores das escolas e um casal de adolescentes representando escola e ou entidades;
- g) Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro;
- h) Representantes dos órgãos públicos estaduais e municipais de Campo Alegre, Associações de bairros e lideranças comunitárias;
- i) Poder judiciário;
- j) Entidades que trabalham com medidas socioeducativas;
- k) Comunidade em geral;
- l) Escoteiros;
- m) Representantes de igrejas;
- n) Conselhos setoriais (Assistência Social, Educação e Saúde).

§1º Todos os participantes com 100% de presença na VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão direito à voz e voto na plenária e na eleição dos delegados para a fase da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º A presença será controlada pela comissão organizadora através de uma lista de presença.

## Capítulo III

### Da Organização

Art. 4º - A comissão organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será formada:

- Órgãos Governamentais e não Governamentais, conforme citado no Art. 3º.

Das atribuições da Comissão Organizadora:

Art. 5º - São atribuições da Comissão Organizadora:

1. Coordenar a realização da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendendo os aspectos técnicos e políticos;
2. Compor a mesa da plenária interlocutora de escolha dos delegados para a Conferência Regional;
3. Coordenar a elaboração e homologação das propostas finais, concernente a "POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL", que serão apresentadas na Conferência Regional;
4. Elaborar relatório geral e ata geral da Conferência;
5. Viabilizar e acompanhar a impressão dos documentos técnicos;
6. Assegurar a divulgação do evento e suas decisões, acionando e estimulando a mídia e órgãos governamentais;
7. Consolidar documentação final da Conferência;
8. Avaliar os casos omissos.

## Capítulo IV

### Dos Eixos Orientadores

Art. 8º - A elaboração das diretrizes será norteada pelos eixos orientadores abaixo e baseada nas normativas, documentos e planos nacionais disponíveis no site do CONANDA.

§1º - Os eixos orientadores a serem trabalhados são:

- Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades;
- Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes;
- Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos;
- Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania;
- Eixo 5 - Gestão da Política.

### Da Composição da Plenária

Art. 9º - As plenárias serão compostas por todos os membros da Conferência, podendo votar os delegados caracterizados no artigo 3º § 1º.

§1º - Assegurar-se-á aos membros da plenária as questões de ordem, dirigidas à mesa que deliberará sobre sua aceitação ou não.  
§2º - As decisões serão tomadas por contraste, cabendo pedido de contagem de votos, dirigida à mesa, que delimitará sobre sua aceitação ou não.

§3º - Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação de mesa.

### Da Aprovação das Diretrizes

Art. 9º - Às diretrizes propostas relativas aos eixos orientadores colocados em votação será assegurado o direito de pedido de destaque para inclusão de proposta, que foram consideradas não contempladas, bem como de destaque supressivo do relatório.

§1º - As diretrizes propostas que não forem destacadas serão consideradas como aprovadas por unanimidade pela Plenária Interlocutora.

§2º - Os propositores de destaque de propostas supressivas terão um minuto para manifestar-se, sendo permitida a réplica também de um minuto.

§3º - A solicitação de destaque supressivo terá um minuto de manifestação, sendo permitida a réplica também de um minuto.

## Capítulo V

### Da Plenária Final

Art. 10 - A plenária final homologará o documento - POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL -, assim como elegerá os delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A leitura do documento final será efetuada por um membro da comissão organizadora.

## Capítulo VI

Art. 11 - De acordo com orientação do CONANDA e seguindo o critério de proporcionalidade, serão eleitos em Conferência Municipal os seguintes delegados e suplentes para a Conferência Regional:

- 02 (dois) Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (sendo um de entidades governamentais e um de entidades não-governamentais);
- 02(dois) Conselheiros Tutelares;
- 02(dois) representantes de órgãos governamentais de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- 04 (quatro) Conselhos Setoriais - com 01 (um) representante de cada um (conselhos já definidos: educação, saúde e assistência social, o quarto conselho será definido a partir de sua atuação na área da criança e do adolescente);
- 02 (dois) adolescentes;
- 01 (um) representante do sistema de justiça.

Parágrafo Único: Os delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente serão eleitos durante a plenária.

Art. 12 - A Comissão Organizadora acompanhará o processo eleitoral, divulgando em seguida o nome dos eleitos.

Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Campo Alegre/SC, 30 de junho de 2009.  
INGO RUSH ALANDT  
Presidente CMDCA

## Campos Novos

### SAMAE

#### Extrato Contrato 26/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO- 26/2010  
PROCESSO 0573/2010

DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2010.  
OBJETO: Prestação de Serviços na construção de paredes, pisos e reforma geral do barracão de depósito de material da ETA.  
VALOR: R\$ 67.514,55 (Sessenta e sete mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos)  
PRAZO: 03.01 a 02.05.2011

Campos Novos - SC., 30 de Dezembro de 2010.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

## Capinzal

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 161/2010 - PMC

TERMO ADITIVO T.A 001/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0161/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA.  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 31/12/2011

#### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 82/2008 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO T.A 001/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0082/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: RBS - ZERO HORA EDIT.JORNALISTICA S/A.  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 31/12/2011

#### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 92/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO T.A 001/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0092/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: AGRO DIVEI IND. COM. E REP. DE MÁQ. AGRÍCOLAS LTDA  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a até 28 de fevereiro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 28/02/2011

#### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 93/2010 - P,C

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO T.A 001/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0093/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a até 28 de fevereiro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 28/02/2011

#### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 94/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0094/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: RK INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a até 28 de fevereiro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 28/02/2011

### **Termo Aditivo 002/2010 Contrato 123/2010 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO T.A 002/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0123/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão no valor de R\$ 7.748,73 ( sete mil , setecentos e quarenta e oito reais, setenta e três centavos) conforme planilhas e justificativa em anexo.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 31/12/2011

### **Termo Aditivo 002/2010 Contrato 74/2009 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO T.A 002/2010  
CONTRATO SUPERIOR 0074/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA  
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.  
VALOR R\$: 0,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2010 A 31/12/2011

### **Edital 032.2010**

EDITAL Nº 032, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Notifica os contribuintes relativo a constituição e lançamento das receitas habitacionais, casas ou lotes do exercício de 2011.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Carmelo Zócolli, 155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Leonir Boaretto, uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, NOTIFICA os contribuintes do relativo a constituição e lançamento das receitas habitacionais, casas ou lotes do exercício de 2011, ao recolhimento aos cofres da Fazenda Municipal, cujos carnês de pagamento não foram entregues, pois os contribuintes não forma encontrados ou ainda qualquer outro motivo que tenha impedido a notificação pessoal do lançamento, constantes no Cadastro Técnico Tributário da Prefeitura do Município de Capinzal, conforme relação abaixo:

NOME DO CONTRIBUINTE:	LOTE:	QUADRA:	LOTEAMENTO:
Ana de Fátima Borges E Vitor S. L. Almeida	0016	0366	Maiara
Fátima da Cruz	0017	0275	Projeto Desafio

Os contribuintes acima especificados, ficam por este edital, notificados a comparecer ao Centro Administrativo Municipal Prefeito Sílvia Santos em horário normal de expediente: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, no

Setor de Tributação e Cadastro, para a retirada do carnê e para proceder o devido recolhimento.

Os tributos não recolhidos nos prazos estabelecidos pela Lei Complementar nº 134, de 22 de dezembro de 2009, ficam sujeitos aos acréscimos legais previstos na Lei Complementar nº 050/2001.

Capinzal - SC, 29 de dezembro de 2010.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

## **Catanduvás**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Complementar 73/2010**

LEI COMPLEMENTAR 73/2010, de 22 de dezembro de 2010.  
"INSTITUI A LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISAAPARECIDAGIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP), e ao microempreendedor individual (MEI), doravante simplesmente denominadas ME, EPP e MEI, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE CATANDUVAS-SC.

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

Art. 2º O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às Microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da Administração Municipal:

- I - os incentivos fiscais;
- II - o incentivo à formalização de empreendimentos;
- III - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
- IV - a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;
- V - Parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- VI - a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

#### **CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO Seção I Da inscrição e baixa**



Art. 3º Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas deverão observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei Federal nº 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Parágrafo único. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial e opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da REDESIM.

## Seção II Do alvará

Art. 4º Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se como atividade de alto risco aquela que assim for definida pelo Comitê Gestor da REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 2º O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após o prazo de noventa (90) dias da notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo Comitê Gestor da REDESIM.

§ 3º Enquanto não estiver vigorando a Lei do Comitê Gestor, para a definição de alto risco, será utilizada a Resolução CONSEMA 102.

## CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 5º A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Art. 6º Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 7º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 8º Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de noventa (90) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.

§ 2º Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de ajuste de conduta - (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

## CAPÍTULO IV DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º As MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/06, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10. O MEI poderá optar pelo recolhimento do ISSQN em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 11. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03, e no Código Tributário do Município, devendo observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06 para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;  
II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicado pelo tomador à alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06;  
III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do município;  
IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste artigo;  
V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;  
VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município de Catanduvas(SC);  
VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

## Seção I Dos benefícios fiscais

Art. 12. Os MEIs, terão como benefício fiscal a redução a zero (0) dos valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença e ao cadastro do MEI - Micro Empreendedor Individual.

Parágrafo único. A redução a zero (0) das taxas anuais de licença de funcionamento, sanitária e bombeiros, vigirá apenas no primeiro exercício fiscal.

Art. 13. As empresas cuja atividade sejam escritórios de serviços contábeis deverão recolher o ISS fixo mensal de acordo com a Lei

Municipal 2669/2007, conforme dispõe o parágrafo 22-A do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 14. Os benefícios previstos nesta Lei, não constantes na Lei Complementar Federal nº 123/06, aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da ME e EPP nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 15. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEI - Micro Empreendedor Individual cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de notas fiscais de serviço.

## CAPÍTULO V DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente Lei.

§ 1º A função de agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - residir na área da comunidade em que atuar;
- II - ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento;
- III - ter concluído o ensino fundamental/primeiro grau.

§ 3º Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

## CAPÍTULO VI DO ACESSO AOS MERCADOS Seção I Das aquisições públicas

Art. 17. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei Complementar, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Catanduvas(SC).

Art. 18. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a Administração Pública Municipal deverá:

- I - divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte

- para a adequação dos seus processos produtivos;
- II - na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte;
- III - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

Art. 19. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 20. Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

- I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- II - inscrição no CNPJ para fins de qualificação;
- III - Inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

Art. 21. A comprovação de regularidade fiscal das MEs e EPPs será exigida para efeitos de contratação e para participação na habilitação.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois (2) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

§ 2º Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e, nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 22. As entidades contratantes deverão, nos casos de contratações cujo valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exigir dos licitantes para fornecimento de bens, serviços e obras a subcontratação de microem-

presa ou de empresa de pequeno porte em percentual mínimo de 5% (cinco por cento), sob pena de desclassificação, exceto para contratações em que não haja condições técnicas, de produto e de serviço, para fornecimento através de subcontratação.

§ 1º A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de trinta por cento (30%) do total lícitado.

§ 2º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

§ 4º A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta (30) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 5º A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 6º Os empenhos e os pagamentos do órgão ou da entidade da administração não poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 7º Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a Administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

§ 8º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 23. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

Art. 24. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a Administração Pública Municipal deverá reservar cota de até vinte e cinco por cento (25%) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de três (3) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.

§ 3º Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade quando a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar vinte e cinco por cento (25%).

§ 4º Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 25. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento (10%) superiores ao menor preço.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até cinco por cento (5%) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.

Art. 26. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II - não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 26, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 26 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 4º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou pela entidade licitante, e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válida para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.

Art. 27. Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 28. Não se aplica o disposto nos arts. 21 a 28, quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts.

24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

Art. 29. O valor licitado por meio do disposto nos arts. 21 a 28 não poderá exceder a vinte e cinco por cento (25%) do total licitado em cada ano civil.

Art. 30. Para fins do disposto nesta Lei, o enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 31. O Município de Catanduvas(SC) proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da Administração Municipal sobre o que dispõe esta Lei.

Art. 32. A Administração Pública Municipal definirá, em cento e oitenta (180) dias a contar da data da publicação desta Lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do Município, que não poderá ser inferior a vinte por cento (20%) e implantar controle estatístico para acompanhamento.

Art. 33. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a Administração Pública Municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

## Seção II Estímulo ao mercado local

Art. 34. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Em todos os anos, no dia 5 de outubro, Dia Nacional das Microempresas, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 36. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por esta Lei, especialmente, tendo em vista formalização dos empreendimentos informais.

Art. 37. A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 38. Toda a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000 - estimativa do impacto econômico financeiro, que deverá levar em consideração também as novas receitas indiretas produzidas.

Art. 39. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a

Lei Complementar nº 56, de 16 de novembro de 2009.

Catanduvas(SC), 22 de dezembro de 2010.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada nesta data.

## Lei N.º 2.292/2010

LEI N.º 2.292/2010, de 22 de dezembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

## I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Catanduvas para o Exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 16.974.240,00 (dezesesseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais).

## II - DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 15.801.600,00 (Quinze milhões, oitocentos e um mil e seiscentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 11.801.425,00 (Onze milhões, oitocentos e um mil e quatrocentos e vinte e cinco reais) e as Transferências Financeiras para os Fundos Municipais e Câmara de Vereadores em R\$ 4.000.175,00 (Quatro milhões e cento e setenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros abaixo, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 14.171.600,00
1.1 Receita Tributária	R\$ 1.367.600,00
1.2 Receitas de Contribuições	R\$ 404.800,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 54.020,00
1.6 Receita de Serviços	R\$ 10.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 12.138.640,00
1.9 Outras Receitas Correntes	R\$ 196.540,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.630.000,00
2.1 Operações de Crédito	R\$ 0,00
2.2 Alienação de Bens	R\$ 30.000,00
2.4 Transferências de Capital	R\$ 1.600.000,00
2.5 Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 15.801.600,00

## CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA DO EXECUTIVO

DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.732.225,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.744.988,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 100.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 3.887.237,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 3.054.200,00
Investimentos	R\$ 2.954.200,00
Amortização da Dívida	R\$ 100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 11.801.425,00



§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

02 - Gabinete do PREFEITO	R\$ 334.400,00
03 - SEC. MUN. DE ADM. GESTÃO E PLANEJ.	R\$ 1.588.575,00
04 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 5.027.060,00
06 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA	R\$ 3.936.390,00
07 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$ 900.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 15.000,00
SUB-TOTAL (I)	R\$ 11.801.425,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 0,00
SOMA	R\$ 11.801.425,00

#### RELAÇÃO DOS FUNDOS E CÂMARA:

FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRI. E DO ADOL.	R\$ 15.650,00
FUNDO MUN. DE SAÚDE	R\$ 3.667.565,00
FUNDO REEQ. DO BOMBEIRO - FUNREBOM	R\$ 157.200,00
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 577.200,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$ 755.200,00
SUB-TOTAL (II)	R\$ 5.172.815,00
TOTAL GERAL - ( I + II )	R\$ 16.974.240,00

#### II.1 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 943.740,00 (Novecentos e quarenta e três mil e setecentos e quarenta reais), fixa o recebimento de Transferências Financeiras

Em R\$ 2.723.825,00 (Dois milhões, setecentos e vinte e três mil e oitocentos e vinte e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.667.565,00 (Três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil e quinhentos e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 933.740,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 21.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 1.200,00
1.3 - Receitas de Serviços	R\$ 99.300,00
1.4 - Transferências Correntes	R\$ 810.540,00
1.5 - Outras Receitas Correntes	R\$ 1.700,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.000,00
2.1 - Alienação de Bens	R\$ 0,00
2.2 - Transferências de Capital	R\$ 10.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 2.723.825,00
TOTAL	R\$ 3.667.565,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.510.165,00
Pessoal e Encargos Sócios	R\$ 2.092.565,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.417.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 157.400,00
Investimentos	R\$ 157.400,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.667.565,00

#### II.2 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 4º O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais), fixa o recebimento de Transferências Financeiras em R\$ 14.050,00 (Quatorze mil e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 15.650,00 (Quinze mil e seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.600,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$ 0,00
1.2 - Outras Receitas Correntes	R\$ 1.600,00
2- TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 14.050,00
TOTAL	R\$ 15.650,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.650,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 3.650,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 12.000,00
Investimentos	R\$ 12.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 15.650,00

#### II.3 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Catanduvas/SC - FUNREBOM, para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 68.900,00 (Sessenta e oito mil e novecentos reais), fixa o recebimento de Transferências Financeiras em R\$ 88.300,00 (Oitenta e oito mil e trezentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 157.200,00 (Cento e cinquenta e sete mil e duzentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 68.900,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 67.900,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 0,00
1.3 - Transferências Correntes	R\$ 0,00
1.4 - Outras Receitas Correntes	R\$ 1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 0,00
2.2 - Outras Transferências de Capital	R\$ 0,00
SOMA	R\$ 0,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 88.300,00
TOTAL	R\$ 157.200,00

§ 2º A Despesa do FUNREBOM será realizada segundo a

apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 107.200,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 107.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 50.000,00
Investimentos	R\$ 50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 157.200,00

#### II.4 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 158.400,00 (Cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais), fixa o recebimento de Transferências Financeiras em R\$ 418.800,00 (Quatrocentos e dezoito mil e oitocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 577.200,00 (Quinhentos e setenta e sete mil e duzentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 158.400,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$ 0,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 158.400,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 0,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 0,00
2.2 - Outras Transferências de Capital	R\$ 0,00
SOMA	R\$ 158.400,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 418.800,00
TOTAL	R\$ 577.200,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 441.700,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 90.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 351.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 135.500,00
Investimentos	R\$ 135.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 577.200,00

#### II.5 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 7º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2011, fixa o recebimento de Transferências Financeiras em R\$ 755.200,00 (Setecentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 755.200,00 (Setecentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ 755.200,00
TOTAL	R\$ 755.200,00

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 625.200,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 426.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 199.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 130.000,00
Investimentos	R\$ 130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 755.200,00

Art. 8º Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas à menor demonstrado abaixo:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Frustração na Cobrança de Dívida Ativa	R\$ 1.000,00
II - Intempéries	R\$ 10.000,00
III - Despesas não orçadas ou Orçadas a menor	R\$ 4.000,00
TOTAL	R\$ 15.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de risco fiscal específico neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imperativos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 30 de Novembro de 2011, os riscos fiscais relacionados e passivos contingentes previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados, através de prévia autorização Legislativa por Lei específica, para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício (art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964).

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos (art. 7º, I e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320/1964).

III - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser efetivada se precedido de lei específica, exceto os de Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

IV - Mediante Lei específica, abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso à anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de um projeto, atividade, operação especial para outro, bem como fundos municipais (art. 7º, I e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/1964).

V - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

VI - Mediante Lei específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

VII - Mediante Lei específica, realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação de receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/1964.

VIII - Mediante Lei específica, realizar Operações de Crédito para atendimento a Despesas Correntes e de Capital, observado o limite de endividamento previsto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (artigos 30, 31 e 32) - Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF.

Art. 10. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, previsto no art. 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 12. A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2011.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 22 de dezembro de 2010.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

### **Portaria P/5084/10**

PORTARIA P/5084/10, de 28.12.2010

"Readmite temporariamente Elisabete da Costa de Lima"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, VI, da Lei Municipal nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

#### **RESOLVE:**

READMITIR, para cumprir o período da Licença Maternidade, Elisabete da Costa de Lima, ocupante das funções de Agente de Copa e Higienização, com (25:00 horas) semanais, até a data de 20 de fevereiro de 2011, quando encerra o período da Licença Maternidade de quatro meses, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período da readmissão: 18 de dezembro de 2010 a 20 de fevereiro de 2011.

A readmissão tem por objetivo assegurar o direito da Licença Maternidade à servidora, considerando que a mesma faz jus em face do caráter contratual.

Catanduvas, 28 de dezembro de 2010.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5079/10

**Balancete financeiro FIA**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	141,56	DESPESA ORCAMENTARIA	0,00
RECEITAS CORRENTES	141,56		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	138,93		
RECEITA PATRIMONIAL	2,63		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	0,00	> DESPESA PAGA	0,00
> SALDOS ANTERIORES	697,22	> SALDOS ATUAIS	838,78
APLICACOES FINANCEIRAS	526,11	APLICACOES FINANCEIRAS	528,65
BANCO DO BRASIL	171,11	BANCO DO BRASIL	171,20
		BB BESC	138,93
> TOTAL	838,78	> TOTAL	838,78

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



**Balancete financeiro FMAS**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	23.662,07	DESPESA ORCAMENTARIA	86.186,23
RECEITAS CORRENTES	23.662,07	ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.186,23
RECEITA PATRIMONIAL	15,31		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.646,76		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>26.389,40</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>194,70</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	194,70	PREVIDENCIA SOCIAL	194,70
INSS	194,70	INSS	194,70
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	26.194,70		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	26.194,70		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>86.186,23</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>47.845,01</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	86.186,23	CREDITO LIQUIDADO	47.845,01
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	47.845,01
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>41.785,85</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>43.797,61</b>
		APLICACOES FINANCEIRAS	365,09
BANCO DO BRASIL	39.819,60	BANCO DO BRASIL	42.740,61
BB BESC	1.966,25	BB BESC	691,91
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>178.023,55</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>178.023,55</b>

SECRETARIA DA SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Balancete financeiro FMS**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	210.446,84	DESPESA ORCAMENTARIA	316.454,23
RECEITAS CORRENTES	80.446,84	SAÚDE	316.454,23
RECEITA PATRIMONIAL	12,78		
RECEITA DE SERVIÇOS	4.340,65		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.950,43		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	142,98		
RECEITAS DE CAPITAL	130.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000,00		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>259.885,51</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>33.290,41</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	12.835,08	PREVIDENCIA SOCIAL	12.145,68
INSS	12.835,08	INSS	12.145,68
INSS	12.835,08	INSS	12.145,68
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	759,90	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	759,90
TESOURO NACIONAL	10.994,37	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.314,71
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	10.994,37	Assistência Médica UNIMED	1.314,71
IRRF / EMPRESAS	336,26	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	3.208,11
IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO	10.658,11	Empréstimo CEF	1.859,92
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	2.734,33	Empréstimo B. Brasil	1.348,19
Assistência Médica UNIMED	2.734,33	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	15.862,01
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	3.103,49	ASSERV	1.022,26
Empréstimo CEF	1.755,30	Taxa de Manutenção das Carteirinhas	269,76
Empréstimo B. Brasil	1.348,19	Desconto Sindicato	310,25
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	15.993,09	Emprest Consig BV Financeira	13.308,86
ASSERV	1.127,00	Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	950,88
Taxa de Manutenção das Carteirinhas	275,20		
Desconto Sindicato	331,15		
Emprest Consig BV Financeira	13.308,86		
Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	950,88		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	213.465,25		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	213.465,25		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>316.454,23</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>324.778,03</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	316.454,23	CREDITO LIQUIDADO	324.778,03
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	324.778,03
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>164.263,47</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>276.527,38</b>
		APLICACOES FINANCEIRAS	1.685,80
BANCO DO BRASIL	133.800,92	BANCO DO BRASIL	116.311,50
BB BESC	28.329,67	BB BESC	27.166,02
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.132,88	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	131.364,06
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>951.050,05</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>951.050,05</b>

SECRETARIA DE SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



**Balancete financeiro PMC**

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.290.799,11	DESPESA ORCAMENTARIA	841.096,03
RECEITAS CORRENTES	1.185.935,90	ADMINISTRAÇÃO	146.939,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	74.148,19	SEGURANÇA PÚBLICA	2.749,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	34.194,49	TRABALHO	5.259,98
RECEITA PATRIMONIAL	25.847,34	EDUCAÇÃO	353.855,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.039.181,60	CULTURA	21.414,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.564,28	URBANISMO	44.780,18
RECEITAS DE CAPITAL	104.863,21	AGRICULTURA	7.849,25
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	104.863,21	COMUNICAÇÕES	600,00
		TRANSPORTE	189.674,83
		DESPORTO E LAZER	5.628,28
		ENCARGOS ESPECIAIS	62.344,73
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>74.575,95</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>373.193,15</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	30.961,66	PREVIDENCIA SOCIAL	30.983,41
INSS	30.961,66	INSS	30.983,41
INSS	26.134,51	INSS	26.156,26
INSS/EMPRESA	4.827,15	INSS/EMPRESA	4.827,15
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	714,00	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	714,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	5.234,62	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	4.108,22
ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	5.234,62	ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	4.108,22
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.888,05	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.776,43
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	6.983,24	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	6.983,24
EMPRESTIMO CEF	6.904,81	EMPRESTIMO CEF	6.793,19
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	23.777,62	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	23.807,93
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.254,27	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.272,60
ASSERV	4.254,27	ASSERV	4.272,60
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	19.523,35	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	19.535,33
TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	794,24	TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	801,17
DESCONTO MASTERFARMA	64,79	DESCONTO MASTERFARMA	64,79
DESCONTO SINDICATO	657,33	DESCONTO SINDICATO	662,38
Emprest Consignacao BV Financeira	17.189,73	Emprest Consignacao BV Financeira	17.189,73
Emprestimo Carlos F. Rodrigues	563,82	Emprestimo Carlos F. Rodrigues	563,82
Multa de Transito	253,44	Multa de Transito	253,44
		Convênio a Pagar do exercício de 2009 pr	143,21
		REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	299.659,95
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC	26.194,70
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE	213.465,25
		REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES	60.000,00
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>841.096,03</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>883.366,51</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	841.096,03	CREDITO LIQUIDADO	883.366,51
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	883.366,51
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.291.143,50</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.399.958,90</b>
		APLICACOES FINANCEIRAS	706.035,59
BANCO DO BRASIL	644.032,86	BANCO DO BRASIL	517.723,46
BB BESC	570.852,04	BB BESC	132.148,46
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	76.258,60	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	44.051,39
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>3.497.614,59</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>3.497.614,59</b>

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Balancete financeiro FUNREBOM**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	5.812,76	DESPESA ORCAMENTARIA	83.853,79
RECEITAS CORRENTES	5.812,76	SEGURANÇA PÚBLICA	83.853,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.110,35		
RECEITA PATRIMONIAL	1.134,96		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.500,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	67,45		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	83.853,79	> DESPESA PAGA	3.958,17
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	83.853,79	CREDITO LIQUIDADO	3.958,17
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	3.958,17
> SALDOS ANTERIORES	180.709,64	> SALDOS ATUAIS	182.564,23
APLICACOES FINANCEIRAS	172.756,04	APLICACOES FINANCEIRAS	173.891,00
BANCO DO BRASIL	4.980,98	BANCO DO BRASIL	5.014,23
BB BESC	2.972,62	BB BESC	3.659,00
> TOTAL	270.376,19	> TOTAL	270.376,19

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



## Comparativo da despesa FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
20	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA I	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* " 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
						Estornos até o Mes		0,00	Pagos até o Mes		0,00	

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Comparativo da despesa FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
2076	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNIC	104.500,00	13.480,00	0,00	0,00	117.980,00	21.120,07	21.120,07	0,00	96.859,93	21.690,50	-570,43
30000000	DESPESAS CORRENTES	97.500,00	13.480,00	0,00	0,00	110.980,00	21.120,07	21.120,07	0,00	89.859,93	21.170,50	-50,43
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.500,00	13.480,00	0,00	0,00	110.980,00	21.120,07	21.120,07	0,00	89.859,93	21.170,50	-50,43
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	97.500,00	13.480,00	0,00	0,00	110.980,00	21.120,07	21.120,07	0,00	89.859,93	21.170,50	-50,43
33900000	* 50 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458,00	458,00	0,00	0,00	295,20	162,80
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298,00	298,00	0,00	0,00	0,00	298,00
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,38	1.800,38	0,00	0,00	1.517,00	283,38
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.206,75	-1.206,75
33903007	* 52 000067 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278,50	278,50	0,00	0,00	2.390,15	-2.111,65
33903014	* 50 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 50 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 50 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903014	* 50 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 50 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108,00	-1.108,00
33903016	* 63 000056 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,00	895,00	0,00	0,00	0,00	895,00
33903016	* 63 000056 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131,00	1.131,00	0,00	0,00	81,00	1.050,00
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	265,00	0,00	0,00	0,00	265,00
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364,00	-364,00
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	680,00	0,00	0,00	0,00	680,00
33903019	* 63 000056 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 63 000056 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,77	123,77	0,00	0,00	25,00	98,77
33903019	* 63 000056 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	207,61	-147,61
33903020	* " 000056 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000061 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 63 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	35,00	0,00
33903021	* 63 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78,00	-78,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	55,00	0,00	0,00	0,00	55,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,70	77,70	0,00	0,00	77,70	0,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 63 000056 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289,01	289,01	0,00	0,00	0,00	289,01
33903023	* " 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000006 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.655,10	-1.655,10
33903023	* " 000061 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 50 000006 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488,00	488,00	0,00	0,00	0,00	488,00
33903026	* " 000056 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000061 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 48 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000004 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903029	* " 000056 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000067 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000056 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	-1.540,00
33903030	* " 000067 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 63 000056 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* 63 000056 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 63 000056 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00	0,00	0,00	165,00	0,00
33903044	* 63 000056 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487,00	487,00	0,00	0,00	487,00	0,00
33903044	* 63 000056 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 52 000067 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,50	202,50	0,00	0,00	0,00	202,50
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278,06	278,06	0,00	0,00	0,00	278,06
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,25	82,25	0,00	0,00	0,00	82,25
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.183,20	1.183,20	0,00	0,00	1.755,55	-572,35
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 63 000056 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.061,70	1.061,70	0,00	0,00	327,20	734,50
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000005 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407,84	-407,84
33903203	* " 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000056 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216,70	-216,70
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.681,00	1.681,00	0,00	0,00	637,00	1.044,00
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 63 000056 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000006 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* 52 000061 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 52 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 52 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 52 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	945,00	945,00	0,00	0,00	756,50	188,50
33903699	* 52 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	951,20	-951,20
33903699	* 52 000067 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	2.136,00	214,00
33903916	* 50 000006 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
33903917	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 63 000056 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903949	* 63 000056 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* " 000056 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* 50 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* 52 000061 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000006 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903988	* " 000056 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000061 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	-750,00
33904710	* 52 000067 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00
33904710	* 52 000067 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	520,00	-520,00
44000000	INVESTIMENTOS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	520,00	-520,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	520,00	-520,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensili	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000061 aparelhos e utensili	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* 52 000067 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 52 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000067 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905236	* 52 000067 máquinas, instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,00	-520,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000061 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000067 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERA	120.000,00	53.000,00	0,00	13.000,00	160.000,00	54.736,76	54.736,76	0,00	105.263,24	15.685,77	39.050,99
30000000	DESPESAS CORRENTES	105.000,00	53.000,00	0,00	0,00	158.000,00	54.226,76	54.226,76	0,00	103.773,24	15.685,77	38.540,99
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.000,00	53.000,00	0,00	0,00	158.000,00	54.226,76	54.226,76	0,00	103.773,24	15.685,77	38.540,99
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	105.000,00	53.000,00	0,00	0,00	158.000,00	54.226,76	54.226,76	0,00	103.773,24	15.685,77	38.540,99
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,35	1.549,35	0,00	0,00	1.549,35	0,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00	0,00	170,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.810,39	7.810,39	0,00	0,00	674,10	7.136,29
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511,50	511,50	0,00	0,00	0,00	511,50
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363,00	363,00	0,00	0,00	0,00	363,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,60	111,60	0,00	0,00	0,00	111,60
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	75,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,00	578,00	0,00	0,00	0,00	578,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,65	31,65	0,00	0,00	0,00	31,65
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111,20	1.111,20	0,00	0,00	1.170,00	-58,80
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 00 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.535,48	7.535,48	0,00	0,00	1.734,12	5.801,36
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.145,85	5.145,85	0,00	0,00	1.369,50	3.776,35
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903914	* 00 000000 locação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	0,00	35,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903941	* 00 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	592,75	-592,75
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,00	0,00	580,00	0,00
33903967	* 00 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.670,00	9.670,00	0,00	0,00	510,00	9.160,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.368,74	18.368,74	0,00	0,00	7.260,95	11.107,79
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	13.000,00	2.000,00	510,00	510,00	0,00	1.490,00	0,00	510,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	13.000,00	2.000,00	510,00	510,00	0,00	1.490,00	0,00	510,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	13.000,00	2.000,00	510,00	510,00	0,00	1.490,00	0,00	510,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	CONSERVACAO E REFORMA DO CENTRO DE CO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	ESTUDOS SOCIOS ECONOMICOS E AUXILIO C	17.000,00	0,00	0,00	5.000,00	12.000,00	1.329,40	1.329,40	0,00	10.670,60	3.468,74	-2.139,34
30000000	DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	5.000,00	12.000,00	1.329,40	1.329,40	0,00	10.670,60	3.468,74	-2.139,34
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	5.000,00	12.000,00	1.329,40	1.329,40	0,00	10.670,60	3.468,74	-2.139,34
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.000,00	0,00	0,00	5.000,00	12.000,00	1.329,40	1.329,40	0,00	10.670,60	3.468,74	-2.139,34
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.329,40	1.329,40	0,00	0,00	3.468,74	-2.139,34
2084	TRANSFERENCIAS A CLUBE DE IDOSOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2085	TRANSFERENCIAS A CLUBES DE MAES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	TRANSFERENCIAS A APAE	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
2087	TRANSFERENCIAS AO PATRONATO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
2088	TRANSFERENCIAS A COMUNIDADE CASA ESPE	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1079	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CENTROS DE	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1080 IMPLANTACAO DE ACADEMIAS DE GINASTICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	294.500,00	66.480,00	0,00	10.000,00	350.980,00	85.676,23	85.676,23	0,00	265.303,77	47.325,01	38.351,22
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	294.500,00	66.480,00	0,00	10.000,00	350.980,00	85.676,23	85.676,23	0,00	265.303,77	47.325,01	38.351,22
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	75.000,00	0,00	0,00	5.000,00	70.000,00	9.000,00	9.000,00	0,00	61.000,00	7.000,00	2.000,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	7.000,00	2.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	219.500,00	66.480,00	0,00	5.000,00	280.980,00	76.676,23	76.676,23	0,00	204.303,77	40.325,01	36.351,22
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0150 000006 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,35	1.549,35	0,00	0,00	1.549,35	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00	0,00	170,00	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.810,39	7.810,39	0,00	0,00	674,10	7.136,29
33903007	* " 000004 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458,00	458,00	0,00	0,00	295,20	162,80
33903007	* " 000005 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298,00	298,00	0,00	0,00	0,00	298,00
33903007	* " 000006 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,38	1.800,38	0,00	0,00	1.517,00	283,38
33903007	* " 000056 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.206,75	-1.206,75
33903007	* " 000067 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278,50	278,50	0,00	0,00	2.390,15	-2.111,65
33903014	* " 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000005 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903014	* " 000061 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108,00	-1.108,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511,50	511,50	0,00	0,00	0,00	511,50
33903016	* " 000056 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,00	895,00	0,00	0,00	0,00	895,00
33903016	* " 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131,00	1.131,00	0,00	0,00	81,00	1.050,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363,00	363,00	0,00	0,00	0,00	363,00
33903017	* " 000004 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00
33903017	* " 000005 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	265,00	0,00	0,00	0,00	265,00
33903017	* " 000056 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364,00	-364,00
33903017	* " 000067 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	680,00	0,00	0,00	0,00	680,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000006 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,77	123,77	0,00	0,00	25,00	98,77
33903019	* " 000056 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	207,61	-147,61
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000056 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000061 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,60	111,60	0,00	0,00	0,00	111,60
33903021	* " 000056 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	35,00	0,00
33903021	* " 000061 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	75,00	0,00
33903022	* " 000005 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78,00	-78,00
33903022	* " 000006 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	55,00	0,00	0,00	0,00	55,00
33903022	* " 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,70	77,70	0,00	0,00	77,70	0,00
33903022	* " 000061 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000067 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289,01	289,01	0,00	0,00	0,00	289,01
33903023	* " 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000006 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.655,10	-1.655,10
33903023	* " 000061 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000006 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488,00	488,00	0,00	0,00	0,00	488,00



CPL Informática.

Pág. 007

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,00	578,00	0,00	0,00	0,00	578,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,65	31,65	0,00	0,00	0,00	31,65
33903026	* " 000056 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000061 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000004 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000056 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000067 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000056 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	-1.540,00
33903030	* " 000067 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111,20	1.111,20	0,00	0,00	1.170,00	-58,80
33903031	* " 000056 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* " 000056 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000004 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00	0,00	0,00	165,00	0,00
33903044	* " 000056 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487,00	487,00	0,00	0,00	487,00	0,00
33903044	* " 000067 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* " 000067 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000004 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,50	202,50	0,00	0,00	0,00	202,50
33903099	* " 000005 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278,06	278,06	0,00	0,00	0,00	278,06
33903099	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,25	82,25	0,00	0,00	0,00	82,25
33903099	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.183,20	1.183,20	0,00	0,00	1.755,55	-572,35
33903099	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000067 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.061,70	1.061,70	0,00	0,00	327,20	734,50
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.864,88	8.864,88	0,00	0,00	5.202,86	3.662,02
33903203	* " 000005 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407,84	-407,84
33903203	* " 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000056 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.145,85	5.145,85	0,00	0,00	1.369,50	3.776,35
33903299	* " 000004 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216,70	-216,70
33903299	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.681,00	1.681,00	0,00	0,00	637,00	1.044,00
33903299	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000067 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000006 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* " 000061 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	945,00	945,00	0,00	0,00	756,50	188,50
33903699	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	951,20	-951,20
33903699	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	2.136,00	214,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00
33903914	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	0,00	35,00

CPL Informática.

Pág. 008

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903916	* " 000006 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903941	* " 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* " 000056 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903949	* " 000056 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	592,75	-592,75
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,00	0,00	580,00	0,00
33903959	* " 000056 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903967	* " 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.670,00	9.670,00	0,00	0,00	510,00	9.160,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* " 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* " 000061 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000006 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000056 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.368,74	18.368,74	0,00	0,00	7.260,95	11.107,79
33903999	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000061 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	-750,00
33904710	* " 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00
33904710	* " 000067 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00	2.690,00	0,00	0,00	0,00	2.690,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	62.000,00	0,00	0,00	43.000,00	19.000,00	510,00	510,00	0,00	18.490,00	520,00	-10,00
44000000	INVESTIMENTOS	62.000,00	0,00	0,00	43.000,00	19.000,00	510,00	510,00	0,00	18.490,00	520,00	-10,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	62.000,00	0,00	0,00	43.000,00	19.000,00	510,00	510,00	0,00	18.490,00	520,00	-10,00
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000061 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* " 000067 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* " 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000067 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905236	* " 000067 máquinas, instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,00	-520,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000061 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000067 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		356.500,00	66.480,00	0,00	53.000,00	369.980,00	86.186,23	86.186,23	0,00	283.793,77	47.845,01	38.341,22
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	47.845,01	

SECRETARIA DA SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Comparativo da despesa FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	4.648,89	0,00	0,00	3.042.253,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.725.799,66	324.778,03	-8.323,80
2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	4.648,89	0,00	0,00	3.042.253,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.725.799,66	324.778,03	-8.323,80
10	SAÚDE	3.037.605,00	4.648,89	0,00	0,00	3.042.253,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.725.799,66	324.778,03	-8.323,80
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	4.648,89	0,00	0,00	3.017.953,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.701.499,66	324.778,03	-8.323,80
0025	SAÚDE PARA TODOS	3.013.305,00	4.648,89	0,00	0,00	3.017.953,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.701.499,66	324.778,03	-8.323,80
2089	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	726.005,00	4.648,89	0,00	0,00	730.653,89	60.561,82	60.561,82	0,00	670.092,07	109.834,65	-49.272,83
30000000	DESPESAS CORRENTES	726.005,00	4.648,89	0,00	0,00	730.653,89	60.561,82	60.561,82	0,00	670.092,07	109.834,65	-49.272,83
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	31.987,14	31.987,14	0,00	288.012,86	31.987,14	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	31.987,14	31.987,14	0,00	288.012,86	31.987,14	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	934,81	934,81	0,00	0,00	934,81	0,00
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.875,96	18.875,96	0,00	0,00	18.875,96	0,00
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.332,18	1.332,18	0,00	0,00	1.332,18	0,00
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470,24	470,24	0,00	0,00	470,24	0,00
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,33	6.507,33	0,00	0,00	6.507,33	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866,62	3.866,62	0,00	0,00	3.866,62	0,00
31909101	* 00 000000 precatórios ativo civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	406.005,00	4.648,89	0,00	0,00	410.653,89	28.574,68	28.574,68	0,00	382.079,21	77.847,51	-49.272,83
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	406.005,00	4.648,89	0,00	0,00	410.653,89	28.574,68	28.574,68	0,00	382.079,21	77.847,51	-49.272,83
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 02 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474,45	474,45	0,00	0,00	474,45	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	-72,00
33903004	* 02 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,80	100,80	0,00	0,00	1.021,20	-920,40
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.278,47	4.278,47	0,00	0,00	2.431,07	1.847,40
33903009	* 02 000000 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,00	221,00	0,00	0,00	5.122,75	-4.901,75
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00	110,00	0,00	0,00	36,00	74,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	-190,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474,64	474,64	0,00	0,00	2.057,68	-1.583,04
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	-45,00
33903025	* 02 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	663,00	-588,00
33903026	* 12 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,00	22,00	0,00	0,00	476,29	-454,29
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	126,00	-66,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* 02 000000 material hospitalar	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	425,18	425,18	0,00	0,00	5.363,18	-4.938,00
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.128,09	-5.128,09
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
33903046	* 02 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 00 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.341,22	13.341,22	0,00	0,00	15.085,11	-1.743,89
33903203	* 02 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* " 000000 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.435,00	-1.435,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	4.290,00	-90,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-545,50
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903916 * " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	-180,00
33903917 * " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,00	-84,00
33903919 * 02 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,00	415,00	0,00	0,00	2.041,45	-1.626,45
33903935 * 02 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.017,08	-2.017,08
33903944 * 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588,96	-588,96
33903947 * 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950 * 02 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	25.882,64	-22.132,64
33903957 * 02 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958 * " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.775,72	-1.775,72
33903959 * 02 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969 * 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978 * 02 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,34	-15,34
33903981 * 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983 * 02 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903999 * 02 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,92	126,92	0,00	0,00	0,00	126,92
33904710 * " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090 CONSERVACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	330,00	-330,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	330,00	-330,00
44000000 INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	330,00	-330,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	330,00	-330,00
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224 * 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	-330,00
44905234 * 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235 * 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE	1.352.300,00	0,00	0,00	0,00	1.352.300,00	155.767,80	155.767,80	54,42	1.196.532,20	112.652,51	43.115,29
30000000 DESPESAS CORRENTES	1.342.300,00	0,00	0,00	0,00	1.342.300,00	155.767,80	155.767,80	54,42	1.186.532,20	112.652,51	43.115,29
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	87.695,32	87.695,32	0,00	979.604,68	87.695,32	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	87.695,32	87.695,32	0,00	979.604,68	87.695,32	0,00
31900901 * 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.610,76	2.610,76	0,00	0,00	2.610,76	0,00
31901101 * 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.999,64	59.999,64	0,00	0,00	59.999,64	0,00
31901131 * 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124,90	1.124,90	0,00	0,00	1.124,90	0,00
31901137 * 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.382,99	3.382,99	0,00	0,00	3.382,99	0,00
31901142 * 02 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,79	457,79	0,00	0,00	457,79	0,00
31901143 * 02 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543,53	543,53	0,00	0,00	543,53	0,00
31901145 * 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793,06	793,06	0,00	0,00	793,06	0,00
31901199 * 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.859,60	6.859,60	0,00	0,00	6.859,60	0,00
31901302 * 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.923,05	11.923,05	0,00	0,00	11.923,05	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	68.072,48	68.072,48	54,42	206.927,52	24.957,19	43.115,29
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	68.072,48	68.072,48	54,42	206.927,52	24.957,19	43.115,29
33900000 * 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 * 0112 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043,79	1.043,79	0,00	0,00	1.043,79	0,00
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001 * 12 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.731,94	7.731,94	0,00	0,00	7.113,46	618,48
33903001 * 12 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004 * 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,80	100,80	0,00	0,00	165,20	-64,40
33903004 * 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,05	170,05	0,00	0,00	0,00	170,05
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729,52	-729,52
33903010 * 12 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,78	197,78	0,00	0,00	0,00	197,78
33903016 * 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.035,00	3.035,00	0,00	0,00	0,00	3.035,00
33903016 * 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 64 000008 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	460,00	0,00	0,00	0,00	460,00
33903019 * 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019 * 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	-460,00
33903024 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.640,54	6.640,54	0,00	0,00	884,65	5.755,89
33903025 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00	0,00	85,00
33903025 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,50	41,50	0,00	0,00	0,00	41,50
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036 * " 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036 * " 000060 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 70 000067 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.390,87	5.390,87	0,00	0,00	0,00	5.390,87
33903039 * 70 000067 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.624,00	-1.624,00
33903039 * 70 000067 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495,00	495,00	0,00	0,00	0,00	495,00
33903044 * 70 000067 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423,50	-423,50
33903099 * 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,80	59,80	0,00	0,00	0,00	59,80
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.191,23	14.191,23	0,00	0,00	1.705,00	12.486,23
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	-200,00
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202 * 70 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903203 * 64 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606 * 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
33903630 * 00 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00
33903916 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	45,00
33903917 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382,00	382,00	0,00	0,00	0,00	382,00
33903919 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.990,10	1.990,10	0,00	0,00	0,00	1.990,10
33903919 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151,38	1.151,38	0,00	0,00	0,00	1.151,38
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33,39	0,00	33,39	0,00	1.146,95	-1.146,95
33903944 * " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903944 * " 000008 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384,54	-384,54
33903947 * 12 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950 * 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.526,02	23.526,02	0,00	0,00	8.533,24	14.992,78
33903950 * 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950 * 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957 * 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00
33903958 * 64 000008 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,03	0,00	21,03	0,00	181,76	-181,76
33903978 * 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,00	112,00	0,00	0,00	4,48	107,52
33903981 * " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903995 * 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307,10	307,10	0,00	0,00	307,10	0,00
33904799 * 00 000000 outras obrigações tri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44905208 * 00 000000 aparelhos, equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233 * 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235 * 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092 MANUTENCAO DO PROGRAMA PSF	790.000,00	0,00	0,00	0,00	790.000,00	84.162,11	84.162,11	0,00	705.837,89	84.162,11	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	790.000,00	0,00	0,00	0,00	790.000,00	84.162,11	84.162,11	0,00	705.837,89	84.162,11	0,00
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	785.000,00	0,00	0,00	0,00	785.000,00	84.162,11	84.162,11	0,00	700.837,89	84.162,11	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	785.000,00	0,00	0,00	0,00	785.000,00	84.162,11	84.162,11	0,00	700.837,89	84.162,11	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499 * 70 000012 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.937,41	68.937,41	0,00	0,00	68.937,41	0,00
31900901 * 70 000012 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900901 * 70 000012 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900901 * 70 000012 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194,80	194,80	0,00	0,00	194,80	0,00
31901302 * 70 000010 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302 * 70 000010 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.029,90	15.029,90	0,00	0,00	15.029,90	0,00
31901302 * 70 000010 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33903004 * 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020 * 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030 * 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044 * 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957 * 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1093 CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	15.962,50	15.962,50	0,00	104.037,50	0,00	15.962,50
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	15.962,50	15.962,50	0,00	104.037,50	0,00	15.962,50
44000000 INVESTIMENTOS	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	15.962,50	15.962,50	0,00	104.037,50	0,00	15.962,50
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	15.962,50	15.962,50	0,00	104.037,50	0,00	15.962,50
44900000 * 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191 * " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191 * " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191 * " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905198 * 00 000000 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.962,50	15.962,50	0,00	0,00	0,00	15.962,50

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1094 AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	17.798,76	-17.798,76
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	17.798,76	-17.798,76
44000000 INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	17.798,76	-17.798,76
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	17.798,76	-17.798,76
44905208 * " 000000 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905208 * " 000055 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212 * " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212 * " 000055 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233 * 23 000055 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * 23 000055 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252 * " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252 * " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299 * " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.416,26	-4.416,26
44905299 * " 000055 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.382,50	-13.382,50
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
0025 SAÚDE PARA TODOS	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
2095 MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33903001 * 12 000015 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903009 * 12 000015 material farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 12 000015 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028 * 12 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 12 000015 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919 * 12 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 12 000015 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710 * 12 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
44905204 * 12 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230 * 12 000015 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00
0025 SAÚDE PARA TODOS	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00
2096 MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGI	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
33903007 * 12 000016 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 12 000016 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 12 000016 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 12 000016 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028 * 12 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030 * 12 000016 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039 * 12 000016 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044 * 12 000016 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 12 000016 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903916 * 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917 * 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919 * 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947 * 12 000016 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957 * 12 000016 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959 * 12 000016 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980 * 12 000016 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44905212 * 12 000016 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * 12 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.037.605,00</b>	<b>4.648,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.042.253,89</b>	<b>316.454,23</b>	<b>316.454,23</b>	<b>54,42</b>	<b>2.725.799,66</b>	<b>324.778,03</b>	<b>-8.323,80</b>



CPL Informática.

Pág. 007

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.870.455,00	4.648,89	0,00	0,00	2.875.103,89	300.491,73	300.491,73	54,42	2.574.612,16	306.649,27	-6.157,54
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.172.300,00	0,00	0,00	0,00	2.172.300,00	203.844,57	203.844,57	0,00	1.968.455,43	203.844,57	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.172.300,00	0,00	0,00	0,00	2.172.300,00	203.844,57	203.844,57	0,00	1.968.455,43	203.844,57	0,00
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499	* " 000010 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499	* " 000011 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499	* " 000012 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.937,41	68.937,41	0,00	0,00	68.937,41	0,00
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.545,57	3.545,57	0,00	0,00	3.545,57	0,00
31900901	* " 000010 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900901	* " 000012 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194,80	194,80	0,00	0,00	194,80	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.875,60	78.875,60	0,00	0,00	78.875,60	0,00
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124,90	1.124,90	0,00	0,00	1.124,90	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.715,17	4.715,17	0,00	0,00	4.715,17	0,00
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,79	457,79	0,00	0,00	457,79	0,00
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543,53	543,53	0,00	0,00	543,53	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.263,30	1.263,30	0,00	0,00	1.263,30	0,00
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.366,93	13.366,93	0,00	0,00	13.366,93	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,67	15.789,67	0,00	0,00	15.789,67	0,00
31901302	* " 000010 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.029,90	15.029,90	0,00	0,00	15.029,90	0,00
31901302	* " 000011 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909101	* " 000000 precatórios ativo ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	698.155,00	4.648,89	0,00	0,00	702.803,89	96.647,16	96.647,16	54,42	606.156,73	102.804,70	-6.157,54
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	698.155,00	4.648,89	0,00	0,00	702.803,89	96.647,16	96.647,16	54,42	606.156,73	102.804,70	-6.157,54
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0102 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0112 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,24	1.518,24	0,00	0,00	1.518,24	0,00
33901414	* " 000008 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000055 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.731,94	7.731,94	0,00	0,00	7.185,46	546,48
33903001	* " 000008 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* " 000015 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201,60	201,60	0,00	0,00	1.186,40	-984,80
33903004	* " 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.448,52	4.448,52	0,00	0,00	2.431,07	2.017,45
33903007	* " 000008 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* " 000016 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* " 000067 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729,52	-729,52
33903009	* " 000000 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,00	221,00	0,00	0,00	5.122,75	-4.901,75
33903009	* " 000015 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903010	* " 000000 material odontológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,78	197,78	0,00	0,00	0,00	197,78
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.145,00	3.145,00	0,00	0,00	36,00	3.109,00
33903016	* " 000008 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000016 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	-190,00
33903017	* " 000008 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000015 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000016 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 008

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	460,00	0,00	0,00	0,00	460,00
33903019	* " 000008 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000060 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000067 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	-460,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474,64	474,64	0,00	0,00	2.057,68	-1.583,04
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.640,54	6.640,54	0,00	0,00	929,65	5.710,89
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	663,00	-503,00
33903025	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,50	63,50	0,00	0,00	476,29	-412,79
33903026	* " 000016 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000067 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	126,00	-66,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000016 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425,18	425,18	0,00	0,00	5.363,18	-4.938,00
33903036	* " 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* " 000060 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.390,87	5.390,87	0,00	0,00	5.128,09	262,78
33903039	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.624,00	-1.624,00
33903039	* " 000015 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000016 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000067 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495,00	495,00	0,00	0,00	0,00	495,00
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
33903044	* " 000016 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000067 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423,50	-423,50
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,80	59,80	0,00	0,00	0,00	59,80
33903099	* " 000016 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.532,45	27.532,45	0,00	0,00	16.790,11	10.742,34
33903202	* " 000008 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000013 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	-200,00
33903202	* " 000055 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
33903630	* " 000000 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	1.435,00	-1.085,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	4.290,00	-90,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-545,50
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	180,00	-135,00
33903916	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382,00	382,00	0,00	0,00	84,00	298,00
33903917	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.405,10	2.405,10	0,00	0,00	2.041,45	363,65
33903919	* " 000008 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903935	* " 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151,38	1.151,38	0,00	0,00	2.017,08	-865,70
33903943	* " 000008 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33,39	0,00	33,39	0,00	1.146,95	-1.146,95
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588,96	-588,96
33903944	* " 000008 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384,54	-384,54
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* " 000016 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.276,02	27.276,02	0,00	0,00	34.415,88	-7.139,86
33903950	* " 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* " 000055 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00
33903957	* " 000016 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.775,72	-1.775,72
33903958	* " 000008 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,03	0,00	21,03	0,00	181,76	-181,76
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* " 000016 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,00	112,00	0,00	0,00	19,82	92,18
33903980	* " 000016 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903995	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	434,02	434,02	0,00	0,00	307,10	126,92
33903999	* " 000015 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904799	* " 000000 outras obrigações tr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	167.150,00	0,00	0,00	0,00	167.150,00	15.962,50	15.962,50	0,00	151.187,50	18.128,76	-2.166,26
44000000	INVESTIMENTOS	167.150,00	0,00	0,00	0,00	167.150,00	15.962,50	15.962,50	0,00	151.187,50	18.128,76	-2.166,26
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	167.150,00	0,00	0,00	0,00	167.150,00	15.962,50	15.962,50	0,00	151.187,50	18.128,76	-2.166,26
44900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905198	* " 000000 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.962,50	15.962,50	0,00	0,00	0,00	15.962,50
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905204	* " 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905208	* " 000000 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905208	* " 000055 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000016 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000055 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	-330,00

CPL Informática.

Pág. 010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905230 * " 000015 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233 * " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233 * " 000055 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234 * " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235 * " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * " 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * " 000055 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252 * " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252 * " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299 * " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.416,26	-4.416,26
44905299 * " 000055 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.382,50	-13.382,50
TOTAL GERAL	3.037.605,00	4.648,89	0,00	0,00	3.042.253,89	316.454,23	316.454,23	54,42	2.725.799,66	324.778,03	-8.323,80
						Estornos até o Mes	54,42		Pagos até o Mes	324.778,03	

SECRETARIA DE SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Comparativo da despesa FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNRE	184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
4001	FUNREBOM	184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
06	SEGURANÇA PÚBLICA	184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
182	DEFESA CIVIL	184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
0070	ADMINISTRAÇÃO GERAL	184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
2097	MANUTENCAO DO FUNREBOM	135.000,00	10.000,00	0,00	31.000,00	114.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	94.338,80	3.958,17	15.703,03
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,79	732,79	0,00	0,00	31,10	701,69
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,00	-202,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,12	57,12	0,00	0,00	0,00	57,12
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404,75	-404,75
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.374,00	15.374,00	0,00	0,00	0,00	15.374,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	0,00	724,00
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	-190,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041,10	1.041,10	0,00	0,00	1.041,10	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838,00	-838,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00	1.650,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-39,31	0,00	39,31	0,00	485,82	-485,82
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537,32	-537,32
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,08	-111,08
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,00	117,00	0,00	0,00	117,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,50	4,50	0,00	0,00	0,00	4,50
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00	0,00	0,00	31.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	65.000,00	0,00	0,00	31.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	65.000,00	0,00	0,00	31.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	TRANSFERENCIAS AO FUNREBOM	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
1100 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DA SEDE	33.200,00	21.000,00	0,00	0,00	54.200,00	64.192,59	64.192,59	0,00	-9.992,59	0,00	64.192,59
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	33.200,00	21.000,00	0,00	0,00	54.200,00	64.192,59	64.192,59	0,00	-9.992,59	0,00	64.192,59
44000000 INVESTIMENTOS	33.200,00	21.000,00	0,00	0,00	54.200,00	64.192,59	64.192,59	0,00	-9.992,59	0,00	64.192,59
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	33.200,00	21.000,00	0,00	0,00	54.200,00	64.192,59	64.192,59	0,00	-9.992,59	0,00	64.192,59
44905191 * " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191 * " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199 * 24 000055 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.166,91	32.166,91	0,00	0,00	0,00	32.166,91
44905199 * 24 000055 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.025,68	32.025,68	0,00	0,00	0,00	32.025,68
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>184.400,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>184.400,00</b>	<b>83.853,79</b>	<b>83.853,79</b>	<b>39,31</b>	<b>100.546,21</b>	<b>3.958,17</b>	<b>79.895,62</b>

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	80.000,00	19.661,20	19.661,20	39,31	60.338,80	3.958,17	15.703,03
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,79	732,79	0,00	0,00	31,10	701,69
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,00	-202,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,12	57,12	0,00	0,00	0,00	57,12
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404,75	-404,75
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.374,00	15.374,00	0,00	0,00	0,00	15.374,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	0,00	724,00
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	-190,00
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041,10	1.041,10	0,00	0,00	1.041,10	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838,00	-838,00
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00	1.650,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-39,31	0,00	39,31	0,00	485,82	-485,82
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537,32	-537,32
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,08	-111,08
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,00	117,00	0,00	0,00	117,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,50	4,50	0,00	0,00	0,00	4,50
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	114.400,00	21.000,00	0,00	31.000,00	104.400,00	64.192,59	64.192,59	0,00	40.207,41	0,00	64.192,59
44000000	INVESTIMENTOS	114.400,00	21.000,00	0,00	31.000,00	104.400,00	64.192,59	64.192,59	0,00	40.207,41	0,00	64.192,59
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	114.400,00	21.000,00	0,00	31.000,00	104.400,00	64.192,59	64.192,59	0,00	40.207,41	0,00	64.192,59
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.166,91	32.166,91	0,00	0,00	0,00	32.166,91
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.025,68	32.025,68	0,00	0,00	0,00	32.025,68
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		184.400,00	31.000,00	0,00	31.000,00	184.400,00	83.853,79	83.853,79	39,31	100.546,21	3.958,17	79.895,62
						Estornos até o Mes		39,31		Pagos até o Mes		3.958,17

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
CLAUDINEI ANTONIO SELLATÉCNICO EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

## Comparativo da despesa PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
02	GABINETE PREFEITO E VICE	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
0201	GABINETE DO PREFEITO	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
04	ADMINISTRAÇÃO	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
0006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
2004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
30000000	DESPESAS CORRENTES	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	283.941,27	23.115,96	-57,23
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	280.000,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	256.941,27	23.058,73	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	280.000,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	23.058,73	23.058,73	0,00	256.941,27	23.058,73	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.409,67	18.409,67	0,00	0,00	18.409,67	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490,89	490,89	0,00	0,00	490,89	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901301	* 00 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.158,17	4.158,17	0,00	0,00	4.158,17	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	57,23	-57,23
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	57,23	-57,23
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,23	-57,23
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.326.000,00	123.880,56	123.880,56	0,00	1.202.119,44	148.916,64	-25.036,08
0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GE	1.281.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.326.000,00	123.880,56	123.880,56	0,00	1.202.119,44	148.916,64	-25.036,08
04	ADMINISTRAÇÃO	1.281.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.326.000,00	123.880,56	123.880,56	0,00	1.202.119,44	148.916,64	-25.036,08
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.326.000,00	123.880,56	123.880,56	0,00	1.202.119,44	148.916,64	-25.036,08
0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.326.000,00	123.880,56	123.880,56	0,00	1.202.119,44	148.916,64	-25.036,08
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETAR	1.068.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.113.000,00	118.626,06	118.626,06	0,00	994.373,94	136.431,36	-17.805,30
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	45.000,00	0,00	0,00	1.088.000,00	117.558,06	117.558,06	0,00	970.441,94	136.431,36	-18.873,30
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00	53.112,24	53.112,24	0,00	449.887,76	53.112,24	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00	53.112,24	53.112,24	0,00	449.887,76	53.112,24	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.572,53	14.572,53	0,00	0,00	14.572,53	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.517,87	19.517,87	0,00	0,00	19.517,87	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.710,68	5.710,68	0,00	0,00	5.710,68	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,33	2.208,33	0,00	0,00	2.208,33	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,96	169,96	0,00	0,00	169,96	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	849,81	849,81	0,00	0,00	849,81	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	736,43	736,43	0,00	0,00	736,43	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,00	102,00	0,00	0,00	102,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.244,63	9.244,63	0,00	0,00	9.244,63	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.000,00	45.000,00	0,00	0,00	585.000,00	64.445,82	64.445,82	0,00	520.554,18	83.319,12	-18.873,30
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	540.000,00	45.000,00	0,00	0,00	585.000,00	64.445,82	64.445,82	0,00	520.554,18	83.319,12	-18.873,30
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.026,51	7.026,51	0,00	0,00	7.026,51	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	708,09	708,09	0,00	0,00	0,00	708,09
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,00	-114,00

CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	623,53	623,53	0,00	0,00	134,15	489,38
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772,20	772,20	0,00	0,00	6.766,60	-5.994,40
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00	-105,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,88	-8,88
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324,37	324,37	0,00	0,00	35,83	288,54
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,90	-460,90
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,11	-82,11
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,00	-34,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	78,00	22,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00	0,00	0,00	321,00	-306,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	611,00	-611,00
33903046	* 00 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* 00 000000 bandeiras, flâmulas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,00	-895,00
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	-360,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	-66,00
33903645	* 00 000000 jetons a conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	3.817,00	0,00
33903696	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.880,00	23.880,00	0,00	0,00	22.627,40	1.252,60
33903910	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,18	-1.900,18
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	0,00	0,00	90,00	-60,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346,80	-1.346,80
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,00	-112,00
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903935	* 00 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,73	59,73	0,00	0,00	1.616,73	-1.557,00
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	755,82	-755,82
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	8.170,72	-4.420,72
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	350,00	-110,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	4.359,14	-1.359,14
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,20	-500,20
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903979	* 00 000000 serviços de apoio adm	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.741,27	3.741,27	0,00	0,00	3.801,27	-60,00
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,45	880,45	0,00	0,00	706,65	173,80
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.398,94	8.398,94	0,00	0,00	8.487,50	-88,56
33904701	* 00 000000 imposto sobre proprie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.678,73	1.678,73	0,00	0,00	2.278,73	-600,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	1.068,00	1.068,00	0,00	23.932,00	0,00	1.068,00
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	1.068,00	1.068,00	0,00	23.932,00	0,00	1.068,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	1.068,00	1.068,00	0,00	23.932,00	0,00	1.068,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188,00	188,00	0,00	0,00	0,00	188,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	880,00	0,00	0,00	0,00	880,00
44905236	* 00 000000 máquinas, instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	CONSERVACAO DO PREDIO DA PREFEITURA	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
2007	CONTRIBUICOES A ENTIDADES MUNICIPALIS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.230,78	-7.230,78
30000000	DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.230,78	-7.230,78
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.230,78	-7.230,78
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.230,78	-7.230,78
33503999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.230,78	-7.230,78
2008	CONTRIBUICOES A ENTIDADES E ASSOCIACAO	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.254,50	5.254,50	0,00	52.345,50	5.254,50	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.254,50	5.254,50	0,00	52.345,50	5.254,50	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.254,50	5.254,50	0,00	52.345,50	5.254,50	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.254,50	5.254,50	0,00	52.345,50	5.254,50	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.254,50	5.254,50	0,00	0,00	5.254,50	0,00
2010	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE BAIRRO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2011	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE FUNCIO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2013	DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00
31711199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31711399	* 00 000000 outras obrigações pat	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	DESPESA CORRENTE (CIGA)	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00
33710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00
33713999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
2015	CAPITAL (CIGA)	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00
44715299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1012	REFORMA E AMPLIACAO DO PREDIO DA PREF	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICACOES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
04	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	4.305.425,00	123.707,86	0,00	0,00	4.429.132,86	381.498,47	381.498,47	2.861,73	4.047.634,39	354.694,26	26.804,21
0401	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	116.707,86	0,00	0,00	4.039.132,86	336.282,09	336.282,09	40,00	3.702.850,77	319.807,90	16.474,19
12	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	116.707,86	0,00	0,00	4.039.132,86	336.282,09	336.282,09	40,00	3.702.850,77	319.807,90	16.474,19
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
2016	MERENDA ESCOLAR	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
30000000	DESPESAS CORRENTES	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
33900000	APLICACOES DIRETAS	101.000,00	13.260,00	0,00	0,00	114.260,00	13.596,97	13.596,97	0,00	100.663,03	16.317,08	-2.720,11
33900000	* 60 000051 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 60 000051 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346,62	-1.346,62
33903203	* 60 000051 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713,96	713,96	0,00	0,00	0,00	713,96
33903203	* 60 000051 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.883,01	12.883,01	0,00	0,00	14.970,46	-2.087,45
361	ENSINO FUNDAMENTAL	3.696.425,00	103.447,86	0,00	0,00	3.799.872,86	322.685,12	322.685,12	40,00	3.477.187,74	302.438,07	20.247,05
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	3.696.425,00	103.447,86	0,00	0,00	3.799.872,86	322.685,12	322.685,12	40,00	3.477.187,74	302.438,07	20.247,05
2017	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUND	2.928.225,00	20.000,00	0,00	0,00	2.948.225,00	254.994,92	254.994,92	40,00	2.693.230,08	251.095,93	3.898,99
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.893.225,00	20.000,00	0,00	0,00	2.913.225,00	254.994,92	254.994,92	40,00	2.658.230,08	250.977,33	4.017,59
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.391.750,00	0,00	0,00	0,00	2.391.750,00	203.576,76	203.576,76	0,00	2.188.173,24	203.576,76	0,00
31900000	APLICACOES DIRETAS	2.391.750,00	0,00	0,00	0,00	2.391.750,00	203.576,76	203.576,76	0,00	2.188.173,24	203.576,76	0,00
31900499	* 01 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.991,29	17.991,29	0,00	0,00	17.991,29	0,00
31900901	* 18 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.265,59	3.265,59	0,00	0,00	3.265,59	0,00
31901101	* 18 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.688,47	90.688,47	0,00	0,00	90.688,47	0,00
31901131	* 18 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.198,13	29.198,13	0,00	0,00	29.198,13	0,00
31901137	* 18 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.195,86	10.195,86	0,00	0,00	10.195,86	0,00
31901142	* 18 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	579,21	579,21	0,00	0,00	579,21	0,00
31901143	* 18 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517,28	517,28	0,00	0,00	517,28	0,00
31901145	* 18 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193,05	193,05	0,00	0,00	193,05	0,00
31901199	* 18 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.830,02	16.830,02	0,00	0,00	16.830,02	0,00
31901302	* 18 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.117,86	34.117,86	0,00	0,00	34.117,86	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	501.475,00	20.000,00	0,00	0,00	521.475,00	51.418,16	51.418,16	40,00	470.056,84	47.400,57	4.017,59
33900000	APLICACOES DIRETAS	501.475,00	20.000,00	0,00	0,00	521.475,00	51.418,16	51.418,16	40,00	470.056,84	47.400,57	4.017,59
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 01 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.746,53	1.746,53	0,00	0,00	1.746,53	0,00
33903001	* 19 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.082,00	9.082,00	0,00	0,00	7.772,62	1.309,38
33903004	* 01 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	454,00	454,00	0,00	0,00	1.266,00	-812,00
33903007	* 19 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.512,00	3.512,00	0,00	0,00	3.512,00	0,00
33903014	* 19 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.239,00	2.239,00	0,00	0,00	2.239,00	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903017 * " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	-65,00
33903021 * 01 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,90	72,90	0,00	0,00	0,00	72,90
33903022 * 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023 * 01 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,00	444,00	0,00	0,00	0,00	444,00
33903024 * 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.003,47	3.003,47	0,00	0,00	2.869,15	134,32
33903025 * " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 01 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363,96	363,96	0,00	0,00	167,56	196,40
33903028 * 01 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,50	57,50	0,00	0,00	124,79	-67,29
33903029 * " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030 * 01 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,00	43,00	0,00	0,00	0,00	43,00
33903039 * 19 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.314,40	5.314,40	0,00	0,00	538,00	4.776,40
33903044 * " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046 * " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099 * 01 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.611,15	1.611,15	0,00	0,00	0,00	1.611,15
33903201 * 01 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299 * 01 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,90	135,90	0,00	0,00	0,00	135,90
33903607 * 01 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.240,90	11.240,90	0,00	0,00	5.275,40	5.965,50
33903699 * " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.030,00	-4.030,00
33903901 * " 000000 assinatura de periód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905 * " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916 * 19 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	439,00	439,00	0,00	0,00	485,00	-46,00
33903917 * 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	65,00	0,00	0,00	453,00	-388,00
33903919 * 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.480,50	2.480,50	0,00	0,00	1.357,50	1.123,00
33903920 * " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926 * 01 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964,00	2.964,00	0,00	0,00	1.444,00	1.520,00
33903935 * 00 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 19 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562,42	1.562,42	0,00	0,00	4.764,91	-3.202,49
33903944 * 19 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.374,09	-4.374,09
33903949 * 01 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490,00	490,00	0,00	0,00	240,00	250,00
33903957 * 01 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	190,00	40,00	0,00	570,00	-380,00
33903958 * 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,49	-219,49
33903959 * 19 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
33903969 * 01 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.454,53	1.454,53	0,00	0,00	1.454,53	0,00
33903974 * 19 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983 * 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00
33903999 * 01 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
33904710 * 01 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00
33909247 * 01 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,00	632,00	0,00	0,00	632,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	118,60	-118,60
44000000 INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	118,60	-118,60
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	118,60	-118,60
44905212 * 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,60	-118,60
44905233 * 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235 * 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240 * 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242 * 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257 * 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019 MATERIAL ESCOLAR	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	TRANSPORTE ESCOLAR/MANUTENÇÃO EDUCAÇÃ	428.200,00	83.447,86	0,00	0,00	511.647,86	67.690,20	67.690,20	0,00	443.957,66	51.342,14	16.348,06
30000000	DESPESAS CORRENTES	428.200,00	83.447,86	0,00	0,00	511.647,86	67.690,20	67.690,20	0,00	443.957,66	51.342,14	16.348,06
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	428.200,00	83.447,86	0,00	0,00	511.647,86	67.690,20	67.690,20	0,00	443.957,66	51.342,14	16.348,06
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	428.200,00	83.447,86	0,00	0,00	511.647,86	67.690,20	67.690,20	0,00	443.957,66	51.342,14	16.348,06
33903014	* 22 000049 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249,90	249,90	0,00	0,00	1.860,00	-1.610,10
33903024	* 22 000049 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.408,00	5.408,00	0,00	0,00	0,00	5.408,00
33903039	* 22 000049 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.847,50	1.847,50	0,00	0,00	4.573,50	-2.726,00
33903099	* 22 000049 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.067,00	3.067,00	0,00	0,00	0,00	3.067,00
33903916	* 22 000052 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 22 000052 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131,00	131,00	0,00	0,00	0,00	131,00
33903919	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.532,00	3.532,00	0,00	0,00	0,00	3.532,00
33903920	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* 22 000055 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,57	-415,57
33903926	* 22 000055 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.921,00	4.921,00	0,00	0,00	5.265,96	-344,96
33903926	* 22 000055 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.533,80	48.533,80	0,00	0,00	39.227,11	9.306,69
2022	CONSERVACAO, AQUISICAO DE MAQUINAS E	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
2026	CONSERVACAO E REFORMA DE ESPACOS EDUC	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
1021	AQUISICAO DE VEICULOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1025	CONSTRUCAO E REFORMA DE ABRIGOS PARA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1027	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS EDU	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00
1028	CENTROS DE INCLUSAO DIGITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	1.052,75	-1.052,75
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	1.052,75	-1.052,75
2018	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	1.052,75	-1.052,75
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.052,75	-1.052,75
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	1.052,75	-1.052,75

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	1.052,75	-1.052,75
33903017	* 01 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 01 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	-780,00
33903639	* 01 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 01 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272,75	-272,75
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1029	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CRECHES	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44905191	* 19 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0402	DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
12	EDUCAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO M	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0403	DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
12	EDUCAÇÃO	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
2024	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
30000000	DESPESAS CORRENTES	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	7.000,00	0,00	0,00	67.000,00	17.573,44	17.573,44	0,00	49.426,56	11.898,72	5.674,72
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	160,00	160,00	0,00	9.840,00	600,00	-440,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	600,00	-440,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	7.000,00	0,00	0,00	57.000,00	17.413,44	17.413,44	0,00	39.586,56	11.298,72	6.114,72
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.413,44	17.413,44	0,00	0,00	11.298,72	6.114,72
0404	DIVISÃO DE ESPORTES	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	217.371,72	7.455,96	-1.827,68
27	DESPORTO E LAZER	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	217.371,72	7.455,96	-1.827,68
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	217.371,72	7.455,96	-1.827,68
0021	ESPORTE É VIDA	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	217.371,72	7.455,96	-1.827,68
2035	APOIO AO ESPORTE AMADOR	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	172.371,72	7.455,96	-1.827,68
30000000	DESPESAS CORRENTES	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	5.628,28	5.628,28	2.821,73	172.371,72	7.455,96	-1.827,68
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.415,51	1.415,51	0,00	0,00	1.415,51	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,78	70,78	0,00	0,00	70,78	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	4.141,99	4.141,99	2.821,73	75.858,01	5.969,67	-1.827,68
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	4.141,99	4.141,99	2.821,73	75.858,01	5.969,67	-1.827,68
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481,28	481,28	0,00	0,00	481,28	0,00
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,93	-650,93
33903014 * 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	-252,00
33903023 * 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029 * 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031 * 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,80	1.996,80	0,00	0,00	398,00	1.598,80
33903099 * 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299 * 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,03	1.058,03	0,00	0,00	0,00	1.058,03
33903622 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699 * 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.458,26	2.494,62	36,36	0,00	2.801,92	-307,30
33903944 * 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474,92	-474,92
33903958 * 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.785,37	0,00	2.785,37	0,00	76,08	-76,08
33903959 * 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978 * 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980 * 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999 * 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	932,99	932,99	0,00	0,00	834,54	98,45
33904710 * 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036 CONSERVACAO DE ESPACOS DE ESPORTES E	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44905235 * 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1034 CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS ESP	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
0405 DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	22.014,66	22.014,66	0,00	67.985,34	15.531,68	6.482,98
13 CULTURA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	28.585,34	14.109,72	7.304,94
392 DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	28.585,34	14.109,72	7.304,94
0049 CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	28.585,34	14.109,72	7.304,94
2030 MANUTENCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS E	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	23.585,34	14.109,72	7.304,94
30000000 DESPESAS CORRENTES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	18.585,34	13.610,72	7.803,94
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	18.585,34	13.610,72	7.803,94
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	21.414,66	21.414,66	0,00	18.585,34	13.610,72	7.803,94
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	943,17	-463,17
33903014 * 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.998,00	1.998,00	0,00	0,00	0,00	1.998,00
33903016 * 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023 * 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.076,39	3.076,39	0,00	0,00	0,00	3.076,39
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112,60	1.112,60	0,00	0,00	0,00	1.112,60



CPL Informática.

Pág. 009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,50	86,50	0,00	0,00	0,00	86,50
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	804,00	804,00	0,00	0,00	0,00	804,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.342,06	5.342,06	0,00	0,00	217,20	5.124,86
33903616	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	840,00	0,00	0,00	840,00	0,00
33903904	* 00 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903910	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903914	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	-3.000,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,22	-224,22
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	-72,24
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,28	-224,28
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	-600,00
33903980	* 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.675,11	7.675,11	0,00	0,00	5.489,61	2.185,50
33909231	* 00 000000 premiações culturais,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	499,00	-499,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	499,00	-499,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	499,00	-499,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257	* 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	-499,00
2032	CONSERVACAO DE ESPACOS CULTURAIS E AR	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
24	COMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.421,96	-821,96
722	TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.421,96	-821,96
0016	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.421,96	-821,96
2031	MANUTENCAO DE REPETIDORAS DE SINAIS D	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.421,96	-821,96
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.421,96	-821,96
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.421,96	-821,96
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.421,96	-821,96
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	821,96	-821,96
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	3.373.070,00	35.124,00	0,00	0,00	3.408.194,00	247.564,24	247.564,24	285,84	3.160.629,76	253.327,67	-5.763,43
0601	SERVIÇOS URBANOS	1.125.450,00	23.810,00	0,00	0,00	1.149.260,00	44.780,18	44.780,18	0,00	1.104.479,82	43.298,42	1.481,76
15	URBANISMO	1.022.000,00	23.810,00	0,00	0,00	1.045.810,00	44.780,18	44.780,18	0,00	1.001.029,82	42.979,10	1.801,08
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	529.500,00	0,00	0,00	0,00	529.500,00	14.339,65	14.339,65	0,00	515.160,35	13.713,21	626,44
0046	URBANIZAÇÃO DE VIAS	529.500,00	0,00	0,00	0,00	529.500,00	14.339,65	14.339,65	0,00	515.160,35	13.713,21	626,44
2039	CONSERVACAO DE REDES PLUVIAIS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	CONSERVACAO DA SINALIZACAO DAS VIAS P	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
1037	PAVIMENTACAO DE RUAS ESTRADAS E PASSE	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	14.211,50	14.211,50	0,00	81.788,50	13.713,21	498,29
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	14.211,50	14.211,50	0,00	81.788,50	13.713,21	498,29
44000000	INVESTIMENTOS	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	14.211,50	14.211,50	0,00	81.788,50	13.713,21	498,29
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	14.211,50	14.211,50	0,00	81.788,50	13.713,21	498,29
44900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905198	* 24 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.211,50	14.211,50	0,00	0,00	13.713,21	498,29
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1042	CONSTRUCAO DA PASSARELA/VIADUTO SOBRE	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00
44905180	* 00 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1043	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PASSEIOS, P	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	128,15	128,15	0,00	21.871,85	0,00	128,15
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	128,15	128,15	0,00	21.871,85	0,00	128,15
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	128,15	128,15	0,00	21.871,85	0,00	128,15
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	128,15	128,15	0,00	21.871,85	0,00	128,15
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,15	128,15	0,00	0,00	0,00	128,15
1046	CONSTRUCAO DE SANITARIOS PUBLICOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1047	CONSTRUCAO E REFORMA ABRIGOS DE PASSA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1049	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1050	CONSTRUCAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
452	SERVIÇOS URBANOS	492.500,00	23.810,00	0,00	0,00	516.310,00	30.440,53	30.440,53	0,00	485.869,47	29.265,89	1.174,64
0031	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	492.500,00	23.810,00	0,00	0,00	516.310,00	30.440,53	30.440,53	0,00	485.869,47	29.265,89	1.174,64
2038	LIMPEZA E ILUMINACAO PUBLICA	450.000,00	23.810,00	0,00	0,00	473.810,00	30.440,53	30.440,53	0,00	443.369,47	29.265,89	1.174,64
30000000	DESPESAS CORRENTES	450.000,00	23.810,00	0,00	0,00	473.810,00	30.440,53	30.440,53	0,00	443.369,47	29.265,89	1.174,64
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000,00	23.810,00	0,00	0,00	473.810,00	30.440,53	30.440,53	0,00	443.369,47	29.265,89	1.174,64

CPL Informática.

Pág. 011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	450.000,00	23.810,00	0,00	0,00	473.810,00	30.440,53	30.440,53	0,00	443.369,47	29.265,89	1.174,64
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325,00	325,00	0,00	0,00	789,00	-464,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	704,00	-154,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.565,53	26.565,53	0,00	0,00	26.565,53	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305,28	-305,28
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	902,08	2.097,92
2045	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1041	CONSTRUCAO DA GARAGEM DAS MAQUINAS E	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00
16	HABITAÇÃO	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
482	HABITAÇÃO URBANA	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
0061	MORAR MELHOR	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
1040	AQUISICAO DE TERRENO E CONSTRUCAO DE	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
44000000	INVESTIMENTOS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	-319,32
44905193	* 00 000000 benfeitorias em propr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,32	-319,32
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES	1.349.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.358.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.168.445,17	123.056,62	66.618,21
26	TRANSPORTE	1.349.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.358.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.168.445,17	123.056,62	66.618,21
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.349.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.358.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.168.445,17	123.056,62	66.618,21
0039	ESTRADAS VICINAIS	1.349.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.358.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.168.445,17	123.056,62	66.618,21
2051	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	1.289.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.298.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.108.445,17	115.832,58	73.842,25
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.289.120,00	9.000,00	0,00	0,00	1.298.120,00	189.674,83	189.674,83	285,84	1.108.445,17	115.832,58	73.842,25
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	65.196,27	65.196,27	0,00	614.803,73	65.196,27	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	65.196,27	65.196,27	0,00	614.803,73	65.196,27	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.188,88	16.188,88	0,00	0,00	16.188,88	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237,45	237,45	0,00	0,00	237,45	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.687,94	25.687,94	0,00	0,00	25.687,94	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,46	377,46	0,00	0,00	377,46	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.251,34	3.251,34	0,00	0,00	3.251,34	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364,73	364,73	0,00	0,00	364,73	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.647,94	6.647,94	0,00	0,00	6.647,94	0,00
31901301	* 00 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,71	85,71	0,00	0,00	85,71	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.354,82	12.354,82	0,00	0,00	12.354,82	0,00

CPL Informática.

Pág. 012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.120,00	9.000,00	0,00	0,00	618.120,00	124.478,56	124.478,56	285,84	493.641,44	50.636,31	73.842,25
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	609.120,00	9.000,00	0,00	0,00	618.120,00	124.478,56	124.478,56	285,84	493.641,44	50.636,31	73.842,25
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0116 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314,44	2.314,44	0,00	0,00	2.314,44	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.897,16	34.897,16	0,00	0,00	11.029,21	23.867,95
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.912,01	2.912,01	0,00	0,00	2.249,52	662,49
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,00	151,00	0,00	0,00	346,00	-195,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,90	19,90	0,00	0,00	0,00	19,90
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,91	187,91	0,00	0,00	41,48	146,43
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.462,67	2.462,67	0,00	0,00	6.271,30	-3.808,63
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,77	25,77	0,00	0,00	25,77	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,72	-69,72
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,60	480,60	0,00	0,00	1.165,97	-685,37
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,00	73,00	0,00	0,00	0,00	73,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.600,70	31.600,70	0,00	0,00	11.564,95	20.035,75
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* 00 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,70	155,70	0,00	0,00	546,60	-390,90
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423,50	-423,50
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.518,50	24.518,50	0,00	0,00	3.561,86	20.956,64
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903620	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253,65	-253,65
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338,20	-338,20
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	880,00	0,00	0,00	75,00	805,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	25,00	0,00	0,00	25,00	0,00
33903919	* 16 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.234,00	16.234,00	0,00	0,00	6.082,62	10.151,38
33903919	* 16 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903921	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084,20	1.084,20	0,00	0,00	1.478,54	-394,34
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.714,16	5.000,00	285,84	0,00	2.544,46	2.455,54
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,52	-152,52
33903974	* " 000055 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.665,84	1.665,84	0,00	0,00	0,00	1.665,84
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	4.633,64	-4.633,64
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	4.633,64	-4.633,64
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	4.633,64	-4.633,64
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	4.633,64	-4.633,64
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.633,64	-4.633,64
1052	CONSTRUCAO DE PONTES E BOEIROS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	-2.590,40

CPL Informática.

Pág. 013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010Exercício: 2010  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	-2.590,40
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	-2.590,40
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	-2.590,40
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.590,40	-2.590,40
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	346.500,00	614,00	0,00	0,00	347.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	341.854,02	36.880,87	-31.620,89
11	TRABALHO	346.500,00	614,00	0,00	0,00	347.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	341.854,02	36.880,87	-31.620,89
334	FOMENTO AO TRABALHO	346.500,00	614,00	0,00	0,00	347.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	341.854,02	36.880,87	-31.620,89
0060	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	346.500,00	614,00	0,00	0,00	347.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	341.854,02	36.880,87	-31.620,89
2054	INCENTIVO CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS COM	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2055	APOIO A EMPRESAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1056	GALPAO DESTINADO A INCUBADORA DE EMPR	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
1057	TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
1058	INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERRA DIST	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1060	URBANIZAÇÃO DA CHACARA FRITZ	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
1062	REMODELACAO E REFORMA TERMINAL RODOVI	239.500,00	614,00	0,00	0,00	240.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	234.854,02	36.880,87	-31.620,89
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	239.500,00	614,00	0,00	0,00	240.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	234.854,02	36.880,87	-31.620,89
44000000	INVESTIMENTOS	239.500,00	614,00	0,00	0,00	240.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	234.854,02	36.880,87	-31.620,89
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	239.500,00	614,00	0,00	0,00	240.114,00	5.259,98	5.259,98	0,00	234.854,02	36.880,87	-31.620,89
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.878,63	-31.878,63
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.259,98	5.259,98	0,00	0,00	5.002,24	257,74
0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	552.000,00	1.700,00	0,00	0,00	553.700,00	7.849,25	7.849,25	0,00	545.850,75	50.091,76	-42.242,51
20	AGRICULTURA	552.000,00	1.700,00	0,00	0,00	553.700,00	7.849,25	7.849,25	0,00	545.850,75	50.091,76	-42.242,51
606	EXTENÇÃO RURAL	552.000,00	1.700,00	0,00	0,00	553.700,00	7.849,25	7.849,25	0,00	545.850,75	50.091,76	-42.242,51
0048	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	552.000,00	1.700,00	0,00	0,00	553.700,00	7.849,25	7.849,25	0,00	545.850,75	50.091,76	-42.242,51



CPL Informática.

Pág. 014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
2063	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARI	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	4.372,85	4.372,85	0,00	240.627,15	6.201,86	-1.829,01
30000000	DESPESAS CORRENTES	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	4.372,85	4.372,85	0,00	240.627,15	6.201,86	-1.829,01
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.960,90	2.960,90	0,00	47.039,10	2.960,90	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.960,90	2.960,90	0,00	47.039,10	2.960,90	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051,85	2.051,85	0,00	0,00	2.051,85	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,11	123,11	0,00	0,00	123,11	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,94	785,94	0,00	0,00	785,94	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	1.411,95	1.411,95	0,00	193.588,05	3.240,96	-1.829,01
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	1.411,95	1.411,95	0,00	183.588,05	3.240,96	-1.829,01
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	-500,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903018	* 00 000000 materiais e medicamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,67	70,67	0,00	0,00	0,00	70,67
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255,40	255,40	0,00	0,00	0,00	255,40
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00	0,00	37,00	133,00
33903042	* 00 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,00	875,00	0,00	0,00	0,00	875,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,88	40,88	0,00	0,00	2.595,60	-2.554,72
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,36	-108,36
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQU	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	42.300,00	-42.300,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	42.300,00	-42.300,00
44000000	INVESTIMENTOS	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	42.300,00	-42.300,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	0,00	0,00	0,00	291.000,00	42.300,00	-42.300,00
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* " 000055 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,25	-11.615,25
44905228	* " 000054 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.384,75	-12.384,75
44905240	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* " 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000032 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.300,00	-18.300,00
44905252	* " 000032 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000054 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1065	IMP. POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO IND	1.000,00	1.700,00	0,00	0,00	2.700,00	3.476,40	3.476,40	0,00	-776,40	1.589,90	1.886,50
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	1.700,00	0,00	0,00	2.700,00	3.476,40	3.476,40	0,00	-776,40	1.589,90	1.886,50
44000000	INVESTIMENTOS	1.000,00	1.700,00	0,00	0,00	2.700,00	3.476,40	3.476,40	0,00	-776,40	1.589,90	1.886,50
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	1.700,00	0,00	0,00	2.700,00	3.476,40	3.476,40	0,00	-776,40	1.589,90	1.886,50
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.476,40	3.476,40	0,00	0,00	1.589,90	1.886,50
1066	GARAGENS E SEDES DESTINADAS AO ABRIGO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1067	DEPOSITOS DE ADUBO ORGANICO NA AREA A	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	65.094,03	65.094,03	0,00	1.039.905,97	63.049,08	2.044,95
0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	65.094,03	65.094,03	0,00	1.039.905,97	63.049,08	2.044,95
06	SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.749,30	2.749,30	0,00	67.250,70	704,35	2.044,95
181	POLICIAMENTO	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.749,30	2.749,30	0,00	67.250,70	704,35	2.044,95
0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.749,30	2.749,30	0,00	67.250,70	704,35	2.044,95
2069	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	2.749,30	2.749,30	0,00	27.250,70	579,30	2.170,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	2.370,30	2.370,30	0,00	17.629,70	200,30	2.170,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	2.370,30	2.370,30	0,00	17.629,70	200,30	2.170,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	2.370,30	2.370,30	0,00	17.629,70	200,30	2.170,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,50	-39,50
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,00	22,00	0,00	0,00	22,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00	105,00	0,00	0,00	75,00	30,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,30	12,30	0,00	0,00	12,30	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.676,00	1.676,00	0,00	0,00	0,00	1.676,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,50	-11,50
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555,00	555,00	0,00	0,00	40,00	515,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	379,00	379,00	0,00	9.621,00	379,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	379,00	379,00	0,00	9.621,00	379,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	379,00	379,00	0,00	9.621,00	379,00	0,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379,00	379,00	0,00	0,00	379,00	0,00
2070	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	125,05	-125,05
30000000	DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	125,05	-125,05
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	125,05	-125,05
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	125,05	-125,05
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903027	* 00 000000 material de manobra e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,00	-16,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,05	-109,05
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.035.000,00	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	62.344,73	62.344,73	0,00	972.655,27	62.344,73	0,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	635.000,00	0,00	0,00	0,00	635.000,00	32.110,79	32.110,79	0,00	602.889,21	32.110,79	0,00
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	635.000,00	0,00	0,00	0,00	635.000,00	32.110,79	32.110,79	0,00	602.889,21	32.110,79	0,00
0071	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	16.819,50	16.819,50	0,00	203.180,50	16.819,50	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	16.819,50	16.819,50	0,00	203.180,50	16.819,50	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	16.819,50	16.819,50	0,00	203.180,50	16.819,50	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	16.819,50	16.819,50	0,00	203.180,50	16.819,50	0,00
31900101	* 00 000000 proventos pessoal civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.870,26	14.870,26	0,00	0,00	14.870,26	0,00
31900106	* 00 000000 13º salário pessoal c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900301	* 00 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
31900303	* 00 000000 13º salário pensionis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0073	CONTRIBUICAO AO PASEP	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.291,29	15.291,29	0,00	149.708,71	15.291,29	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.291,29	15.291,29	0,00	149.708,71	15.291,29	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.291,29	15.291,29	0,00	149.708,71	15.291,29	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.291,29	15.291,29	0,00	149.708,71	15.291,29	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,91	0,00	0,00	0,91	0,00
33904712	* 00 000000 contribuição para o P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.290,38	15.290,38	0,00	0,00	15.290,38	0,00
0074	SENTENÇAS JUDICIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
31909103	* 00 000000 precatórios inativo c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909107	* 00 000000 precatórios administr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	30.233,94	30.233,94	0,00	369.766,06	30.233,94	0,00
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	30.233,94	30.233,94	0,00	369.766,06	30.233,94	0,00
0072	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUND	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	30.233,94	30.233,94	0,00	369.766,06	30.233,94	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	14.151,65	14.151,65	0,00	185.848,35	14.151,65	0,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	14.151,65	14.151,65	0,00	185.848,35	14.151,65	0,00
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	14.151,65	14.151,65	0,00	185.848,35	14.151,65	0,00
32902102	* 00 000000 juros da dívida contr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.618,85	3.618,85	0,00	0,00	3.618,85	0,00
32902202	* 00 000000 outros encargos da dí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.532,80	10.532,80	0,00	0,00	10.532,80	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	16.082,29	16.082,29	0,00	183.917,71	16.082,29	0,00
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	16.082,29	16.082,29	0,00	183.917,71	16.082,29	0,00
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	16.082,29	16.082,29	0,00	183.917,71	16.082,29	0,00
46907102	* 00 000000 amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.082,29	16.082,29	0,00	0,00	16.082,29	0,00

CPL Informática.

Pág. 017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
08 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.262,90	-40.262,90
0801 SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.262,90	-40.262,90
17 SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.262,90	-40.262,90
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.262,90	-40.262,90
0070 SANEAMENTO BASICO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.262,90	-40.262,90
2099 MANUT DA LIMP URBANA E MANEJO DE RESI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.977,90	-19.977,90
30000000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.977,90	-19.977,90
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.977,90	-19.977,90
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.977,90	-19.977,90
33903978 * 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.977,90	-19.977,90
2100 MANUT DO ABASTEC DE AGUA POTAVEL E ES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1081 EXEC E AMP DE REDES E GALERIAS P DREN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.285,00	-20.285,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.285,00	-20.285,00
44000000 INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.285,00	-20.285,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.285,00	-20.285,00
44905199 * 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.285,00	-20.285,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2999 Reserva de Contingência	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
90000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99990000 Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	10.386.495,00	203.831,86	0,00	0,00	10.590.326,86	841.096,03	841.096,03	3.147,57	9.749.230,83	883.366,51	-42.270,48

CPL Informática.

Pág. 018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.212.425,00	201.517,86	0,00	0,00	8.413.942,86	800.490,71	800.490,71	3.147,57	7.613.452,15	743.975,28	56.515,43
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.489.118,00	0,00	0,00	0,00	4.489.118,00	366.210,69	366.210,69	0,00	4.122.907,31	366.210,69	0,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00	0,00
31711199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31711399	* " 000000 outras obrigações pa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.487.750,00	0,00	0,00	0,00	4.487.750,00	366.210,69	366.210,69	0,00	4.121.539,31	366.210,69	0,00
31900101	* " 000000 proventos pessoal ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.870,26	14.870,26	0,00	0,00	14.870,26	0,00
31900106	* " 000000 13° salário pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900301	* " 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
31900303	* " 000000 13° salário pensioni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.752,70	48.752,70	0,00	0,00	48.752,70	0,00
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.503,04	3.503,04	0,00	0,00	3.503,04	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.771,31	157.771,31	0,00	0,00	157.771,31	0,00
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.286,27	35.286,27	0,00	0,00	35.286,27	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.340,31	16.340,31	0,00	0,00	16.340,31	0,00
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	749,17	749,17	0,00	0,00	749,17	0,00
31901143	* " 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.367,09	1.367,09	0,00	0,00	1.367,09	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.294,21	1.294,21	0,00	0,00	1.294,21	0,00
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.365,90	24.365,90	0,00	0,00	24.365,90	0,00
31901301	* " 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,71	85,71	0,00	0,00	85,71	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.875,48	59.875,48	0,00	0,00	59.875,48	0,00
31909103	* " 000000 precatórios inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909107	* " 000000 precatórios administ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	14.151,65	14.151,65	0,00	185.848,35	14.151,65	0,00
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	14.151,65	14.151,65	0,00	185.848,35	14.151,65	0,00
32902102	* " 000000 juros da dívida cont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.618,85	3.618,85	0,00	0,00	3.618,85	0,00
32902202	* " 000000 outros encargos da d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.532,80	10.532,80	0,00	0,00	10.532,80	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.523.307,00	201.517,86	0,00	0,00	3.724.824,86	420.128,37	420.128,37	3.147,57	3.304.696,49	363.612,94	56.515,43
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	190.600,00	0,00	0,00	0,00	190.600,00	5.414,50	5.414,50	0,00	185.185,50	13.085,28	-7.670,78
33503999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.414,50	5.414,50	0,00	0,00	13.085,28	-7.670,78
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00
33713999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.326.795,00	201.517,86	0,00	0,00	3.528.312,86	414.713,87	414.713,87	3.147,57	3.113.598,99	350.527,66	64.186,21
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0101 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0116 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0119 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	* 0160 000051 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.568,76	11.568,76	0,00	0,00	11.568,76	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.687,25	44.687,25	0,00	0,00	18.801,83	25.885,42
33903001	* " 000055 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,00	530,00	0,00	0,00	1.495,50	-965,50
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.549,54	7.549,54	0,00	0,00	8.011,77	-462,23
33903014	* " 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00	2.491,00	1.746,00
33903014	* " 000049 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249,90	249,90	0,00	0,00	1.860,00	-1.610,10
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	877,20	877,20	0,00	0,00	6.841,60	-5.964,40

CPL Informática.

Pág. 019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,00	151,00	0,00	0,00	516,00	-365,00
33903018	* " 000000 materiais e medicame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,80	92,80	0,00	0,00	8,88	83,92
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512,28	512,28	0,00	0,00	77,31	434,97
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,00	444,00	0,00	0,00	0,00	444,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.613,20	8.613,20	0,00	0,00	9.140,45	-527,25
33903024	* " 000049 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.408,00	5.408,00	0,00	0,00	0,00	5.408,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,77	25,77	0,00	0,00	486,67	-460,90
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.813,86	1.813,86	0,00	0,00	1.120,69	693,17
33903027	* " 000000 material de manobra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	880,00	0,00	0,00	1.290,76	-410,76
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	804,00	804,00	0,00	0,00	34,00	770,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216,00	216,00	0,00	0,00	78,00	138,00
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,80	1.996,80	0,00	0,00	398,00	1.598,80
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.776,10	38.776,10	0,00	0,00	13.240,95	25.535,15
33903039	* " 000049 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.847,50	1.847,50	0,00	0,00	4.573,50	-2.726,00
33903039	* " 000055 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* " 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,70	155,70	0,00	0,00	546,60	-390,90
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.034,50	-1.034,50
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* " 000000 bandeiras, flâmulas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,00	-895,00
33903096	* " 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.471,71	31.471,71	0,00	0,00	3.790,56	27.681,15
33903099	* " 000049 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.067,00	3.067,00	0,00	0,00	0,00	3.067,00
33903099	* " 000055 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903201	* " 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000051 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346,62	-1.346,62
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713,96	713,96	0,00	0,00	0,00	713,96
33903203	* " 000051 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.883,01	12.883,01	0,00	0,00	14.970,46	-2.087,45
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.193,93	1.193,93	0,00	0,00	0,00	1.193,93
33903606	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	-360,00
33903607	* " 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.240,90	11.240,90	0,00	0,00	5.275,40	5.965,50
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903616	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903620	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253,65	-253,65
33903622	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404,20	-404,20
33903645	* " 000000 jetons a conselheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	3.817,00	0,00
33903696	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	840,00	0,00	0,00	4.870,00	-4.030,00
33903901	* " 000000 assinatura de periód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903904	* " 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.480,00	24.480,00	0,00	0,00	23.227,40	1.252,60
33903910	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,18	-1.900,18
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00



CPL Informática.

Pág. 020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903914	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	-3.000,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.899,00	1.899,00	0,00	0,00	1.354,00	545,00
33903916	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000052 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131,00	131,00	0,00	0,00	0,00	131,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	1.824,80	-1.734,80
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.144,50	20.144,50	0,00	0,00	7.608,12	12.536,38
33903919	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.532,00	3.532,00	0,00	0,00	0,00	3.532,00
33903919	* " 000055 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903921	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* " 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.377,44	20.377,44	0,00	0,00	12.742,72	7.634,72
33903926	* " 000049 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,57	-415,57
33903926	* " 000052 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.921,00	4.921,00	0,00	0,00	5.265,96	-344,96
33903926	* " 000055 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.533,80	48.533,80	0,00	0,00	39.227,11	9.306,69
33903935	* " 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903936	* " 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.771,02	31.807,38	36,36	0,00	40.869,41	-9.062,03
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.714,16	5.000,00	285,84	0,00	8.329,89	-3.329,89
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	8.170,72	-4.420,72
33903949	* " 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590,00	590,00	0,00	0,00	240,00	350,00
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	350,00	-110,00
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	190,00	40,00	0,00	570,00	-380,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214,63	3.000,00	2.785,37	0,00	5.045,27	-2.045,27
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	2.100,20	-1.100,20
33903963	* " 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.454,53	1.454,53	0,00	0,00	1.454,53	0,00
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,52	-152,52
33903974	* " 000055 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.283,18	-20.283,18
33903979	* " 000000 serviços de apoio ad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* " 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.741,27	3.741,27	0,00	0,00	3.801,27	-60,00
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,45	1.480,45	0,00	0,00	1.306,65	173,80
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.732,88	21.732,88	0,00	0,00	15.986,48	5.746,40
33904701	* " 000000 imposto sobre propri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879,64	1.879,64	0,00	0,00	2.479,64	-600,00
33904712	* " 000000 contribuição para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.290,38	15.290,38	0,00	0,00	15.290,38	0,00
33909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909231	* " 000000 premiações culturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909247	* " 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,00	632,00	0,00	0,00	632,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.159.070,00	2.314,00	0,00	0,00	2.161.384,00	40.605,32	40.605,32	0,00	2.120.778,68	139.391,23	-98.785,91
44000000	INVESTIMENTOS	1.959.070,00	2.314,00	0,00	0,00	1.961.384,00	24.523,03	24.523,03	0,00	1.936.860,97	123.308,94	-98.785,91
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00
44715299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.958.950,00	2.314,00	0,00	0,00	1.961.264,00	24.523,03	24.523,03	0,00	1.936.740,97	123.308,94	-98.785,91
44900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905180	* " 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.878,63	-31.878,63
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905193	* " 000000 benfeitorias em prop	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,32	-319,32
44905198	* " 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.076,03	23.076,03	0,00	0,00	47.814,39	-24.738,36
44905199	* " 000054 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensili	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,60	-118,60
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* " 000055 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,25	-11.615,25
44905228	* " 000054 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.384,75	-12.384,75
44905230	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188,00	188,00	0,00	0,00	0,00	188,00
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379,00	379,00	0,00	0,00	379,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	880,00	0,00	0,00	0,00	880,00
44905236	* " 000000 máquinas, instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* " 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000032 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.300,00	-18.300,00
44905252	* " 000032 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000054 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257	* " 000000 acessórios para auto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	-499,00
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	16.082,29	16.082,29	0,00	183.917,71	16.082,29	0,00
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	16.082,29	16.082,29	0,00	183.917,71	16.082,29	0,00
46907102	* " 000000 amortização da dívid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.082,29	16.082,29	0,00	0,00	16.082,29	0,00
90000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99990000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		10.386.495,00	203.831,86	0,00	0,00	10.590.326,86	841.096,03	841.096,03	3.147,57	9.749.230,83	883.366,51	-42.270,48
						Estornos até o Mes		3.147,57		Pagos até o Mes	883.366,51	

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Comparativo da receita FIA**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.600,00	141,56	141,56		1.458,44
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.600,00	141,56	141,56		1.458,44
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.600,00	141,56	141,56		1.458,44
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	138,93	138,93	138,93	
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	138,93	138,93	138,93	
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	0,00	138,93	138,93	138,93	
<b>12103801 0100 000000</b>	<b>Receita dos Principal Contribuicoe</b>	<b>0,00</b>	<b>138,93</b>	<b>138,93</b>	<b>138,93</b>	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2,63	2,63	2,63	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	2,63	2,63	2,63	
<b>13250000 0100 000000</b>	<b>Remuneracao de depositos Bancarios</b>	<b>0,00</b>	<b>2,63</b>	<b>2,63</b>	<b>2,63</b>	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	600,00	0,00	0,00		600,00
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	600,00	0,00	0,00		600,00
<b>19119900 0100 000000</b>	<b>Multas e Juros de Mora de Outros T</b>	<b>600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>600,00</b>
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199900	OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>19199901 0100 000000</b>	<b>Multas de Infracao da Lei "eca"</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
<b>19909900 0100 000000</b>	<b>Outras Receitas</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>1.000,00</b>

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31000001	0100 000000 Inss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000002	0100 000000 Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003	0100 000000 Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31000004	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	1.600,00	141,56	141,56
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.600,00	141,56	141,56
TOTAL GERAL	1.600,00	141,56	141,56

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Comparativo da receita FMAS**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	94.500,00	23.856,77	23.856,77		70.643,23
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	94.500,00	23.662,07	23.662,07		70.837,93
10000000	RECEITAS CORRENTES	94.500,00	23.662,07	23.662,07		70.837,93
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000 0100 000000	Imposto Sobre Patrimonio e a Renda	0,00	0,00	0,00		0,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	15,31	15,31	15,31	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	15,31	15,31	15,31	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	15,31	15,31	15,31	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	94.500,00	23.646,76	23.646,76		70.853,24
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	94.500,00	16.926,76	16.926,76		77.573,24
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	94.500,00	16.926,76	16.926,76		77.573,24
17213400	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS	94.500,00	16.926,76	16.926,76		77.573,24
17213401 0147 000003	Api - Programa de Atencao a Pessoa	0,00	0,00	0,00		0,00
17213402 0149 000005	Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras	4.000,00	340,56	340,56		3.659,44
17213403 0148 000004	Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano	27.000,00	1.000,00	1.000,00		26.000,00
17213404 0150 000006	Peti - Programa de Erradicacao do	20.000,00	5.000,00	5.000,00		15.000,00
17213405 0163 000056	Programa Bolsa Familia	30.000,00	4.500,00	4.500,00		25.500,00
17213406 0152 000067	Bpc - Beneficio de Prestacao Conti	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
17213407 0152 000067	Igd - Indice de Gestao descentrali	12.000,00	1.586,20	1.586,20		10.413,80
17213408 0152 000000	Convenio Pro-jovem Adolescente	0,00	0,00	0,00		0,00
17213499 0152 000067	Outros Programas Sociais	500,00	4.500,00	4.500,00	4.000,00	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	6.720,00	6.720,00	6.720,00	
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000056	Convenio Bolsa Familia/pbfi	0,00	0,00	0,00		0,00
17619913 0124 000000	Convenio Bpc	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	0,00	6.720,00	6.720,00	6.720,00	
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	0,00	6.720,00	6.720,00	6.720,00	
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0124 000000	Convenio P.b.f. Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0152 000067	Convenio Alta Complexidade	0,00	6.720,00	6.720,00	6.720,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	194,70	194,70	194,70	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	194,70	194,70	194,70	
<b>31000002</b>	<b>0100 000000 Irrf</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>31000009</b>	<b>0100 000000 Inss/empresa</b>	<b>0,00</b>	<b>194,70</b>	<b>194,70</b>	<b>194,70</b>	

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	0,00	15,31	15,31
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	15,31	15,31
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000056Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
47=Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00
000003Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00
48=Programa de Atenção à Criança PAC	27.000,00	1.000,00	1.000,00
000004Programa de Atenção à Criança - PAC	27.000,00	1.000,00	1.000,00
49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD	4.000,00	340,56	340,56
000005Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	4.000,00	340,56	340,56
50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	20.000,00	5.000,00	5.000,00
000006Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - P	20.000,00	5.000,00	5.000,00
52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis	13.500,00	12.806,20	12.806,20
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	13.500,00	12.806,20	12.806,20
63=Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
000056Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
TOTAL GERAL	94.500,00	23.662,07	23.662,07

SECRETARIA DA SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



**Comparativo da receita FMS**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	626.900,00	256.867,10	256.867,10		370.032,90
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	626.900,00	210.446,84	210.446,84		416.453,16
10000000	RECEITAS CORRENTES	626.900,00	80.446,84	80.446,84		546.453,16
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	0,00	0,00	0,00		0,00
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	0,00	0,00	0,00		0,00
11200000	TAXAS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	0,00	0,00	0,00		0,00
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	1.200,00	12,78	12,78		1.187,22
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	12,78	12,78		1.187,22
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.200,00	12,78	12,78		1.187,22
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	1.200,00	12,78	12,78		1.187,22
13250106 0143 000000	Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e	1.200,00	12,78	12,78		1.187,22
13250200 0100 000000	Rem.depositos de Recursos Nao Vinc	0,00	0,00	0,00		0,00
16000000	RECEITA DE SERVICOS	95.000,00	4.340,65	4.340,65		90.659,35
16000500	SERVICOS DE SAUDE	95.000,00	4.340,65	4.340,65		90.659,35
16000501 0112 000000	Servicos Hospitalares	43.800,00	1.560,26	1.560,26		42.239,74
16000502 0112 000000	Servicos Hospitalares - Aih	51.200,00	2.780,39	2.780,39		48.419,61
16000599 0112 000000	Outros Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00		0,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	522.100,00	75.950,43	75.950,43		446.149,57
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	519.100,00	75.950,43	75.950,43		443.149,57
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	519.100,00	75.950,43	75.950,43		443.149,57
17213300	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU	519.100,00	75.950,43	75.950,43		443.149,57
17213301 0164 000000	Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo	153.800,00	13.678,50	13.678,50		140.121,50
17213302 0170 000000	Mpsf - Programa Saude da Familia	153.600,00	22.400,00	22.400,00		131.200,00
17213303 0170 000000	Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa	97.600,00	14.280,00	14.280,00		83.320,00
17213304 0170 000000	Mpecd - Epidemiologia e Controle d	17.100,00	4.335,81	4.335,81		12.764,19
17213305 0167 000000	Mpfb - Farmacia Basica	35.800,00	7.295,21	7.295,21		28.504,79
17213306 0170 000000	Mpvs - Vigilancia Sanitaria	7.200,00	0,00	0,00		7.200,00
17213307 0170 000000	Mpsb - Saude Bucal	24.000,00	2.000,00	2.000,00		22.000,00
17213308 0170 000000	Mpmac - Acoes Estrategicas	0,00	0,00	0,00		0,00
17213311 0170 000000	Outros Programas Fundo a Fundo	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
17213312 0170 000000	Mpmopl - Vacinacao Poliomielite	0,00	0,00	0,00		0,00
17213313 0123 000067	Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	
17213314 0123 000000	Tfd - Preventivo Pre-natal	0,00	123,75	123,75	123,75	
17213315 0170 000067	Boletim de Producao Ambulatorial -	0,00	3.837,16	3.837,16	3.837,16	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17610600 0123 000000	Convenio Hipertensos/diabetes/asma	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17620001 0123 000000	Convenio Vigilancia Epidemiologica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620002 0123 000000	Cartao Sus	0,00	0,00	0,00		0,00
17620003 0123 000010	Convenio Psf	0,00	0,00	0,00		0,00
17620004 0123 000000	Convenio Pacs	0,00	0,00	0,00		0,00
17620005 0123 000000	Convenio Incentivo Saude Bucal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620006 0123 000000	Convenio Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00		0,00
17620007 0123 000000	Convenio Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620008 0123 000000	Boletim Producao Ambulatorial - Bp	0,00	0,00	0,00		0,00
17620009 0123 000000	Programa Siscolo Extrateto	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17620010 0123 000000	Extrateto Sis Pre-natal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620100 0123 000055	Transferencia de Conv. dos Estados	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	142,98	142,98		1.457,02
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00
19220000 0100 000000	Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.600,00	142,98	142,98		1.457,02
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.600,00	142,98	142,98		1.457,02
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	
22000000	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22150000 0189 000000	Alienacao de Veiculos	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	
24720000 0123 000000	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	46.420,26	46.420,26	46.420,26	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	46.420,26	46.420,26	46.420,26	
31000001	0101 000000 Inss	0,00	12.835,08	12.835,08	12.835,08	
31000002	0101 000000 Asserv	0,00	1.127,00	1.127,00	1.127,00	
31000003	0101 000000 Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	275,20	275,20	275,20	
31000004	0101 000000 Assistencia Medica Unimed	0,00	2.734,33	2.734,33	2.734,33	
31000005	0101 000000 Emprestimo Cef	0,00	1.755,30	1.755,30	1.755,30	
31000006	0101 000000 Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000007	0101 000000 Pensao Alimenticia	0,00	759,90	759,90	759,90	
31000008	0101 000000 Inss/empresa	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009	0101 000000 Deducao Cfe Autorizacao	0,00	0,00	0,00		0,00
31000010	0101 000000 Irrf / Empresas	0,00	336,26	336,26	336,26	
31000011	0101 000000 Emprestimo B. Brasil	0,00	1.348,19	1.348,19	1.348,19	
31000012	0100 000000 Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	10.658,11	10.658,11	10.658,11	
31000013	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014	0100 000000 Desconto Masterfarma	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015	0100 000000 Desconto Sindicato	0,00	331,15	331,15	331,15	
31000016	0100 000000 Emprést Consig Bv Financeira	0,00	13.308,86	13.308,86	13.308,86	
31000017	0100 000000 Boletim de Proced. Ambulatorial-fu	0,00	950,88	950,88	950,88	
31000018	0000 000000 Multa de Transito	0,00	0,00	0,00		0,00
31000019	0000 000000 Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	8.600,00	142,98	142,98
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	8.600,00	142,98	142,98
12=Serviços de Saúde	95.000,00	4.340,65	4.340,65
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	95.000,00	4.340,65	4.340,65
23=Transferências de Convênios Saúde	3.000,00	138.123,75	138.123,75
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	130.123,75	130.123,75
000010Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	8.000,00	8.000,00
43=Outras Especificações	1.200,00	12,78	12,78
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.200,00	12,78	12,78
64=Atenção Básica	153.800,00	13.678,50	13.678,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	153.800,00	13.678,50	13.678,50
67=Assistencia Farmacêutica Básica	35.800,00	7.295,21	7.295,21
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	35.800,00	7.295,21	7.295,21
70=Gestão do SUS	329.500,00	46.852,97	46.852,97
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	329.500,00	43.015,81	43.015,81
000067Outros Detalhamentos	0,00	3.837,16	3.837,16
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	626.900,00	210.446,84	210.446,84

SECRETARIA DE SAÚDE  
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Comparativo da receita FUNREBOM**

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	32.500,00	5.812,76	5.812,76		26.687,24
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	32.500,00	5.812,76	5.812,76		26.687,24
10000000	RECEITAS CORRENTES	32.500,00	5.812,76	5.812,76		26.687,24
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	31.500,00	3.110,35	3.110,35		28.389,65
11200000	TAXAS	31.500,00	3.110,35	3.110,35		28.389,65
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	31.500,00	3.110,35	3.110,35		28.389,65
11220800 0100 000000	Taxa de Seguranca Contra Sinistros	12.300,00	276,50	276,50		12.023,50
11220900 0100 000000	Taxa de Exames de Projetos P/seg.	2.500,00	577,60	577,60		1.922,40
11221000 0100 000000	Taxa de Servicos Gerais	400,00	811,19	811,19	411,19	
11221100 0100 000000	Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si	16.300,00	494,18	494,18		15.805,82
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV	0,00	950,88	950,88	950,88	
11229905 0100 000000	Taxa Atend Emergenc/populacao	0,00	950,88	950,88	950,88	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.134,96	1.134,96	1.134,96	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1.134,96	1.134,96	1.134,96	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	1.134,96	1.134,96	1.134,96	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	67,45	67,45		932,55
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	2,18	2,18	2,18	
19110000 0100 000000	Multas e Juros de Mora dos Tributo	0,00	2,18	2,18	2,18	
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00		0,00
19320000 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	65,27	65,27		934,73
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	65,27	65,27		934,73
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
24720000 0124 000055	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	0,00	0,00		0,00
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
25900000 0124 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31001000	0100 000000 Inss / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31002000	0100 000000 Irrf / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31003000	0100 000000 Irrf S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31004000	0100 000000 Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	32.500,00	4.312,76	4.312,76
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	32.500,00	4.312,76	4.312,76
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	1.500,00	1.500,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	1.500,00	1.500,00
000055Transferência de Convênios do Estado	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	32.500,00	5.812,76	5.812,76

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

**Comparativo da receita PMC**

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	13.944.500,00	1.365.375,06	1.365.375,06		12.579.124,94
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.944.500,00	1.290.799,11	1.290.799,11		12.653.700,89
10000000	RECEITAS CORRENTES	12.314.500,00	1.185.935,90	1.185.935,90		11.128.564,10
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	1.111.700,00	74.148,19	74.148,19		1.037.551,81
11100000	IMPOSTOS	887.000,00	67.608,12	67.608,12		819.391,88
11110000	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00		0,00
11110100	0100 000000 Imposto Sobre a Importacao	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	374.500,00	23.491,92	23.491,92		351.008,08
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL	262.000,00	2.805,05	2.805,05		259.194,95
11120200	0100 000000 Imposto Sobre a Propriedade Predia	157.200,00	1.683,03	1.683,03		155.516,97
11120200	0101 000000 Imposto Sobre a Propriedade Predia	65.500,00	701,26	701,26		64.798,74
11120200	0102 000000 Imposto Sobre a Propriedade Predia	39.300,00	420,76	420,76		38.879,24
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	65.000,00	7.043,72	7.043,72		57.956,28
11120431	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R	60.000,00	7.043,72	7.043,72		52.956,28
11120431	0100 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	36.000,00	4.226,23	4.226,23		31.773,77
11120431	0101 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	15.000,00	1.760,96	1.760,96		13.239,04
11120431	0102 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	9.000,00	1.056,53	1.056,53		7.943,47
11120434	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ O	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
11120434	0100 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
11120434	0101 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	1.250,00	0,00	0,00		1.250,00
11120434	0102 000000 Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	750,00	0,00	0,00		750,00
11120800	IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR	47.500,00	13.643,15	13.643,15		33.856,85
11120800	0100 000000 Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	28.500,00	8.185,89	8.185,89		20.314,11
11120800	0101 000000 Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	11.875,00	3.410,79	3.410,79		8.464,21
11120800	0102 000000 Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	7.125,00	2.046,47	2.046,47		5.078,53
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL	512.500,00	44.116,20	44.116,20		468.383,80
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	512.500,00	44.116,20	44.116,20		468.383,80
11130501	0100 000000 Imposto Sobre Servicos de Qualquer	307.500,00	26.469,73	26.469,73		281.030,27
11130501	0101 000000 Imposto Sobre Servicos de Qualquer	128.125,00	11.029,10	11.029,10		117.095,90
11130501	0102 000000 Imposto Sobre Servicos de Qualquer	76.875,00	6.617,37	6.617,37		70.257,63
11200000	TAXAS	161.700,00	5.575,54	5.575,54		156.124,46
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	111.200,00	5.474,34	5.474,34		105.725,66
11211700	0100 000000 Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia	13.300,00	122,70	122,70		13.177,30
11212200	0100 000000 Taxa de Servicos Administrativos	37.400,00	1.090,76	1.090,76		36.309,24
11212500	0100 000000 Taxa de Licenca P/func.de Estabele	44.800,00	112,48	112,48		44.687,52
11213200	0100 000000 Taxa de Aprovacao do Projeto de Co	15.000,00	4.148,40	4.148,40		10.851,60
11213300	0100 000000 Taxa de Fiscalizacao Sanitaria	700,00	0,00	0,00		700,00
11219900	0100 000000 Outras Taxas Pelo Exercicio de Pod	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	50.500,00	101,20	101,20		50.398,80
11221200	0100 000000 Emolumentos e Custas Processuais A	2.600,00	0,00	0,00		2.600,00
11229000	0100 000000 Taxa de Limpeza Publica	27.500,00	101,20	101,20		27.398,80
11229200	0100 000000 Taxa de Embarque Terminal Rodoviar	14.100,00	0,00	0,00		14.100,00
11229900	0100 000000 Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	6.300,00	0,00	0,00		6.300,00
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	63.000,00	964,53	964,53		62.035,47
11300400	0100 000000 Contribuicao de Melhoria P/ Pavime	63.000,00	964,53	964,53		62.035,47
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	371.400,00	34.194,49	34.194,49		337.205,51
12200000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	371.400,00	34.194,49	34.194,49		337.205,51
12202900	0117 000000 Contrib. P/custeio de Servico de I	371.400,00	34.194,49	34.194,49		337.205,51
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	51.820,00	25.847,34	25.847,34		25.972,66
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	22.600,00	1.918,31	1.918,31		20.681,69
13110000	ALUGUEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
13119900	0100 000000 Outras Receitas de Alugueis	0,00	0,00	0,00		0,00
13190000	0100 000000 Outras Receitas Imobiliarias	22.600,00	1.918,31	1.918,31		20.681,69
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	29.220,00	23.929,03	23.929,03		5.290,97



CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	29.220,00	23.929,03	23.929,03		5.290,97
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	15.820,00	21.086,26	21.086,26	5.266,26	
13250102	REC.REM. DEP.BANC.DE REC.VINC.-FUND	14.500,00	1.376,91	1.376,91		13.123,09
13250102 0100 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	8.700,00	826,15	826,15		7.873,85
13250102 0101 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	5.800,00	550,76	550,76		5.249,24
13250109 0100 000000	Receita Rem.dep.bancarios Rec.vinc	120,00	0,00	0,00		120,00
13250199 0100 000000	Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re	1.200,00	19.709,35	19.709,35	18.509,35	
13250200	REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINC	13.400,00	2.842,77	2.842,77		10.557,23
13250299 0100 000000	Remuneracao Outros depositos de Re	13.400,00	2.842,77	2.842,77		10.557,23
16000000	RECEITA DE SERVICOS	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
16004500 0100 000000	Serv. de Preparacao da Terra Em Pr	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.575.420,00	1.039.181,60	1.039.181,60		9.536.238,40
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.567.420,00	1.004.331,02	1.004.331,02		9.563.088,98
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.943.540,00	324.179,57	324.179,57		3.619.360,43
17210100	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	3.301.360,00	287.356,11	287.356,11		3.014.003,89
17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	4.120.000,00	359.079,75	359.079,75		3.760.920,25
17210102 0100 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	2.472.000,00	215.447,85	215.447,85		2.256.552,15
17210102 0101 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	1.030.000,00	89.769,94	89.769,94		940.230,06
17210102 0102 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	618.000,00	53.861,96	53.861,96		564.138,04
97210102 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-824.000,00	-71.815,92	-71.815,92	752.184,08	
17210105	COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA	6.700,00	115,33	115,33		6.584,67
17210105 0100 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	4.020,00	69,20	69,20		3.950,80
17210105 0101 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.675,00	28,83	28,83		1.646,17
17210105 0102 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.005,00	17,30	17,30		987,70
97210105 0100 000000	Deducao da Receita Para Formacao d	-1.340,00	-23,05	-23,05	1.316,95	
17210900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	79.000,00	3.787,30	3.787,30		75.212,70
17210905 0100 000000	Cota Parte do Fundo Especial Lei 7	0,00	3.787,30	3.787,30	3.787,30	
17210906 0124 000000	Fex - Aux. Finac. P/fomento e Expo	0,00	0,00	0,00		0,00
17210999 0100 000000	Demais Transferencias da Uniao	79.000,00	0,00	0,00		79.000,00
17212200	TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17212270 0100 000000	Cota-parte do Fundo Especial do Pe	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17213500	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC	475.500,00	30.467,66	30.467,66		445.032,34
17213501 0158 000049	Transferencia do Salario-educacao	192.800,00	16.760,80	16.760,80		176.039,20
17213503 0160 000051	Transf.direta do Fnde Ref.prog. Na	51.000,00	8.478,00	8.478,00		42.522,00
17213504 0161 000052	Transf Diretas Fnde Referente Pnat	231.200,00	5.228,86	5.228,86		225.971,14
17213599 0100 000000	Outras Transf.diretas Fundo Nac. d	500,00	0,00	0,00		500,00
17213600	TRANSFERENCIA FINANC DO ICMS-DESON.	39.600,00	3.210,62	3.210,62		36.389,38
17213600 0100 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	23.760,00	1.926,37	1.926,37		21.833,63
17213600 0101 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	9.900,00	802,66	802,66		9.097,34
17213600 0102 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	5.940,00	481,59	481,59		5.458,41
97213600 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-7.920,00	-642,12	-642,12	7.277,88	
17220000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	4.633.880,00	477.353,42	477.353,42		4.156.526,58
17220100	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.633.880,00	477.353,42	477.353,42		4.156.526,58
17220101	COTA-PARTE DO ICMS	5.050.000,00	544.277,80	544.277,80		4.505.722,20
17220101 0100 000000	Cota-parte do Icms	3.030.000,00	326.566,69	326.566,69		2.703.433,31
17220101 0101 000000	Cota-parte do Icms	1.262.500,00	136.069,46	136.069,46		1.126.430,54
17220101 0102 000000	Cota-parte do Icms	757.500,00	81.641,65	81.641,65		675.858,35
97220101 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-1.010.000,00	-108.855,50	-108.855,50	901.144,50	
17220102	COTA-PARTE DO IPVA	566.000,00	40.251,35	40.251,35		525.748,65
17220102 0100 000000	Cota-parte do Ipva	339.600,00	24.150,83	24.150,83		315.449,17
17220102 0101 000000	Cota-parte do Ipva	141.500,00	10.062,85	10.062,85		131.437,15
17220102 0102 000000	Cota-parte do Ipva	84.900,00	6.037,67	6.037,67		78.862,33
97220102 0100 000000	Deducoes da Receita Para Formacao	-113.200,00	-8.050,21	-8.050,21	105.149,79	
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	142.600,00	12.162,48	12.162,48		130.437,52

CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17220104 0100 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	85.560,00	7.297,49	7.297,49		78.262,51
17220104 0101 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	35.650,00	3.040,63	3.040,63		32.609,37
17220104 0102 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	21.390,00	1.824,36	1.824,36		19.565,64
97220104 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-28.520,00	-2.432,50	-2.432,50	26.087,50	
17220113 0116 000000	Cota Parte da Cont. Interv.dom.eco	27.000,00	0,00	0,00		27.000,00
17240000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.990.000,00	202.798,03	202.798,03		1.787.201,97
17240100	TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.ENS.F	1.990.000,00	202.798,03	202.798,03		1.787.201,97
17240101 0118 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	1.194.000,00	121.678,83	121.678,83		1.072.321,17
17240102 0119 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	796.000,00	81.119,20	81.119,20		714.880,80
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	8.000,00	34.850,58	34.850,58	26.850,58	
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619903 0124 000000	Convenio Merenda Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619908 0124 000000	Convenio Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17619909 0124 000000	Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619910 0124 000000	Conv. Bpc - Assist. Social	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000000	Merenda Escolar/pnac Patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	8.000,00	34.850,58	34.850,58	26.850,58	
17620200 0122 000055	Transf. de Convenios dos Estados d	3.000,00	24.482,62	24.482,62	21.482,62	
17620299 0124 000067	Repasse Convenio Casan	0,00	10.367,96	10.367,96	10.367,96	
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
17629904 0124 000000	Convenio Sisvan	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629912 0124 000000	Convenio Funturismo	0,00	0,00	0,00		0,00
17629913 0124 000000	Reconstrucao de Rodovias	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0224 000000	Convenio Conservacao Rodovias Esta	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0124 000055	Convenio Recuperacao de Estradas V	0,00	0,00	0,00		0,00
17629917 0224 000055	Convenio Estiagem	0,00	0,00	0,00		0,00
17629999 0124 000055	Outras Transf Convenios Estado	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	194.160,00	12.564,28	12.564,28		181.595,72
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	57.200,00	2.520,25	2.520,25		54.679,75
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	19.200,00	442,53	442,53		18.757,47
19113500 0100 000000	Multas e Juros de Mora da Taxa de	600,00	0,00	0,00		600,00
19113800	MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR	9.000,00	403,71	403,71		8.596,29
19113800 0100 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	5.400,00	242,22	242,22		5.157,78
19113800 0101 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	2.250,00	100,93	100,93		2.149,07
19113800 0102 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	1.350,00	60,56	60,56		1.289,44
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S	9.000,00	2,43	2,43		8.997,57
19114000 0100 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	5.400,00	1,46	1,46		5.398,54
19114000 0101 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	2.250,00	0,62	0,62		2.249,38
19114000 0102 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	1.350,00	0,35	0,35		1.349,65
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	36,39	36,39		563,61
19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	3.600,00	836,92	836,92		2.763,08
19131100	MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I	1.200,00	457,32	457,32		742,68
19131100 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	720,00	274,39	274,39		445,61
19131100 0101 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	300,00	114,34	114,34		185,66
19131100 0102 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	180,00	68,59	68,59		111,41
19131300	MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S	1.200,00	24,05	24,05		1.175,95

CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
19131300 0100 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	720,00	14,43	14,43		705,57
19131300 0101 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	300,00	6,01	6,01		293,99
19131300 0102 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	180,00	3,61	3,61		176,39
19139900 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa de	1.200,00	355,55	355,55		844,45
19150000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19159900 0100 000000	Outras Multas/jrs de Mora da Divid	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	33.200,00	1.240,80	1.240,80		31.959,20
19191500 0100 000000	Multas Previstas Na Legislacao de	32.600,00	1.240,80	1.240,80		31.359,20
19199900 0100 000000	Outras Multas	600,00	0,00	0,00		600,00
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	88.000,00	1.989,64	1.989,64		86.010,36
19220000	RESTITUICOES	88.000,00	1.989,64	1.989,64		86.010,36
19229900 0100 000000	Outras Restituicoes	88.000,00	1.989,64	1.989,64		86.010,36
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	42.120,00	2.569,72	2.569,72		39.550,28
19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	42.000,00	2.569,72	2.569,72		39.430,28
19311100	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE	18.000,00	2.208,52	2.208,52		15.791,48
19311100 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	10.800,00	1.325,11	1.325,11		9.474,89
19311100 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	4.500,00	552,14	552,14		3.947,86
19311100 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	2.700,00	331,27	331,27		2.368,73
19311300	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC	18.000,00	188,89	188,89		17.811,11
19311300 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	10.800,00	113,33	113,33		10.686,67
19311300 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	4.500,00	47,22	47,22		4.452,78
19311300 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	2.700,00	28,34	28,34		2.671,66
19319900 0100 000000	Receita da Divida Ativa de Outros	6.000,00	172,31	172,31		5.827,69
19320000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTA	120,00	0,00	0,00		120,00
19329900 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	120,00	0,00	0,00		120,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	6.840,00	5.484,67	5.484,67		1.355,33
19909900 0100 000000	Outras Receitas	6.840,00	5.484,67	5.484,67		1.355,33
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.630.000,00	104.863,21	104.863,21		1.525.136,79
21000000	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00		0,00
21100000 0183 000000	Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150100 0189 000000	Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150200 0188 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22150300 0187 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160100 0189 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160200 0188 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22160300 0187 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22170000	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170100 0189 000000	Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170200 0188 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22170300 0187 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22200000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22250000 0100 000000	Alienacao de Imoveis Urbanos	0,00	0,00	0,00		0,00
23000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00
23009900 0100 000000	Amortizacoes de Financiamentos Div	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	104.863,21	104.863,21		1.495.136,79
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24220000	TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00		0,00
24229900 0124 000000	Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.600.000,00	104.863,21	104.863,21		1.495.136,79
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	800.000,00	79.863,21	79.863,21		720.136,79

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
24719900 0124 000054	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	79.863,21	79.863,21		720.136,79
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00
24729900 0124 000055	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00
24729901 0124 000067	Repasse Convenio Casan	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	74.575,95	74.575,95	74.575,95	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	74.575,95	74.575,95	74.575,95	
31000001	0100 000000 Inss	0,00	26.134,51	26.134,51	26.134,51	
31000002	0100 000000 Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003	0100 000000 Asserv	0,00	4.254,27	4.254,27	4.254,27	
31000004	0100 000000 Assistencia Medica Unimed	0,00	5.234,62	5.234,62	5.234,62	
31000005	0100 000000 Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	794,24	794,24	794,24	
31000006	0100 000000 Emprestimo Cef	0,00	6.904,81	6.904,81	6.904,81	
31000007	0100 000000 Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000008	0100 000000 Mensalidade Udesc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009	0100 000000 Inss/empresa	0,00	4.827,15	4.827,15	4.827,15	
31000010	0100 000000 Pensao Alimenticia	0,00	714,00	714,00	714,00	
31000011	0100 000000 Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
31000012	0100 000000 Convenio Cidadania	0,00	0,00	0,00		0,00
31000013	0100 000000 Contribuicao Pasep	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014	0100 000000 Convenio Peti	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015	0100 000000 Emprestimo B. Brasil	0,00	6.983,24	6.983,24	6.983,24	
31000016	0100 000000 Desconto Masterfarma	0,00	64,79	64,79	64,79	
31000017	0100 000000 Desconto Sindicato	0,00	657,33	657,33	657,33	
31000018	0100 000000 Emprest Consignacao Bv Financeira	0,00	17.189,73	17.189,73	17.189,73	
31000019	0000 000000 Multa de Transito	0,00	253,44	253,44	253,44	
31000020	0000 000000 Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00
31001900	0000 000000 Emprestimo Carlos F. Rodrigues	0,00	563,82	563,82	563,82	

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	5.089.980,00	471.078,26	471.078,26
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.089.980,00	471.078,26	471.078,26
01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed	2.722.875,00	258.048,50	258.048,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.722.875,00	258.048,50	258.048,50
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.630.245,00	154.498,38	154.498,38
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.630.245,00	154.498,38	154.498,38
16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI	27.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	27.000,00	0,00	0,00
17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina	371.400,00	34.194,49	34.194,49
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	371.400,00	34.194,49	34.194,49
18=Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof.	1.194.000,00	121.678,83	121.678,83
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.194.000,00	121.678,83	121.678,83
19=Transferências FUNDEB (Aplicação em Out.despesas da	796.000,00	81.119,20	81.119,20
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	796.000,00	81.119,20	81.119,20
22=Transferências de Convênios Educação	3.000,00	24.482,62	24.482,62
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	24.482,62	24.482,62
24=Transferências de Convênios Outros	1.605.000,00	115.231,17	115.231,17
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000054Transferência de Convênios da União	800.000,00	79.863,21	79.863,21
000055Transferência de Convênios do Estado	805.000,00	25.000,00	25.000,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	10.367,96	10.367,96
58=Salário Educação	192.800,00	16.760,80	16.760,80
000049Transferência do Salário Educação	192.800,00	16.760,80	16.760,80
60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	51.000,00	8.478,00	8.478,00
000051Transferências Referentes ao Programa Nacional d	51.000,00	8.478,00	8.478,00
61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN	231.200,00	5.228,86	5.228,86
000052Transferências Referentes ao Programa Nacional d	231.200,00	5.228,86	5.228,86

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

83=Operações de Crédito Internas Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
87=Alienações de Bens destinados a Programas da Educação	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
88=Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	30.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	13.944.500,00	1.290.799,11	1.290.799,11

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº 380/2010 de 29.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 380/2010

- CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo nº 04/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,

- CONSIDERANDO a execução dos diversos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que necessitam de acompanhamento por parte de profissional qualificado;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de

#### RESOLVE

Art.1º. Prorrogar os efeitos da Portaria nº 198/2010 de 03.05.2010, retificada pela Portaria nº 219/2010 de 28.05.2010, que admite em caráter temporário MARLISE NEUHAUS, ocupante da função do cargo de Assistente Social ACT 40 horas, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 01.01.2011 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 381/2010 de 29.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 381/2010

- CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo nº 01/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,

- CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços da farmácia do Posto de Saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o art. 2º, IX, da Lei

#### RESOLVE

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 213/2010 de 11.05.2010, que admite em caráter temporário DORLY GABRIEL KIRST, ocupante da função do cargo de Farmacêutico ACT - 15 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 01.01.2011 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 382.2010 de 29.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 382/2010

- CONSIDERANDO, que não houve interesse da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2007, em assumir a vaga;

- CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário, para Execução do Programa Saúde da Família - PSF;

- CONSIDERANDO a necessidade de recomposição do Programa Saúde da Família - PSF;

- CONSIDERANDO, o interesse público no atendimento a população;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, e de acordo com a Lei Complementar nº. 026 de 04.05.06.

#### RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 223/2010 de 02.06.2010 que Admite em caráter temporário DIRCE DE SOUZA, ocupante da função do cargo de Atendente de Consultório Dentário do PSF - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 01.01.2011 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 383/2010 de 29.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 383/2010

CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo nº. 05/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a execução dos diversos programas mantidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, que necessitam de acompanhamento por parte de profissional qualificado;

CONSIDERANDO o interesse público no atendimento a população;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 239/2010 de 21.06.2010 que Admite em caráter temporário LIDIANE DO ROSARIO PEREIRA DA SILVA, ocupante da função do cargo de Fonoaudiólogo ACT - 10 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 01.01.2011 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de

dezembro de 2010.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 384.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 384/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, da Lei Complementar 008 de 23.12.99, e conforme requerimento do interessado,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a licença para tratar de assuntos particulares ao servidor MARCIONEI MEDEIROS, funcionário desta Prefeitura, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos, na Secretaria Municipal da Fazenda, pelo período de 01.01.2011 a 31.12.2012, sem remuneração, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 385/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 385/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, Lei Complementar Nº 006 de 23.12.99, e Lei Complementar Nº 008 de 23.12.99,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Exonerar JOSIANE HEERDT FARIAS, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Escola, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela Portaria nº 0120 de 09.02.2009, a partir de 31.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 386/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 386/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com os anexos VI e V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99 com redação da Lei Complementar 0011 de 30.04.2002,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os Servidores Municipais ocupantes dos Cargos

em Comissão abaixo relacionados, a partir de 31.12.2010.

NOME	CARGO	SECRETARIA
Neusa F. Luckmann	Chefe de Divisão	Fazenda
Sandra Regina Chiquio	Diretor de Departamento	Agricultura, Indústria e Comercio.
Ernesto Jose Francisco	Diretor de Departamento	Educação, Cultura e Esportes.
Luiz Monteiro	Diretor de Departamento	Transportes, Obras e Ser. Urbanos
Eliomar Scheidt de Souza	Coordenador Administrativo	Administração e Planejamento
Marcelo de Souza	Coordenador Administrativo	Administração e Planejamento
Ari de Souza	Coordenador Administrativo	Saúde
Vera Lucia Bittencourt	Coordenador Administrativo	Agricultura, Indústria e Comercio.
Daniely Aparecida Esser	Coordenador Administrativo	Fazenda
Emerson Hoffmann	Coordenador Administrativo	Educação, Cultura e Esportes.
Eliane do C. M. da Silveira	Assessor de Planejamento	Administração e Planejamento
Francinei Longen	Assessor Administrativo	Educação, Cultura e Esportes.
Denise Raymundo da Silva	Assessor Administrativo	Desenvolvimento Social

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## **Concórdia**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

**Edital de Notificação**      **Convênio**      **-**  
**PCONCÓRDIAFMASPFMCIII**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PFMCIII, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 30 de dezembro de 2010.  
MAURO KICHEL  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**CÂMARA DE VEREADORES**
**BALANCETE FINANCEIRO 12-2010**  
**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	181.563,54
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	174.619,47
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.379,69
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.239,78
		Despesas Intra-orçamentárias	6.944,07
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.944,07
Receita Extra - Orçamentária	387.369,48	Despesa Extra - Orçamentária	416.546,51
DEPÓSITOS	20.623,88	DEPÓSITOS	29.427,91
CONSIGNAÇÕES	20.123,88	CONSIGNAÇÕES	28.927,91
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.617,95	PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.617,95
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.020,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.020,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7.496,37	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7.549,40
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.524,91	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.524,91
PLANOS DE SEGUROS	56,09	PLANOS DE SEGUROS	112,18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	380,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	380,00
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	28,56	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	8.723,47
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	500,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	500,00
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	500,00	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	500,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	208.345,60	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	236.295,60
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.345,60	OBRIGAÇÕES A PAGAR	236.295,60
FORNECEDORES	37.517,85	FORNECEDORES	37.517,85
PESSOAL A PAGAR	116.184,98	PESSOAL A PAGAR	116.184,98
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.026,74	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.026,74
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	27.950,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	55.900,00
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	666,03	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	666,03
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	155.900,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	150.823,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	155.900,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	150.823,00
REPASSE RECEBIDO	155.900,00	REPASSE CONCEDIDO	150.823,00
Despesas Empenhadas a Liquidar*	2.500,00		
Saldos anteriores	213.240,57	Saldos atuais	2.500,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	213.240,57	BANCO C/ MOVIMENTO	2.500,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	600.610,05	Total	600.610,05

\*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

CONCORDIA, 30/12/2010

\_\_\_\_\_  
ALAOR ANTONIO CAMILLO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
DELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

# Ermo

## PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto N.º 099, de 29 de dezembro de 2010.**

DECRETO N.º 099, de 29 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 80(recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 088, de 24 de dezembro de 2009.**

PORTARIA Nº. 088, de 24 de dezembro de 2009.

Prorroga Portaria de Admissão de Servidores em Caráter Temporário - ACT e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I e III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade da continuidade dos serviços junto a Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos e não havendo servidores aprovados em concurso público para o cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam prorrogadas as Admissões em Caráter Temporário (ACT), para ocupar funções junto a Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos, dos servidores conforme abaixo relacionados:

Função: Motorista II;

Servidor: Romeu de Oliveira Passos.

Função: Operador de Equipamentos II;

Servidor: Adriano Votri Zefino.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 31 de dezembro de 2010 e encerrando-se no dia 29 de abril de 2011 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 30 de dezembro 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

**Extrato de Contrato FMS nº 17/2010**

Extrato de Contrato FMS nº 17/2010

CONTRATO Nº : 17/2010

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Luiz Cornélio Pacheco Francisco Me (COLIX)

OBJETO: serviços de coleta, transporte e destino final (incineração) dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar).

PRAZO: 01/01/211 à 31/12/2011.

Valor total: 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais)

Data da assinatura: 27/12/2010.

**Extrato de Contrato PME nº 27/2010**

Extrato de Contrato PME nº 27/2010

CONTRATO Nº :27/2010 (1º termo aditivo ao contrato nº 18/20100

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Della Construções Ltda

OBJETO: Construção de um Centro Esportivo Polivalente e um Centro de Referência de Assistência Social.

PRAZO: Os prazos de execução ficam aditados em 60 (sessenta) dias p/ o CRAS e em 90 (noventa) dias p/ o Centro Esportivo Polivalente.O prazo de vigência previsto no parágrafo único da cláusula sétima do contrato de origem fica prorrogado em 04 meses.

Data da assinatura: 15/12/2010.

**Extrato de Contrato PME nº 28/2010**

Extrato de Contrato PME nº 28/2010

CONTRATO Nº :28/2010 (1º termo aditivo ao contrato nº 25/2010)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Escola de Festão Pública Municipal (EGEM)

OBJETO: Elaboração do Plano de Habitação de interesse social do Município de Ermo

PRAZO: O prazo de vigência previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica prorrogado por mais 05 meses, passando para 31/05/2011.

Data da assinatura: 16/12/2010.

**Extrato de Contrato PME nº 29/2010**

Extrato de Contrato PME nº 29/2010

CONTRATO Nº :29/2010 (4º termo aditivo ao contrato nº 13/2007)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Santech Saneam. e Tecnol. Ambiental Ltda

OBJETO: Destinação final de resíduos sólidos domiciliares produzidos no município de Ermo.

PRAZO: Fica prorrogado por 12 meses, iniciando-se em 01/01/2011 e terminando em 31/12/2011.



Valor: O valor unitário passou de 70,78/ton p/ 75,00/ton, totalizando um valor global de R\$ 16.875,00 (dezesesseis mil, oitocentos e setenta e cinco reais)

Data da assinatura: 16/12/2010.

### Extrato de Contrato PME nº 30/2010

Extrato de Contrato PME nº 30/2010

CONTRATO Nº : 30/2010 (2º termo aditivo ao contrato nº 10/2009)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Jairo Borges de Souza

OBJETO: Locação de um terreno com poço artesiano e reservatório p/ captação de água p/ abastecimento da comunidade de Morro do Soares..

PRAZO: Fica prorrogado por 12 meses, iniciando-se em 01/01/2011 e terminando em 31/12/2011.

Valor total: 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais)

Data da assinatura: 17/12/2010.

### Extrato de Contrato PME nº 31/2010

Extrato de Contrato PME nº 31/2010

CONTRATO Nº : 31/2010 (2º termo aditivo ao contrato nº 19/2009)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Antônio Manoel de Souza

OBJETO: Locação de um terreno com poço artesiano e reservatório p/ captação de água p/ abastecimento da comunidade de Morro do Soares..

PRAZO: Fica prorrogado por 12 meses, iniciando-se em 01/01/2011 e terminando em 31/12/2011.

Valor total: 1.584,00 (um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais)

Data da assinatura: 17/12/2010.

### Extrato de Contrato PME nº 32/2010

Extrato de Contrato PME nº 32/2010

CONTRATO Nº : 32/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ermo ao CIGA p/ atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 05/2010.

PRAZO: 03/01/211 à 31/12/2011.

Valor total: 2.688,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais)

Data da assinatura: 30/12/2010.

**Fraiburgo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Portaria Nº 2726/2010

PORTARIA N.º 2.726 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANE APARECIDA ROSA, brasileira, casada,

inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 2727/2010

PORTARIA N.º 2.727 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARILENE DE FATIMA DO PRADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.621.129-66, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 2728/2010

PORTARIA N.º 2.728 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANA APARECIDA NUNES MASSENHANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.117.039-90, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2729/2010**

PORTARIA N.º 2.729 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.537.759-77, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2730/2010**

PORTARIA N.º 2.730 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSELI TEREZINHA DA SILVA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 990.611.209-34, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2731/2010**

PORTARIA N.º 2.731 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELENE FATIMA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 594.887.199-15, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2732/2010**

PORTARIA N.º 2.732 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARILDA TEREZINHA TIBES CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.557.679-34, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2733/2010**

PORTARIA N.º 2.733 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março

de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JANETE DE MELO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 542.659.839-87, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2734/2010**

PORTARIA N.º 2.734 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NOELI RUTKE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 596.470.789-00, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2735/2010**

PORTARIA N.º 2.735 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARLENE DE PAULA GOETTEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.637.269-34, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir

de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2736/2010**

PORTARIA N.º 2.736 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CINTIA CRISTINA SUDATTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.535.119-80, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2737/2010**

PORTARIA N.º 2.737 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDRESSA CATARINA CONTE DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.833.879-06, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2738/2010**

PORTARIA N.º 2.738 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RENILD PEPE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.393.099-83, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2739/2010**

PORTARIA N.º 2.739 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear IZETE APARECIDA COBALCHINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 030.147.279-38, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2740/2010**

PORTARIA N.º 2.740 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARLIRIA PRATES RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.058.489-91, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2741/2010**

PORTARIA N.º 2.741 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOCELI DE CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 636.894.729-20, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2742/2010**

PORTARIA N.º 2.742 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EVA GOMES DOMINGUES CRUZ, brasileira,

casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.630.989-68, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2743/2010**

PORTARIA N.º 2.743 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SALETE DE PROENÇA KONFLANZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.846.179-04, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2744/2010**

PORTARIA N.º 2.744 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RENICE PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.119-51, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2745/2010**

PORTARIA N.º 2.745 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARILI APARECIDA DO PRADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.911.779-33, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2746/2010**

PORTARIA N.º 2.746 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARCIA VELOSO DE LINHARES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.247.249-45, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2747/2010**

PORTARIA N.º 2.747 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.873.989-06, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito MunicipalELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento**Portaria Nº 2748/2010**

PORTARIA N.º 2.748 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear TEOLIDES PIRES DE LIMA GOEIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 038.807.309-89, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito MunicipalELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento**Portaria Nº 2749/2010**

PORTARIA N.º 2.749 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico

estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NORMA ANA SCRAMOCIN STIEVEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.620.329-04, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito MunicipalELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento**Portaria Nº 2750/2010**

PORTARIA N.º 2.750 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 777.377.509-59, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito MunicipalELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento**Portaria Nº 2751/2010**

PORTARIA N.º 2.751 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIZA APARECIDA MELO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 030.195.599-95, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga

horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2752/2010**

PORTARIA N.º 2.752 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EDNA APARECIDA DE MEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 028.267.509-41, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2753/2010**

PORTARIA N.º 2.753 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JANETE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 527.914.089-91, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2754/2010**

PORTARIA N.º 2.754 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARGARETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.320.389-00, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2755/2010**

PORTARIA N.º 2.755 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NAIANE REGINA DE ASSIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.146.059-10, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2756/2010**

PORTARIA N.º 2.756 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo



NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIA ELOIDES RODRIGUES FAGUNDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 961.118.369-00, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2757/2010**

PORTARIA N.º 2.757 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear HELOISA CARLA LAZZARI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 486.290.659-15, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2758/2010**

PORTARIA N.º 2.758 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NATALIA IOLANDA ABRANGE CONSTANTINO,

brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.233.899-04, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2759/2010**

PORTARIA N.º 2.759 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VERGINIA APARECIDA AMERICO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 848.018.329-20, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2760/2010**

PORTARIA N.º 2.760 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLAUDETE PAULINO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.703.619-20, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2761/2010**

PORTARIA N.º 2.761 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LEAMAR APARECIDA PIRES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 549.372.809-53, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2762/2010**

PORTARIA N.º 2.762 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear THAIZA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.303.959-88, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2763/2010**

PORTARIA N.º 2.763 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CRISTIANE PRIMIERI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.744.289-41, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2764/2010**

PORTARIA N.º 2.764 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DAIANE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 011.512.279-60, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2765/2010**

PORTARIA N.º 2.765 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março



de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOCELIA APARECIDA DA CRUZ DAVID, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.151.309-93, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2766/2010**

PORTARIA N.º 2.766 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALEXANDRE DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 053.673.459-30, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2767/2010**

PORTARIA N.º 2.767 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLAUDINEI FRANCA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 028.863.099-82, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro

de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2768/2010**

PORTARIA N.º 2.768 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOAO ALINUR LEITE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 445.609.319-68, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2769/2010**

PORTARIA N.º 2.769 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLEITON BARBOSA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 064.327.139-27, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2770/2010**

PORTARIA N.º 2.770 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANILO JOSE HUNING, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 848.006.409-97, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2771/2010**

PORTARIA N.º 2.771 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARCIO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 024.643.489-96, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2772/2010**

PORTARIA N.º 2.772 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado

pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLAUDIO ANTONIO SKLAR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 701.448.420-68, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2773/2010**

PORTARIA N.º 2.773 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIVONE RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 322.880.068-70, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2774/2010**

PORTARIA N.º 2.774 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JESSICA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.868.649-60, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2775/2010**

PORTARIA N.º 2.775 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LEANDRO ALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 076.328.899-30, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2776/2010**

PORTARIA N.º 2.776 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear HISANA GOMES FROZZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.586.169-06, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2777/2010**

PORTARIA N.º 2.777 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDIELSON JOSE BECKER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 054.794.349-00, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2778/2010**

PORTARIA N.º 2.778 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 003/2010, homologado pelo decreto 308/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA APARECIDA CORREA KUKMARSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.194.069-90, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2779/2010**

PORTARIA N.º 2.779 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico

estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOHNATAN MATHEUS ETGES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.356.629-13, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2780/2010**

PORTARIA N.º 2.780 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CAMILA LINHARES PIVATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.562.279-44, no cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE GESTÃO HUMANA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2781/2010**

PORTARIA N.º 2.781 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCAS POMMERENING, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 009.980.639-83, no cargo de provimento efetivo de DESENHISTA TÉCNICO, com carga horária de 40 horas

semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2782/2010**

PORTARIA N.º 2.782 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.884.101-04, no cargo de provimento efetivo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2783/2010**

PORTARIA N.º 2.783 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMONE COSTA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.306.900-00, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO (40h), com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2784/2010**

PORTARIA N.º 2.784 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KARINE SCHAEFER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.315.369-90, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO (40h), com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2785/2010**

PORTARIA N.º 2.785 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KALINKA CRUZ BATISTA MACCAGNAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 950.102.209-97, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO (20h), com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2786/2010**

PORTARIA N.º 2.786 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMONE CRISTINA VIECELI DRESCH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 016.400.869-19, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO (20h), com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2787/2010**

PORTARIA N.º 2.787 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RAMONA LIA CANONICA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.346.869-40, no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2788/2010**

PORTARIA N.º 2.788 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear WILLIAM HIDEYUKI MARTINI MIASATO,

brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 056.954.109-32, no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2789/2010**

PORTARIA N.º 2.789 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CECILIA FRANCO DE OLIVEIRA REGERT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 002.343.320-50, no cargo de provimento efetivo de NUTRICIONISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2790/2010**

PORTARIA N.º 2.790 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARCOS TRANCOSO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 086.890.816-90, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2791/2010**

PORTARIA N.º 2.791 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GILBERTO LUIZ KOMINKIEWICZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 844.883.449-68, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2792/2010**

PORTARIA N.º 2.792 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DELCIO MARCELO NORDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 693.493.049-53, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 2793/2010**

PORTARIA N.º 2.793 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2010, homologado pelo decreto 307/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear HELIO DE BAIRROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 737.612.149-87, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2794/2010**

PORTARIA N.º 2.794 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FABIANO MARTINELLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 004.853.709-80, no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2795/2010**

PORTARIA N.º 2.795 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico

estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RENATA MARAFON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.884.469-52, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2796/2010**

PORTARIA N.º 2.796 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARCELO WALTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 029.495.219-59, no cargo de provimento efetivo de DESENHISTA TÉCNICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2797/2010**

PORTARIA N.º 2.797 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira,

casada, inscrita no CPF sob o n.º 010.058.099-84, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2798/2010**

PORTARIA N.º 2.798 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOAO CARLOS MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 753.161.109-00, no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2799/2010**

PORTARIA N.º 2.799 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANE APARECIDA RIBEIRO PEPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.850.289-53, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2800/2010**

PORTARIA N.º 2.800 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 006/2010, homologado pelo decreto 311/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VALMIR DE ABREU, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 787.027.559-04, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2801/2010**

PORTARIA N.º 2.801 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LEOCIR SANDRI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 974.357.329-15, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ ETE, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2802/2010**

PORTARIA N.º 2.802 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRIC MARCOS DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 051.597.369-64, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ ETE, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2803/2010**

PORTARIA N.º 2.803 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSMAR SILVESTRE GARBOÇA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 055.055.789-00, no cargo de provimento efetivo de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2804/2010**

PORTARIA N.º 2.804 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NEILOR DA ROSA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.181.499-01, no cargo de provimento efetivo de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2805/2010**

PORTARIA N.º 2.805 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JERSON LUIZ ZONTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 813.995.459-49, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2806/2010**

PORTARIA N.º 2.806 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 813.995.459-49, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2807/2010**

PORTARIA N.º 2.807 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 007/2010, homologado pelo decreto 312/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANO ROQUE LUCAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 059.969.339-85, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2808/2010**

PORTARIA N.º 2.808 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CAROLINE ISRAEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.469-61, na

função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2809/2010**

PORTARIA N.º 2.809 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NILCEIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2810/2010**

PORTARIA Nº 2.810, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora DENISE APARECIDA MENEZINHINI BOLIGON, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 386.095.689-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, em 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ



Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2811/2010**

PORTARIA N.º 2.811 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CRISTINE PRUNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de janeiro de 2011 até 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2812/2010**

PORTARIA Nº 2.812, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor JOSÉ VILMAR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 703.069.589-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2813/2010**

PORTARIA N.º 2.813 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSE VILMAR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 703.069.589-53, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2814/2010**

PORTARIA N.º 2.814 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DARCEU CANDIDO VELOSO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 501.583.769-00, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2815/2010**

PORTARIA N.º 2.815 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROBSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro,

inscrito no CPF sob o n.º 058.482.139-50, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2816/2010**

PORTARIA N.º 2.816 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALEX CORDEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.291.329-35, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2817/2010**

PORTARIA N.º 2.817 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDREA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.563.389-79, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2818/2010**

PORTARIA N.º 2.818 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOAO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 464.981.929-68, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Termo Convocação Nº 001/2010**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): THAIS BATISTA  
RUA ALBINO ALFREDO GRANDO, RIO DAS PEDRAS  
89560000 - VIDEIRA - SC

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação: 6º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;



h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;  
 i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;  
 j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);  
 k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;  
 l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).  
 m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);  
 n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;  
 o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;  
 p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);  
 q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);  
 r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);  
 s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);  
 t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:  
 I - acuidade visual;  
 II - audiométrico;  
 III - hemograma;  
 IV - lipidograma;  
 V - glicemia;  
 VI - RX Tórax PA e Perfil;  
 VII - fator RH;  
 VIII - sorologia para Lues;  
 IX - parcial de urina;  
 X - uréia;  
 XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;  
 t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;  
 u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");  
 v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 14 de dezembro de 2010.  
 NELMAR PINZ  
 Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
 Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Complementar N.º 1.501/2010

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.501, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 471, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 17, da Lei Complementar n.º 471, de 14 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O imposto poderá ser pago de uma só vez ou parceladamente, em 10 (dez) parcelas, vencendo-se a primeira em 15 de março, e assim sucessivamente sempre no dia 15 de cada mês.  
 § Único. O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, com vencimento em 15 (quinze) de fevereiro, gozará do desconto de 20% (vinte por cento)."

Art. 2º. O inciso II do artigo 81 da Lei Complementar nº 471, de 14 de dezembro de 1993, passa a ter seguinte redação:

"II - em relação ao serviço de coleta de lixo, por tipo de utilização e faixa de tamanho do imóvel:

TIPO	Até 100,00 m²	de 100,00 a 250,00 m²	> de 250,00 m²
Residência	R\$ 100,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
Comércio em geral	R\$ 200,00	R\$ 300,00	R\$ 400,00
Prestação de serviço	R\$ 80,00	R\$ 120,00	R\$ 160,00
Serviço Público	R\$ 80,00	R\$ 120,00	R\$ 160,00
Indústria	R\$ 260,00	R\$ 390,00	R\$ 520,00
Especial	R\$ 300,00	R\$ 450,00	R\$ 600,00

\* Especial: Hotéis, pousadas, campings, restaurantes, supermercados, postos de gasolina."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor em 31 de dezembro de 2010.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
 Secretária de Administração

#### Lei N.º 1.499/2010

LEI N.º 1.499, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.  
 DENOMINA RUA NO MUNICIPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua projetada existente no Bairro Areias de Palhoci-  
nha, que se inicia na Rua 06 de janeiro, e termina na propriedade  
do Senhor Carlos Augusto Coelho Terra, possui uma extensão de  
aproximadamente 150 (cento e cinquenta) metros de comprimen-  
to, e largura com 08 (oito) metros de pista, com passeios de 02  
(dois) metros, passa a ser denominada RUA TOMAZ HILARIO FER-  
NANDES, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo  
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Lei N.º 1.500/2010**

LEI N.º 1.500, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DENOMINA RUA NO MUNICIPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a  
todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou  
e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua projetada existente no Bairro Ressacada, próxi-  
mo a residência do Senhor Santino Ferreira, que se inicia na Rua  
Manoel Balbino Silveira (GRP 396), possui aproximadamente 100  
(cem) metros de comprimento, por 14 (quatorze) metros de lar-  
gura, passa a ser denominada RUA IZABEL IDALINA FERREIRA,  
conforme croqui topográfico anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo  
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Lei N.º 1.502/2010**

LEI N.º 1.502, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 645/99, QUE DISPÕE SOBRE NOR-  
MAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a  
todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou  
e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 28 da Lei Municipal n.º 645/99 passa a ter a  
seguinte redação:

"Art. 28. A taxa dos atos de vigilância sanitária municipal será re-  
gulamentada através de Decreto do Executivo Municipal."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-  
gadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo  
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Lei N.º 1.503/2010**

LEI N.º 1.503, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 778, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício,  
faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Muni-  
cipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso III, do parágrafo 2.º, artigo 1.º da Lei Municipal  
n.º 778, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a se-  
guinte redação:

"III - Contribuintes de baixa renda, comprovadamente incluídos  
no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, com con-  
sumo de até 100 KW/Hora/Mês."

Art. 2º. O artigo 2º, da Lei Municipal n.º 778, de 30 de dezembro  
de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A base de cálculo para apurar a COSIP será definida a  
partir do valor total do consumo mensal, de acordo com os níveis  
individuais de consumo de energia, conforme tabela abaixo:

FAIXA DE CON- SUMO	RESIDEN- CIAIS	RESID. RURAL	INDUS- TRIAL	COMERCIAL	OUTRAS CLASSES
Até 200 Kw/h/mês	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Acima de Kw/h/ mês % sobre valor em R\$ de consumo	6 %	6 %	6 %	6 %	6 %

Parágrafo Único. Estão excluídos da base da COSIP os valores de  
consumo que superarem os seguintes limites:

Classe residencial: 3.000 Kw/h/mês;  
Classe residencial Rural: 2.000 Kw/h/mês;  
Classe Industrial: 10.000 Kw/h/mês;  
Classe comercial: 5.000 Kw/h/mês;  
Outras classes 10.000 Kw/h/mês."

Art. 3º. O artigo 3º, da Lei Municipal n.º 778, de 30 de dezembro  
de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O valor da contribuição de que trata esta Lei será re-  
ajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de  
fornecimento de energia elétrica, definido pela Concessionária  
(CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.) e Permissio-  
nária (CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes) que  
atendem o município."

Art. 4º. O artigo 4º, da Lei Municipal n.º 778, de 30 de dezembro  
de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. Para o cumprimento desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Convênio firmado com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição pública de interesse do Município, bem como a celebrar Convênio com a CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, para a mesma finalidade.

Parágrafo Único. A CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., e a CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – deverão contabilizar mensalmente, o produto de arrecadação da COSIP, em conta própria, fornecendo à Secretaria Municipal de Fazenda, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.”

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação respeitando o princípio da anterioridade, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### **Decreto N.º 216/2010**

DECRETO N.º 216, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE VALORES DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam atualizados com base no cálculo do INPC/IBGE (DEZ 2009-NOV 2010), em 6,08% (seis virgula zero oito por cento), os valores para cobrança de todos os impostos e taxas municipais, previstos na legislação municipal, para o exercício de 2011.

Art. 2º. Fica atualizado com base no INPC do IBGE (DEZ 2009-NOV 2010), o valor venal para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício de 2011.

Art. 3º. Os novos valores a que se refere o artigo 2º deste Decreto são os seguintes:

CLASSE "A"	R\$ 59,45
CLASSE "B"	R\$ 38,68
CLASSE "C"	R\$ 20,83
CLASSE "D"	R\$ 13,48

M2 DE CONSTRUÇÃO	R\$ 178,25
------------------	------------

Art. 4º. O Imposto Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Coleta de Lixo, relativos ao exercício de 2010, poderão ser pagos conforme previsto no artigo 17, do Código Tributário Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### **Decreto N.º 217/2010**

DECRETO N.º 217, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta a Cobrança de Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária Municipal, e dá outras providências.

Luiz Carlos Luiz, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 8.505 de 28/12/91, Lei 645/99 de 21/05/1999 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a cobrança de Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto. § 1º. O pagamento da Taxa prevista nesse artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniários a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será paga através de guia, devidamente autenticada mecanicamente anteriormente execução do ato.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 042/2002 e o Decreto n.º 119/2009.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO - DECRETO N.º 217/2010

### **ATOS DA SAÚDE PÚBLICA**

1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
11101	Conservas de produtos de origem vegetal	225,00
11102	Doces / produtos de confeitaria (c/creme)	225,00
11103	Massas frescas	225,00
11104	Panificação (fab. / distrib.)	225,00
11105	Produtos alimentícios infantis	225,00
11106	Produtos congelados	225,00
11107	Produtos dietéticos	225,00
11108	Refeições industriais	225,00
11109	Sorvetes e similares	225,00
11199	Congêneres grupo 111	225,00
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
11201	Aditivos	150,00
11202	Água mineral	150,00

11203	Amido e derivados	150,00
11204	Bebidas analcolícas, sucos e outras	150,00
11205	Biscoitos e bolachas	150,00
11206	Cacau, chocolates e sucedâneos	150,00
11207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	150,00
11208	Condimentos, molhos e especiarias	150,00
11209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	150,00
11210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc.)	150,00
11211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	150,00
11212	Farinhas (moinhos) e similares	150,00
11213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	150,00
11214	Gelo	150,00
11215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	150,00
11216	Marmeladas, doces e xaropes	150,00
11217	Massas secas	150,00
11218	Refinadora e envasadora de açúcar	150,00
11219	Refinadora e envasadora de sal	150,00
11220	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	150,00
11221	Salgadinhos e frituras	150,00
11222	Suplementos alimentares enriquecidos	150,00
11223	Tempero à base de sal	150,00
11224	Torrefadora de café	150,00
11299	Congêneres grupo 112	150,00
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
12101	Açougue	100,00
12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	54,00
12103	Cantina escolar	54,00
12104	Casa de carnes	54,00
12105	Casa de frios (laticínios e embutidos)	60,00
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	45,00
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121 (perecíveis)	110,00
12108	Confeitaria	78,00
12109	Cozinha de escolas	45,00
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / café da manhã / similares	45,00
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. /casas de saúde	35,00
12112	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	75,00
12113	Lanchonete / café colonial e petiscarias	65,00
12114	Mercados / super / mini (somatório das atividades)	*61,00
12115	Mercearia / armazém (única atividade)	81,00
12116	Padaria / panificadora	81,00
12117	Pastelaria	81,00
12118	Peixaria (pescados e frutos do mar)	81,00
12119	Pizzaria	100,00
12120	Produtos congelados	75,00
12121	Restaurante / buffet / churrascaria	151,00
12122	Rotisserie	151,00
12123	Serv-carro / drive-in / quiosque / trailer e similares	65,00
12124	Sorveteria e/ou posto de venda	110,00
12125	Depósito de alimentos grupo 121 (perecíveis)	75,00
12126	Transportador e ou transportadora de alimentos grupo 121 (perecíveis)(por veículo)	50,00

12127	Venda ambulante (cachorro quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	62,00
12199	Congêneres grupo 121	50,00
	* Excluídas as atividades exercidas	
122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
12201	Bar / boate / uisqueria	50,00
12202	Bomboniere	50,00
12203	Café	50,00
12204	Depósito de bebidas	60,00
12205	Depósito de frutas e verduras	60,00
12206	Depósito de alimentos grupo 122 (não perecíveis)	60,00
12207	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	55,00
12208	Feira livre (comércio de frutas, legumes e verduras)	40,00
12209	Quitanda, frutas e verduras	60,00
12210	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	50,00
12211	Comércio atacadista de alimentos grupo 122 (não perecíveis)	60,00
12212	Transportador e/ou transportadora de alimentos grupo 122 (não perecíveis) (por veículo)	40,00
12299	Congêneres grupo 122	40,00
13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
13101	Produtos tóxicos e ou faz uso	225,00
13102	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	225,00
13103	Insumos farmacêuticos	225,00
13104	Produtos farmacêuticos (medicamentos em geral e ou correlatos estéreis)	225,00
13105	Produtos biológicos	225,00
13106	Produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	225,00
13107	Produtos de consumo médico / hospitalar	225,00
13108	Produtos de consumo odontológico	225,00
13109	Material implantável	225,00
13110	Saneantes domissanitários	225,00
13111	Produtos de consumo radiológico	225,00
13112	Educação física, embelezamento ou correção estética (órteses)	225,00
13199	Congêneres grupo 131	225,00
132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
13201	Embalagens	150,00
13202	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos laboratoriais	150,00
13203	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos médico / hospitalares	150,00
13204	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos odontológicos	150,00
13205	Produtos veterinários	150,00
13206	Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	150,00
13207	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos	150,00
13299	Congêneres grupo 132	150,00



14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
14101	Comércio de produtos tóxicos	150,00
14102	Distribuidora de medicamentos	250,00
14103	Comércio de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	150,00
14104	Comércio de produtos de consumo médico / hospitalar	150,00
14105	Comércio de produtos de consumo odontológico	150,00
14106	Comércio de produtos veterinários	150,00
14107	Comércio de produtos saneantes domissanitários	150,00
14108	Comércio de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	150,00
14109	Distribuidora de produtos tóxicos	150,00
14110	Transportadora de Produtos tóxicos (por veículo)	150,00
14111	Transportadora de medicamentos (por veículo)	150,00
14112	Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	150,00
14113	Transportadora de prod. de consumo laboratorial de análises clínicas (por veículo)	150,00
14114	Distribuidora de produtos de consumo médico / hospitalar	150,00
14115	Transportadora de produtos de consumo médico / hospitalar (por veículo)	150,00
14116	Distribuidora de produtos de consumo odontológico	150,00
14117	Transportadora de produtos de consumo odontológico (por veículo)	150,00
14118	Comércio de produtos de consumo radiológico	150,00
14119	Distribuidora de produtos de consumo radiológico	150,00
14120	Transportadora de produtos de consumo radiológico (por veículo)	150,00
14121	Distribuidora de produtos veterinários	150,00
14122	Transportadora de produtos veterinários (por veículo)	150,00
14123	Comércio de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	150,00
14124	Distribuidora de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	150,00
14125	Transportadora de prod. químicos (tintas, solventes, vernizes, outros) (por veículo)	150,00
14126	Distribuidora de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	150,00
14127	Distribuidora de produtos saneantes domissanitários	150,00
14128	Transportadora de produtos saneantes domissanitários (por veículo)	150,00
14129	Comércio de materiais implantáveis	150,00
14130	Distribuidora de materiais implantáveis	150,00
14131	Transportadora de materiais implantáveis	150,00
14132	Transportadora de prod. cosméticos, perfumes e prod. higiene pessoal (por veículo)	150,00
14199	Congêneres grupo 141	150,00
142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
14201	Comércio de produtos destinados à alimentação animal	75,00
14202	Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	75,00
14203	Embalagens	75,00

14204	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos agrícolas ou ferragens	75,00
14205	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	75,00
14206	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico/hosp.	75,00
14207	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso odontológico	75,00
14208	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	75,00
14209	Comércio de sementes ou mudas	75,00
14210	Transportadora de produtos destinados alimentação animal (por veículo)	75,00
14211	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	75,00
14212	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética (por veículo)	75,00
14213	Distribuidoras de embalagens	75,00
14214	Transportadora de embalagens (por veículo)	75,00
14215	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	75,00
14216	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial (por veículo)	75,00
14217	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp.	75,00
14218	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp. (por veículo)	75,00
14219	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia	75,00
14220	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia (por veículo)	75,00
14221	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	75,00
14222	Distribuidora de equipamento ou aparelho ou instrumento para uso em radiologia	75,00
14223	Transportadora de equipamento ou aparelho ou instrumento para uso em radiologia (por veículo)	75,00
14224	Distribuidora de sementes ou mudas	75,00
14225	Transportadora de sementes ou mudas (por veículo)	75,00
14226	Agropecuária * (soma de todas as atividades desenvolvidas pelo respectivo estab.)	* 100,00
14227	Comércio de pequenos animais (aves, peixes, outros)	75,00
14299	Congêneres grupo 142	75,00
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
15101	Ambulatório médico	150,00
15102	Ambulatório odontológico	150,00
15103	Ambulatório veterinário	150,00
15104	Ambulatório de enfermagem	150,00
15105	Banco de leite humano	50,00
15106	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	50,00
15107	Clínica médica	150,00
15108	Clínica veterinária	100,00
15109	Hemodiálise	150,00
15110	Policlínica	150,00
5111	Pronto socorro	50,00
15112	Serviço de nutrição e dietética	50,00

15113	Unidade sanitária	Isento
15114	Medicina nuclear	150,00
15115	Radioimunoensaio	150,00
15116	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	150,00
15117	Radiologia médica (por equipamento)	130,00
15118	Radiologia odontológica (por equipamento)	50,00
15119	Farmácia (alopática)	150,00
15120	Farmácia (homeopática)	150,00
15121	Drogaria	150,00
15122	Posto de medicamentos	50,00
15123	Dispensário de medicamentos	50,00
15124	Ervanária	75,00
15125	Unidade volante de comércio farmacêutico	50,00
15126	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	150,00
15127	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	*225,00
15128	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	*225,00
15129	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	*225,00
15130	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	*225,00
15131	Unidade integrada de saúde / unidade mista (soma das atividades desenvolvidas)	*225,00
15132	Laboratório de análises clínicas	150,00
15133	Laboratório de análises bromatológicas	150,00
15134	Laboratório de anatomia e patologia	150,00
15135	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	150,00
15136	Laboratório químico-toxicológico	150,00
15137	Laboratório cito / genético	150,00
15138	Posto de coleta de material biológico	60,00
15139	Agência transfusional de sangue	75,00
15140	Banco de sangue	130,00
15141	Posto de coleta de sangue	75,00
15142	Serviço de hemoterapia	160,00
15143	Serviço industrial de derivados de sangue	225,00
15144	Unidade volante de assistência médica e ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	75,00
15145	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	50,00
15146	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	75,00
15147	Unidade volante de coleta de sangue	75,00
15148	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	75,00
15149	Quimioterapia	150,00
15150	Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento)	150,00
15151	Unidade volante de assistência odontológica	75,00
15199	Congêneres grupo 151	75,00
	* Excluídas as atividades que exijam responsabilidade técnica específica	
152	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
15201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	150,00
15202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	150,00
15203	Clínica de psicanálise	150,00
15204	Clínica de odontologia	150,00
15205	Clínica de tratamento e repouso	150,00
15206	Clínica de ortopedia	150,00
15207	Ultrassonografia	80,00
15208	Clínica de fonoaudiologia	150,00
15209	Consultório médico	85,00
15210	Consultório nutricional	85,00

15211	Consultório odontológico	85,00
15212	Consultório de psicanálise / psicologia	85,00
15213	Consultório veterinário	85,00
15214	Estabelecimento de massagem	85,00
15215	Laboratório ou oficina de prótese dentária	150,00
15216	Laboratório de prótese auditiva	150,00
15217	Laboratório de prótese ortopédica	150,00
15218	Laboratório de ótica	150,00
15219	Ótica	100,00
15220	Consultório psico-pedagógico	85,00
15221	Estabelecimentos saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
15222	Clínica psico-pedagógico	150,00
15299	Congêneres grupo 152	50,00
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
16101	Asilo e similares	100,00
16102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	150,00
16103	Escola de natação e similares	100,00
16104	Estação hidromineral / termal / climatério	225,00
16105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	80,00
16106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	80,00
16107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	80,00
16108	Piscina coletiva	50,00
16109	Radiologia industrial	150,00
16110	Sauna	50,00
16111	Zoológico	150,00
16112	Estab. de propriedade da união, estado e municípios	Isento
16113	Centro de formação de condutores	100,00
16114	Hotel infantil	80,00
16115	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	225,00
16116	Serviço de limpeza e ou desinfecção de poços	225,00
16117	Serviço de limpeza e ou desinfecção de caixas d'água	225,00
16118	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	225,00
16119	Serviço de capina química	225,00
16120	Motel (hospedagem) (por cômodo)	30,00
16121	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	150,00
16199	Congêneres grupo 161	75,00
162	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	REAIS R\$
16201	Hotel de pequenos animais	50,00
16202	Academia de ginástica / dança / artes marciais e similares	60,00
16203	Agência bancária e similares	45,00
16204	Barbearia	45,00
16205	Camping até 200 barracas	85,00
	Camping acima de 200 barracas	135,00
16206	Cárcere / penitenciária e similares	Isento
16207	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	75,00
16208	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	60,00
16209	Cemitério / necrotério / crematório	75,00
16210	Cinema / auditório / teatro	60,00
16211	Circo / rodeio / hípica / parque de diversão	50,00
16212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	40,00



16213	Dormitório (por cômodo)	10,00
16214	Escritório em geral	40,00
16215	Estação de tratamento de água para abastecimento público	150,00
16216	Estação de tratamento de esgoto	150,00
16217	Estética facial / maquiagem	50,00
16218	Floricultura / plantas / mudas	45,00
16219	Garagem / estacionamento coberto	35,00
16220	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	10,00
16221	Igrejas e similares	30,00
16222	Lavanderia	50,00
16223	Tabacaria	30,00
16224	Oficina / consertos em geral	40,00
16225	Orfanato / patronato	40,00
16226	Parque natural / campo de naturismo	40,00
16227	Pensão (por cômodo)	10,00
16228	Posto de combustível / lubrificante	50,00
16229	Quartel	Isento
16230	Salão de beleza / manicuro / pedicuro / cabeleireiro	50,00
16231	Shopping (área comum) exceto estabelecimentos	45,00
16232	Salão de beleza para pequenos animais	50,00
16233	Pet Shop	80,00
16234	Serviço de lavagem de veículo	40,00
16235	Colônia de férias	50,00
16236	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento
16299	Congêneres grupo 162	50,00
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
21	DIVERSOS	
211	DIVERSOS	REAIS R\$
21101	Apartamento (prédio) (p/m2)	0,55
21102	Residência (casa) (p/m2)	0,55
21102	Ampliação (p/m2)	0,55
21102	Habitação popular até 40 m2	Isento
21103	Sala comercial (p/m2)	1,10
21104	Ginásio / estádio / e similares (p/m2)	1,10
21105	Galpão / depósito e similares (p/m2)	1,10
21106	Garagem / estacionamento coberto (p/m2)	0,55
21107	Estabelecimento de saúde (p/m2)	0,55
21108	Estabelecimento de ensino (p/m2)	0,55
21109	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m2)	1,10
21110	Maternal / creche / jardim infância (p/m2)	0,55
21111	Habitação coletiva - internato e similares (p/m2)	0,55
21112	Cemitérios e afins (p/m2)	0,55
21113	Hotel, motel, cabana (p/m2)	1,10
21114	Hotel infantil (p/m2)	1,10
21199	Congêneres (p/m2)	0,55
3	ANÁLISE DE PROJETOS	
31	DIVERSOS	
311	DIVERSOS	REAIS R\$
31101	Apartamento (prédio) até 100 m2	25,00
31102	Estabelecimento de saúde até 100 m2	25,00
31103	Estabelecimento de ensino até 100 m2	25,00
31104	Estabelecimento de ginástica / laser e similares até 100 m2	25,00

31105	Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m2	25,00
31106	Maternal, creche, jardim de infância até 100 m2	25,00
31107	Cemitérios e afins até 100 m2	25,00
31108	Sistema de tratamento de água até 100 m2	25,00
31109	Sistema de tratamento de esgoto até 100 m2	25,00
31110	Hotel, motel, cabanas até 100 m2	25,00
31111	Hotel infantil até 100 m2	25,00
31112	Salões de festas até 100 m2	25,00
31113	Residência (casa) até 100 m2	25,00
31113	Ampliação até 100 m2	25,00
31199	Habitação popular até 40 m2	Isento
31199	Congêneres até 100 m2	25,00
	Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m2 (por m2 )	0,25
4	SERVIÇOS DIVERSOS	
41	DIVERSOS	
411	DIVERSOS	REAIS R\$
41101	Segunda via do alvará sanitário	15,00
41102	Análise de processos para registro de produto	110,00
41103	Qualquer alteração do alvará sanitário Por item alterado	25,00
41103	Alteração de endereço (100 % do valor do alvará)	
41104	Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	55,00
41105	Visto em receitas e notificação de receitas	Isento
41106	Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	Isento
41107	Qualquer alteração de registro de produto Por item alterado	110,00
41107	Cancelamento de registro	Isento
41108	Encerramento das atividades	Isento
41109	Baixa de responsabilidade técnica	15,00
41110	Vistoria para concessão de autorização federal de funcionamento	120,00
41110	Qualquer alteração de autorização de funcionamento Por item alterado	55,00
41110	Alteração de endereço	120,00
41111	Mudança de responsabilidade técnica	Isento
41111	Cancelamento da autorização	Isento
41112	Segunda via do laudo de análise	25,00
512	LICENÇAS	REAIS R\$
51201	Livre trânsito de produtos sujeitos a fiscalização sanitária	15,00
513	LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	REAIS R\$
51301	Liberação de produtos (paciente estado terminal)	Isento
514	AUTENTICAÇÃO DE LIVROS	REAIS R\$
51401	Farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros (por folha)	0,15
51402	Transferência de responsabilidade técnica (por livro)	15,00
51403	Baixa (encerramento) (por livro)	15,00

515	SOLICITAÇÕES / PARECERES TÉCNICOS	REAIS R\$
51501	Emissão de edital	25,00
51502	Atestado de antecedentes	55,00
51503	Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	110,00
51504	Certidão (de qualquer natureza)	55,00
51505	Requerimentos diversos	55,00
51506	Certificado de livre comercialização de produtos	75,00
51507	Laudo técnico	55,00
51508	Fornecimento de cópia de legislação (por folha)	0,15

6	ANÁLISES LABORATORIAIS	
61	ANÁLISES BROMATOLÓGICAS	
611	ÁGUA	REAIS R\$
61101	Análise Química de potabilidade (completa)	150,00
61102	Análise Microbiológica de potabilidade	45,00
61103	Análise Microbiológica de água mineral potabilidade	45,00
61104	Análise Potabilidade (química + bacteriológico)	200,00
61105	Análise Química de água por elemento determinado	25,00
61106	Determinação do pH, cor e turbidez (todas)	15,00
61107	Determinação do teor de cloro e flúor (cada)	15,00
61108	Análise Flúor com eletrodo seletivo	30,00
61109	Análise Microbiológica de água para elucidação de enfermidade de transmissão hídrica	90,00
61110	Análise Microbiológica de água mineral	150,00
61111	Análise Microbiológica indicativa de água mineral	50,00
61112	Avaliação da eficiência de filtros e similares usados p/ potabilidade de água, por microorganismos usado no teste	45,00
61113	Água de piscina (Exame microbiológica)	45,00
61114	Retenção de cloro em filtros	45,00
61115	Avaliação da eficiência microbiológica de filtros	90,00
61116	Análise química de água para hemodiálise, por elemento (segundo portaria 2042/96)	25,00
61117	Pesquisa de Endotoxina em águas para hemodiálise (segundo portaria 2042/96)	55,00
612	ADITIVOS PARA ALIMENTOS	REAIS R\$
61201	Aditivos em Alimento, exame qualitativo, por Aditivo	25,00
61202	Aditivos em Alimento, exame quantitativo, por Aditivo	65,00
61203	Aditivos quimicamente definidos, acima de 4 determinações	320,00
61204	Aditivos quimicamente definidos, até 4 determinações	220,00
61205	Determinação de Aditivos por HPLC, por Aditivos	110,00
61206	Determinação de 3,4 benzopireno	25,00
61207	Identificação de bromato	45,00
613	ALIMENTOS E BEBIDAS	REAIS R\$

61301	Análise microbiológica (contagem de mesófilos, coliforme total e de origem fecal, S. aureus, B. cereus, clostrídios, salmonella, bolores e leveduras)	180,00
61302	Análise microbiológica de alimentos para elucidação de enfermidades de transmissão alimentar	110,00
61303	Bactérias do grupo coliforme de origem fecal	35,00
61304	Bactérias do grupo coliforme total	30,00
61305	Contagem de bactérias em placas, para cada temperatura	35,00
61306	Determinação de Bacillus cereus	40,00
61307	Determinação de bolores e leveduras	35,00
61308	Determinação de clostrídios sulfito redutores a 46° C	40,00
61309	Determinação de enterobactérias	45,00
61310	Determinação de enterococos	50,00
61311	Determinação de Listeria monocytogenes	55,00
61312	Determinação de Pseudomonas aeruginosa	40,00
61313	Determinação de Salmonella spp	50,00
61314	Determinação de Shigella spp	50,00
61315	Determinação de Staphylococcus aureus	40,00
61316	Determinação de Vibrio cholerae	50,00
61317	Determinação de Vibrio parahaemolyticus	50,00
61318	Outras determinações microbiológicas (a combinar com a seção)	45,00
61319	Teste de Estufa	30,00
62	ANÁLISE MICROSCÓPICA	REAIS R\$
62001	Análise microscópica de alimentos em geral	110,00
62002	Contagem de filamentos micelianos pelo método de Howard	45,00
62003	Dosagem de paus e cascas	35,00
62004	Histologia para alimentos em geral	25,00
62005	Identificação de amido	25,00
62006	Matérias estranhas para alimentos em geral	25,00
62007	Pesquisa de ovos de insetos em farinhas e em produtos de frutas (método enzimático)	50,00
62008	Sujidades pelo método de digestão ácida	25,00
62009	Sujidades pesadas (areia, terra ...)	25,00
62010	Sujidades, Larvas e parasitos	25,00
63	ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS	REAIS R\$
63001	Acidez	20,00
63002	Acidez em ácido láctico	20,00
63003	Acidez em solução normal	20,00
63004	Acidez volátil	30,00
63005	Álcool para fins alimentícios (incluindo análise por cromatografia gasosa)	270,00
63006	Amido	45,00
63007	Amidos em produtos cárneos	55,00
63008	Atividade de água	35,00
63009	Atividade diastásica em mel	70,00
63010	Avaliação das características organolépticas	15,00
63011	Bases voláteis	35,00
63012	Brix	15,00
63013	Cafeína em bebidas não-alcoólicas	35,00
63014	Cálcio	35,00
63015	Características organolépticas, acidez, índice de refração, índice de iodo, pesquisa de ranço, índice de peróxido em óleo e gorduras comestíveis	130,00

63016	Caseína em alimentos (com consulta prévia)	65,00
63017	Cloro e hipoclorito (domissaniantes)	25,00
63018	Cloro residual livre	15,00
63019	Colesterol em alimentos com consulta prévia	45,00
63020	Composição centesimal de alimentos incluindo valor calórico	110,00
63021	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídios, glicose, sacarose e amido	110,00
63022	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídios e carboidratos totais	90,00
63023	Composição de ácidos graxos em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	145,00
63024	Composição provável do sal	110,00
63025	Crioscopia ou índice de refração do leite	25,00
63026	Cromatografia de açúcares (qualitativo)	55,00
63027	Demanda bioquímica de oxigênio	65,00
63028	Demanda química de oxigênio	55,00
63029	Densidade	15,00
63030	Densidade do leite	15,00
63031	Determinação de açúcares não redutores	30,00
63032	Determinação de açúcares redutores em glicose	30,00
63033	Determinação de açúcares totais	25,00
63034	Determinação de cloretos	25,00
63035	Determinação de fibra	30,00
63036	Determinação de isômeros CIS/TRANS de ácidos graxos insaturados em óleos e gorduras de origem animal e vegetal por cromatografia em fase gasosa	160,00
63037	Determinação de lipídeos	25,00
63038	Determinação de proteínas	35,00
63039	Determinação de resíduo mineral fixo	25,00
63040	Determinação de voláteis a 105º C	15,00
63041	Determinação do iodo no sal	25,00
63042	Dosagem de corante artificial por espectrofotometria	65,00
63043	Dosagem de corante artificial por HPLC	160,00
63044	Dureza	22,00
63045	Estabilidade ao etanol	10,00
63046	Extrato alcoólico	15,00
63047	Extrato aquoso	15,00
63048	Extrato etéreo	15,00
63049	Extrato seco desengordurado do leite	25,00
63050	Extrato seco total do leite	25,00
63051	Falsificação de bebidas, por cromatografia gasosa	145,00
63052	Falsificação em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	130,00
63053	Ferro quantitativo	35,00
63054	Formol qualitativo	40,00
63055	Fosfato	45,00
63056	Fósforo	45,00
63057	Glutamato monossódico em alimentos	40,00
63058	Gradação alcoólica em bebidas e álcoois para fins alimentícios	30,00
63059	Granulometria do sal	35,00
63060	Hidroximetilfurfural em mel	70,00
63061	Insolúveis em éter de petróleo	30,00
63062	Identificação de corante artificial	45,00
63063	Índice de Iodo	30,00
63064	Índice de peróxido	25,00
63065	Índice de refração	10,00

63066	Índice de saponificação	25,00
63067	Lactose e sacarose, cada um	30,00
63068	Matéria insaponificável	35,00
63069	Nitrito qualitativo	25,00
63070	Nitritos quantitativo	65,00
63071	Pectina	45,00
63072	Peso líquido / peso líquido drenado, cada um	10,00
63073	Pesquisa de corante artificial	25,00
63074	Pesquisa de metanol em bebidas alcoólicas por cromatografia em fase gasosa	220,00
63075	PH	10,00
63076	Ponto de fusão	25,00
63077	Prova de cocção	15,00
63078	Prova de reconstituição	10,00
63079	Quantificação de componentes secundários em bebidas alcoólicas destiladas, por cromatografia em fase gasosa	215,00
63080	Quantificação de metanol em bebidas por cromatografia em fase gasosa	145,00
63081	Reação de acidez em leite	25,00
63082	Reação de Kreiss (pesquisa de ranço)	15,00
63083	Reação de peroxidase em leite	30,00
63084	Reação para dextrina em leite	25,00
63085	Reação para fosfatase em leite	25,00
63086	Reações de Eber	10,00
63087	Resíduo mineral fixo insolúvel em ácido clorídrico	15,00
63088	Tanino em bebidas não alcoólicas	70,00
63089	Teste de indol	55,00
63090	Turbidez do sal	25,00
63091	Umidade	15,00
63092	Vácuo	10,00
63093	Valor calórico total	35,00

	NUTRIENTES E CONTAMINANTES	REAIS R\$
64		
64001	Beta caroteno adicionado em alimento	45,00
64002	Beta caroteno natural em alimento	55,00
64003	Cádmio e chumbo em sangue, por elemento	65,00
64004	Determinação de Arsênio (colorimetria)	55,00
64005	Fermento químico (dióxido de carbono total)	75,00
64006	Mercúrio em alimento	230,00
64007	Mercúrio urinário	65,00
64008	Micotoxina - cada uma	110,00
	Micronutrientes e contaminantes metálicos (sódio, potássio, ferro, cálcio, manganês, fósforo, magnésio, chumbo, cádmio, zinco, cromo e outros) preço por um metal (a partir do 2º elemento, acrescentar 35 ufir para cada elemento)	150,00
64009		
64010	Resíduos de fosfina	320,00

64011	Resíduos de óxido de etileno, etileno clorídrico e etileno-glicol, cada um	160,00
64012	Resíduos de pesticidas organoclorados e organofosforados, carbamatos, piretróides, benzimidazoles por classe, cada um	320,00
64013	Vitamina B 2 em alimento	95,00
64014	Vitamina A em alimento	55,00
64015	Vitamina B 1 em alimento	95,00
64016	Vitamina C em alimento	35,00
	Obs.: O valor total da análise bromatológica completa de um alimento é a soma do exame microbiológico, do exame microscópico e do exame físico-químico; no caso de produtos com aditivos, nutrientes e outros componentes, à taxa bromatológica será acrescida os valores de cada um deles. Quando houver necessidade de se determinar contaminantes químicos deverá ser computado também uma taxa complementar ao valor da análise bromatológica.	

**Decreto N.º 218/2010**

DECRETO N.º 218, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 128.301,41 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 128.301,41 (cento e vinte e oito mil e trezentos e um mil reais e quarenta e um centavos) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 15.000,00  
 0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração 15.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 5.801,41  
 10306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 76,11  
 3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 76,11  
 12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 5.725,30  
 3.3.50.0.1.15.000050 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 5.725,30

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 92.500,00  
 20606481.010 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros 92.500,00  
 4.4.90.0.1.24.001017 - Aplicações Diretas 92.500,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 15.000,00  
 23695512.029 - Func. e Manutenção do Setor Turístico 15.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 128.301,41 (cento e vinte e oito mil e trezentos e um mil reais e quarenta e um centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

**Decreto N.º 219/2010**

DECRETO N.º 219, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 211,10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 211,10 (duzentos e onze reais e dez centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 211,10  
 12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 211,10  
 3.3.50.0.1.15.000050 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 211,10

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 211,10 (duzentos e onze reais e dez centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 211,10  
 12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 211,10  
 3.3.90.0.1.15.000050 - Aplicações Diretas 211,10

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração

### Decreto N.º 220/2010

DECRETO N.º 220, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 30.000,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 30.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 30.000,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 30.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração

### Decreto N.º 221/2010

DECRETO N.º 221, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ANULA SALDOS DE EMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada a anulação dos saldos de empenho a pagar, abaixo relacionados:

#### SECRETARIA DE FAZENDA

EMPENHO/ANO	VALOR
2314/09	337,98
3377/09	62,00

#### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

EMPENHO/ANO	VALOR
2642/09	47,20
4084/09	2.439,49

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPENHO/ANO	VALOR
4280/09	242,10
4731/09	160,00
4736/09	330,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### Decreto N.º. 204/2010

DECRETO Nº. 204, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.
- Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2010 (minuta em anexo), que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Rede Municipal de Educação.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei Municipal n.º 655/1999, e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2010

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Rede Municipal de Educação de Garopaba/SC.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Educação e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporária e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições recebidas de 03 de janeiro de 2011 a 17 de janeiro de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8400, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;

- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- Registro no órgão de classe de Santa Catarina (Psicólogo e Fonoaudiólogo);
- Carteira Nacional de Habilitação - CNH, tipo "D" (Motorista);
- Comprovante de Residência.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer.

#### 3. DAS VAGAS

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Psicólogo	01	40 h	1.335,00
Fonoaudiólogo	01	40 h	1.335,00
Servente	02+CR	40 h	600,00
Merendeira	02+CR	40 h	600,00
Motorista	02 + CR	40 h	831,28

#### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos de entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada para os cargos de Servente, Merendeira e Motorista, e contagem de títulos e da experiência comprovada para os cargos de Psicólogo e Fonoaudiólogo.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para Educação, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 2 (dois) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, ou declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8400, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Educação no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), após finalizadas as inscrições.

4.7 O desempenho do candidato na entrevista será avaliado na escala de 0(zero) a 10 (dez), sendo a nota expressa com uma casa decimal.

#### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (um) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de



pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à Educação;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para Psicólogo e Fonoaudiólogo);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 20 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

## ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Psicólogo	Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo atividades relativas à área.	Curso superior completo e registro no conselho de classe.
Fonoaudiólogo	Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; encaminhar quando necessário ao atendimento de outros especialistas; preencher fichas médicas dos pacientes; executar outras tarefas semelhantes.	Portador do diploma na área específica, com registro no Conselho de Classe.
Servente	Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo.	Alfabetizado
Merendeira	Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.	Alfabetizado
Motorista	Dirigir e Conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas	Alfabetizado e com CNH profissional, tipo "D"

## ANEXO II

### FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de Especialização	2 ponto	2 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.		
* contados no limite de 200 (duzentas) horas	0,5 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

### FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	1 ponto (por ano)

Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	1 ponto p/ curso apresentado
- Carga Horária Mínima de 20 h.	
Entrevista	0 à 10 pontos

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 2 (dois) anos, contados da abertura das inscrições.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública e declaração, em papel com timbre, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 012/2010

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- ☐ Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral.
- ☐ Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino
- ☐ Registro no órgão de classe de S.C. para os cargos de Psicólogo e Fonoaudiólogo.
- ☐ Carteira Nacional de Habilitação - CNH, tipo "D" (Motorista).
- ☐ Comprovante de Residência.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

### ANEXO IV

#### FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ☐ Curso de Especialização
- ☐ Cursos de Capacitação

Experiência Profissional:

( ) ano(s)

( ) mês(es)

( ) dia(s)

\*Nota da Entrevista(Reservado a Comissão): \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato      Assinatura do Responsável p/ recebimento

### Portaria N.º 863/2010

PORTARIA N.º 863, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata RAQUEL CRISPIM, CPF n.º 043.219.239-56, aprovada e classificada como 0024 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/12/2010, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.34 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 48/2010; Processo nº. 34/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Bioeasy Diagnostica Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referida Ata de Registro de Preço por 09 meses, que vigorará de 03/09/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**PRORROGAÇÃO do PRAZO de INSCRIÇÕES**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO  
Edital Seletivo Simplificado n.º 010/2010  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público que prorrogou até 10/01/2011, as inscrições do Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 010/2010, Publicado no DOM/SC - Edição n.º 637, em 16/12/2010.

Garopaba, 30 de dezembro de 2010.  
Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Garopaba

---

**CÂMARA DE VEREADORES**

---

**Portaria Nº 007 de 30 de Dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 007 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
REVOGA PORTARIA PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL NO PODER LEGISLATIVO DE GAROPABA.

Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º Fica REVOGADA a Portaria nº 005 de 06 de julho de 2009, a qual designa a servidora Daiana Pacheco Bernardo, matrícula funcional nº 043/2006, para exercer atividade especial na Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2010.  
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

**Portaria Nº 008 de 30 de Dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 008 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
REVOGA PORTARIA PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL NO PODER LEGISLATIVO DE GAROPABA.

Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º Fica REVOGADA a Portaria nº 004 de 06 de julho de 2009, a qual designa o servidor Ivaldo da Silva Lobo Filho, matrícula funcional nº 041/2006, para exercer atividade especial na Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2010.  
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

**Portaria Nº 009 de 30 de Dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 009 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
REVOGA PORTARIA PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL NO PODER LEGISLATIVO DE GAROPABA.

Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º Fica REVOGADA a Portaria nº 006 de 06 de julho de 2009, a qual designa a servidora Luciane Cristina Stein, matrícula funcional nº 047/2007, para exercer atividade especial na Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2010.  
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil

e dez.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

### **Portaria Nº 010 de 30 de Dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 010 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

REVOGA PORTARIA PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL NO PODER LEGISLATIVO DE GAROPABA.

Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Fica REVOGADA a Portaria nº 006 de 11 de agosto de 2010, a qual designa a servidora Mariana Israel, matrícula funcional nº 042/2006, para exercer atividade especial na Câmara Municipal de Garopaba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de dezembro de 2010.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

## **Imbituba**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Complementar Nº 3.839.2010**

Lei Complementar nº 3.839, de 29 de dezembro de 2010.

Autoriza o Município a receber imóvel da União e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reivindicar junto aos órgãos competentes e receber, por qualquer forma de direito, os patrimônios imobiliários da União abaixo descritos:

I - Imóvel situado à Rua Antônio Manoel de Oliveira, no bairro de Vila Nova, com área de 819,00m² (oitocentos e dezenove metros quadrados), inscrito na Matrícula sob nº 961, sobre o qual está

edificado o Centro de Educação Municipal Infantil Laura Perfeito; II - Imóvel situado à Rua Santana, no bairro de Vila Nova, com área de 1.819,20m² (um mil oitocentos e dezenove vírgula vinte metros quadrados), inscrito na Matrícula sob o nº 3.456, sobre o qual está edificado o Centro de Convivência de Idosos.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar reformas, manutenções e as adequações arquitetônicas e de infraestrutura no imóvel, para o pleno funcionamento do órgão municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.840.2010**

Lei nº 3.840, de 29 de dezembro de 2010.

Altera os artigos 3º e 6º, da Lei nº 2.117, de 28 de fevereiro de 2001, que criou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 3º e 6º, da Lei nº 2.117, de 28 de fevereiro de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído de:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - Dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

III - Dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, associações de Pais e Professores ou entidades similares;

IV - Dois representantes da sociedade civil.

§ 1º Cada membro titular terá um suplente, indicado pela mesma categoria representada.

§ 2º O Presidente do COMAE será definido em reunião prévia ao ato de nomeação dos seis membros.

§ 3º A substituição do titular Presidente do COMAE recairá sobre a pessoa do Vice-Presidente.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho é de 04 (dois) anos, permitida a recondução por mais um mandato, desde que se manifestem favoravelmente as entidades responsáveis pela indicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.841.2010**

Lei nº 3.841, de 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação do número do telefone do PROCON DE IMBITUBA nos estabelecimentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, e do sistema financeiro, no Município de Imbituba ficam obrigados a afixar, em local visível ao público, o número do telefone do Departamento Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON DE IMBITUBA.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput acarretará aos infratores procedimentos de advertência, autuação e multa.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de quarenta e cinco dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.842.2010**

Lei nº 3.842, de 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 464.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
05.01 - Secretaria de Educação  
Manutenção do FUNDEB  
12.361.0009-2.007  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0170) Aplicações Diretas 264.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Apoio Administrativo ao FMS

10.301.0014-2.063

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0028) Aplicações Diretas 200.000,00

Total 464.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Sinalização para o Trânsito Turístico  
23.695.0007-1.014  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0028) Aplicações Diretas 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0029) Aplicações Diretas 10.000,00  
25.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL  
Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado  
15.452.0007-2.028  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0037) Aplicações Diretas 22.000,00  
Recuperação Ambiental - Congresso Regional de Sustentabilidade  
18.541.0007-2.098  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0103) Aplicações Diretas 22.000,00  
24.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO  
Campeonatos Esportivos  
23.695.0008-2.025  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0007) Aplicações Diretas 40.000,00  
35.00 - CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO  
Manutenção da Controladoria Geral  
04.124.0003-2.040  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0056) Aplicações Diretas 30.000,00  
37.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL  
Manutenção das Estradas  
15.451.0007-2.108  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0050) Aplicações Diretas 30.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA  
Manutenção do Fundo de Assistência Social  
08.422.0013-2.078  
3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0020) Aplicações Diretas 60.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde  
10.301.0014-1.023  
4.4.90.00.00.00.00.00.0106 (0036) Aplicações Diretas 145.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS  
Construção e Ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros  
06.182.0012-1.031  
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00  
Construção de Postos Guarda Vidas  
06.182.0012-1.035  
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0002) Aplicações Diretas 40.000,00  
Manutenção das Atividades do FunreboM  
06.182.0012-2.086  
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 35.000,00  
Total 464.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 3.843.2010**

Lei nº 3.843, de 29 de dezembro de 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação dos Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região dos Lagos -APROLAGOS.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de bem imóvel público com a Associação dos Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região dos Lagos -APROLAGOS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.830.861/0001-13.

Parágrafo único. O Termo de Cessão de Direito Real de Uso de que se trata este artigo, tem como finalidade a edificação de um Centro de Comercialização, para exposição e venda de produtos de pescadores artesanais, artesãos e produtores rurais.

Art. 2º O bem imóvel público, alvo da presente Lei, constitui-se de um lote nº 16, da área industrial de Imbituba, medindo 7.800,00m², localizado em Nova Brasília, neste Município.

Art. 3º O prazo de vigência desta Cessão de Direito Real de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de termo aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 3.844.2010**

Lei nº 3.844, de 29 de dezembro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Moradores e Amigos do Village - Imbituba - SC - ASMAVI, e da outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação dos Moradores e Amigos do Village - Imbituba - SC - ASMAVI, inscrita no CNPJ sob o nº 02.444.045/0001-80, no valor de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas da referida entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público

Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do município.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 3.845.2010**

Lei nº 3.845, de 29 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Ribanceira, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada, sem alteração de designação, a seguinte via localizada no bairro Ribanceira, neste município:

I - Avenida MARIETA KONDER BORNHAUSEN, com início no trevo de interseção das Avenidas Manoel Florentino Machado, 13 de setembro, fazendo divisa com os bairros Village, Vila Nova Alvorada, e Vila Alvorada e término na divisa com o bairro de Nova Brasília.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua AMARO SOTERO DE CARVALHO, com início na Avenida Marieta Konder Bornhausen e término na D.S. Rua Vitorino Olinto Paladini;

II - D.S. Rua VITURINO OLINTO PALADINI, com início na Avenida Marieta Konder Bornhausen e término na D.S. Rua Amaro Sotero de Carvalho;

III - D.S. Rua JOAQUIM FLÔR, com início na Avenida Marieta Konder Bornhausen, sem saída;

IV - D.S. Rua OSÓRIO BORGES, com início na Avenida Marieta Konder Bornhausen, sem saída;

V - D.S. Rua SÃO JUDAS TADEU, com início na divisa com o bairro Village e término na Avenida Marieta Konder Bornhausen.

Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Ribanceira, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua ROSA MARTINS DA ROSA, com início na D.S. Rua São Judas Tadeu, sem saída;

II - D.S. Rua VEREADOR MAURINO MENDONÇA, com início na D.S. Rua São Judas Tadeu, sem saída;

III - D.S. Rua VEREADOR ADRIANO DALBOSCO, com início na D.S. Rua São Judas Tadeu, sem saída.

Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante



desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nos: 613, de 14 de julho de 1.980, 3.344, de 11 de junho de 2008, e 2.965, de 13 de setembro de 2006.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.846.2010**

Lei nº 3.846, de 29 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Centro, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro Centro, neste município:

I - Rua MANOEL FLORENTINO MACHADO, com início na divisa com o bairro Village término próximo à Praia da Vila;

II - Rua QUINTINO BOCAIÚVA, com início na Rua Manoel Antônio de Souza e término na Rua Duque de Caxias;

III - Rua OSVALDO DE FREITAS, com início na Rua André Manoel de Oliveira, sem saída;

IV - Rua ADELFO PAMATO, com início na Rua André Manoel de Oliveira, sem saída;

V - Rua NICOLAU BARTOLOMEU DA ROSA MATOS, com início na Rua André Manoel de Oliveira, sem saída;

VI - Rua AYRTON SENNA, com início na Rua João Hipólito Nascimento, sem saída;

VII - Rua FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER, com início na Rua Ernani Cotrin, sem saída;

VIII - Rua JORGE LACERDA, com início na Rua Nereu Ramos e término na Rua 03 de Outubro;

IX - Rua IRINEU BORNHAUSEN, com início na Rua Manoel Antônio de Souza e término na Rua 03 de Outubro;

X - Rua DORLIN NUNES, com início na Rua 03 de outubro, sem saída;

XI - Rua JOÃO HIPÓLITO DO NASCIMENTO, com início na Rua Ernani Cotrin e término na Rua 03 de Outubro;

XII - Rua 03 DE OUTUBRO, com início no trevo de interseção com a Avenida Manoel Florentino Machado e Rua Duque de Caxias;

XIII - Rua OTACÍLIO DE CARVALHO, com início na Rua Alcino Fonseca e término na Rua Quintino Bocaiúva;

XIV - Rua NEREU RAMOS, com início na Rua Manoel Florentino Machado e término na divisa com o bairro Paes Leme;

XV - Rua DUQUE DE CAXIAS, com início Rua Nereu Ramos e término no trevo de interseção com a Avenida Manoel Florentino Machado e Rua 03 de Outubro;

XVI - Avenida Dr. JOÃO RIMSA, com início na Rua Manoel Florentino Machado, sem saída;

XVII - Rua DONA RUTE DA CRUZ SECCO, com início na Avenida João Rimsa, sem saída;

XVIII - Avenida ÁLVARO CATÃO, com início na Rua Manoel Florentino Machado, sem saída;

XIX - Rua NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, com início na Avenida Álvaro Catão e término na Rua Maestro Jú;

XX - Rua MAESTRO JÚ, com início na Rua Irineu Bornhausen e

término na Rua Jorge Lacerda;

XXI - Avenida PRESIDENTE VARGAS, com início na Manoel Florentino Machado e término na Rua Irineu Bornhausen;

XXII - Rua VISCONDE DE BARBACENA, com início na Rua Manoel Florentino Machado e término na Rua Almerindo Jorge;

XXIII - Rua ANTÔNIO FREITAS FILHO, com início na Rua Visconde de Barbacena e término na Rua Manoel Antônio de Souza;

XXIV - Rua PAULINO MARTINS, com início na Rua Antônio Freitas Filho e término na Rua Irineu Bornhausen;

XXV - Rua MANOEL ANTÔNIO DE SOUZA, com início na Rua Quintino Bocaiúva, sem saída;

XXVI - Rua ALMERINDO JORGE, com início na Rua Manoel Antônio de Souza e término na Rua Vitor Konder;

XXVII - Rua ANTÔNIO MAXIMILIANO DE BONA, com início na Rua Manoel Antônio de Souza e término na Rua Vitor Konder;

XXVIII - Rua JÚLIO FELIPE PACHECO, com início na Rua Manoel Antônio de Souza e término na Rua Vitor Konder;

XXIX - Rua ODORMIRO FERREIRA, com início na Rua Almerindo Jorge, sem saída;

XXX - Rua VITOR KONDER, com início na Rua Irineu Bornhausen, sem saída;

XXXI - Rua OCTÁVIO RIBEIRO DE CASTRO, com início na Rua Manoel Florentino Machado, sem saída;

XXXII - Rua JOÃO DE OLIVEIRA FILHO, com início na Rua Otacílio de Carvalho, sem saída;

XXXIII - Rua ALCINO FONSECA, com início na Rua Otacílio de Carvalho, término na divisa com o bairro Paes Leme;

XXXIV - Rua ITACOLUMI, com início na Avenida Brasil e término na Rua Alcino Fonseca;

XXXV - Avenida BRASIL, com início na Rua Otacílio de Carvalho e término na divisa com o bairro Paes Leme;

XXXVI - Rua LEOPOLDO LEDOVINO DA ROSA, com início na Avenida Brasil, sem saída;

XXXVII - Rua JOSÉ CANTISANO, com início na Avenida Brasil, sem saída;

XXXVIII - Avenida 21 DE JUNHO, com início no trevo de interseção dos bairros Paes Leme e Village e término na divisa com o bairro Village;

XXXIX - Rua ERNANI COTRIN, com início na Avenida João Rimsa e término na divisa com o bairro Village;

XL - Avenida SANTA CATARINA, com início na Rua Manoel Florentino Machado e término na divisa com o bairro Paes Leme;

XLI - Rua ARISTIDES BALSINI FRANCALACI, com início na Rua Ernani Cotrin e término na divisa com o bairro Village;

XLII - Rua GENERAL OSÓRIO, com início na Avenida Brasil e término na Rua Nereu Ramos, fazendo divisa com o bairro Paes Leme.

Art. 2º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Centro, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Viela VALDIR MANOEL DAVID, com início na Rua 03 de Outubro, sem saída.

Art. 3º As vias abaixo indicadas, ficam denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - Rua ADEMAR FERREIRA, com início na Rua Manoel Florentino Machado, sem saída;

II - Rua CÉLITO CORRÊA, com início na divisa com o bairro Village e término na Avenida Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos;

III - Rua VEREADOR EUCLIDES GALDINO PORTO, com início divisa com o bairro Village e término na Avenida Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos;

IV - Rua LAUREANO LOPES DUTRA, com início na divisa com o bairro Village, sem saída;

V - Rua OSNY LINO CORRÊA, com início na divisa com o bairro Village, sem saída;

VI - Rua EDWARD EUZÉBIO DE ARAÚJO, com início na Rua André Manoel de Oliveira e término na Rua Aristides Balsini Francalaci;

VII - Rua GERALDO LUIZ FRANCISCO, com início na Rua André Manoel de Oliveira e término na Rua Ernani Cotrin.

Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nos: 151, de 11 de julho de 1967, 63, de 28 de agosto de 1962, 1.793, de 17 de agosto de 1998, 2.772, de 30 de novembro de 2005, 1.400, de 1º de junho de 1994, 3.229, de 12 de dezembro de 2007, 3.245, de 12 de dezembro de 2007, 3.241, de 12 de dezembro de 2007, 74, de 13 de maio de 1963, 1.088, de 15 de junho de 1990, 1.392, de 18 de maio de 1994, 1.114, de 31 de outubro de 1990, 1.862, de 07 de dezembro de 1998, 3.066, de 21 de março de 2007, 1.962, de 08 de novembro de 1999, 2.180, de 27 de setembro de 2001, 1.459, de 20 de março de 1995, 656, de 01 de julho de 1981, 613, de 14 de julho de 1980, E 3.376, de 12 de agosto de 2008.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei Nº 3.847.2010

Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Nova Brasília, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro Nova Brasília, neste município:

I - Avenida MARIETA KONDER BORNHAUSEN, com início na divisa com o bairro Ribanceira e término no viaduto de acesso ao bairro Nova Brasília, na BR 101;

II - Rua JOÃO DE CARVALHO, com início na divisa com o bairro Campestre e término na divisa com o bairro Sambaqui;

III - Rua CÔNEGO ITAMAR LUIZ DA COSTA, com início no viaduto de acesso ao bairro Nova Brasília, na BR 101 e término no Rio D'Una;

IV - Rua JOÃO JOAQUIM DE SOUZA, com início Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. D.S. Waldoir Schau de Menezes;

V - Rua ACOPIARA, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Domingos Manoel Marcos;

VI - Rua SÃO JOSÉ III, com início na D.S. Rua 9 de Julho e término na D.S. Rua Jaci Alves Martins.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua JOSÉ PEDRO FLORIANO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída;

II - D.S. Rua ADELINO JOÃO INÁCIO, rua sem saída em ambos os sentidos convergindo para a D.S. Rua Francisco Flores;

III - D.S. Rua VALDÍRIO FRANCISCO DUARTE, com início na D.S. Rua Francisco Florentino Duarte, sem saída;

IV - D.S. Rua FRANCISCO FLORENTINO DUARTE, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Waldoir Schau de Menezes;

V - D.S. Rua DOMINGOS MANOEL MARCOS, com início na D.S. Rua Francisco Florentino Duarte e término na Rua João de Carvalho;

VI - D.S. Rua VALENTIM SILVA, com início na Rua João de Carvalho, sem saída;

VII - D.S. Rua DA TORRE, com início na Rua João de Carvalho, sem saída;

VIII - D.S. Rua JOÃO PAULO, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;

IX - D.S. Rua MANOEL ANTÔNIO GERMANO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na divisa com o bairro Campestre;

X - D.S. Rua DAS CRIANÇAS, com início na D.S. Rua São Francisco, sem saída;

XI - D.S. Rua SÃO FRANCISCO, com início na D.S. Rua Manoel Antônio Germano e término na D.S. Rua Maria de Lourdes Corrêa Rodrigues;

XII - D.S. Rua MARIA DE LOURDES CORRÊA RODRIGUES, com início na D.S. Rua Manoel Antônio Germano e término na D.S. Rua Izaías Domingos Borges;

XIII - D.S. Rua IZAÍAS DOMINGOS BORGES, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na divisa com o bairro Campestre;

XIV - D.S. Rua JOSÉ SALVADOR VIEIRA, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges, sem saída;

XV - D.S. Rua RIO D'UNA, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges, sem saída;

XVI - D.S. Rua SANTA TEREZINHA, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Izaías Domingos Borges;

XVII - D.S. Rua IVO FRANCISCO FLORES, com início na D.S. Rua Novo Horizonte;

XVIII - D.S. Rua MARIA ANGÉLICA PACHECO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Rodolpho Bento José do Nascimento;

XIX - D.S. Rua SANTA ALBERTINA, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída;

XX - D.S. Rua RODOLPHO BENTO JOSÉ DO NASCIMENTO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Maria Angélica Pacheco;

XXI - D.S. Rua ANTÔNIO JESUÍNO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;

XXII - D.S. Rua PAULO ANTÔNIO GEREMIAS, com início na D.S. Rua D.S. Rua João Francisco Vargas, sem saída;

XXIII - D.S. Rua JOÃO FRANCISCO VARGAS, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Paulo Antônio Geremias;

XXIV - D.S. Rua ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;

XXV - D.S. Rua JOÃO SILVÉRIO DE ARAÚJO, com início na Rua João de Carvalho e término na divisa com o bairro Sambaqui;

XXVI - D.S. Rua ANÍCIO JOSÉ COELHO, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo, sem saída;

XXVII - D.S. Rua GUILHERMINA EVA DAVID, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Ana Marcelina Custódio;

XXVIII - D.S. Rua OTÁVIO BENTO DA SILVA, com início na D.S. Rua Ana Marcelina Custódio, sem saída;

XXIX - D.S. Rua ANA MARCELINA CUSTÓDIO, com início na Rua João de Carvalho, sem saída;

XXX - D.S. Rua DA PITANGA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Otávio Bento da Silva;

XXXI - D.S. Rua DOS PÁSSAROS, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo, sem saída;

XXXII - D.S. Rua MIGUEL TEIXEIRA DE SOUZA, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Antônio José da Silva;

XXXIII - D.S. Rua ELIZÁRIO ALVES, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Antônio José da Silva;

XXXIV - D.S. Rua RUBI FELIX KJELLIN, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Elza Ondina Carvalho;

XXXV - D.S. Rua ADELINO AGUSTINHO DA SILVEIRA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua D.S. Elza Ondina Carvalho;

XXXVI - D.S. Rua ANA DUARTE MACHADO, com início na Rua João

de Carvalho e término na D.S. Rua Elza Ondina Carvalho;  
 XXXVII - D.S. Rua DO PASSARINHO, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Anônio Jovino de Souza;  
 XXXVIII - D.S. Rua BONIFÁCIO DAVID, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua João Francisco Vargas;  
 XXXIX - D.S. Rua MARLENE MEDEIROS, com início na D.S. Rua 9 de Julho, sem saída;  
 XL - D.S. Rua 09 DE JULHO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na Rua João de Carvalho;  
 XLI - D.S. Rua 13 DE MAIO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 XLII - D.S. Rua 25 DE NOVEMBRO, com início na D.S. Rua 13 de Maio e término na D.S. Rua Padre Antônio Sabino;  
 XLIII - D.S. Rua CUSTÓDIO JOSÉ DE SOUZA, com início na D.S. Rua Medianeira e término na D.S. Rua 13 de Maio;  
 XLIV - D.S. Rua MEDIANEIRA, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 XLV - D.S. Rua ITARARÉ, com início na via marginal da BR 101 e término na D.S. Rua Florestal;  
 XLVI - D.S. Rua RUTH SILVÉRIO DE SOUZA, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 XLVII - D.S. Rua ROSALINA BASILEU BORGES, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva;  
 XLVIII - D.S. Rua SÍTIO SOUZA, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 XLIX - D.S. Rua 25 DE MAIO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 L - D.S. Rua SADÍ ANDRÉ PACHECO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva, sem saída;  
 LI - D.S. Rua IZIDORO JOÃO MANOEL DA SILVA, com início na D.S. Rua 13 de Maio e término na D.S. Rua Sadí André Pacheco;  
 LII - D.S. Rua PAULO ROBERTO MARTINS, com início na D.S. Rua 09 de Julho de término na D.S. Rua Jaci Alves Martins;  
 LIII - D.S. Rua AGENOR GONÇALVES DO COUTO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva;  
 LIV - D.S. Rua MANOEL SOTERO CARVALHO, com início na D.S. Rua Florestal e término na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva;  
 LV - D.S. Rua JOAQUIM CARLOS MARQUES, com início na D.S. Rua Florestal e término na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva;  
 LVI - D.S. Rua GIRASSOL, com início na D.S. Rua Paulo Roberto Martins e término na D.S. Rua Agenor Gonçalves do Couto;  
 LVII - D.S. Rua DO ORQUIDÁRIO, com início na D.S. Rua Girassol e término na D.S. Rua Agenor Gonçalves do Couto;  
 LVIII - D.S. Rua FLORESTAL, com início na D.S. Rua Paulo Roberto Martins e término na D.S. Rua Joaquim Carlos Marques;  
 LIX - D.S. Rua MARIA DE SOUZA, com início na Rua João de Carvalho e término na BR 101;  
 LX - D.S. Rua NASCENTE, com início na Rua João de Carvalho, sem saída;  
 LXI - D.S. Rua SILVA, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída;  
 LXII - D.S. Rua DO RETIRO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Novo Horizonte;  
 LXIII - D.S. Rua PADRE ANTÔNIO SABINO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 LXIV - D.S. Rua NOVO HORIZONTE, com início na divisa com o bairro Campestre, sem saída;  
 LXV - D.S. Rua MARIA FLORISBELA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;  
 LXI - D.S. Rua PAULINO DAVID CARGNIN, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua João Paulo.

Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Nova Brasília, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua PEDRO CUSTÓDIO, com início na D.S. Rua Pará e término na Rua João de Carvalho;  
 II - D.S. Rua JACI ALVES MARTINS, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Paulo Roberto Martins;

III - D.S. Rua JOSÉ ELIAS FRANCISCO, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;  
 IV - D.S. Rua MANOEL TOMÉ, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;  
 V - D.S. Rua ELZA ONDINA CARVALHO, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término em frente à D.S. Rua Ana Duarte Machado;  
 VI - D.S. Rua ROSA MARTINHA DE JESUS, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa e término na D.S. Rua Novo Horizonte;  
 VII - D.S. Rua HELEODORIO JOAQUIM BORGES, com início na D.S. Rua Antônio Jovino de Souza e término na D.S. Rua José Elias Francisco;  
 VIII - D.S. Rua VIELA JORDELINO ALEXANDRE ALVES, com início na D.S. Rua Francisco Flores, sem saída;  
 IX - D.S. Rua CECÍLIO ALVIM DE OLIVEIRA, com início na D.S. Rua Padre Antônio Sabino e término na D.S. Rua Medianeira;  
 X - D.S. Rua JOAQUIM BENEVENUTO TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Rua João de Carvalho;  
 XI - D.S. Rua ANSELMO FRANCISCO DUARTE, com início na D.S. Rua Paraná, sem saída;  
 XII - D.S. Rua ANTÔNIO JOVINO DE SOUZA, com início na D.S. Rua João Francisco Vargas e término na D.S. Rua Elza Ondina Carvalho;  
 XIII - D.S. Rua LUIZ JOAQUIM TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Florestal e término na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva;  
 XIV - D.S. Rua ILÁRIO CARVALHO DA SILVA, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Novo Horizonte, fazendo divisa com o bairro Campestre;  
 XV - D.S. Rua ANA GONÇALVES, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Ana Marcelina Custódio;  
 XVI - D.S. Rua WALDOIR SCHAU DE MENEZES, com início na D.S. Rua Francisco Florentino Duarte e término na D.S. Rua João Joaquim de Souza;  
 XVII - D.S. Rua ANDERSON TEIXEIRA DE MEDEIROS, com início na D.S. Rua Itararé e término na D.S. Rua Marcelo de Oliveira Ribeiro;  
 XVIII - D.S. Rua MARCELO DE OLIVEIRA RIBEIRO, com início na D.S. Rua Florestal e término na D.S. Rua Agenor Gonçalves do Couto;  
 XIX - D.S. Rua VIELA MARGARIDA, com início na D.S. Rua Agenor Gonçalves do Couto e término na D.S. Rua Marcelo de Oliveira Ribeiro;  
 XX - D.S. Rua MANOEL EZEQUIEL PACHECO, com início na D.S. Rua Novo Horizonte, sem saída;  
 XXI - D.S. Rua GERALDO ELIO DE OLIVEIRA, com início na D.S. Rua João Paulo, sem saída;  
 XXII - D.S. Rua PARÁ, com início na divisa com o bairro Campestre, sem saída;  
 XXIII - D.S. Rua PARANÁ II, com início na divisa com o bairro Campestre, sem saída;  
 XXIV - D.S. Rua DO MAQUINÉ, com início na linha de alta tensão, divisa com o bairro mirim, e término na Avenida Marieta Konder Bornhausen;  
 XXVI - D.S. Rua GAVIÃO, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo, sem saída;  
 XXV - D.S. Rua FRANCISCO FLORES, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;  
 XXVI - D.S. Rua DO CTG, com início na D.S. Rua João Silvério de Araújo, sem saída;  
 XXVII - D.S. Rua MIGUEL GONÇALVES, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída.

Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nos: Resolução nº 60, de 04 de maio de 1977, 1.754, de 08 de abril de 1998, 1.704, de 03 de dezembro de 1997, 3.234, de 12 de dezembro de 2007, 1.857, de



04 de dezembro de 1998, 3.536, de 13 de agosto de 2009, 1.893, de 12 de abril de 1999, 1.761, de 22 de abril de 1998, 1.771, 02 de junho de 1998, 1.693, de 10 de novembro de 1997, 2.252, de 24 de abril de 2002, 3.363, de 10 de julho de 2008, 3.364, de 10 de julho de 2008, 1.706, de 03 de dezembro de 1997, 1.829, de 13 de outubro de 1998, 1.837, de 27 de outubro de 1998, 1.506, de 28 de setembro de 1995, 1.828, de 13 de outubro de 1998, 2.181, de 27 de setembro de 2001, 1.888, de 06 de abril de 1999, 1.652, de 01 de julho de 1997, 1.840, de 27 de outubro de 1998, 2.560, de 09 de setembro de 2004, 1.680, de 24 de setembro de 1997, 1.737, de 24 de março de 1998, 1.746, de 24 de março de 1998, 1.842, de 30 de outubro de 1998, 2.834, de 16 de fevereiro de 2006, 3.136, de 26 de julho de 2007, 1.650, de 01 de julho de 1997, 1.752, de 30 de março de 1998, 2.021, de 18 de abril de 2000, 1.912, de 29 de junho de 1999, 1.961, de 08 de novembro de 1999, 1.858, de 04 de dezembro de 1999, 1.658, de 18 de agosto de 1997, 3.268, de 20 de dezembro de 2007, 3.717, de 05 de julho de 2010.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei Nº 3.848.2010

Lei nº 3.848, de 29 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Ibiraquera, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

- I - D.S. Rua TAINHOTA, com início na D.S. Rua Siri, sem saída;
- II - D.S. Rua SIRI, com início na D.S. Rua Camarão, sem saída;
- III - D.S. Rua CAMARÃO, com início próximo à Lagoa de Ibiraquera, sem saída;
- IV - D.S. Rua PARATI, com início na D.S. Rua Siri e término na D.S. Rua Camarão;
- V - D.S. Rua ROBALO, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;
- VI - D.S. Rua JOÃO FRANCISCO SEVERINO, com início na D.S. Rua Eucalipto e término na D.S. Rua José Laguna;
- VII - D.S. Rua JOSÉ LAGUNA, com início na D.S. Rua Siri e término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho;
- VIII - D.S. Rua JÚLIO BERTO, com início na D.S. Rua José Laguna, sem saída;
- IX - D.S. Rua CARPA, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;
- X - D.S. Rua JEQUITIBÁ, com início na D.S. Rua Eucalipto e término na D.S. Rua José Laguna;
- XI - D.S. Rua BARTOLOMEU TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;
- XII - D.S. Rua EUCALÍPTO, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz e término na Lagoa de Ibiraquera;
- XIII - D.S. Rua CAMINHO LAUREANA, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;
- XIV - D.S. Rua CRAVO, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;
- XV - D.S. Rua DA PAZ II, com início na D.S. Rua José Laguna, sem

saída;

XVI - D.S. Rua LUÍZA M. DE SOUZA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XVII - D.S. Rua JERÔNIMO FRONTINO DE SOUZA, com início na D.S. Rua José Laguna e término na D.S. Roberto Teixeira de Carvalho;

XVIII - D.S. Rua OLINO FRONTINO DE SOUZA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XIX - D.S. Rua MANOEL IRINEU GONÇALVES, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XX - D.S. Rua PINHEIRO, com início na D.S. Rua José Laguna e término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho;

XXI - D.S. Rua PEIXE PINTADO, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XXII - D.S. Rua AGUAPÉ, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XXIII - D.S. Rua SARDINHA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XXIV - D.S. Avenida PARAÍSO DO LUZ, com início na D.S. Rua Roberto Carvalho Teixeira e término na Praia do Luz;

XXV - D.S. Rua ZULMIRA FLOR, com início e término na D.S. Avenida Paraíso do Luz;

XXVI - D.S. Avenida CENTRAL PRAIA DO ROSA, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz e término na D.S. Rua Ameixeira;

XXVII - D.S. Rua MANOEL GERALDINO DE CARVALHO, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho, sem saída;

XXVIII - D.S. Rua DAS FLORES II, sem saída em ambos os sentidos, convergindo para a D.S. Avenida Central Praia do Rosa;

XXIX - D.S. Rua AUGURÍ, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa;

XXX - D.S. Rua PEDRO BALBINO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXI - D.S. Rua AÇAÍ, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXII - D.S. Rua CORVINA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXIII - D.S. Rua CEDRO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXIV - D.S. Rua MAMONA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXV - D.S. Rua SALOMÃO JOÃO DE SOUZA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXVI - D.S. Rua DOS JARDINS, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXVII - D.S. Rua MOGNO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXVIII - D.S. Rua JOSÉ BENTO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XXXIX - D.S. Rua MANJERICÃO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XL - D.S. Rua JABOTICABEIRA, com início na D.S. Rua Manjeriçã e término na D.S. Rua Cacau;

XLI - D.S. Rua HORTELÃ DO CAMPO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Cravo Amarelo;

XLII - D.S. Rua CACAU, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza e término na D.S. Rua Cravo Amarelo;

XLIII - D.S. Rua JOÃO JUVÊNCIO TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;

XLIV - D.S. Rua CRAVO AMARELO, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza;

XLV - D.S. Rua ARAQUÃ, com início na Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XLVI - D.S. Rua VITAL, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XLVII - D.S. Rua AUGUSTA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XLVIII - D.S. Rua LIMEIRA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;

XLIX - D.S. Rua DO LIMOEIRO, com início na D.S. Avenida Central

Praia do Rosa e término na D.S. Rua Dente de Leão;  
 XLX - D.S. Rua DONA EUGÊNIA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 L - D.S. Rua CANELA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 LI - D.S. Rua CRAVO ROSA, com início D.S. Avenida Central da Praia do Rosa e término na D.S. Rua dos Poncianos;  
 LII - D.S. Rua JATOBÁ, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua dos Poncianos;  
 LIII - D.S. Rua MARACUJÁ, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Pau-Brasil;  
 LIV - D.S. Rua JHON LENNON, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Pau-Brasil;  
 LV - D.S. Rua GUARANÁ, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Pau-Brasil;  
 LVI - D.S. Rua GOIABEIRA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Pau-Brasil;  
 LVII - D.S. Rua IDALINO MANOEL DE CARVALHO, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Carvalho;  
 LVIII - D.S. Rua FRUTA DO CONDE, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza;  
 LIX - D.S. Rua GOLFINHO, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 LX - D.S. Rua CAJUJEIRO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Avenida Porto Novo;  
 LXI - D.S. Rua CAMOMILA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Avenida Porto Novo;  
 LXII - D.S. Rua AMEIXEIRA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Avenida Porto Novo;  
 LXIII - D.S. Rua PAU-BRASIL, com início na D.S. Rua Dente de Leão e término na D.S. Rua Idalino Manoel de Carvalho;  
 LXIV - D.S. Rua DENTE DE LEÃO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza;  
 LXV - D.S. Rua AMOREIRA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 LXVI - D.S. Rua OSTRÁ, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 LXVII - D.S. Rua BEIJA-FLOR, com início na D.S. Avenida Porto Novo, término na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza;  
 LXVIII - D.S. Rua BEGÔNIA, com início na D.S. Rua Beija-flor e término na D.S. Rua Figueira;  
 LXIX - D.S. Rua DA FIGUEIRA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza e término na D.S. Rua Beija-Flor;  
 LXX - D.S. Rua COPO DE LEITE, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza e término na D.S. Rua Begônia;  
 LXXI - D.S. Avenida PORTO NOVO, com início na divisa com o município de Garopaba e término na Praia do Rosa;  
 LXXII - D.S. Rua MENTA, com início na D.S. Avenida Porto novo, sem saída;  
 LXXIII - D.S. Rua BORBOLETA, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua Beija-flor;  
 LXXIV - D.S. Rua CARDEAL, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua Beija-flor;  
 LXXV - D.S. Rua TULIPA, com início na D.S. Rua Beija-flor, sem saída;  
 LXXVI - D.S. Rua CIGARRA, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXVII - D.S. Rua JABORANDI, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXVIII - D.S. Rua PALMITEIRO, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXIX - D.S. Rua LOBO, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua Cigarra;  
 LXXX - D.S. Rua PEIXE ESPADA, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua 41.292;  
 LXXXI - D.S. Rua PINGUIM, com início na D.S. Avenida Porto Novo,

sem saída;  
 LXXXII - D.S. Rua DO ENGENHO, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na Praia do Rosa;  
 LXXXIII - D.S. Rua MANÉ CHICO, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXXIV - D.S. Rua DONA SERAFINA, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXXV - D.S. Rua RODRIGO SALVÁ (CHIMBICA), com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 LXXXVI - D.S. Rua BENTO JOÃO DE SOUZA, com início na D.S. Rua dos Poncianos e término na D.S. Avenida Porto Novo;  
 LXXXVII - D.S. Rua JOSÉ TEÓFILO, com início na D.S. Rua dos Poncianos e término na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro;  
 LXXXVIII - D.S. Rua FRANCISCO MARCELINO MARQUES, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro, sem saída;  
 LXXXIX - D.S. Rua DONA RITA, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro, sem saída;  
 XC - D.S. Rua CAMINHO DO ALTO DO MORRO, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 XCI - D.S. Rua DOS PONCIANOS, com início na D.S. Rua Idalino Manoel de Carvalho e término na D.S. Avenida Paraíso do Luz;  
 XCII - D.S. Rua POLVO, com início na D.S. Rua Hortelã do Campo, sem saída;  
 XCIII - D.S. Rua BALEIA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza e término na D.S. Rua Limoeiro;  
 XCIV - D.S. Rua CRAVO VERMELHO, com início na Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 XCV - D.S. Rua EUCALIPTO, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz e término na Lagoa de Ibiraquera;  
 XCVI - D.S. Rua BERBIGÃO, com início na D.S. Rua Siri, sem saída;  
 XCVII - D.S. Rua VERDE VALE com início na Rua Pau Brasil, sem saída;  
 XCVIII - D.S. Rua ROBERTO TEIXEIRA DE SOUZA, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na ponte de Ibiraquera.

Art. 2º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Ibiraquera, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:  
 I - D.S. Rua AGULHÃO, com início na D.S. Rua João Francisco Severino, sem saída;

II - D.S. Viela CAÇÃO, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;  
 III - D.S. Viela ATUM, com início na D.S. Rua José Laguna, sem saída;  
 IV - D.S. Viela BADEJO, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 V - D.S. Rua DAS CORVINAS, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 VI - D.S. Rua DAS GAROUPAS, com início na D.S. Viela Santana Damázio Antônio, sem saída;  
 VII - D.S. Rua DOS PARATIS, com início na D.S. Viela Santana Damázio Antônio, sem saída;  
 VIII - D.S. Rua DOS LAMBARIS, com início na Viela Santana Damázio Antônio, sem saída;  
 IX - D.S. Viela DOS LINGUADOS, com início na D.S. Rua Zulmira Flor, sem saída;  
 X - D.S. Viela DOS NAMORADOS, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 XI - D.S. Viela DOS DOURADOS, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza; sem saída;  
 XII - D.S. Viela DA PESCADA, com início na D.S. Rua Dente de Leão, sem saída;  
 XIII - D.S. Viela DAS PIRAÚNAS, com início na D.S. Rua Dente de Leão, sem saída;  
 XIV - D.S. Viela DO PEIXE MORCEGO, com início na D.S. Viela do Peixe Bozo, sem saída;  
 XV - D.S. Viela DO RISCADINHO, com início na D.S. Rua Dente de Leão, sem saída;  
 XVI - D.S. Viela DOS ROBALOS, com início na D.S. Rua Fruta do Conde e término na D.S. Rua Idalino Manoel de Carvalho;  
 XVII - D.S. Viela DO SALMONETE, com início na D.S. Rua Idalino

Manoel de Carvalho, sem saída;  
 XVIII - D.S. Viela DO VOADOR, com início na D.S. Rua Idalino Manoel de Carvalho; sem saída;  
 XIX - D.S. Rua Viela DA VIOLA, com início na D.S. Rua Golfinho e término na D.S. Rua Fruta do Conde;  
 XX - D.S. Viela DO XARÉU, com início na Viela das Ondas, sem saída;  
 XXI - D.S. Rua DO XERELETE, com início na D.S. Rua Borboleta, sem saída;  
 XXII - D.S. Viela DA TAINHA, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua Beija-flor;  
 XXIII - D.S. Viela DO JARPÃO, com início na D.S. Avenida Porto Novo e término na D.S. Rua do Peixe Gato;  
 XXIV - D.S. Viela DO PAMPO, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 XXV - D.S. Viela DOS BORRIQUETES, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 XXVI - D.S. Rua DAS ENCHOVAS, com início na D.S. Rua Peixe Espada, sem saída;  
 XXVII - D.S. Viela DAS SEREIAS, com início na D.S. Rua Cigarra, sem saída;  
 XXVIII - D.S. Viela DOS CAMARÕES, com início na D.S. Rua Lobo e término na Rua 4.286;  
 XXIX - D.S. Viela DOS MARISCOS, com início na D.S. Viela das Guaricemas, sem saída;  
 XXX - D.S. Viela DAS GUARICEMAS, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 XXXI - D.S. Viela DOS CORAIS, com início na D.S. Avenida Porto Novo, sem saída;  
 XXXII - D.S. Rua DO GATO, com início na D.S. Rua do Engenho, sem saída;  
 XXXIII - D.S. Rua DAS CONCHAS, com início na D.S. Rua Mané Chico e término na D.S. Rua do Engenho;  
 XXXIV - D.S. Viela DAS TARRAFAS, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 XXXV - D.S. Viela CARAPICÚ, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro e término na D.S. Avenida Porto Novo;  
 XXXVI - D.S. Viela do ESPADARTE, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro, sem saída;  
 XXXVII - D.S. Viela PAPA-TERRA, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro, sem saída;  
 XXXVIII - D.S. Viela BERBIGÃO, com início na D.S. Viela Papaterra, sem saída;  
 XXXIX - D.S. Viela DAS OSTRAS, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro, sem saída;  
 XL - D.S. Viela DOS MEXILHÕES, com início na D.S. Rua Dos Poncianos e término na D.S. Viela das Tatuíras;  
 XLI - D.S. Viela DO PEIXE-REI, com início na D.S. Viela das Ostras, sem saída;  
 XLII - D.S. Viela DOS ANZÓIS, com início na D.S. Viela dos Mexilhões, sem saída;  
 XLIII - D.S. Viela DAS TATUÍRAS, com início na D.S. Viela dos Mexilhões, sem saída;  
 XLIV - D.S. Viela DAS TARTARUGAS, com início na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro e término na D.S. Viela Cavalo Marinho;  
 XLV - D.S. Viela CAVALO MARINHO, com início na D.S. Viela das Tartarugas, sem saída;  
 XLVI - D.S. Rua DO SALMÃO, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 XLVII - D.S. Viela DO CANGOÁ, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 XLVIII - D.S. Rua DO CARANGUEIJO, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 XLIX - D.S. Rua DAS MERLUZAS, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 L - D.S. Rua DOS TUBARÕES, com início na D.S. Rua das Sardinhas, sem saída;  
 LI - D.S. Rua DAS SARDINHAS, com início na D.S. Rua Eucalipto e término na D.S. Rua dos Tubarões;

LII - D.S. Rua DAS CANOAS, com início na D.S. Rua dos Tubarões, e término na D.S. Rua dos Botos;  
 LIII - D.S. Rua DOS CAIAQUES, com início na Lagoa de Ibiraquera, sem saída;  
 LIV - D.S. Rua DAS TRUTAS, com início na Lagoa de Ibiraquera, sem saída;  
 LV - D.S. Rua DAS LAGOSTAS, com início na Lagoa de Ibiraquera, sem saída;  
 LVI - D.S. Rua DAS CACHALOTES, com início na Lagoa de Ibiraquera, sem saída;  
 LVII - D.S. Rua DOS GOLFINHOS, com início na Lagoa de Ibiraquera, sem saída;  
 LVIII - D.S. Rua DO PIRARUCÚ, com início na D.S. Rua das Canoas e término na D.S. Rua dos Caiaques;  
 LIX - D.S. Viela LUIZ TEIXEIRA COUTO, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;  
 LX - D.S. Viela BANDEIRANTES, com início na D.S. Viela das Ondas, sem saída;  
 LXI - D.S. Viela DAS ONDAS, com início na D.S. Rua Figueira, sem saída;  
 LXII - D.S. Viela FERNANDES, com início na D.S. Rua João Francisco Severino, sem saída;  
 LXIII - D.S. Viela do ARCO-IRIS, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída;  
 LXIV - D.S. Rua BRISA, com início na D.S. Avenida Paraíso do Luz, sem saída;  
 LXV - D.S. Rua CORAL, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza e término na D.S. Rua José Laguna;  
 LXVI - D.S. Rua AMORAS DO SOL POENTE, com início na D.S. Rua Eucalipto, sem saída;  
 LXVII - D.S. Viela SANTINA DAMÁSIA ANTÔNIO, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa, e término na D.S. Rua dos Lambaris;  
 LXVIII - D.S. Rua BOLACHA DA PRAIA, com início na D.S. Rua dos Poncianos e término na D.S. Rua Caminho do Alto do Morro;  
 LXIX - D.S. Rua PICHILEMU, com início na D.S. Rua Cigarra, sem saída;  
 LXX - D.S. Rua PESCADORES DA RONDA, com início na D.S. Rua Roberto Teixeira de Souza, sem saída.  
 LXXI - D.S. Rua SÁLVIA, com início na D.S. Avenida Central Praia do Rosa e término na D.S. Rua dos Poncianos;  
 LXXII - D.S. Rua ROSEIRA, com início na Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 LXXIII - D.S. Rua LULA, com início na D.S. Rua Polvo, sem saída;  
 LXXIV - D.S. Rua MARISCO, com início na Avenida Central Praia do Rosa, sem saída;  
 LXXV - D.S. Rua DO PEIXE GATO, início na D.S. Avenida Porto Novo e término na divisa do Município de Garopaba.

Art. 3º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis nos: 2.473, de 29 de dezembro de 2003, 3.435, de 13 de janeiro de 2009, 1.748, de 24 de março de 1998, 1.919, de 06 de agosto de 1999, 1.861, de 07 de dezembro de 1998, 1.918, de 06 de agosto de 1999, 3.716, de 05 de julho de 2010, 3.433, de 13 de janeiro de 2009, e 3.672, de 19 de abril de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Lei Nº 3.849.2010**

Lei nº 3.849, de 29 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Vila Nova, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro Vila Nova, neste município:

- I - Avenida RENATO RAMOS DA SILVA, com início no viaduto de interseção com os bairros Sagrada Família, Porto da Vila, e Vila Nova na BR-101, e término na divisa com o bairro Paes Leme;
- II - Avenida ESTRELA, com início na D.S. Rua Pires Silveira e término na Rua Taubaté;
- III - Avenida ATLÂNTICA, com início na D.S. Rua Siderópolis, sem saída;
- IV - Rua SANTANA, com início em frente ao cemitério de Vila Nova e término na divisa com o bairro Campo de Aviação;
- V - Rua HANS DIETER SCHIMIDT, com início na Rua Santana e término na Avenida Beira Mar;
- VI - Rua BENITO RUIZ, com início na Avenida Atlântica e término na Rua Santana;
- VII - Rua ANTÔNIO MANOEL DE OLIVEIRA, com início na Rua Benito Ruiz e término na D.S. Rua São Sebastião;
- VIII - Rua GUARARAPES, com início na D.S. Rua São Sebastião e término na D.S. Rua Clara Maria Limas;
- IX - Rua FARRAPOS, com início na Rua Guararapes e término na Rua Santana;
- X - Rua TAUBATÉ, com início na Rua Guararapes e término na Rua Santana;
- XI - Rua MANUEL DIOGO DO NASCIMENTO, com início na D.S. Rua Pires Silveira, sem saída.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

- I - D.S. Rua MANOEL ARAUJO, com início próximo aos trilhos da Ferrovia Tereza Cristina, sem saída;
- II - D.S. Rua ANTÔNIO RIBEIRO, com início próximo aos trilhos da Ferrovia Tereza Cristina, sem saída;
- III - D.S. Rua SÃO JOSÉ, com início próximo aos trilhos da Ferrovia Tereza Cristina, sem saída;
- IV - D.S. Rua PARAÍSO II, com início na D.S. Rua São José, sem saída;
- V - D.S. Rua VILA PARAÍSO, com início na D.S. Rua Adolfo Pires, sem saída;
- VI - D.S. Rua ADOLFO PIRES, com início na D.S. Rua Coronel Teixeira e término na Rua Santana;
- VII - D.S. Rua RODOLPHO ANTÔNIO PIRES DE OLIVEIRA, com início na D.S. Rua Coronel Teixeira, sem saída;
- VIII - D.S. Rua CORONEL TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Adolfo Pires e término na Rua Santana;
- IX - D.S. Rua DOS AÇORIANOS, com início na D.S. Rua Antônio Presalino Pires e término na D.S. Rua Coronel Teixeira;
- X - D.S. Rua HARLEI DE OLIVEIRA, com início na D.S. Rua Dos Açorianos e término na D.S. Rua Pires Silveira;
- XI - D.S. Rua JOSÉ HEITCH, com início e término na D.S. Rua Dos Açorianos;
- XII - D.S. Rua ANTÔNIO PRESALINO PIRES, com início próximo à rua Açorianos, sem saída;
- XIII - D.S. Rua PIRES SILVEIRA, com início na Avenida Renato Ramos da Silva, sem saída;
- XIV - D.S. Rua ELOI GARCIA, com início na Avenida Estrela, sem saída;
- XV - D.S. Rua PARANÁ I, com início na D.S. Rua São Pedro, sem saída;
- XVI - D.S. Rua OSMAR FLORENTINO MACHADO, com início na

- D.S. Rua Maria Cecília da Rosa, sem saída;
- XVII - D.S. Rua DAS POUSADAS, com início na Rua Manuel Diogo do Nascimento, sem saída;
- XVIII - D.S. Rua DOS PROFESSORES, com início na Avenida Estrela e término na Rua Santana;
- XIX - D.S. Rua ADELFO FRANCISCO ALVES, com início na D.S. Rua 21 de Agosto, sem saída;
- XX - D.S. Rua OLAVO BILAC, com início na D.S. Rua 21 de Agosto, sem saída;
- XXI - D.S. Rua ORLANDO BRESSAN MARTINS, com início na Rua Santana, sem saída;
- XXII - D.S. Rua SÃO PEDRO, com início na Rua Santana, sem saída;
- XXIII - D.S. Rua MARIA CECÍLIA DA ROSA, com início na Rua Santana e término na Avenida Atlântica;
- XXIV - D.S. Rua MANOEL INÁCIO, com início na Rua Santana e término na Avenida Atlântica;
- XXV - D.S. Rua MANOEL SERAFIM, com início na D.S. Rua Antônio Manoel de Oliveira e término na Avenida Atlântica;
- XXVI - D.S. Rua SÃO SEBASTIÃO, com início na divisa com o bairro Sagrada Família, sem saída;
- XXVII - D.S. Rua SIDERÓPOLIS, com início na Rua Santana e término na Avenida Atlântica;
- XXVIII - D.S. Rua OSMAR GONÇALVES, com início na Rua Taubaté e término na D.S. Rua João Eufrázio Figueiredo;
- XXIX - D.S. Rua OTÍLIA DE SOUZA OLIVEIRA, com início na Rua Guararapes, sem saída;
- XXX - D.S. Rua JOÃO EUFRÁZIO FIGUEIREDO, com início na Rua Santana, sem saída;
- XXXI - D.S. Rua LINO OLIVEIRA SOARES, com início na Rua Santana, sem saída;
- XXXII - D.S. Rua ALBERTO MOTTA, com início na Rua Santana, sem saída;
- XXXIII - D.S. Rua CLARA MARIA LIMAS, com início na divisa com o bairro Sagrada Família e término na D.S. Rua Raul Leonidas;
- XXXIV - D.S. Rua DO SINDICATO, com início na Avenida Renato Ramos da Silva e término na D.S. Rua Pedro Bittencourt;
- XXXV - D.S. Rua PALHOÇA, com início na Avenida Renato Ramos da Silva, sem saída;
- XXXVI - D.S. Rua EXPEDICIONÁRIO, com início na Avenida Renato Ramos da Silva e término na D.S. Rua Pedro Bittencourt;
- XXXVII - D.S. Rua MANOEL JOÃO GONÇALVES, com início na Avenida Renato Ramos da Silva e término na D.S. Rua Pedro Bittencourt;
- XXXVIII - D.S. Rua MANOEL PEREIRA SOBRINHO, com início na Avenida Renato Ramos da Silva e término na D.S. Rua Pedro Bittencourt;
- XXXIX - D.S. Rua ASCENDÍNO HERMÍNIO JOAQUIM, com início na Avenida Renato Ramos da Silva e término na marginal da rodovia federal BR 101;
- XL - D.S. Rua JOÃO DOMINGOS DE MELLO, com início na D.S. Rua Pedro Bittencourt, sem saída;
- XLI - D.S. Rua GUSTAVO TOMÁS PERFEITO, com início na D.S. Rua dos Professores, sem saída;
- XLII - D.S. Rua PEDRO BITTENCOURT, com início no trevo de acesso ao bairro Vila Nova e término na D.S. Rua Manoel Eleodório Luiz.

Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Vila Nova, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

- I - D.S. Rua DA PAZ, com início na Rua Santana, sem saída;
- II - D.S. Rua THALIS ANTONIO DA SILVA, com início na D.S. Rua Manoel Inácio e término na D.S. Rua Manoel Serafim;
- III - D.S. Rua JOSÉ MARTINS, com início na Rua Santana, sem saída;
- IV - D.S. Rua ANTÔNIO FELÍCIO NUNES, com início na D.S. Rua dos Açorianos e término na D.S. Rua Antônio Presalino Pires;
- V - D.S. Rua JOSÉ FRANCISCO DA ROSA, com início na D.S. Rua Manoel Serafim e término na D.S. Rua São Sebastião;

VI - D.S. Rua BERNARDINO JOSÉ CÂNDIDO, com início na D.S. Rua Antônio Manoel de Oliveira, sem saída;  
VII - D.S. Rua MANOEL ELEODORIO LUIZ, com início na D.S. Rua Pedro Bittencourt e término na D.S. Rua Ascendino Hermínio Joaquim;  
VIII - D.S. Rua 21 DE AGOSTO, com início na D.S. Rua Dos Professores e término na D.S. Rua Orlando Bressan Martins;  
IX - D.S. Rua JOÃO NASCIMENTO, com início na Rua Santana, sem saída.

Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nos: 613, de 14 de julho de 1980, 461, de 01 de outubro de 1977, 753, de 28 de dezembro de 1983, 605, de 10 de junho de 1980, 622, de 01 de outubro de 1980, 2.677, de 24 de junho de 2005, 570, de 05 de novembro de 1979, 680, de 01 de março de 1982, 1.468, de 07 de novembro de 1994, 490, de 03 de abril de 1978, 2.060, de 30 de junho de 2000, 2.089, de 06 de novembro de 2000, 1.449, de 28 de dezembro de 1994, 1.327, de 17 de novembro de 1993, 1.328, de 17 de novembro de 1993, 2.748, de 27 de outubro de 2005, 700, de 30 de agosto de 1982, 556, de 27 de julho de 1979, 557, de 15 de junho de 1979, 3.345, de 11 de junho de 2008, 1.296, de 14 de setembro de 1993, 681, de 01 de março de 1982, 1.513, de 27 de novembro de 1995, 703, de 30 de agosto de 1982, 1.552, de 09 de agosto de 1996, 662, de 16 de setembro de 1981, 1.931, de 24 de dezembro de 1999, 2.515, de 28 abril de 2004, 3.235, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

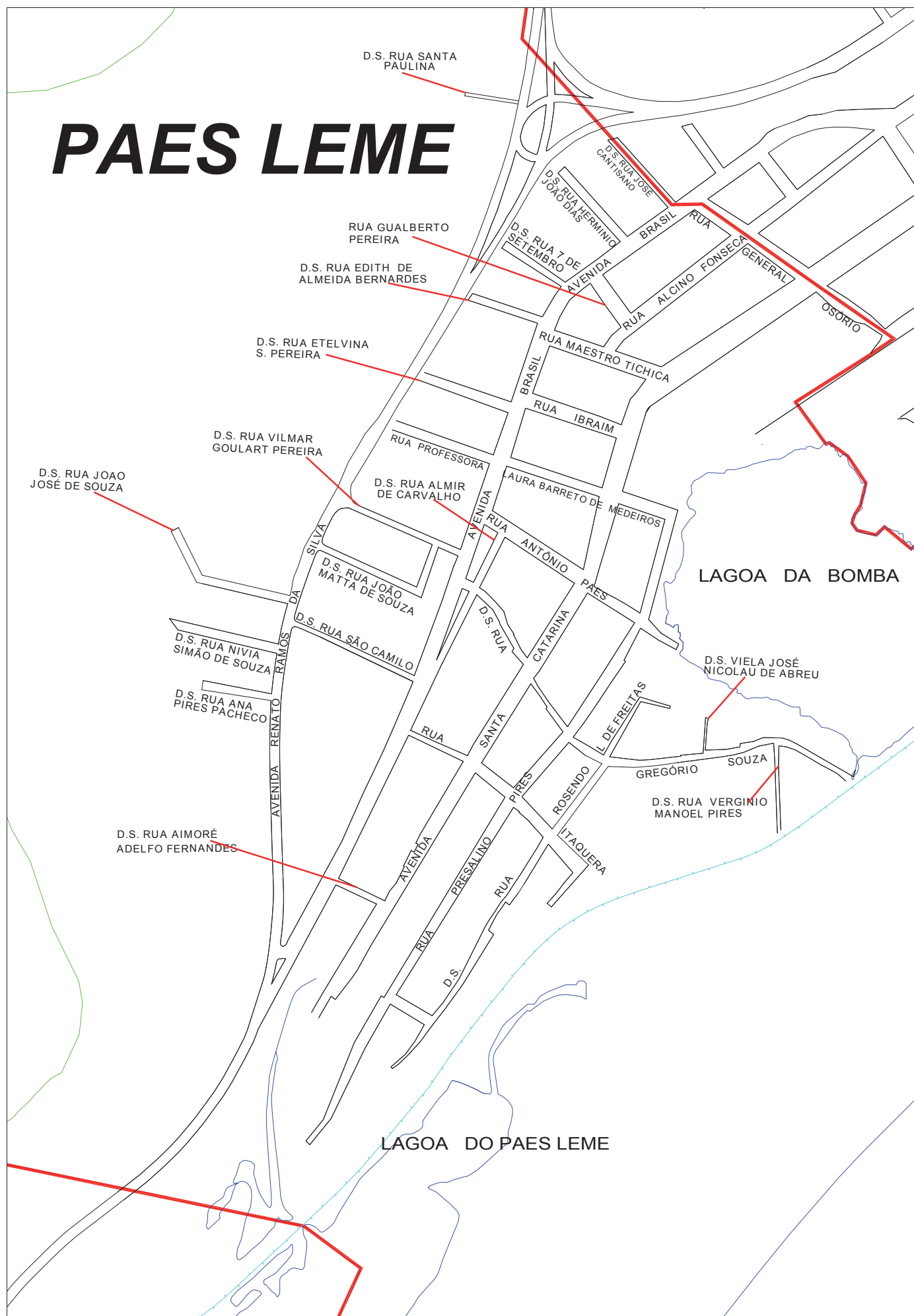
[illegible]

[illegible]



## Anexo da Lei nº 3.825.2010

# PAES LEME





[illegible]

[illegible]

# ARAÇATUBA

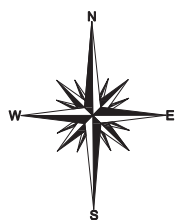
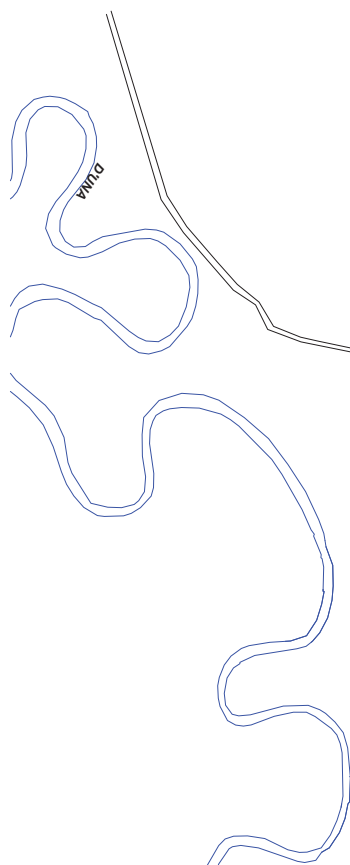


[illegible]

## LAGOA MIRIM





**Anexo da lei nº 3.831.2010****PENHA**

D.S. RUA JOSÉ  
JOÃO DA ROÇA

D.S. RUA MANOEL  
PROCOPIO DA ROÇA

D.S. RUA BERNARDINO  
JOSE DA ROÇA

D.S. RUA JOÃO  
JOAQUIM DA ROÇA

D.S. RUA MANOEL  
JOÃO BARTOLOMEU  
PACHECO

D.S. VIELA  
CALIFORNIA

D.S. RUA  
CARMINO FRANCISCO  
DA SILVA

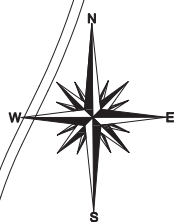
D.S. RUA  
LAGERNA DAS PEDRAS

D.S. RUA SALBINO  
MANOEL BORGES

**ARAÇATUBA**

Map of a residential neighborhood in São Paulo, Brazil, showing a grid of streets. A red line highlights a specific route starting from Avenida de Junho, passing through several streets including RUA ANDRÉ MANOEL DE OLIVEIRA, RUA SÁDY HERCULANO DA ROSA, RUA GINA, RUA PAULO, RUA HARLEY, RUA VANDERLEY, RUA ALDO, RUA JOSÉ, RUA MANOEL, RUA ASTROGILDO, RUA ANTONIO, RUA PROFESSORA VERA, RUA VEREADOR HENRIQUE, RUA MÁRIO, RUA VEREADOR, RUA NILSON INACIO ALVES, RUA CÉLIO CORRÊA, RUA OSNI, RUA LAUREANO, RUA OSVALDO, RUA ABELLO, RUA VEREADOR EUCIDES GALDINO PORTO, RUA LOPES DUTRA, RUA FREITAS, RUA PAMATO, RUA ROSA MATOS, and ending at Avenida Nicolau B. da Silva. The map also shows other streets like RUA SÁDY HERCULANO DA ROSA, RUA GINA, RUA PAULO, RUA HARLEY, RUA VANDERLEY, RUA ALDO, RUA JOSÉ, RUA MANOEL, RUA ASTROGILDO, RUA ANTONIO, RUA PROFESSORA VERA, RUA VEREADOR HENRIQUE, RUA MÁRIO, RUA VEREADOR, RUA NILSON INACIO ALVES, RUA CÉLIO CORRÊA, RUA OSNI, RUA LAUREANO, RUA OSVALDO, RUA ABELLO, RUA VEREADOR EUCIDES GALDINO PORTO, RUA LOPES DUTRA, RUA FREITAS, RUA PAMATO, RUA ROSA MATOS, and Avenida Nicolau B. da Silva.

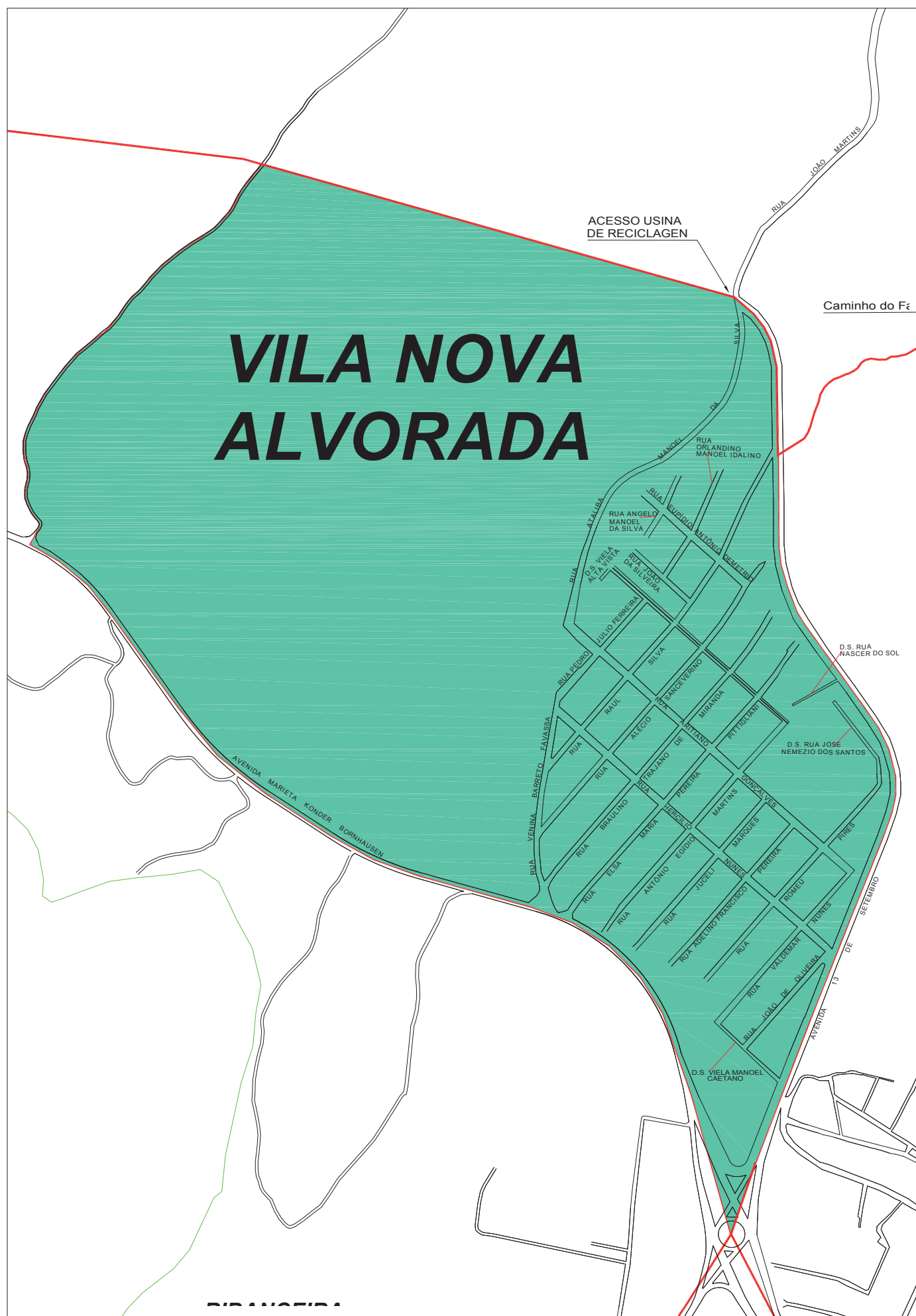
# VILA SANTO ANTÔNIO



The map displays the Alto Arroio neighborhood, a yellow-shaded area with a red border. Key features include:

- Streets:** Numerous streets are labeled, including RUA DOS PEDREIROS, RUA DAS FLORES, RUA DAS PALMEIRAS, RUA DAS CACTUS, RUA DAS ORquíDEAS, RUA DAS ROSAS, RUA DAS CAMÉLIAS, RUA DAS GÉRANIAS, RUA DAS JASMINS, RUA DAS LAVANDAS, RUA DAS ERVAS, RUA DAS SEMENTES, RUA DAS FLORES, RUA DAS PALMEIRAS, RUA DAS CACTUS, RUA DAS ORquíDEAS, RUA DAS ROSAS, RUA DAS CAMÉLIAS, RUA DAS GÉRANIAS, RUA DAS JASMINS, RUA DAS LAVANDAS, RUA DAS ERVAS, RUA DAS SEMENTES.
- Landmarks:** The Córrego (stream) is visible in the upper right, and Lagoa Doce (lake) is in the lower right. The Serra da Mantiqueira is indicated in the upper left.
- Infrastructure:** The Linha de Alta Tensão (High Voltage Line) runs along the left side of the neighborhood.
- Points of Interest:** The Serra da Mantiqueira is indicated in the upper left, and the Serra da Mantiqueira is indicated in the upper left.

## Anexo da lei nº 3.835.2010



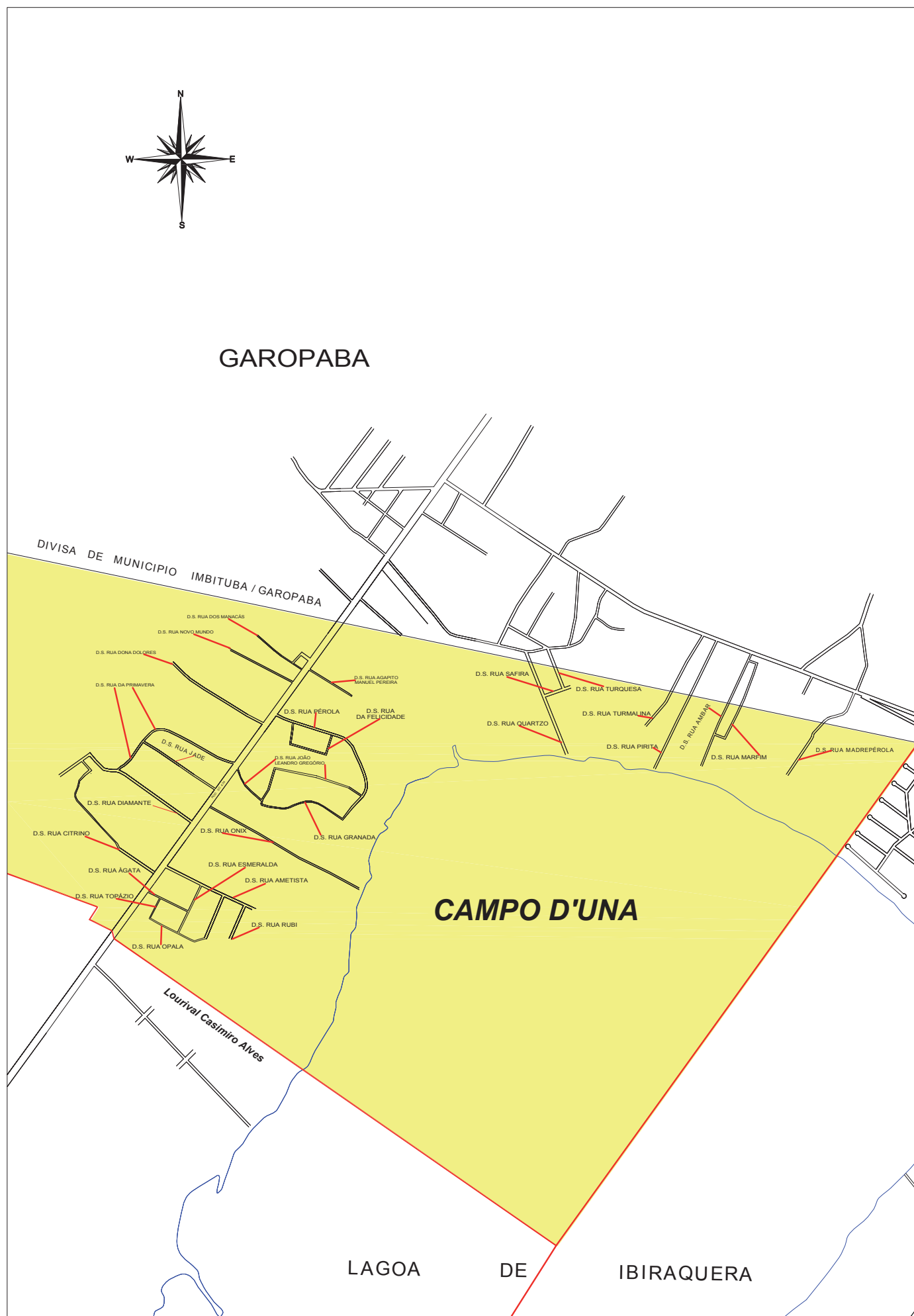


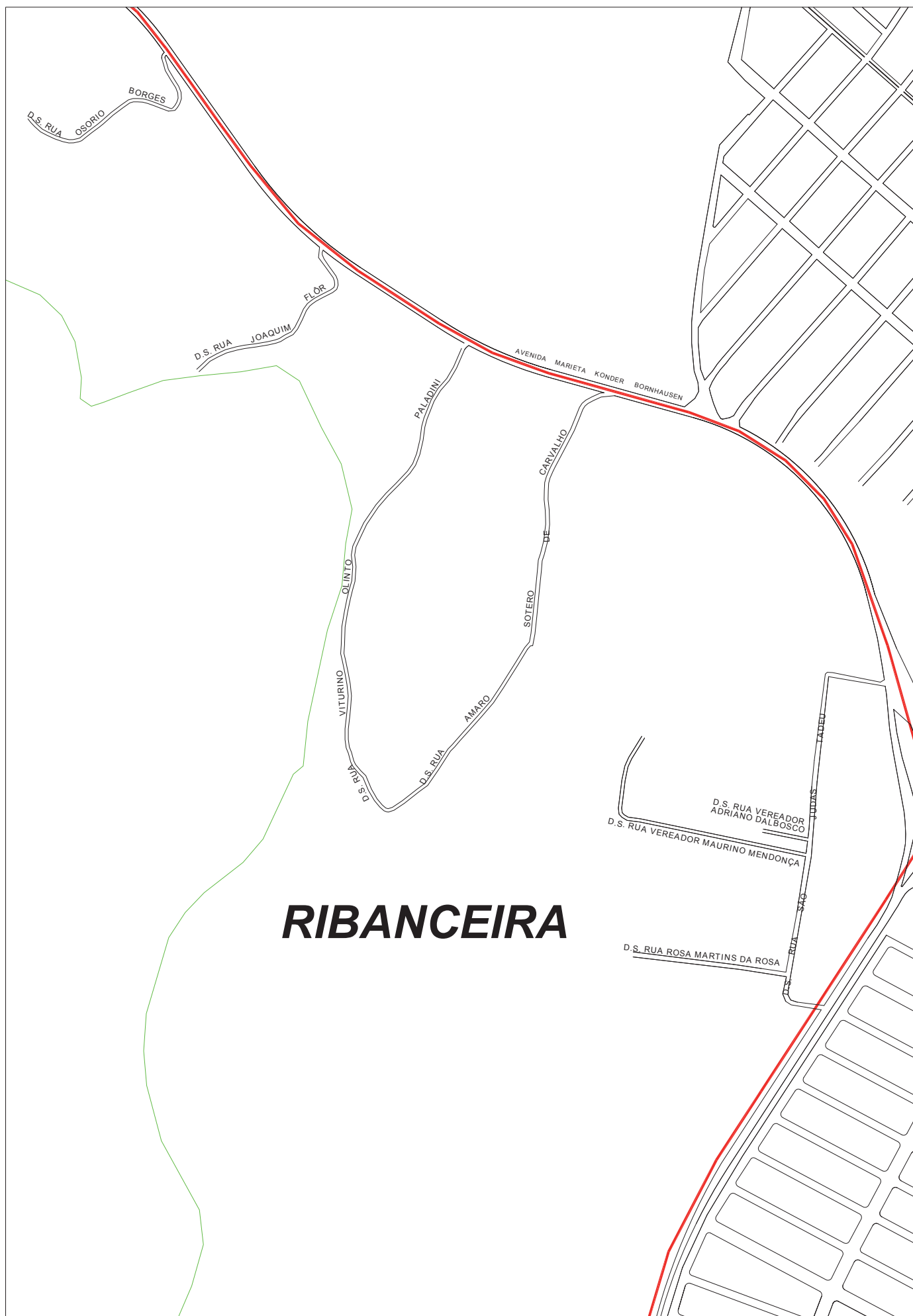
The map displays the urban layout of Itapiruba, Santa Catarina. Key features include:

- Compass Rose:** Located in the top left corner, indicating North (N), South (S), East (E), and West (W).
- Scale Bar:** A horizontal line at the bottom left, labeled "LINHA SECA".
- Urban Layout:** A grid of streets and blocks. Major streets include AV. UBERO PITAGLIANI, AV. MANOEL DA COSTA MOURA, AV. TIPIRUBA, AV. JUCELINO KUBSTCHEK DE OLIVEIRA, and AV. MANOEL ANGELO PALHEIRO.
- Coastline:** A red line representing the ocean, with labels for "DUNAS" (dunes) and "PRAIA" (beach).
- Surrounding Areas:** Labels for "no Siqueira Lima" and "DUNAS" are present on the left side. The bottom of the map shows the "DIVISA DE MUNICÍPIO IMBITUBA / LAGUNA".
- Map Title:** "ITAPIRUBA" is prominently displayed in the center of the urban area.

DIVISA DE MUNICÍPIO IMBITUBA / LAGUNA

## Anexo da lei nº 3.838.2010



**Anexo da Lei nº 3.845.2010**

This map illustrates the urban layout of Vila Alvorada and the Centro (Downtown) area in São Paulo. A prominent red line delineates a specific region, likely the subject of a study or project. The map includes numerous street names, such as Rua Leopoldo Ledorin da Rosa, Rua Manoel de Almeida, and Rua Manoel de Almeida. Key landmarks like Lagoa da Bomba and Praia do Porto are also marked. The map is oriented with North at the top, and the red line generally follows the coastline and the edge of the urban area.



[illegible]

The map displays the Municipality of Ibiraquera, with its boundaries marked by a red line. The city is situated between Lagoa de Ibiraquera to the west and Lagoa do Meio to the east. The map shows a dense network of streets, including major roads like Rua da Liberdade and Rua da Paz. A compass rose in the top left corner indicates the cardinal directions. The map also shows the location of the city center, marked by a red dot, and the location of the city limits, marked by a red line. The map includes labels for various streets and landmarks, such as Lagoa do Meio, Lagoa do Perê, Lagoa do Luz, and Lagoa do Rosa. The map also shows the location of the city limits, marked by a red line, and the location of the city center, marked by a red dot.

[illegible]

**Decreto PMI Nº 187.2010**

DECRETO PMI Nº 187, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para o Fundo Municipal Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 850,77 (oitocentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA**

Projeto Ação e Cidadania

08.244.0013-2.073

3.3.50.00.00.00.00.00.0154 (0013) Aplicações Diretas 850,77

TOTAL 850,77

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos do Piso de Transição de Média Complexidade Apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 188.2010**

DECRETO PMI Nº 188, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 418.800,00 (quatrocentos e dezoito mil e oitocentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares

12.365.0009-1.037

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0143) Aplicações Diretas 150.000,00

Manutenção da Educação Infantil

12.365.0009-2.008

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0089) Aplicações Diretas 50.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0074) Aplicações Diretas 21.100,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Manutenção da SEINFRA

04.122.0007-2.017

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0021) Aplicações Diretas 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0022) Aplicações Diretas 50.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0093) Aplicações Diretas 10.000,00

Gabinete do PREFEIRO

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0104) Aplicações Diretas 3.500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL

Manutenção da SDR/SUL

04.122.0007-2.042

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0047) Aplicações Diretas 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Apoio Administrativo ao FMS

10.301.0014-2.063

3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0030) Aplicações Diretas 100.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA

Manutenção Fundo Saneamento

17.512.0007-2.050

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas 19.200,00

TOTAL 418.800,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios Apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 189.2010**

DECRETO PMI Nº 189, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 21.413,27 (vinte e um mil e quatrocentos e treze reais e vinte e sete centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Transporte Escolar

12.361.0009-2.012

3.3.90.00.00.00.00.00.0052 (0126) Aplicações Diretas 17.534,44

Manutenção do Transporte Escolar - Infantil

12.365.0009-2.104

3.3.90.00.00.00.00.00.0177 (0098) Aplicações Diretas 2.555,50

Manutenção do Transporte Escolar - Médio

12.362.0009-2.105

3.3.90.00.00.00.00.00.0178 (0144) Aplicações Diretas 1.323,33

TOTAL 21.413,27

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar



de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 190.2010**

DECRETO PMI Nº 190, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Manutenção do FUNDEB

12.361.0009-2.007

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0170) Aplicações Diretas 200.000,00  
TOTAL 200.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos próprios apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 195.2010**

DECRETO PMI Nº 195, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 20.121,86 (vinte mil e cento e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

01.031.0001-2.001

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 20.121,86  
TOTAL 20.121,86

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

01.031.0001-2.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas 2.738,92  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 17.382,94  
TOTAL 20.121,86

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 196.2010**

DECRETO PMI Nº 196, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.460.100,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta mil e cem reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Pavimentação de Vias Públicas

15.451.0007-1.010

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) Aplicações Diretas 55.000,00  
Manutenção das Estradas

15.451.0007-2.018

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0020) Aplicações Diretas 286.000,00  
Gabinete do PREFEITO

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0105) Aplicações Diretas 145.000,00  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0092) Aplicações Diretas 35.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0094) Aplicações Diretas 50.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do FUNDEB

12.361.0009-2.007

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0170) Aplicações Diretas 550.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares  
12.361.0009-1.005  
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0108) Aplicações Diretas 80.000,00  
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Encargos Especiais  
28.843.0000-0.001  
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (0010) Aplicações Diretas 200.000,00  
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (0011) Aplicações Diretas 50.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA  
Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde  
10.301.0014-1.023  
4.4.90.00.00.00.00.00.0106 (0036) Aplicações Diretas 9.000,00  
Apoio Administrativo ao FMS  
10.301.0014-2.063  
3.3.50.00.00.00.00.00.0106 (0029) Transf. Instit. Priv. s/ fins  
Lucrativos 100,00  
TOTAL 1.460.100,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos próprios apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 197.2010**

DECRETO PMI Nº 197, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Manutenção do FUNDEB  
12.361.0009-2.007  
3.1.90.00.00.00.00.00.0163 (0079) Aplicações Diretas 200.000,00  
TOTAL 200.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação de Recursos do FUNDEB apurados no Exercício de 2010:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 200.2010**

DECRETO PMI Nº 200, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 34.158,81 (Trinta e quatro mil e cento e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Manutenção do FUNDEB  
12.361.0009-2.007  
3.1.90.00.00.00.00.00.0195 (0169) Aplicações Diretas 24.158,81  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Manutenção das Estradas  
15.451.0007-2.018  
4.4.90.00.00.00.00.00.0196 (0171) Aplicações Diretas 10.000,00  
TOTAL 34.158,81

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Superávit Financeiro de Recursos do FUNDEB (0169) e Recursos da CIDE apurados no Exercício de 2009:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 201.2010**

DECRETO PMI Nº 201, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Encargos Especiais

28.843.0000-0.001  
 4.6.90.00.00.00.00.00.0172 (0172) Aplicações Diretas 500.000,00  
 Encargos Especiais - Outros  
 28.846.0000-0.002  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0172 (0173) Aplicações Diretas 30.000,00  
 TOTAL 530.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados no Exercício de 2009:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.  
 JOSÉ ROBERTO MARTINS  
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
 Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
 Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 202.2010

DECRETO PMI 202, de 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.842, de 29 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 464.000,00,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - Secretaria de Educação

Manutenção do FUNDEB

12.361.0009-2.007

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0170) Aplicações Diretas 264.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Apoio Administrativo ao FMS

10.301.0014-2.063

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0028) Aplicações Diretas 200.000,00  
 Total 464.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Sinalização para o Trânsito Turístico

23.695.0007-1.014

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0028) Aplicações Diretas 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0029) Aplicações Diretas 10.000,00

25.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado

15.452.0007-2.028

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0037) Aplicações Diretas 22.000,00

Recuperação Ambiental - Congresso Regional de Sustentabilidade  
 18.541.0007-2.098

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0103) Aplicações Diretas 22.000,00  
 24.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO  
 Campeonatos Esportivos  
 23.695.0008-2.025  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0007) Aplicações Diretas 40.000,00  
 35.00 - CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO  
 Manutenção da Controladoria Geral  
 04.124.0003-2.040  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0056) Aplicações Diretas 30.000,00  
 37.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL  
 Manutenção das Estradas  
 15.451.0007-2.108  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0050) Aplicações Diretas 30.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA  
 Manutenção do Fundo de Assistência Social  
 08.422.0013-2.078  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0020) Aplicações Diretas 60.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde  
 10.301.0014-1.023  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0106 (0036) Aplicações Diretas 145.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS  
 Construção e Ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros  
 06.182.0012-1.031  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00  
 Construção de Postos Guarda Vidas  
 06.182.0012-1.035  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0002) Aplicações Diretas 40.000,00  
 Manutenção das Atividades do Funrebom  
 06.182.0012-2.086  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 35.000,00  
 Total 464.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 203.2010

DECRETO PMI. Nº 203, de 29 de dezembro de 2010.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, os imóveis que especifica abaixo, situados no bairro de Vila Nova, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI do artigo 93, da Lei Orgânica Municipal e considerando o interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, os imóveis urbanos, registrados nas Matrículas nº 10.846 e 9.678, equivalendo um total de 703,00m2 (setecentos e três metros quadrados), localizados no bairro de Vila Nova, extrema com o Cemitério Municipal, conforme Termo de Desapropriação e planta em anexo.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior destina-se à ampliação do Cemitério Municipal de Vila Nova.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder, se alegar urgência, para efeito na prévia imissão na posse, de conformidade com o Artigo 15 do Decreto Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 204.2010**

DECRETO PMI. Nº 204, de 29 de dezembro de 2010.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 93, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO as enxurradas provocadas por chuvas intensas e concentradas, no mês de maio, agravadas por período constantes no decorrer do ano, atingindo parte da área urbana central no município, conforme croqui anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO como conseqüências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO em acordo com a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre;

CONSIDERANDO concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente ao desastre agravados pelo deslocamentos de massa de terras, considerado de padrão súbito e imprevisível.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para a área específica deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Ficam autorizadas as contratações de caráter emergencial, em conformidade com inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, ou seja, nos casos em que o interesse público reclame atuação pronta, imediata do Poder Público Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI Nº 154.2010**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 154, de 23 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 16472/2010,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 142, de 24 de novembro de 2010, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI Nº 155.2010**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 155, de 28 de dezembro de 2010.  
Dispõe sobre a nomeação de Agentes de Controle Interno e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei n.º. 3.659, de 26 de março de 2010 e do art. 3º, III, do Decreto nº 137, de 09 de setembro de 2010, pela presente,  
**RESOLVE:**

Art 1º Nomear os servidores abaixo que designarão Agentes de Controle Interno:

I - Procuradoria Geral do Município:

Titular: Euclides de Oliveira Porto

Suplente: Fernanda Martins João

II - Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública:

Titular: Andreza Barcelos Carvalho

Suplente: Milene Ribeiro

III - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turístico:

Titular: Romeu Pires Filho

Suplente: Persia Gonçalves Zanetta

IV - Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: Maurício Mazzoca Pires

Suplente: Daniel Henrique de Sá

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental:

Titular: Lisiane Bittencourt Vieira

Suplente: Célio Nunes Nascimento Júnior

VI - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca:

Titular: José Carlos de Souza

Suplente: Diego Huorlin Leopoldo

VII - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: Marlize Antunes

Suplente: Ana Jandira Gonçalves

VIII - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Patrícia da Rosa Teixeira

Suplente: Marilandi Fernandes Costa da Rosa

IX - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Habitação:

Titular: Lisete Nunes Ramires

Suplente: Ana Paula Barcelos

X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul:

Titular: Marivone Mendonça

Suplente: Janaina Machado

XI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte:

Titular: Jankiel Soirefman

Suplente: Solange Avila

XII - Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: George Willian dos Santos

Suplente: Valéria de Souza Antônio

Art 2º As atribuições dos agentes de controle interno estão descritas no Decreto PMI nº 137, de 09 de setembro de 2010.

§ 1º Cabe ao agente da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, além das atribuições citadas no caput deste artigo, emitir parecer sobre a legalidade do ato de Admissão, observando a IN nº TC 07/2008 e IN nº TC 08/2010.

§ 2º Cabe ao agente da Secretaria Municipal da Fazenda, além das atribuições citadas no caput deste artigo, emitir parecer sobre as prestações de contas e efetuar a guarda das mesmas, observando a Resolução nº TC 16/94.

Art 3º Os trabalhos dos agentes de controle interno são considerados trabalhos de relevante interesse público e não serão remunerados.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI Nº 156.2010**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 156, de 30 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.117/2001, de 28 de fevereiro de 2001, com redação alterada pela Lei nº 3.840, de 29 de dezembro de 2010, e;

Considerando o pleito inserido no Ofício Circular nº 074/2010, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os membros que comporão o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, conforme segue:

- Um representante do Poder Executivo:

Titular: Ana Jandira Nascimento Gonçalves

Suplente: Vera Lucia Silveira

- Dois representantes dos Professores:

Titular: Zenaide Ovídio Lúcio

Suplente: Rosane de Oliveira Fernandes

Titular: Margarete M.S. Silvério

Suplente: Sonia R. Alves Pires

- Dois representantes dos Pais e Alunos:

Titular: Wellington Furtunato

Suplente: Andréia Mello

Titular: Paulo Sérgio E. Bento

Suplente: Gisele de Souza Carvalho

- Dois representantes de outro segmento da sociedade:

Titular: Josiane Natália Pereira

Suplente: Maria Dagmar Nunes

Titular: Rafael da Rosa Pires

Suplente: Maria Luiza Ribeiro Petrassem

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **CÂMARA DE VEREADORES**

#### **Portaria CMI nº 052/2010**

PORTARIA CMI nº 052/2010

Concede promoção funcional por antiguidade e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Promover por Antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, § 2º, e do Art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1.145/91, os servidores abaixo relacionados para os padrões indicados nas datas especificadas:

A partir de 1º de Dezembro de 2010:

I - Tatianne de Bona, ocupante do Cargo de Analista Legislativo do Nível "VI", Padrão A, para o Nível "VI", Padrão B.

II - Evandro de Medeiros, ocupante do Cargo de Contador do Nível "VI", Padrão A, para o Nível "VI", Padrão B.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de dezembro de 2010.

Imbituba-SC, 15 de dezembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 15 de dezembro de 2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

#### **Portaria CMI nº 053/2010**

PORTARIA CMI nº 053/2010

"Concede Férias ao Técnico Legislativo Thiago Guimarães Machado"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, férias regulamentares de 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2009 a 28/01/2010, a ser gozada no período de 03/01/2011 a 12/01/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 28 de dezembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

#### **Portaria CMI nº 054/2010**

PORTARIA CMI nº 054/2010

"Concede Férias ao Assessor Parlamentar Paulo Marcos de Souza".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Conceder, ao Sr. Paulo Marcos de Souza, Assessor Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/07/2009 a 30/06/2010, a ser gozada no período de 03/01/2011 a 01/02/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 28 de dezembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

#### **Portaria CMI nº 055/2010**

PORTARIA CMI nº 055/2010

"Exonera THIAGO MIGUEL do Cargo de Assessor

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Exonerar, a partir do dia 31 de dezembro de 2010, o Sr. Thiago Miguel, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade n. 4.851.533-7, SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 049.729.849-33, residente e domiciliada na Rua Gina Cyrelli e Silva, 327, Village, neste Município, do Cargo de Assessor Parlamentar, nomeado através da Portaria CMI nº 040/2010 de 02 de agosto de 2010.

Imbituba, 28 de dezembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

#### **Portaria CMI nº 056/2010**

PORTARIA CMI nº 056/2010

"Altera designação de Francine Freitas de Mello para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII,



do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 041/2010, de 02 de agosto de 2010, da Sra. Francine Freitas de Mello, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 5.214.872-6 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 070.972.849-27, residente e domiciliado na Rua Geral, nº 363, Guaiuba, neste Município, para exercer suas funções, a partir de 03/01/2011, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Imbituba, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pelos art. 3º da Lei Complementar nº 3.451, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.  
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

### **Portaria CMI nº 057/2010**

PORTARIA CMI nº 057/2010  
"Concede Férias ao Chefe de Departamento Luiz Cláudio Costa".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:  
Conceder, ao Sr. Luiz Cláudio Costa, Chefe de Departamento, férias regulamentares de 10 (dez) dias, convertido em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 06/02/2009 a 05/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 29 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 006/2010, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa Getel Comércio de Máquinas Copiadoras Ltda, suprimindo o valor do objeto na quantia de R\$ 869,05 (oitocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, eis que não há mais necessidade, neste exercício financeiro, em adquirir os serviços de fotocópias referente ao Processo Administrativo nº 004/2010 - Dispensa nº 001/2010, que motivo o Contrato acima mencionado.

Imbituba, 28 de dezembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 002/2010, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa ANCS Informática Ltda EPP, suprimindo o valor do objeto na quantia de R\$ 3.420,84 (três mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, eis que não há mais necessidade, neste exercício financeiro, em adquirir os materiais de consumo e/ou limpeza do Processo Licitatório nº 017/2009 - Pregão Presencial nº 004/2009, que motivo o Contrato acima mencionado.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal de Imbituba

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 018/2010 - Termo Aditivo I ao Contrato nº 003/2010, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa José Candido Espíndola ME, suprimindo o valor do objeto na quantia de R\$ 148,63 (cento e quarenta e oito reais e sessenta e três centos), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, eis que não há mais necessidade, neste exercício financeiro, em adquirir os materiais de consumo e/ou limpeza do Processo Licitatório nº 017/2009 - Pregão Presencial nº 004/2009, que motivo o Contrato acima mencionado.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal de Imbituba

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 018/2010 - Termo Aditivo I ao Contrato nº 003/2010, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa José Candido Espíndola ME, suprimindo o valor do objeto na quantia de R\$ 148,63 (cento e quarenta e oito reais e sessenta e três centos), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, eis que não há mais necessidade, neste exercício financeiro, em adquirir os materiais de consumo e/ou limpeza do Processo Licitatório nº 017/2009 - Pregão Presencial nº 004/2009, que motivo o Contrato acima mencionado.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal de Imbituba

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu

Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 019/2010 - Termo Aditivo I ao Contrato nº 008/2010, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda, suprimindo o valor do objeto na quantia de R\$ 2.615,00 (dois mil, seiscentos e quinze reais), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, eis que não há mais necessidade, neste exercício financeiro, em adquirir os materiais de expediente e/ou suprimentos de informática do Processo Licitatório nº 003/2010 - Pregão Presencial nº 002/2010, que motivo os Contratos acima mencionados.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal de Imbituba

### **Termo de Alteração Contratual Unilateral** TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Imbituba, representado neste ato pelo seu Presidente, o Vereador Christiano Lopes de Oliveira, vem alterar, unilateralmente, o Contrato nº 004/2010 - Termo Aditivo III ao Contrato nº 010/2007, firmado entre esta Casa Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com acréscimo no valor do objeto na quantia de R\$ 510,56 (quinhentos e dez reais e cinquenta e seis centavos), conforme previsto no art. 65, "b" da Lei nº 8.666/93, motivado pelo interesse público, tendo em vista a necessidade de utilização dos serviços postais por esta Câmara Municipal.

Imbituba, 29 de dezembro de 2010.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente Câmara Municipal de Imbituba

# Iomerê

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Resultado de Aprovação de Marcas de Generos Alimentícios**

CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0003/2010  
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

#### ANEXO IV ATESTADO DE APROVAÇÃO DE AMOSTRAS

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS as seguintes AMOSTRAS com as respectivas MARCAS dos ITENS discriminados a seguir e que foram apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores SUPERMERCADO SÃO LUIZ LTDA e SUPERMERCADO SANNER LTDA.

DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCAS
Barra de cereal: Características: barra de cereal com os seguintes sabores: castanha do pará, castanha com avelã e amendoim com chocolate. Unidades entre 25 - 30g, contendo 1g de fibras e 7g de proteínas por porção (barra).	Parati®, Nutry (Nutrimental®) e Ritter®

Biscoito do tipo rosca de coco: Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por 100g de produto: contendo no máximo 13g gorduras totais, 6g de gorduras saturadas, 2g de gorduras trans e 1000mg de sódio.	Casaredo®, Isabela® e Parati®
Biscoito do tipo rosca de fubá (milho) Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por 100g de produto: contendo no máximo de: 13g gorduras totais, 6g de gorduras saturadas, 2g de gorduras trans e 1000mg de sódio.	Casaredo®, Isabela® e Parati®
Biscoito Salgado Integral Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por 30g de produto: contendo no mínimo 2,5g de fibras, no máximo 348mg de sódio (15% VD) e até 0,8g gordura trans.	Parati®, Triunfo® e Isabela®
Biscoito Salgado de gergelim Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por 30g de produto: contendo no mínimo 1,3g de fibras e no máximo 360mg de sódio.	Isabela® e Parati®
Biscoito salgado tipo Cream Cracker Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por porção (30g): 130Kcal, 4,5g gorduras totais, 1,3g de fibras alimentares e contendo no máximo: 1g gorduras saturadas, 250mg de sódio e isento de gordura trans.	Casaredo®, Parati® e Isabela®
Biscoito salgado tipo água e sal Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição média por 40g (porção): no máximo 3,5g gorduras totais, 0,8g gorduras trans e 255mg de Sódio.	Marilan®, Parati® e Isabela®
Biscoito salgado tipo Coquetel Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição média por 30g (porção): 1,3g de fibra, no máximo 0,8g gorduras trans e 300mg de Sódio (12% VD).	Isabela®
Biscoitos do tipo Kuki Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição média por 40g (porção): no máximo 4 g de gorduras totais, até 1g gorduras trans e 171mg de Sódio.	Isabela®
Biscoito doce ao leite tipo Maria Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo adicional de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Composição nutricional (média) por 30g de produto: 133Kcal, 25g de carboidratos, 2,2g de proteínas, 3g gorduras totais, no máximo 90mg de sódio e isenção de gordura trans.	Parati® e Isabela®
Biscoito doce do tipo Maisena Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Contendo em média, por porção de 30g, 3g de gorduras totais, no máximo 0,8g gordura trans e 84mg de sódio. Isento de gordura trans.	Parati® e Isabela®

Biscoitos doce sabor leite Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 1Kg. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média): mínimo de 1g de fibra e contendo no máximo de 111mg de sódio (por porção de 30g).	Parati® e Isabela®
Bolacha de mel com glacê Características: Embalagens de no mínimo 240g e no máximo 400g. Contendo farinha de trigo e fubá de milho enriquecidos com Ferro e Ácido Fólico. Composição nutricional (média) por 30g de produto: 103Kcal, 23g de carboidratos, 1,7g de proteínas, 0,5g de fibra alimentar, no máximo 128mg de sódio e isenção de gordura trans. Obs.: pacotes com unidades pequenas, com o peso até 30 gramas (unitário).	Girassol® e Faville®
Café solúvel granulado Características: Embalagens de 200 g com rendimento médio de 200 xícaras. Observação: Apresentar bom rendimento, no entanto adequado sabor e aceitabilidade. Não será aceito o sabor Extra Forte.	Iguaçu®, Mellita® e Nescafé®
Café torrado e moído Características: Apresentar o selo ABIC (Associação Brasileira de Indústrias de Café). Embalagens de 500g. Observação: Apresentar bom rendimento, no entanto adequado sabor e aceitabilidade.	Bom Jesus® e Melitta®
Cereal do tipo granola Características: Embalagens de 250g até 1Kg. Isento de gordura trans. Composição média por porção de 40g: até 20mg de sódio e no mínimo 2g de fibras.	Vitao® e Jasmine®
Cereal matinal com açúcar Características: Flocos de milho com açúcar, do tipo "Sucrilhos". Embalagens de até 1 Kg. Composição nutricional (média) por porção de 30g: 110Kcal, 12g de açúcares e 200mg de Sódio.	Superbom®
Chocolate em pó solúvel Características: Baixa quantidade de sódio e contendo no máximo 85Kcal/porção de 20g. Embalagens de 1Kg.	Apti®
Extrato de soja em pó Características: embalagens de até 500g. Sabor natural. Observação: Apresentar bom rendimento e diluição, no entanto, com adequado sabor e aceitabilidade.	Vitao® e Jasmine®
Extrato de tomate Características: Embalagens de 300g a 1Kg (lata ou embalagem tetra park). Ingredientes apresentados: tomate, açúcar e sal. Composição nutricional média por 100g de produto: 70Kcal, 3g de fibras e no máximo 440mg de sódio. Isento de gordura trans. Deve apresentar um bom rendimento.	Elefante® e Inco-tril®
Farinha de milho – fubá Características: fortificado com ferro (2,1mg/150g de produto em média) e ácido fólico (75mcg/150g de produto em média). Embalagem de 1Kg, intacta e acondicionada em pacotes de polietileno transparente e bem vedado.	Cachoeirinha® e Libardoni®
Farinha láctea Características: Embalagens de 250g até 500g. Ingredientes: farinha de trigo torrada, açúcar, leite em pó integral, sal, mistura mineral-vitáminica (vitamina C, ferro, niacinamida, vitamina E, ácido pantotênico, vitaminas B6, B2, B1, A, ácido fólico e vitamina B12) e aroma de baunilha.	Nutritional® e Nestlé®
Gelatina em pó sabor abacaxi Características: Embalagens de 1Kg, com rendimento de 34 porções de 200ml. Apresentando Corante Natural.	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor cereja Características: Embalagens de 1Kg, com rendimento de 34 porções de 200ml. Apresentando Corante Natural.	Boa Safra®
Gelatina em pó diversos sabores Características: Embalagens de 1Kg, com rendimento de 34 porções de 200ml. Apresentando Corante Natural.	Boa Safra®

Leite em pó integral instantâneo Características: Embalagens de 400g à 1Kg. Rendimento médio para 400g: 3 litros. Composição nutricional: 7g proteína em média e até 100mg de sódio por porção de 26g de produto. Isento de gordura trans. Observação: Não serão aceitos produtos adocicados, com alto taxa de açúcar.	Do Lar®
Leite à base de soja, sem lactose, sabor shake de morango e/ou chocolate Características: Embalagens Tetra Park, pequenas, até 300ml (líquido). Sabor Shake de morango. Observação: Embalagens pequenas, pronto ao consumo, inclusive para amostra.	Ades® e Purity®
Pão de cachorro quente Características: 50g, tamanho uniforme. Embalagem: papel, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela nutricionista. Fechar embalagem com fita adesiva. Entregar até 8:30hs no dia estipulado no Pedido Semanal.	Padaria São Luiz®
Pão doce Características: 50g, tamanho uniforme, com creme e/ou polvilhado com coco ralado. Embalagem: papel, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela nutricionista. Fechar embalagem com fita adesiva. Entregar até 8:30hs no dia estipulado no Pedido Semanal.	Padaria São Luiz®
Pão francês Características: 50g, tamanho uniforme. Embalagem: papel, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela nutricionista. Fechar embalagem com fita adesiva. Entregar até 8:30hs no dia estipulado no Pedido Semanal.	Padaria São Luiz®
Pó para pudim diversos sabores Características: Embalagens de até 1 Kg. Rendimento 18,5 porções de 200ml. Com corantes naturais.	Boa Safra®
Suco concentrado sabor de uva Características: Embalagens de até 5 litros. Rendimento para suco: 1 porção do suco e 4 porções de água. Apresentando rótulo nutricional, data de fabricação e validade. Observação: O Suco deverá ser concentrado, como uma polpa com alto rendimento, e não serão aceitos sucos integrais e de menor rendimento.	Sabore (Cooperativa)®

Iomerê (SC), 27 de dezembro de 2010.  
KARINE ANDREA ALBIERO - Nutricionista  
Presidente

CARLA CANDIAGO  
Membro

MARILDE BRIDI  
Membro

HELENA PAGANINI CRESTANI  
Membro

**Irineópolis**

**CÂMARA DE VEREADORES**

### Portaria 024/2010

PORTARIA Nº 024/2010 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
PRORROGA A PORTARIA Nº 010/2010 DE 11 DE ABRIL DE 2010.

GERALDO ORLONSKI, Presidente da Câmara Municipal de

Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III letra "a" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E:**

Contratar a Sra. SONIA MARI FARIAS, RG nº 1.458.277, inscrita no CPF sob o nº 592.159.339-72, para o cargo de Técnica Contábil, realizando as funções inerentes ao Contrato nº 003/2010, de 31/01/2010, desta Casa de Leis, iniciando em 01/01/2011 até 05/01/2011, recebendo o vencimento de R\$ 300,00 (trezentos reais ) mensais, mais o valor referente ao auxílio alimentação,

A contratação deve-se ao fato do afastamento servidora Elenice Izaura Neppel, contadora.

Gabinete da Presidência, em 30 de dezembro de 2010  
GERALDO ORLONSKI  
Presidente

**Termo Aditivo nº 03/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 003/2010  
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
CNPJ : 83.529.958/0001-00  
CONTRATADA : SÔNIA MARI FARIAS  
C.P.F. Nº 592.159.339-72  
OBJETO DO CONTRATO : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
VALOR TOTAL R\$ 319,02 (trezentos e dezenove reais e dois centavos)  
VIGÊNCIA : Início em 01 de janeiro de 2011 com término em 05 de janeiro de 2011.

---

**HOSPITAL BOM JESUS**

---

**Resolução 26/2010**

RESOLUÇÃO N.º 026/2010.  
DISPENSA EXPEDIENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da LC 007/2001

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;  
CONSIDERANDO as comemorações e confraternizações que acontecem a cada final de ano

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica estabelecido recesso das atividades dos servidores municipais no âmbito da Administração Direta nos períodos compreendidos entre os dias 23/12/2010 e 24/12/2010 e 30/12/2010 à 31/12/2010.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 22 de dezembro de 2010.  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

**Resolução 27/2010**

RESOLUÇÃO N.º 027/2010

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E :**

CONCEDER à servidora CARLISE ÉDINA SAADE FELISBERTO, Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 20/12/2010 conforme Atestado Médico.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2010.  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Presidente

## Joaçaba

---

**PREFEITURA MUNICIPAL**

---

**Edital Processo Seletivo Educação**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE JOAÇABA  
EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/2010 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo de Provas e títulos para contratação em caráter temporário de profissionais na área da Educação do Município de Joaçaba (SC).

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Municipal nº 1939/93.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas e títulos para a contratação de servidores em caráter temporário para atuação no Município de Joaçaba, visando substituições que venham ocorrer durante o exercício de 2011, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

1.1 O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Empresa Georgeo Almeida ME - APRENDER.COM - sediada em Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ nº 08.195.807/0001-39.

1.2 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal em caráter temporário para vagas que surgirão durante o exercício de 2011 podendo ser prorrogado por mais 12 meses, em virtude de contratação de servidores nas situações prevista na Lei Municipal supracitada, conforme cargos e empregos constantes do ANEXO I, parte integrante deste Edital, conforme necessidade e conveniência ao bom desempenho da Administração Pública Municipal.

**II - DAS INSCRIÇÕES**

2.1 As inscrições estarão abertas no período previsto no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no Centro Educacional Roberto Trompowsky - CERT, localizada na Av Santa Terezinha, nº



49, na cidade de Joaçaba-SC.

2.2 As inscrições neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Será cobrada taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 para os cargos descritos no Anexo I deste Edital onde o candidato deverá realizar o depósito diretamente na Conta nº 233.133-0, Agência 5290-6 - Banco do Brasil/Besc de Joaçaba.

2.4. A inscrição somente poderá ser realizada mediante apresentação do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, acompanhada do RG e CPF.

2.5 A inscrição somente será efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado com poderes específicos para representá-lo.

2.6 Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos ou emprego constantes no Anexo I deste Edital.

2.7 A inscrição será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, na ocasião em que o candidato apresentará fotocópia dos seguintes documentos juntamente com seus documentos originais.

- a) CPF e Identidade - (Cópia Autenticada);
- b) Ter idade mínima de (dezoito) 18 anos na data da contratação;

2.8 Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.9 O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não preencher a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10 A inscrição não poderão ser feitas pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.13 A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.14 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição, a qual estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

### III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo.

3.2 Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99.

3.3 Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4 O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 16, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.5 Declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.6 O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, dentro do prazo legal, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido para as inscrições.

- a) Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.
- b) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Joaçaba que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.7 O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8 O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.9 Asolicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.10 A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.11 Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

### IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no ANEXO III deste Edital, e estarão disponíveis no Mural da Municipalidade.

4.2 Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

### V - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Processo



Seletivo, serão regidos pelo Regime Administrativo e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

#### VI - DAS PROVAS

6.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará das seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

a) Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos, de caráter eliminatório/classificatório;

6.2 Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme dispuser o cronograma constante no Anexo IV deste Edital. Não poderão as provas ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.

6.3 As provas serão realizadas na data e horário constantes no Cronograma do Anexo III deste Edital, no Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky no dia 03/02/2010.

6.4 Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.5 As provas escritas serão realizadas em etapa única de três (03) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

6.6 Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.7 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.8 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.9 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.10 Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.11 Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.12 No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos

critérios de avaliação da prova.

6.13 Durante a realização das provas é vetada consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou qualquer outro material, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no Processo Seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14 No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.15 O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 01 (uma) hora de seu início.

6.16 O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será eliminado automaticamente do Processo Seletivo.

6.17 Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.18. Todos os cartões respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.19 Os candidatos poderão comparecer aos locais de prova com antecedência de quarenta (40) minutos em relação ao início da mesma, sendo vetado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.20 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

#### VII - DA PROVA OBJETIVA

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo III, parte integrante deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de trinta (30) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

Disciplina	Número de questões	Peso individual	Peso total
Conhecimentos Português	10	0,3	3,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,5	5,0
Total	30		10,00

7.4 Para a realização da prova objetiva, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5 A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7 Aprova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (uma) decimal, sem arredondamento.

7.8 Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três).

7.9 O Gabarito Oficial referente à prova objetiva será divulgado conforme ANEXO IV, no Mural da Municipalidade e no site oficial do município (<http://www.joacaba.sc.gov.br>).

7.10 Havendo impugnação de questões da prova objetiva, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

- a) O formulário de impugnação de questão estará disponível e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.
- b) As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.
- c) A questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

#### VIII - DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 A prova de títulos, é de caráter classificatório, para todos os cargos de Professor.

8.2 Somente serão habilitados para a prova de títulos, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3,00 (três) na prova escrita objetiva, individualmente.

8.3 Serão considerados somente os títulos que forem obtidos a partir do ano de 2006 inclusive, que estejam devidamente registrados, com a carga horária igual ou superior a 40,0 horas e o período de realização do curso.

8.4 Serão computados como títulos os certificados e/ou diplomas de graduação, pós-graduação, doutorado e mestrado, conforme quadro abaixo:

Título	Peso
Graduação	1,0
Pós-Graduação	1,0
Mestrado	1,5
Doutorado	2,0

8.5 Cada certificado e/ou diploma de cursos e/ou especializações tem o valor de 0,2 (zero virgula dois décimos) não podendo exceder o máximo de 1,0 (um Ponto) e, não podendo ocorrer e nem sendo aceitos documentos com duplicidade de horário e ou data EX: Dois documentos de mesma data e horário de cursos diferentes. Não serão aceitos certificados e/ou diplomas com carga horária inferior a 40 horas (Quarenta Horas)

8.6 A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição

(CÓPIA AUTENTICADA).

8.7 A média final do candidato para os cargos de professor, será o resultado da soma da prova objetiva, mais a prova de títulos.

#### IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3,00 (três).

9.2 A nota final para todos os cargos será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaP \times 0,3 + NaCG \times 0,2 + NaCE \times 0,5) + PT$$

$$PO = MF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaP: Número de acertos em questões de Língua Portuguesa; NaCG: Número de acertos de Conhecimentos Gerais; NaCE: Número de acertos de Conhecimentos Específicos; PT: Pontuação dos Títulos; MF: Média Final.

9.3 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

9.4 Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) maior nota na prova de Conhecimentos de Português;
- c) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- d) maior idade.

9.5 A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no ANEXO IV deste Edital e será divulgada primeiramente no mural público e no site oficial do município, posteriormente, nos meios oficiais de publicação a critério da Administração Pública Municipal.

9.6 A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação, com as notas detalhadas de acordo com o peso de cada disciplina.

9.7 Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas, poderão enviar solicitação das mesmas para o e-mail da prefeitura de Joaçaba através do site: <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

9.8 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF, cargo a que concorreu e data de nascimento do candidato interessado.

#### X - DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso para cada uma das fases do processo seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

10.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias, assinado pelo candidato e protocolado.
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.
- e) Caso necessita para interpor recurso, o candidato poderá requerer o caderno de prova junto à comissão organizadora do concurso.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota

deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, cabendo à Comissão Especial receber e encaminhar a empresa promotora do Processo Seletivo para apreciação e parecer. Georgeo Almeida ME - (Aprender.com).

10.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

10.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

10.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

10.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.8. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.9. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

10.10. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

#### XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 O resultado final do Processo Seletivo objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no Mur al Público da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no site oficial do município e no órgão de publicação oficial do Município.

#### XII - DA CONTRATAÇÃO

12.1 Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- b) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
- c) Certificado ou diploma de conclusão de curso e outros documentos comprobatórios da habilitação mínima exigida para o cargo no ANEXO I deste Edital;
- d) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- e) Declaração de bens;
- f) Declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;

12.2 Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

12.3 O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.

12.4 O candidato convocado que não se apresentar no dia e horários determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá seu direito de preferência sobre os demais candidatos, sem prejuízo de sua classificação para novas eventuais convocações.

#### XIII - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1 Delega-se competência à Georgeo Almeida ME (Aprender.com) para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as provas;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

#### XIV - DO FORO JUDICIAL

14.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba.

#### XV- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

15.2 O presente Processo Seletivo e respectivo resultado terão validade para o exercício de 2011 podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

15.3 Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

15.4 As vagas constantes no Anexo I serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal; havendo necessidade, poderão ser abertas novas vagas, aproveitando-se os candidatos aprovados que comporão reserva técnica para essa finalidade;

15.5 A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

15.6 O candidato classificado quando for convocado para assumir a vaga, se, por motivo de força maior, optar pela desistência desta, deverá assinar termo de desistência e não fará mais parte da lista de classificados do referido processo seletivo, caso contrário, o mesmo poderá optar por ficar no final da fila.

15.7 Será excluído do certame, por ato da APRENDER.COM, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- a) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- b) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- c) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.8 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

15.9 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário, ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Georgeo Almeida ME e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Joaçaba.

15.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Dos Cargos, Vencimentos Iniciais e Habilitações Mínimas;
- b) ANEXO II - Dos Conteúdo Programático para todos os Cargos;
- c) ANEXO III - Dos Conteúdo Específico para os Cargos;
- d) ANEXO IV - Do Cronograma Previsto.

15.12 Será publicado um extrato do presente Edital para fins de publicidade, sendo que este Edital completo estará disponível na Prefeitura Municipal de Joaçaba a partir do dia 30/12/2010.

Joaçaba-SC, 29 de Dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

#### ANEXO I DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Função	Nº Vagas	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Remu. Habilitado R\$	Remu. Magistério R\$	Remu. 5ª fase R\$
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	02	Graduação em Curso Superior específico na área ou cursando a partir da 5ª fase na área específica ou Magistério Completo	40 horas	1.064,45	852,84	812.60
Professor de Dança	01	Graduação em Educação Física ou cursando a partir da 5ª fase. Mínimo 100 horas de curso em dança.	40h	1.064,45	852,84	812.60
Professor de Ensino Fundamental - 6ª a 8ª Séries, nas disciplinas de: Ciências, Geografia, Educação Física, História, Língua Estrangeira, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Artes	01 01 01 01 01 01 01 01 01 01	Graduação em Curso Superior Específico ou cursando a partir da 5ª fase na área específica. Para o professor de Educação Física/Dança, Registro no CREF	10, 20, 30 ou 40 horas	1.064,45	852,84	812.60

Professor de Informática	01	Graduação em Curso Superior ou cursando a partir da 5ª fase; Mínimo 100 horas de curso na área	40, 30, 20 ou 10 horas	1.064,45	852,84	812.60
--------------------------	----	--	------------------------	----------	--------	--------

Observação – Os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais farão a mesma prova e ficarão na mesma lista de acordo com a classificação alcançada na prova mais títulos, sendo que: ao lado do nome do professor classificado constará se ele é habilitado para a Educação Infantil; Anos Iniciais ou as duas habilitações. Portanto, ao ser chamado poderá somente assumir a vaga de acordo com sua habilitação.

- a) O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga, não aceitar, passará automaticamente para o final da lista de espera.
- b) O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.
- c) A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.
- d) Os valores constantes do quadro acima são referentes à carga horária de 40h semanais, sendo que para as contratações com carga horária de 30h, 20h ou 10h semanais a remuneração será proporcional à carga horária cotratada.

OBS: A partir de primeiro de janeiro de 2011, o valor salarial para 40 hrs semanais será R\$ 1.122,90 ( um mil cento e vinte e dois reais e noventa e nove centavos). Somente para os cargos do magistério municipal, Lei Complementar n.º 184 de 10 de dezembro de 2009.

#### ANEXO II

##### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS

a) Língua Portuguesa: Significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico, colocação pronominal e verbal, concordância verbal e nominal, Substantivo, Adjetivos, Predicado Verbal e Nominal. Gramática em geral.

b) Conhecimentos Gerais: Aspectos históricos, geográficos e econômicos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Joaçaba; Atualidades relativas ao Brasil, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Joaçaba. Informações contidas no site da municipalidade.

#### ANEXO III

##### DO CONTEÚDO ESPECÍFICO PARA OS CARGOS

Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais Conteúdos de Ensino Fundamental do 1ª ao 5ª ano, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Português, Matemática, História, Geografia e Temas Transversais. Planejamento do Ensino, Interdisciplinaridade no Trabalho Pedagógico. Avaliação de Ensino. A relação Ensino - Aprendizagem numa Visão Construtivista Sócio - Interacionista e LDB. Políticas Públicas para a



Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; PCN de educação infantil; Noções de Informática; RCNEI - os 03 volumes; Noções do ECA.

#### Professor de Dança

A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; História da arte cênica, comédia e drama, importância da dicção para oratória, oratória, improvisação livre, estilos de dança, conhecimento dos fundamentos técnicos e teóricos da dança, concepções básicas da dança moderna e contemporânea, trabalho corpóreo da técnica da dança moderna e contemporânea, noções espaço cênico, cenografia, iluminação, adereços, figurino, peça teatral, coreografia e noções de ECA, Direitos Humanos e LDB e PCN da Educação Física; Noções de Informática; História da Dança; O corpo em movimento.

#### Professor de Ciências

Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas – moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental; LDB, PCN de ciências, avaliação de planejamento de ensino, interdisciplinaridade no trabalho pedagógico. Noções de Informática.

#### Professor de Geografia

Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio-espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia. Noções de Informática. Conhecimentos inerentes à área.

#### Professor de Educação Física

A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; pressupostos teóricos-metodológicos, Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; Conteúdos e metodologias; Dança, música, avaliação; LDB E PCN de educação física. Noções de Informática.

#### Professor de História

História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; LDB, PCN de história. Noções de Informática.

#### Professor de Língua Estrangeira

Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude; Gênero do Discurso, Texto/Discurso/Condições de Produção; Concepções de Linguagem; O uso da Língua Estrangeira na Escola; Concepção de Conteúdos; Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira; O Ensino de Língua para a Comunicação; Dimensões Comunicativas no Ensino de Inglês; Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira; A linguagem Oral do Inglês; LDB, PCN de língua inglesa. Gramática da língua inglesa. Noções de Informática.

#### Professor de Língua Portuguesa

Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo – Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura; LDB, PCN de língua portuguesa. Noções de Informática. Gramática da Língua Portuguesa.

#### Professor de Matemática

A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, binômios de Newton, análise combinatória, estatísticas e probabilidades, geometria analítica e números complexos; LDB, PCN de matemática. Noções de Informática.

#### Professor de Artes

História do Ensino da Arte no Brasil; História da Arte Medieval, História da Arte Moderna, Arte na Educação, Arte Catarinense, Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística - Relação Forma e Configurações Expressivas; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional, Ensino da Arte e Tecnologia, Artes Gráficas, e noções do ECA, Direitos Humanos e PCN - Artes. Noções de informática.

#### Professor de Informática

Conceitos gerais da área. Sistemas Operacionais; Windows XP/Vista/Seven; Noções de Hardware. Instalação e Desinstalação de componentes e programas; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, Office 2003 e 2007, Internet e Correio Eletrônico. Noções básicas de MS-DOS. Noções de linguagem de programação: Delphi, Java.

#### ANEXO IV

##### CRONOGRAMA PREVISTO

ATO	DATA PREVISTA
1. PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL	30/12/2010
2. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL COMPLETO	03/01/2011
3. PERÍODO DE INSCRIÇÕES	03/01/2011 a 17/01/2011 Das 13:00 às 17:00
4. DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS	18/01/2011



5. RECURSO QUANTO ÀS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	18/01/2011 à 19/01/2011
6. HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES	21/01/2011
7. REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA	03/02/2011 Das 19:00 às 22:00 horas
8. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA	04/02/2011
9. RECURSO QUANTO ÀS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA	04/02/2011 à 07/02/2011
10. DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO DA PROVA	09/02/2011
11. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	10/02/2011
12. RECURSO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO	10/02/2011 à 11/02/2011
13. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO NO CASO DE NÃO HAVER RECURSOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO	14/02/2011
14. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO NO CASO DE HAVER RECURSOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO	16/02/2011

### Extrato Processo Seletivo Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

EXTRATO DO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/2010  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo de Provas e títulos para contratação em caráter temporário de profissionais na área da Educação do Município de Joaçaba (SC).

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Municipal nº 1939/93.

Função	Nº Vagas	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Rem. Habilitação R\$	Rem. Magistério R\$	Rem. 5ª fase R\$
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	02	Graduação em Curso Superior específico na área ou cursando a partir da 5ª fase na área específica ou Magistério Completo	40 horas	1.064,45	852,84	812.60
Professor de Dança	01	Graduação em Educação Física ou cursando a partir da 5ª fase. Mínimo 100 horas de curso em dança.	40h	1.064,45	852,84	812.60

Professor de Ensino Fundamental - 6ª a 8ª Séries, nas disciplinas de:	01	Graduação em Curso Superior Específico ou cursando a partir da 5ª fase na área específica.				
Ciências	01					
Geografia	01					
Ed. Física	01	Para o professor de Educação Física/Dança,				
História	01	Registro no CREF				
L. Estrangeira - Inglês	01		10, 20, 30 ou 40 horas	1.064,45	852,84	812.60
L. Portuguesa	01					
Matemática	01					
Artes	01					
Professor de Informática	01	Graduação em Curso Superior ou cursando a partir da 5ª fase; Mínimo 100 horas de curso na área	40, 30, 20 ou 10 horas	1.064,45	852,84	812.60

As inscrições estarão abertas no período previsto no cronograma constante do ANEXO IV, ou seja, do dia 03/01/2011 até 17/01/2011 deste Edital, no Centro Educacional Roberto Trompowsky – CERT, localizada na Av. Santa Terezinha, nº 49, na cidade de Joaçaba-SC no horário das 13:00 às 17:00 horas.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site da municipalidade - <http://www.joacaba.sc.gov.br>

Joaçaba, 30 de Dezembro de 2010.

## SIMAE

### Resumo Contrato JHL 0103/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0103/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010

PROTOCOLO Nº 3041/2010

Data: 27/12/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

Contratado: AUTO VOLKS LTDA - ME

Valor total do Contrato: R\$ 8.119,00 (Oito mil, cento e dezenove reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0029.2061 17.512.0029.2062

ELEMENTO: 3390.30.00.003390.30.00.00

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0104/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0104/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010  
PROTOCOLO Nº 3041/2010  
Data: 27/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.  
Contratado: MECÂNICA SPIER LTDA  
Valor total do Contrato: R\$ 717,00 (Setecentos e dezessete reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0029.2061 17.512.0029.2062  
ELEMENTO: 3390.30.00.003390.30.00.00  
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0105/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0105/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010  
PROTOCOLO Nº 3041/2010  
Data: 27/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.  
Contratado: AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME  
Valor total do Contrato: R\$ 9.478,00 (Nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0029.2061 17.512.0029.2062  
ELEMENTO: 3390.30.00.003390.30.00.00  
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0106/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0106/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010  
PROTOCOLO Nº 3041/2010  
Data: 27/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.  
Contratado: BRANDÃO MOTO PEÇAS LTDA - ME  
Valor total do Contrato: R\$ 1.665,00 (Hum mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0029.2061  
ELEMENTO: 3390.30.00.00  
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0107/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010  
PROTOCOLO Nº 3041/2010  
Data: 27/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.  
Contratado: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
Valor total do Contrato: R\$5.130,00 (Cinco mil, cento e trinta reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 2061- Técnica Água 2062 - Técnica Esgoto  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0029 17.512.0029  
ELEMENTO: 3390.30.00.00 3390.30.00.00  
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0108/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0108/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0048/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2010  
PROTOCOLO Nº 3041/2010  
Data: 27/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.  
Contratado: DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME  
Valor total do Contrato: R\$4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 2061- Técnica Água 2062 - Técnica Esgoto  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0029 17.512.0029  
ELEMENTO: 3390.30.00.00 3390.30.00.00  
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

**Resumo Contrato JHL 0109/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0109/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0051/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2010  
PROTOCOLO Nº 3097/2010  
Data: 28/12/2010  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, EFETUADA PELO SIMAE.  
Contratado: COMERCIAL ATD LIMITADA - ME  
Valor total do Contrato: R\$ 57.285,00 (Cinqüenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1052  
ELEMENTO: 4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 28/12/2010 a 04/03/2011  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0110/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0110/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0051/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2010  
PROTOCOLO Nº 3097/2010  
Data: 28/12/2010  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, EFETUADA PELO SIMAE.  
Contratado: CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA - ME  
Valor total do Contrato: R\$ 26.350,00 (Vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1052  
ELEMENTO: 4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 28/12/2010 a 04/03/2011  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

#### **Resumo Contrato JHL 0111/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0111/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0051/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2010  
PROTOCOLO Nº 3097/2010  
Data: 28/12/2010  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, EFETUADA PELO SIMAE.  
Contratado: CONCRETOS CRUZEIRO IND. & COM. LTDA - ME  
Valor total do Contrato: R\$ 24.450,00 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1052  
ELEMENTO: 4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 28/12/2010 a 04/03/2011  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

#### **Resumo Contrato JHL 0112/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0112/2010  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0051/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2010  
PROTOCOLO Nº 3097/2010  
Data: 28/12/2010  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, EFETUADA PELO SIMAE.  
Contratado: NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA  
Valor total do Contrato: R\$ 88.740,00 (Oitenta e oito mil, setecentos e quarenta reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1052  
ELEMENTO: 4.4.90.51.99  
Prazo de vigência: 28/12/2010 a 04/03/2011  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

#### **Resumo Contrato JHL 0113/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0113/2010  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO JHL 3152/2010  
Data: 29/12/2010  
OBJETO: Transferência De Recursos Públicos para Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM/MO.  
Valor total do Contrato: R\$ 25.895,49 (Vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).  
Programa/atividade -14.01.2086.  
Elemento - 4.4.71.00.00  
Elemento - 3.3.71.00.00  
Elemento - 3.1.71.00.00  
Prazo de execução: 01/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

#### **Resumo Contrato JHL 0114/2010**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0114/2010  
CONVITE JHL Nº 0003/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2010  
PROTOCOLO Nº 2974/2010  
Data: 29/12/2010  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PARA REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LOCAIS ONDE SERÃO EFETUADOS CONSERVATOS DE REDES PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2011.  
Contratado: SANEAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME.  
Valor total do Contrato: R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061  
ELEMENTO: 3.3.90.39.21.00.00.00  
Prazo de vigência: 01/01/2011 a 31/12/2011.  
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

**Luzerna**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Extrato de Portaria 126**

Portaria nº 126/10 de 30/12/10 - "Dispensa servidora que específica" (Dispensa a servidora ALEXSSANDRA JORGE, Odontóloga no Programa Saúde da Família/PSF, 10 horas semanais, a partir de 30/12/2010).

#### **Extrato de Portaria 127**

Portaria nº 127/10 de 30/12/10 - "Dispensa servidora que específica" (Dispensa a servidora ROBERTA FONTANA KOHLE POPP, Odontóloga no Programa Saúde da Família/PSF, 10 horas semanais, a partir de 30/12/2010).

#### **Extrato de Portaria 129**

Portaria nº 129/10 de 30/12/10 - "Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio que específica" (Pregoeiro Oficial: ANGELO BRANDALISE JÚNIOR, Equipe de Apoio: TIAGO SCHNEIDER e MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT e membro substituto VALI CAROLINA SPIER, a partir de 01/01/2011).

#### **Extrato de Portaria 130**

Portaria nº 130/10 de 30/12/10 - "Nomeia Comissão Permanente de Licitações e de Cadastramento de Fornecedores" (Presidente: ANGELO BRANDALISE JÚNIOR, Membros: TIAGO SCHNEIDER e MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT e membro substituto VALI CAROLINA SPIER, a partir de 01/01/2011).

**Extrato de Portaria 131**

Portaria nº 131/10 de 30/12/10 - "Designa servidor que especifique" (ANGELO BRANDALISE JÚNIOR, responsável pelas licitações na Modalidade de Carta-Convite da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos Especiais durante o ano de 2011)

**Extrato de Portaria 132**

Portaria nº 132/10 de 30/12/10 - "Designa servidor que especifique" (ANGELO BRANDALISE JÚNIOR, Leiloeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos Especiais durante o ano de 2011)

**Extrato Portaria 128**

Portaria nº 128/10 de 30/12/10 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (VALI CAROLINA SPIER, Agente Administrativo, o adicional pela conclusão regular de graduação de 10% (dez por cento).)

**Extrato de Contrato Nº: pml.003.10 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.003.10 - Primeiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.003.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, bem como, alteração do valor e condições de pagamento, posto que o contrato original previa 11 (onze) parcelas de fevereiro a dezembro e como se está aditando passará de janeiro a dezembro, aumentando assim uma parcela, e conseqüentemente, o valor de R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais), dividido em 11 (onze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais para R\$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais, conseqüentemente, alterando as Cláusulas Terceira e Quarta.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA  
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME  
CONTRATADA

**Extrato de Contrato Nº: pml.011.09 - Terceiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.011.09 - Terceiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, alterando assim, a Cláusula Oitava do Contrato pml.011.09.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE EITOR HOPPEN

EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA  
CONTRATADA

**Extrato de Contrato Nº: pml.041.10 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.041.10 - Primeiro Termo Aditivo  
MODALIDADE: Carta-Convite para Compras e Serviços nº 0018/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

OBJETO: alterar em 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato pml.041.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 30 de junho de 2011, e conseqüentemente, alterando a Cláusula Oitava do contrato pml.041.10.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE AURÉLIO BRUSTOLIN

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

CONTRATADA

**Extrato de Contrato Nº: pml.058.10**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.058.10

MODALIDADE: Pregão nº pml.0026/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TRANSPORTES NITZ LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Luzerna, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente e com os trajetos descritos no Edital (Linhas 01 e 11)

VALOR: R\$ 78.705,90 (setenta e oito mil, setecentos e cinco reais e noventa centavos), sendo R\$ 40.622,40 (quarenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) referente à Linha 01 e R\$ 38.083,50 (trinta e oito mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos) referente a Linha 11.

VIGÊNCIA: 28.12.2010 a 31.12.2011

DOTAÇÕES:

Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926

Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento: serviços de transporte escolar

Fonte: Recursos Ordinários

Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926

Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento: serviços de transporte escolar

Fonte: Transferência do FUNDEB - Outras Ações

Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926

Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento: serviços de transporte escolar



Fonte: Transferência Do Convênio Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Salário Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Prog. Nac. Apoio ao Tranp Escolar PNATE  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

CONTRATANTE LAURI NITZ  
TRANSPORTES NITZ LTDA  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato Nº: pml.059.10**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.059.10

MODALIDADE: Pregão nº pml.0026/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLE-  
TIVOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Luzerna, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente e com os trajetos descritos no Edital (Linhas 02, 12 e 13)

VALOR: R\$ 70.324,80 (setenta mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), sendo R\$ 22.932,00 (vinte e dois mil, novecentos e trinta e dois reais) referente à Linha 02; R\$ 35.544,60 (trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos) referente à Linha 12 e R\$ 11.848,20 (onze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) referente à Linha 13.

VIGÊNCIA: 28.12.2010 a 31.12.2011

DOTAÇÕES:

Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Recursos Ordinários  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência do FUNDEB - Outras Ações  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência Do Convênio Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Salário Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Prog. Nac. Apoio ao Tranp Escolar PNATE  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

CONTRATANTE  
EITOR HOPPEN  
EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato Nº: pml.060.10**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.060.10

MODALIDADE: Pregão nº pml.0026/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: AUTO PEÇAS ZECA ME  
OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Luzerna, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente e com os trajetos descritos no Edital (Linhas 03 e 04)

VALOR: R\$ 58.894,50 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 33.180,00 (trinta e três mil, cento e oitenta reais) referente à Linha 03 e R\$ 25.714,50 (vinte e cinco mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta centavos) referente à Linha 04.

VIGÊNCIA: 28.12.2010 a 31.12.2011

DOTAÇÕES:

Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Recursos Ordinários  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência do FUNDEB - Outras Ações  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos



Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência Do Convênio Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Salário Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Prog. Nac. Apoio ao Tranp Escolar PNATE  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

CONTRATANTE  
SÉRGIO FIORIN  
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME  
CONTRATADA

**Extrato de Contrato Nº: pml.061.10**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.061.10

MODALIDADE: Pregão nº pml.0026/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: TRANSPORTES LUZERNA LTDA ME  
OBJETO: Contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Luzerna, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente e com os trajetos descritos no Edital (Linhas 06, 07, 08, 09 e 10)  
VALOR: R\$ 89.936,70 (oitenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta centavos), sendo R\$ 16.747,50 (dezesseis mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) referente à Linha 06; R\$ 13.398,00 (treze mil, trezentos e noventa e oito reais) referente à Linha 07; R\$ 10.962,00 (dez mil, novecentos e sessenta e dois reais) referente a Linha 08; R\$ 13.398,00 (treze mil, trezentos e noventa e oito reais) referente a Linha 09 e R\$ 35.431,20 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte centavos) referente a Linha 10.  
VIGÊNCIA: 28.12.2010 a 31.12.2011  
DOTAÇÕES:  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Recursos Ordinários  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência do FUNDEB - Outras Ações  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Transferência Do Convênio Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Salário Educação  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos  
Conta: 08.0801.12.361.0031.2029.33903926  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Manutenção do Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento: serviços de transporte escolar  
Fonte: Prog. Nac. Apoio ao Tranp Escolar PNATE  
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE  
AUGUSTINHO DE SÁ  
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME  
CONTRATADA

## Massaranduba

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Contrato de Prestação de Serviços Nº. 42/2010**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 42/2010  
CONTRATO ADITIVO Nº 42/2  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 23/2010

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA para Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2010  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
OBJETO: terraplanagem e drenagem em virtude de alteração no projeto e adequação da Rua R.020 - Bairro Campinha Central no município de Massaranduba- SC.  
VALOR: R\$ 404.198,44 (quatrocentos e quatro mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos).  
DATA DA VIGENCIA: 29.12.2010 a 22.03.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei n.º 1480-2010

LEI n.º 1480-2010

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A AFASME DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a AFASME - Associação Feminina de Assistência Social de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob nº 80.991.854/0001-16, no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5.º Fica revogada as demais disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Lei Nº. 1479-2010

LEI n.º. 1479-2010

Dispõe sobre o fornecimento mínimo de água, conforme o disposto na Lei Federal nº. 11.445/2007, e cria a Tarifa Social, fornecendo subsídio de 50% na Tarifa Mínima de consumo de água para famílias de baixa renda, e dá outras providências.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurada a quantidade mínima de consumo de 10m³ (dez metros cúbicos), visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de baixa renda e a proteção do meio ambiente, conforme o artigo 30 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 2º - Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários de 50% (cinquenta por cento), para os usuários que não tenham

condições de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços, conforme o artigo 29 da Lei Federal nº11.445/2007.

Art. 3º - Para ter direito ao benefício, o usuário deverá estar cadastrado na Tarifa Social.

Art. 4º - Terão direito a requerer o benefício da Tarifa Social:

I - imóveis residenciais utilizados exclusivamente para fins de moradia, ocupados por pessoas de baixa renda e que comprovem ter no máximo 6 (seis) pontos de água, e não mais de 60m² (sessenta metros quadrados) de área total construída.

II - entidades sem fins lucrativos, que notoriamente desenvolvam trabalhos sócios-educativos, cumprindo função social.

Art. 5º - Será de responsabilidade do usuário a comprovação de sua condição de baixa renda.

Art. 6º - O SAMAE, órgão responsável pelos serviços de fornecimento de água, cadastrará o usuário solicitante do subsídio, mediante a satisfação de no mínimo um dos requisitos abaixo:

I - estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído conforme Decreto Federal nº 3.877 de 24 de Julho de 2001;

II - estar cadastrado em Programas Sociais do Governo do Estado de Santa Catarina;

III - estar cadastrado em programas Sociais do Governo Municipal a que pertence o imóvel para o qual está sendo solicitado o subsídio;

IV - apresentação de Certidão exarada por órgão Municipal competente, que comprove a sua condição de baixa renda.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Lei Nº. 1481-2010

LEI Nº. 1481-2010

Súmula: Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no município de Meleiro e dá outras providências.

1 O Prefeito Municipal DE MELEIRO

2

3 Faço saber que a Câmara Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I

#### 4 DA CONCEITUAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Diretor Municipal de Meleiro, com fundamento na Constituição Federal, Constituição do Estado de

Santa Catarina, no Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, bem como na Lei Orgânica do município.

5 Parágrafo único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação do Plano Diretor, são aplicáveis a toda a extensão territorial do município.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal de Meleiro, nos termos desta Lei, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município, integra o processo de planejamento municipal e definirá:

- I. A função social da cidade e da propriedade;
- II. As estratégias de desenvolvimento municipal, configuradas pelas políticas setoriais e diretrizes de desenvolvimento municipal;
- III. O processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor Municipal;
- IV. O traçado do perímetro urbano;
- V. O uso e ocupação do solo urbano e municipal;
- VI. O disciplinamento do parcelamento, implantação de loteamentos e regularização fundiária;
- VII. A hierarquização das vias, classificação e questões de mobilidade urbana;
- VIII. A estruturação da compulsoriedade de aproveitamento do solo urbano;
- IX. As diretrizes do regimento de obras e posturas.

Art. 3º As políticas, diretrizes, ações estratégicas, normas, programas, planos plurianuais e orçamentos anuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei e nas Leis que integram o Plano Diretor Municipal de Meleiro.

Art. 4º Integram o Plano Diretor Municipal as seguintes leis:

- I. Lei do Plano Diretor Municipal;
- II. Lei do Perímetro Urbano;
- III. Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- IV. Lei de Parcelamento do Solo;
- V. Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- VI. Código de Obras; e
- VII. Código de Posturas e Meio Ambiente.

6 Parágrafo Único. Outras leis poderão vir a integrar ou complementar o Plano Diretor Municipal de Meleiro, desde que tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal.

## CAPÍTULO II

### 7 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

#### SEÇÃO I

#### 8 DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º O Plano Diretor Municipal de Meleiro é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, tendo como finalidades a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, o atendimento às aspirações da comunidade, a disciplina do desenvolvimento municipal e a preservação e conservação dos recursos naturais locais.

Art. 6º O Plano Diretor Municipal de Meleiro tem por princípios:

- I. A justiça social e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- II. O desenvolvimento sustentável do município;
- III. A função social da propriedade;
- IV. A gestão democrática, participativa e descentralizada, com a participação de setores da sociedade civil e do governo;
- V. O direito universal à cidade, compreendendo a terra urbana, a moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura e ao lazer;
- VI. A preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- VII. O enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
- VIII. A garantia da qualidade ambiental;
- IX. O fortalecimento da regulação pública e o controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;
- X. A integração horizontal entre os órgãos da Administração

Pública, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, consubstanciadas em suas políticas, programas e projetos.

## SEÇÃO II

### 9 DOS OBJETIVOS

Art. 7º O objetivo geral do Plano Diretor Municipal de Meleiro é orientar a política de desenvolvimento do município, considerando as suas condicionantes e aproveitando suas potencialidades.

Art. 8º São objetivos específicos do Plano Diretor Municipal de Meleiro:

- I. Ordenar o crescimento urbano do município, em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, cultural e administrativo, dentre outros;
- II. Promover o máximo aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do município;
- III. Ordenar o uso e ocupação do solo, em consonância com a função socioeconômica da propriedade;
- IV. Promover a regularização fundiária;
- V. Promover o desenvolvimento rural e dos setores secundário e terciário;
- VI. Promover a equilibrada e justa distribuição espacial da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais, visando:
  - a) Garantir a plena oferta dos serviços de abastecimento de água potável em toda a área urbanizada do município;
  - b) Prever a implementação de sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto sanitário em toda a área urbanizada do município;
  - c) Garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário municipal;
  - d) Garantir a coleta e destinação adequada dos resíduos de serviços de saúde;
  - e) Assegurar a qualidade e a regularidade da oferta dos serviços de infraestrutura de interesse público, acompanhando e atendendo ao aumento da demanda;
  - f) Promover melhorias na malha viária urbana, como pavimentação, utilizando matéria-prima local, e sinalização;
  - g) Promover, em conjunto com as concessionárias de serviços de interesse público, a universalização da oferta dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações e de transporte coletivo.
- VII. Intensificar o uso das regiões bem servidas de infraestrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;
- VIII. Direcionar o crescimento da cidade para áreas propícias à urbanização, evitando problemas ambientais, sociais e de trânsito;
- IX. Compatibilizar o uso dos recursos naturais e cultivados, além da oferta de serviços, com o crescimento urbano, de forma a controlar o uso e ocupação do solo;
- X. Evitar a centralização excessiva de serviços;
- XI. Proteger o meio ambiente de qualquer forma de degradação ambiental, mantendo a qualidade da vida urbana e rural, com as finalidades de:
  - a) Consolidar e atualizar as ações municipais para a gestão ambiental, em consonância com as legislações estaduais e federais;
  - b) Promover a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico do município;
  - c) Recuperar e conservar as matas ciliares;
  - d) Preservar as margens dos rios, fauna e reservas florestais do município, evitando a ocupação na área rural, dos locais com declividade acima de 30%, das áreas sujeitas à inundação e dos fundos de vale, conforme legislação pertinente;
  - e) Contribuir para a redução dos níveis de poluição e degradação ambiental e paisagística;
  - f) Recuperar áreas degradadas;
  - g) Melhorar a limpeza urbana, a redução do volume de resíduo gerado, a reciclagem do lixo urbano, o tratamento e destino final dos resíduos sólidos.
- XII. Valorizar a paisagem de Meleiro, a partir da conservação de seus elementos constitutivos;



XIII. Dotar o município de Meleiro de instrumentos técnicos e administrativos capazes de prevenir os problemas do desenvolvimento urbano futuro e, ao mesmo tempo, indicar soluções para as questões atuais;

XIV. Promover a integração da ação governamental municipal com os órgãos federais e estaduais e a iniciativa privada;

XV. Propiciar a participação da população na discussão e gestão da cidade e na criação de instrumentos legais de decisão colegiada, considerando essa participação como produto cultural do povo, com vistas a:

a) Aperfeiçoar o modelo de gestão democrática da cidade por meio da participação dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos para o desenvolvimento da cidade;

b) Ampliar e democratizar as formas de comunicação social e de acesso público às informações e dados da administração;

c) Promover avaliações do modelo de desenvolvimento urbano, social e econômico adotado.

#### CAPÍTULO III

##### 10 DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 9º A ordenação, a expansão e o desenvolvimento do município, serão implementados por meio de políticas setoriais integradas, suas diretrizes e ações estratégicas que, em conjunto, compõem a Política Urbana do município.

#### CAPÍTULO IV

##### 11 DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10 A propriedade cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos no Plano Diretor Municipal e nas demais leis, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I. Atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos fundamentais individuais e sociais e ao desenvolvimento econômico e social;

II. Compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, como também com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e com a segurança, bem-estar e saúde de seus moradores, usuários e vizinhos;

III. A preservação dos recursos naturais do município e a recuperação das áreas degradadas ou deterioradas;

IV. Compatibilização da ocupação do solo com os parâmetros definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

12 §1º. Do direito de propriedade sobre o solo não decorre, necessariamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

13 § 2º. Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

#### TÍTULO II

##### DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

#### CAPÍTULO I

##### 14 DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 11 A política de desenvolvimento urbano compõe-se de diretrizes e ações estratégicas, definidas de acordo com as condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

15 Parágrafo Único. São diretrizes e ações estratégicas de desenvolvimento urbano do município de Meleiro:

Controle da qualidade e quantidade das águas, mediante: a) implementação de ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas; b) elaboração de cadastro técnico dos poços existentes no município; e c) ampliação do sistema de coleta e disposição das embalagens de agrotóxicos utilizadas;

Controle de uso e ocupação do solo, mediante: a) a elaboração e implantação de plano de controle de cheias; e b) a elaboração e a implantação de lei de zoneamento que impeça a ocupação das

áreas impróprias, direcionando o desenvolvimento às áreas mais adequadas;

Controle da redução da biodiversidade, mediante: a) exigência da realização de Estudos de Impacto Ambiental - EIA para atividades que possam provocar maiores impactos no ambiente; b) manutenção de sistematização do controle do desmatamento já existente; e c) controle e fiscalização da retificação de efluentes, construções de canais e diques;

Implementação de programas de conscientização ambiental, mediante: a) a realização de campanhas de conscientização da população, iniciando na escola, especialmente sobre tipos de poluição e controle da qualidade das águas, assim como conscientização do seu uso racional; b) implementação de ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas; c) ampliação do sistema de coleta e disposição das embalagens de agrotóxicos utilizadas; d) estruturação de sistema de fiscalização ambiental integrada; e) formação de equipe municipal de fiscalização ambiental, devidamente treinada e equipada; e f) formação de agentes políticos conscientes apoiando técnicos no cumprimento da lei;

Implementação de sistema de fiscalização ambiental integrada, definindo responsabilidades entre órgãos federais, estaduais e municipais e apoiando ações de fiscalização e cumprimento das leis ambientais, especialmente o respeito às APP's;

Compatibilização de políticas de mineração e de meio ambiente, identificando os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e adequando o plano de lavra;

Regeneração do ar, coibindo queimadas e exigindo filtro para emissão de gases industriais;

regeneração da qualidade e quantidade hídrica, mediante: a) a restrição de atividades potencialmente poluidoras e de urbanização no entorno dos rios, especialmente mananciais; b) o fortalecimento de atividades de recolhimento das embalagens de agrotóxicos em todo o município; c) a recuperação da mata das nascentes, por meio de isolamento da área e plantio de nativas, conforme legislação ambiental; e d) a implementação de ações visando a diminuição da utilização de agrotóxicos e contaminação dos rios;

IX. regeneração dos solos, mediante: a) implantação de programa de recuperação de áreas degradadas, inclusive nas áreas com solo exposto por meio da recomposição da cobertura vegetal; b) implantação de programa de restauração das APPs, principalmente em áreas de risco de desmoronamento ou sujeita a enchentes; e c) incentivo de ações de conservação de solos nas áreas de culturas com sistemas de plantio direto;

Regeneração da biota, por meio de: a) elaboração e implantação de plano de recuperação das APPs degradadas; b) restauração de APPs degradadas, principalmente em microbacias de uso atual e/ou futuro para o abastecimento de água à população; c) exigir dos responsáveis pelas áreas exploradas a elaboração e implantação de PRAD; e d) restauração das áreas de reserva legal;

Delimitação das áreas de proteção, realizando estudo específico que delimite as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes;

Compatibilização de políticas na silvicultura (tradicional) e no meio ambiente, promovendo reflorestamentos (exótica, ex. pinus e eucalipto) com vistas a garantir o pleno abastecimento das indústrias e comércios de produtos florestais, exclusivamente em áreas já degradadas;

Estruturação do sistema municipal de áreas verdes urbanas, por meio de:

a) elaboração do plano de arborização das vias públicas, visando a conservação ex situ da composição florística e a conectividade entre os remanescentes florestais;

b) determinação de espécies adequadas para implantação junto ao sistema viário;

c) incentivo a utilização de espécies nativas; e

d) incentivo a implantação e conservação de praças urbanas;

Estruturação do patrimônio natural, implantando políticas públicas para proteção do patrimônio natural municipal;

Compatibilização de políticas da agricultura e do meio ambiente, por meio de: a) adoção das microbacias hidrográficas como unidade de planejamento do trabalho, estabelecendo planos de uso e manejo, monitoramento e avaliação dos recursos naturais, identificando potencialidades e limitações; b) incentivo à Agroecologia; e c) priorização das linhas de pesquisa agrícola voltadas para o desenvolvimento de sistemas agrosilvopastoris, visando criar alternativas de produção a partir de espécies nativas e exóticas na Mata Atlântica;

Incentivo para a conservação dos recursos naturais, com a inclusão da VICP do município em Zonas de Uso Restrito (ZUR) e ou Zona de Uso Especial, e estabelecendo instrumentos de compensação que valorizem os remanescentes florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente;

Promoção e implementação da educação ambiental na comunidade escolar, integrada com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com a valoração dos recursos naturais existentes no município e na Bacia Hidrográfica;

Uso adequado dos recursos naturais florestais identificando, quantificando e priorizando os bens e benefícios das florestas, passíveis de serem transformados em ativos potenciais que possam contribuir para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica; e criando no Horto Municipal um banco de sementes para subsidiar programas e projetos;

Incentivo para a conservação dos recursos naturais, estabelecendo instrumentos de compensação que valorizem os remanescentes florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente; e Monitoramento adequado de desastres naturais, monitorando eventos climáticos em parceria com a Defesa Civil e com EPAGRI/CIRAM.

Art. 12 As diretrizes estabelecidas nesta lei deverão ser observadas de forma integral e simultânea pelo Poder Público, visando garantir a sustentabilidade do município.

## CAPÍTULO II

### 16 DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

Art. 13 A política municipal de desenvolvimento socioeconômico e da infraestrutura social tem como objetivo geral a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, preservando e incentivando as potencialidades regionais e locais, através da articulação das políticas públicas em suas várias dimensões.

Art. 14 Na política de desenvolvimento socioeconômico devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I. Fortalecer a produção local, ampliando o valor agregado da produção primária;

II. Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do município e da região;

III. Promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por micro-bacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e criação de Unidades de Conservação;

IV. Elaborar o zoneamento ecológico-econômico;

V. Atrair novos setores produtivos para o município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;

VI. Incentivar o empreendedorismo nos setores primário, secundário e terciário, a partir da identificação de vazios econômicos no município;

VII. Promover a geração de emprego, trabalho e renda e o fortalecimento dos segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do município, sempre de forma sustentável.

Art. 15 São diretrizes gerais da política de desenvolvimento da infraestrutura social:

I. Respeito e valorização do indivíduo como cidadão, independentemente da condição sócio-econômica, raça, cor ou credo;

II. A ação social como processo sistêmico e integrado, a partir de base territorial e com foco na família, na cultura e na inclusão sócio-econômica de cada cidadão;

III. Excelência em serviços públicos de assistência e promoção social, através de práticas inovadoras;

IV. Integração e complementaridade nos programas, projetos e ações entre os diversos órgãos de governo e a sociedade civil;

V. Estímulo à autonomia da população em situação de risco e vulnerabilidade social, em especial na educação, na formação profissional e geração de oportunidades de trabalho e renda; e

VI. Implementação de políticas socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego e renda.

## SEÇÃO I

### 17 DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 16 Constituem objetivos para uma política de trabalho, emprego e renda:

I. Redução das desigualdades e exclusão sociais;

II. Garantia dos direitos sociais;

III. Combate a fome;

IV. Garantia de acessibilidade a bens e serviços; e

V. Promoção da cidadania.

Art. 17 Constituem diretrizes para uma política de trabalho, emprego e renda:

I. Fortalecer as estratégias de desenvolvimento econômico como mecanismo de melhoria da renda e qualidade de vida da população local;

II. A criação de condições de infraestrutura e instrumentos de incentivos para o aumento da oferta de postos de trabalho em todos os setores produtivos da economia;

III. Geração de renda e formação de micros e pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, fortalecendo o campo da economia solidária;

IV. O estudo, diagnóstico e a constituição de novas cadeias produtivas sustentáveis, e geradoras de postos de trabalho;

V. Promover entre os empresários, ações de comprometimento com as responsabilidades sociais das empresas articulando parcerias, projetos e programas de geração de emprego e renda;

VI. Investimento público contra inatividade da força de trabalho com idade entre 16 e 24 anos, por meio de programas de bolsas de estudo, inclusive para os níveis técnicos, tecnólogo e superior.

## SEÇÃO II

### 18 DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

Art. 18 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do setor primário:

I. Incentivar a diversificação de culturas;

II. Implantar abatedouro municipal;

III. Manter força agrícola existente, como rizicultura, piscicultura, pecuária, fumo, entre outras;

IV. Realizar parcerias entre o Poder Público e agricultores para a obtenção de insumos agrícolas;

V. Oferecer assistência técnica aos agricultores;

VI. Capacitar agricultores para realização do manejo de forma adequada;

VII. Incentivar associativismo dos produtores agrícolas;

VIII. Conscientizar e oferecer alternativas às possibilidades de exploração e ao uso indiscriminado de agrotóxicos;

IX. Estimular a manutenção da agricultura familiar;

X. Realizar palestras técnicas para produtores; e

XI. Implementar fiscalização municipal dos produtos agrícolas, com a criação de um selo de inspeção.

## SEÇÃO III

### 19 DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO

Art. 19 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do setor secundário:

I. Determinar área para Parque Industrial;

II. Estabelecer programa de incentivo a novas indústrias;

III. Realizar cursos de capacitação de mão-de-obra voltado para a produção local;

IV. Estabelecer o uso do direito de preempção para aquisição de lotes na área industrial; e

V. Manter e incentivar o desenvolvimento de indústrias de transformação.

## SEÇÃO IV



**20 DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO**

Art. 20 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do setor terciário:

- I. Incentivar o desenvolvimento por meio de incentivos fiscais;
- II. Incentivar a emissão de notas fiscais;
- III. Implantar local próprio para a venda de produtos artesanais locais; e
- IV. Criar programa de geração de emprego e renda.

**SEÇÃO V****21 DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Art. 21 São diretrizes e ações estratégicas da política do desenvolvimento do turismo:

- I. Coordenação municipal para o desenvolvimento turístico, promovendo a organização do turismo local, promovendo melhorias na sinalização turística, incentivando o empreendedorismo local voltado ao turismo e executando planejamento de circuitos turísticos;
- II. Formação e promoção dos produtos turísticos culturais, promovendo a valorização da cultura local, incentivando a manutenção cultural, o artesanato e gastronomia local e demais elementos culturais; e
- III. Formação e promoção dos produtos turísticos rurais, implementando programa de geração de renda ao morador rural, por meio do turismo, incentivando a produção e comercialização de produtos orgânicos e artesanais, além de cursos de capacitação e divulgação regional.

**SEÇÃO VI****22 DA HABITAÇÃO**

Art. 22 A política municipal de habitação tem por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia, priorizando famílias de menor renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional e demais políticas municipais.

23 Parágrafo Único. As diretrizes gerais da política municipal de habitação estão voltadas para o conjunto da população do município, com destaque para as diretrizes da política da habitação de interesse social para a população de menor renda.

Art. 23 São diretrizes gerais da política municipal de habitação:

- I. Promover a melhoria das condições de habitabilidade da população;
- II. Promover a construção de moradias populares em parceria com o Poder Público e a comunidade;
- III. Implantar programas habitacionais;
- IV. Executar recadastramento de famílias para habitação popular;
- V. Elaborar plano municipal de habitação;
- VI. Assegurar a integração da política municipal de habitação com as demais políticas públicas, em especial as de desenvolvimento urbano, de mobilidade, de geração de trabalho, emprego e renda e ambiental;
- VII. Promover a ocupação do território urbano de forma harmônica, com áreas diversificadas e integradas ao ambiente natural;
- VIII. Promover o cumprimento da função social da terra urbana respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor;
- IX. Viabilizar a produção de lotes urbanizados e de novas moradias, com vistas à redução do déficit habitacional e ao atendimento da demanda constituída por novas famílias;
- X. Estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias, em especial as de interesse social; e
- XI. Dar continuidade ao processo de simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas para as edificações, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades de moradia, sem prejuízo das condições adequadas à habitabilidade e ao meio ambiente.

Art. 24 São diretrizes gerais da política municipal de habitação de interesse social:

- I. Diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização, adequando o

atendimento às características sócio-econômicas das famílias beneficiadas;

- II. Estabelecer normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificações para assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda, respeitadas a situação sócio-econômica da população e as normas ambientais;
- III. Instituir de zonas especiais de interesse social;
- IV. Estabelecer critérios para a regularização de ocupações consolidadas e promover a titulação de propriedade aos seus ocupantes;
- V. Promover a relocação de moradores residentes em locais impróprios ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o meio ambiente degradado;
- VI. Produzir e incentivar a produção de moradias e lotes urbanizados destinados ao atendimento de famílias de menor renda;
- VII. Permitir o parcelamento e ocupação do solo de interesse social com parâmetros diferenciados, como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda;
- VIII. Promover a regularização fundiária e a urbanização de áreas de assentamentos subnormais, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal;
- IX. Promover melhores condições de habitabilidade às moradias já existentes, tais como salubridade, segurança, infra-estrutura e acesso aos serviços e equipamentos urbanos;
- X. Promover assistência técnica e jurídica para a comunidade de baixa renda de ocupações irregulares, visando à regularização da ocupação;
- XI. Promover a melhoria da capacidade de gestão dos planos, programas e projetos habitacionais de interesse social; e
- XII. Buscar a auto-suficiência interna dos programas habitacionais, propiciando o retorno dos recursos aplicados, respeitadas as condições sócioeconômicas das famílias beneficiadas.

**SEÇÃO VII****24 DA EDUCAÇÃO**

Art. 25 A política municipal da educação tem como fundamento assegurar ao aluno educação de qualidade para o exercício da cidadania, com os seguintes objetivos:

- I. Atender à demanda da educação infantil, conforme os parâmetros do Plano Nacional da Educação;
  - II. Universalizar o atendimento à demanda do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência na escola;
  - III. Promover a erradicação do analfabetismo;
  - IV. Compatibilizar as propostas educacionais com as necessidades oriundas do processo de desenvolvimento sustentável da cidade; e
  - V. Melhorar os indicadores de escolarização da população.
- Art. 26 São diretrizes gerais da política municipal da educação:
- I. Melhoria dos equipamentos e serviços de educação;
  - II. Manter e fortalecer programas de formação continuada e capacitação para professores e funcionários;
  - III. Instituir premiação para o aluno com maior rendimento escolar, por série;
  - IV. Manter as edificações escolares em condições satisfatórias de uso, dando continuidade a medidas já existentes;
  - V. Executar obras de acessibilidade a portadores de necessidades especiais nas escolas;
  - VI. Manter a alimentação escolar de boa qualidade;
  - VII. Manter e ampliar equipamentos escolares;
  - VIII. Inserir tópicos de educação ambiental na grade curricular;
  - IX. Ampliar espaço físico em unidades onde se faça necessário;
  - X. Melhoria dos equipamentos e serviços de educação infantil;
  - XI. Manter as edificações de ensino infantil em boas condições de uso;
  - XII. Implantação de ensino profissionalizante e promover cursos profissionalizantes;
  - XIII. Melhoria no sistema de transporte escolar, mantendo transporte escolar oferecido para universitários e alunos de cursos

técnicos, estudantes em unidades fora do município e implantar transporte escolar para alunos da rede de educação infantil;

XIV. Promover o acesso da escola e da população às novas tecnologias;

XV. Ampliar e consolidar a autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades educacionais, garantindo agilidade na viabilização de projetos pedagógicos e qualidade no atendimento;

XVI. Promover a participação da sociedade nos programas educacionais da Cidade;

XVII. Promover a articulação e a integração das ações voltadas à criação de ambientes de aprendizagem;

XVIII. Promover programas de inclusão e de atendimento a educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

XIX. Promover a elevação do nível de escolaridade da população economicamente ativa; e

XX. Promover ações que motivem a permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar, em especial aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade social.

#### SEÇÃO VIII

##### 25 DA SAÚDE

Art. 27 A política municipal de saúde visa a promoção da saúde da população pela gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados, pelo monitoramento de doenças e agravos, pela vigilância sanitária, integrada as políticas de controle da qualidade ambiental, do ar e das águas, dos resíduos orgânicos e inorgânicos, tendo como objetivos:

- I. Promover a saúde, reduzir a mortalidade e aumentar a expectativa de vida da população;
- II. Implementar o Sistema Único de Saúde - SUS; e
- III. Consolidar a gestão plena do Sistema de Saúde.

Art. 28 São diretrizes gerais da política municipal de saúde:

- I. Melhoria dos equipamentos e dos serviços de saúde;
- II. Manter os equipamentos de saúde em condições satisfatórias de uso;
- III. Adquirir equipamentos para unidades de saúde, conforme a demanda;
- IV. Manter e ampliar a frota de veículos existentes para a saúde;
- V. Manter e ampliar o trabalho de prevenção às doenças;
- VI. Realizar palestras para a prevenção de doenças;
- VII. Manter sistema de transporte e hospedagem em casas de apoio existente para pacientes que necessitam de atendimento médico especializado e realização de exames em outros municípios;
- VIII. Promover a melhoria constante da infraestrutura pública dos serviços de saúde;
- IX. Implementar os sistemas de gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados ao SUS;
- X. Promover a melhoria do quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde da população;
- XI. Promover ações estratégicas de atenção à mulher, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso e ao portador de deficiência;
- XII. Promover a educação na área de saúde, visando o auto-cuidado, a prevenção e a co-responsabilidade da população por sua saúde;
- XIII. Viabilizar ações de prevenção, promoção, proteção e atenção à saúde, no âmbito municipal; e
- XIV. Promover a melhoria dos índices de morbidade e mortalidade no município, especialmente das patologias de enfrentamento contínuo.

#### SEÇÃO IX

##### 26 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 29 A política municipal de assistência social visa a auto-sustentabilidade da população em situação de risco ou vulnerabilidade social e tem como objetivos:

- I. Promover a proteção e a defesa dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social;
- II. Realizar ações de promoção à família e de apoio ao desenvolvimento comunitário;

III. Implementar ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população em situação de risco ou vulnerabilidade social; e

IV. Investir e incentivar a educação profissional, priorizando a população de risco ou vulnerabilidade social.

Art. 30 São diretrizes gerais da política municipal de assistência e promoção social:

- I. Melhoria dos serviços e dos equipamentos de assistência social;
- II. Manter e fortalecer os programas e estabelecimentos assistenciais municipais;
- III. Manter programas de planejamento familiar existente;
- IV. Implementar programas de prevenção e tratamento para dependentes químicos e alcoólicos, efetivando parcerias a nível regional;
- V. Fortalecer e ampliar a rede de responsabilidade solidária para a ação social;
- VI. Promover e incentivar a convivência familiar, a autonomia e a integração do idoso na comunidade;
- VII. Promover a inclusão da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais na família e na comunidade;
- VIII. Desenvolver junto ao jovem uma cultura de protagonista de participação e de co-responsabilidade para com a comunidade; e
- IX. Promover, no âmbito da Assistência Social, o enfrentamento à violência, à exploração e abuso sexual, e o atendimento à população de rua, à vitimizada e àquela em conflito com a lei.

#### SEÇÃO X

##### 27 DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

Art. 31 A política municipal da cultura, esporte e lazer tem como fundamento a promoção de ações que possibilitem a utilização do tempo livre, a prática esportiva, a melhoria e conservação da saúde por meio da atividade física, a sociabilização e promover o desenvolvimento sócio-artístico-cultural da população, com os seguintes objetivos:

- I. Formular, planejar, implementar e fomentar práticas culturais, de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano e de seu bem estar; e
  - II. Desenvolver a cultura e o costume esportivo e de lazer junto à população, com práticas cotidianas baseadas em valores de integração do homem com a natureza e da sua identificação com a cidade.
- Art. 32 São diretrizes gerais da política municipal da cultura, esporte e lazer:
- I. Melhoria dos equipamentos e serviços de cultura;
  - II. Manter agenda cultural coordenando e divulgando eventos programados;
  - III. Incentivar e ampliar eventos culturais existentes;
  - IV. Implantar museu e casa de cultura municipais;
  - V. Implantar auditório ou anfiteatro municipal;
  - VI. Implantar programa de incentivo a manifestações culturais;
  - VII. Melhoria dos equipamentos e serviços de esporte e lazer;
  - VIII. Implantar espaços de recreação e de lazer nos bairros;
  - IX. Implantar parque para incentivo de atividades de lazer ao ar livre;
  - X. Manter e ampliar espaços esportivos e infraestrutura de apoio ao esporte existente;
  - XI. Estabelecer parcerias para efetivação de eventos esportivos e de lazer;
  - XII. Ampliar a oferta de transporte para atividades esportivas;
  - XIII. Fortalecer campeonatos municipais e intermunicipais existentes;
  - XIV. Ampliar e consolidar as possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário;
  - XV. Promover o acesso aos equipamentos esportivos municipais e às suas práticas esportivas, de lazer, e de atividades físicas, proporcionando bem estar e melhoria da qualidade de vida;
  - XVI. Ampliar e consolidar programas nos segmentos de cultura, esporte, educação e rendimento como fator de promoção social;

XVII. Ampliar e consolidar programas destinados à disseminação de práticas artísticas e saudáveis junto à comunidade; e  
XVIII. Promover a preservação e conservação do patrimônio cultural da Cidade.

### CAPÍTULO III

#### 28 DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 33 A política ambiental municipal tem como objetivo promover a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade da cidade, para as presentes e futuras gerações.

29 Parágrafo Único. Constituem os aspectos natural e cultural do meio ambiente, o conjunto de bens existentes no município, de domínio público ou privado, cuja proteção ou preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação histórica, quer por seu valor natural, cultural, urbano, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, artístico, etnográfico e genético, entre outros.

Art. 34 São diretrizes gerais da política ambiental municipal:

I. Implementar as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do município e demais normas correlatas e regulamentares federais e estaduais;

II. Promover a sustentabilidade ambiental planejando e desenvolvendo estudos e ações visando incentivar, proteger, conservar, preservar, restaurar, recuperar e manter a qualidade ambiental urbana e cultural;

III. Elaborar e implementar planos, programas e ações de proteção e educação ambiental e cultural visando garantir a gestão compartilhada;

IV. Assegurar que o lançamento na natureza, de qualquer forma de matéria ou energia, não produza riscos à natureza ou a saúde pública e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tenham sua implantação e operação controlada;

V. Definir de forma integrada, áreas prioritárias de ação governamental visando à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI. Identificar e criar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

VII. Elaborar um Sistema Municipal de Áreas Verdes;

VIII. Estabelecer normas específicas para a proteção de recursos hídricos, por meio de planos de uso e ocupação de áreas de manancial e bacias hidrográficas;

IX. Promover adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental;

X. Promover o saneamento ambiental, por meios próprios ou de terceiros, com a oferta de serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

XI. Promover a preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos, mantendo suas características originais e sua ambiência na paisagem urbana, por meio de tombamento ou outros instrumentos, e orientar e incentivar o seu uso adequado;

XII. Identificar e definir os bens de valor ambiental e cultural, de natureza material e imaterial, de interesse de conservação e preservação, integrantes do patrimônio ambiental e cultural do município;

XIII. Estabelecer normas, padrões, restrições e incentivos ao uso e ocupação dos imóveis, públicos e privados, considerando os aspectos do meio ambiente natural, cultural e edificado, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental;

XIV. Orientar e incentivar o uso adequado do patrimônio, dos sítios históricos e da paisagem urbana;

XV. Estabelecer incentivos construtivos e fiscais visando à preservação, conservação e recuperação do patrimônio cultural e

ambiental; e

XVI. Reduzir anualmente, a emissão de poluentes nocivos à saúde despejados no ar, no solo e nas águas, observados os protocolos internacionais relativos à matéria firmados pelo Brasil.

### CAPÍTULO IV

#### 30 DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS SEÇÃO I

##### 31 DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 35 O Sistema Viário é constituído pela infraestrutura física das vias rurais e urbanas e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais.

32 Parágrafo Único. O Sistema Viário Municipal é objeto de lei específica, que integrará este Plano Diretor, observadas as diretrizes estabelecidas.

Art. 36 São diretrizes da política municipal do sistema viário:

I. Planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente, obedecidas as diretrizes de uso e ocupação do solo e do transporte de passageiros;

II. Promover a continuidade ao sistema viário por meio de diretrizes rodoviárias e de arruamento a serem implantadas e integradas ao sistema viário oficial, especialmente nas áreas de urbanização incompleta;

III. Promover tratamento urbanístico adequado nas vias, de modo a proporcionar a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio histórico, ambiental, cultural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico da cidade;

IV. Estruturar e hierarquizar o sistema viário, de forma a propiciar o melhor deslocamento de veículos e pedestres, atendendo as necessidades da população, do sistema de transporte coletivo, individual e de bens;

V. Planejar, ordenar e operar a rede viária municipal, priorizando o transporte público de passageiros;

VI. Aperfeiçoar e ampliar o sistema de circulação de pedestres e de pessoas portadoras de deficiência, propiciando conforto, segurança e facilidade nos deslocamentos;

VII. Garantir o acesso às propriedades e comunidades rurais;

VIII. Desenvolver um programa ciclovitário, incentivando sua utilização por meio de campanhas educativas, implantando ciclovias ao longo das principais avenidas, bem como passarela para ciclistas nas pontes da sede urbana;

IX. Executar manutenção periódica das estradas vicinais;

X. Regulamentar sistema viário através de legislação específica;

XI. Regulamentar estacionamento para veículos e ciclistas;

XII. Implantar desvio de fluxo pesado das áreas centrais da cidade;

XIII. Incentivar a construção de manutenção de calçadas, realizar parcerias entre proprietários e a Prefeitura Municipal; e

XIV. Implementar sinalização de trânsito, vertical e horizontal.

##### SEÇÃO II

##### 33 DO SISTEMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 37 A Mobilidade urbana é composta pelo conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação das pessoas e das mercadorias, orientada para a inclusão social.

Art. 38 São diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana:

I. Planejar e executar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;

II. Priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;

III. Regulamentar todos os serviços de transporte do município;

IV. Revitalizar, recuperar e construir passeios, viabilizando e otimizando a circulação de pedestres;

V. Permitir integração do transporte com outros municípios;

VI. Implementar políticas de segurança do trânsito municipal; e

VII. Mitigar o conflito entre a circulação de veículos e de pedestres.

Art. 39 O Sistema de Mobilidade é integrado pelos sistemas viário



e de transporte, que devem interligar as diversas áreas do município.

Art. 40 O Sistema Municipal de Transporte é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de cargas, abrigos, estações de embarque e desembarque de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Art. 41 São diretrizes específicas da política municipal de transporte:

- I. Estruturação do sistema de transportes;
- II. Implantar transporte coletivo municipal;
- III. Propiciar transporte coletivo às comunidades rurais;
- IV. Manter programa de transporte intermunicipal para universitários;
- V. Regulamentar funcionamento do terminal rodoviário intermunicipal;
- VI. Manter a qualidade existente no transporte escolar;
- VII. Estabelecer critérios de planejamento e operação de forma integrada aos sistemas estadual e interestadual, atendendo aos interesses e necessidades da população e características locais;
- VIII. Estruturar medidas reguladoras para o transporte de carga;
- IX. Definir as principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do município;
- X. Estabelecer horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas da cidade;
- XI. Promover meios institucionais adequados para a perfeita harmonia no planejamento e gerenciamento dos serviços de transporte de passageiros e de cargas no âmbito federal e estadual;
- XII. Promover a atratividade do uso do transporte coletivo de passageiros por intermédio de deslocamentos rápidos, seguros, confortáveis e custos compatíveis;
- XIII. Estabelecer políticas tarifárias que preservem o equilíbrio econômico e social do sistema de transporte;
- XIV. Buscar a excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do sistema de transporte crescente grau de satisfação com o serviço;
- XV. Racionalizar o sistema de transporte e as formas de gerenciamento e controle de operação;
- XVI. Adequar a oferta de transportes à demanda, compatibilizando seus efeitos indutores com os objetivos e diretrizes de uso e ocupação do solo e da circulação viária; e
- XVII. Possibilitar a participação da iniciativa privada na operação e implantação de infraestrutura do sistema, sob a forma de investimento, concessão de serviço público, autorização ou obra.

### SEÇÃO III

#### 34 DO SANEAMENTO PÚBLICO

Art. 42 O Sistema de Saneamento Público, observados os objetivos e diretrizes propostos, visa a qualidade de vida, através de um ambiente salubre, e incorpora os seguintes subsistemas e responsabilidades:

- I. Abastecimento de água;
- II. Esgotamento sanitário;
- III. Drenagem pluvial; e
- IV. Coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Art. 43 O Sistema de Saneamento Público tem como diretrizes:

- I. A sustentabilidade ambiental, econômica e da infraestrutura existente e a implantar, bem como sua máxima produtividade, eficiência e racionalidade;
- II. A justiça social, através do resgate da dignidade, da cidadania e da salvaguarda dos direitos básicos, considerando-se o contexto sócio-ambiental local; e
- III. A universalização, a integralidade, a equidade, a regularidade, a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços do sistema de saneamento e seu enquadramento em padrões sanitários adequados.

Art. 44 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao abastecimento de água:

- I. Estruturação do sistema de abastecimento de água;

II. Implementar melhora da qualidade e quantidade da água para abastecimento;

III. Ampliar sistema de abastecimento de água para o distrito;

IV. Garantir a universalização dos serviços e abastecimento de água, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

V. Estabelecer procedimentos, normas e diretrizes para a preservação, recuperação e ocupação das áreas onde se encontrem poços que abastecem a cidade, bem como o contínuo monitoramento dos mananciais;

VI. Monitorar e controlar as perdas do sistema de abastecimento, a fim reduzi-las; e

VII. Promover campanhas institucionais de informação e conscientização para o uso racional da água.

Art. 45 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao esgotamento sanitário:

I. Estruturação do sistema de esgotamento sanitário;

II. Criar programa de saneamento para a área rural com o objetivo de orientar e incentivar a construção de fossas sépticas, filtros anaeróbicos e sumidouros, e melhoria das condições de higiene;

III. Executar rede de coleta e tratamento de esgoto na área urbana;

IV. Garantir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

V. Proceder à análise periódica dos esgotos tratados de acordo com os padrões e normas vigentes;

VI. Implantar o sistema de remoção e tratamento do lodo resultante do tratamento dos esgotos e dar destinação e monitoramento adequado aos resíduos gerados;

VII. Estabelecer procedimentos preventivos e prescritivos para impedir, desestimular e retirar os lançamentos indevidos das águas pluviais na rede de esgotos; e

VIII. Combater permanentemente os vetores que povoam as redes de esgoto, de modo a controlar e erradicar a ocorrência de doenças.

Art. 46 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à drenagem pluvial:

I. Estruturação do sistema de drenagem;

II. Ampliar sistema de drenagem urbana;

III. Realizar fiscalização para coibir ligações clandestinas no sistema de drenagem;

IV. Implementar projeto de drenagem urbana e controle de cheias;

V. Assegurar através de sistemas físicos naturais e construídos, o escoamento das águas pluviais em toda a área do município de modo a propiciar segurança e conforto aos cidadãos priorizando as áreas sujeitas a inundações;

VI. Garantir a segurança à margem de curso d'água e outras áreas de fundo de vale, onde haja risco de inundações de edificações;

VII. Administrar os cursos d'água cujas bacias de contribuição se localizam integralmente no município;

VIII. Articular com os municípios vizinhos a realização de ações de interesse comum visando a conservação das bacias de contribuição e os sistemas de drenagem;

IX. Implantar gestão integrada da infraestrutura de drenagem urbana; e

X. Criar mecanismos e parâmetros técnicos de macrodrenagem que garantam o equilíbrio do ciclo hidrológico nas bacias de contribuição do município, em especial no núcleo urbano, visando evitar pontos de alagamento.

Art. 47 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à coleta e tratamento de resíduos sólidos:

I. Estruturação do sistema de resíduos sólidos;

II. Conscientizar a população sobre a importância do correto manuseio (tríplice lavagem e armazenamento) e destinação das embalagens de agrotóxicos (devolução ao fabricante);

III. Implantar efetivamente programa de coleta seletiva do lixo;

IV. Implantar programa para a conscientização da população quanto ao destino correto dos resíduos;

V. Manter e ampliar as atividades no centro de triagem do lixo;  
VI. Implantar lixeiras para coleta seletiva do lixo;  
VII. Garantir a universalização dos serviços de coleta, tratamento e disposição dos resíduos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;  
VIII. Proteger a saúde pública por meio do controle de ambientes insalubres derivados de manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos;  
IX. Preservar a qualidade do meio ambiente e recuperar as áreas degradadas ou contaminadas, através do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos;  
X. Promover a inserção da sociedade nas possibilidades de exploração econômica das atividades ligadas a resíduos, visando oportunidades de geração de renda e emprego;  
XI. Criar mecanismos específicos para a redução da geração de resíduos; e  
XII. Incentivar, através de programas específicos, a implantação de reciclagem de resíduos.

#### SEÇÃO IV

##### 35 DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 48 A Iluminação Pública visa conferir conforto e segurança à população, assegurando adequada iluminação noturna nas vias, calçadas e logradouros públicos, adotando medidas de gestão visando a conservação e eficiência energética, redução do consumo e o uso racional de energia, fomentando a co-geração, minimização dos impactos ambientais com estímulo a fontes renováveis.

Art. 49 Constituem diretrizes para a iluminação pública:

I. Estruturação do sistema de iluminação pública, assegurando a manutenção permanente da iluminação pública;  
II. Ampliação da cobertura de atendimento na cidade, buscando a eliminação de ruas sem iluminação pública;  
III. Busca de formas alternativas de energia, como a solar, eólica e o gás natural para alimentação do sistema de iluminação pública;  
IV. Promoção de campanhas educativas visando o respeito às instalações referentes à iluminação pública e a redução de consumo evitando-se o desperdício;

V. Concessão do direito de uso do solo, subsolo ou do espaço aéreo do município, em regime oneroso, na forma estabelecida em lei específica;

VI. Modernização e maior eficiência da rede de iluminação pública, com programa municipal de gerenciamento da rede;

VII. Reciclagem de lâmpadas e materiais nocivos ao meio ambiente utilizados no sistema de iluminação pública; e

VIII. Racionalização da iluminação em próprios municipais e edifícios públicos;

#### SEÇÃO V

##### 36 DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

Art. 50 Constituem objetivos e diretrizes da política de comunicação:

I. Estruturação do sistema de comunicações;

II. Manter rádios locais;

III. Manter as repetidoras de sinais de TV;

IV. Manter serviços de telefonia móvel e fixa existentes;

V. Identificar pontos para a instalação de telefones públicos e estabelecer programa para a manutenção dos existentes;

VI. Fixar estratégias para acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de comunicações e telemática em nível municipal e regional, estimulando a participação e controle compartilhado entre os setores público e privado e a sociedade;

VII. Atuar junto às empresas concessionárias visando promover a disponibilização dos sistemas de telefonia e de transmissão de dados e imagens, integrando-os com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais; e

VIII. Proporcionar os sistemas de telecomunicações e telemática em infraestrutura de suporte, visando a atração de novos investimentos e empreendimentos urbanos e rurais.

#### SEÇÃO VI

##### 37 DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 51 O serviço funerário tem caráter público e essencial,

podendo ser delegado à iniciativa privada, e reger-se-á por lei específica.

38 Parágrafo Único. O serviço público de competência do município de Meleiro, relativo ao sepultamento de corpos humanos sem vida, é disciplinado precipuamente pela circunstância fática da ocorrência do evento, determinado pelo local do óbito.

Art. 52 O serviço funerário atentar-se-á à regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência e segurança na sua prestação, além da cortesia na relação com os familiares da pessoa falecida, tendo como diretrizes:

I. Descentralização e ampliação da prestação do serviço à comunidade;

II. Controle e monitoramento dos serviços prestados pela iniciativa privada; e

III. Ampliação e melhoria da prestação de serviços.

#### SEÇÃO VII

##### 39 DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 53 A política municipal de segurança pública tem como fundamento desenvolver e implantar medidas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, para organizar e ampliar a capacidade de defesa da comunidade e dos próprios municipais, com os seguintes objetivos:

I. Potencializar as ações e os resultados de segurança pública mediante a articulação com as instâncias públicas federal e estadual e com a sociedade organizada;

II. Articular as instâncias responsáveis pela proteção da população, dos bens, dos serviços e dos próprios do município.

Art. 54 São diretrizes gerais da política municipal de segurança:

I. Melhoria dos equipamentos e serviços de segurança;

II. Implantar sistema de segurança municipal;

III. Efetivar o funcionamento do sistema de monitoramento da cidade;

IV. Manter e ampliar serviços de segurança existentes;

V. Determinar área para instalação de delegacia;

VI. Implantar o Conselho Municipal de Segurança e Defesa Civil;

VII. Estimular a parceria e a co-responsabilidade da sociedade com o poder público nas ações de segurança pública, defesa comunitária e proteção do cidadão;

VIII. Promover a educação e a prevenção na área de segurança pública;

IX. Intervir em caráter preventivo e prescritivo nos ambientes e situações potencialmente geradores de transtornos sociais;

X. Manter quadro efetivo adequado para a manutenção da segurança dos próprios públicos; e

XI. Integrar programaticamente aos sistemas estadual e federal de segurança pública, visando a melhoria de pessoal, estrutura, tecnologia e informação necessários ao bom desempenho de suas atribuições definidas em convênio.

#### SEÇÃO VIII

##### 40 DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Art. 55 A política municipal do abastecimento alimentar tem como objetivo geral a promoção da segurança alimentar à população, especialmente àqueles em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

Art. 56 São diretrizes da política municipal do abastecimento:

I. Consolidar a rede social de abastecimento;

II. Ofertar à comunidade de baixa renda produtos mais baratos e de qualidade;

III. Promover a educação alimentar que vise a forma correta e mais econômica de assegurar uma alimentação saudável;

IV. Apoiar iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos;

V. Incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;

VI. Promover ações de combate à fome; e

VII. Viabilizar alimentação em situações emergenciais e de calamidade.



**TÍTULO III****DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL****CAPÍTULO I****41 DAS DEFINIÇÕES**

Art. 57 A organização territorial é a expressão espacial das políticas públicas urbanas e setoriais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento equilibrado do município, consistindo na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

42 § 1º. A organização territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e áreas rurais.

43 § 2º. A lei específica de uso e ocupação do solo complementa o disposto neste título.

Art. 58 Constituem objetivos gerais da organização territorial:

I. Definir o perímetro urbano e áreas de urbanização específica para o município;

II. Organizar o controle do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas;

III. Definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinados programas de interesse público ou necessitam de programas especiais de manejo e proteção;

IV. Definir diretrizes viárias;

V. Qualificar os usos que se pretendem induzir ou restringir em cada área da cidade;

VI. Promover o adensamento compatível com a infraestrutura em regiões de baixa densidade e/ou com presença de áreas vazias ou subutilizadas;

VII. Preservar, recuperar e sustentar as regiões de interesse histórico, paisagístico, cultural e ambiental;

VIII. Urbanizar e qualificar a infraestrutura e habitabilidade nas áreas de ocupação precária e em situação de risco;

IX. Combater e evitar a poluição e a degradação ambiental; e

X. Integrar e compatibilizar o uso e a ocupação do solo entre a área urbana e a área rural do município, bem como definir área para a implantação de distrito industrial.

**CAPÍTULO II****44 DO PERÍMETRO URBANO**

Art. 59 O perímetro urbano do município e de seus Distritos e as áreas de urbanização específica serão definidos em lei.

**CAPÍTULO III****45 DA PAISAGEM URBANA**

Art. 60 A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Art. 61 É obrigatória a recuperação de áreas degradadas ou que venham a se caracterizar como áreas degradadas sendo responsabilizados os seus autores e ou proprietários.

Art. 62 Caberá aos cidadãos do município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana, promovendo as medidas adequadas para a:

I. Disciplina e controle da poluição visual e sonora, dos recursos hídricos, do solo e do ar que possam afetar a paisagem urbana;

II. Ordenação da publicidade ao ar livre;

III. Ordenação do mobiliário urbano;

IV. A manutenção de condições de acessibilidade e visibilidade das áreas verdes;

V. A recuperação de áreas degradadas; e

VI. A conservação e preservação de sítios significativos.

Art. 63 O Poder Público Municipal, no rol de suas atribuições constitucionais, estabelecerá as ações e medidas reparadoras para a recuperação de áreas degradadas, bem como os prazos para a sua execução, exercendo também a fiscalização do seu cumprimento.

**CAPÍTULO IV****46 DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL E****ARQUEOLÓGICO**

Art. 64 São diretrizes gerais da política do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico:

I. Realizar inventário do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do município;

II. Criação de um conselho municipal de proteção do patrimônio;

III. Criação de legislação municipal específica de conservação e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

IV. Coordenação, integração e execução das políticas de pesquisa, sistematização e salvaguarda do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

V. Elaboração, definição e execução da política pública de conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

VI. Fomento de parcerias que visem ao desenvolvimento de técnicas, métodos e pesquisas que impactem positivamente a conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

VII. Fomento de parcerias que visem à inversão de recursos na recuperação, utilização e disponibilização pública de bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico caros à memória social urbana do município;

VIII. Fomento às pesquisas e estudos que aprimorem o alcance e a efetividade dos suportes legais de registro e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente o instrumento jurídico do tombamento;

IX. Incremento às publicações relativas à memória e ao patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do município;

X. Georreferenciamento das informações pertinentes à política de patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente localização de bens de valor histórico, projeção de áreas envoltórias, bens em estudos de tombamento e projeção de respectivas áreas envoltórias, áreas ou bens de interesse cultural passíveis de tombamento ou de qualquer outra forma de salvaguarda, situação de conservação dos imóveis tombados ou relacionados para o tombamento.

**CAPÍTULO V****47 DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL**

Art. 65 O macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação e de parcelamento do solo.

Art. 66 A Política de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo tem por finalidade precípua a ocupação, uso e transformação do território do município de sorte a propiciar a satisfação das demandas econômicas, sociais e ambientais de modo sustentável e equilibrado.

Art. 67 As diretrizes da política de uso, ocupação e parcelamento do solo são:

I. Evitar a expansão desordenada das áreas urbanas através da ocupação dos vazios urbanos;

II. Orientar os investimentos de acordo com a demanda da população local e do desenvolvimento das atividades econômicas;

III. Ordenamento e controle das formas de ocupação de acordo com o equilíbrio sócio-ambiental;

IV. Estabelecimento de índices urbanísticos adequados ao equilíbrio sócio-ambiental;

V. Implementação de legislação específica para condomínios; e

VI. Garantia de permanência das comunidades tradicionais e de baixa renda por meio dos mecanismos de regularização fundiária.

Art. 68 São ações estratégicas prioritárias da política de uso, ocupação e parcelamento do solo:

I. Implementar projetos de ordenamento do espaço urbano e rural;

II. Promover programas de regularização fundiária envolvendo a comunidade, Prefeitura Municipal e Ministério Público;

III. Implantar os zoneamentos de uso e ocupação do solo urbano e rural, visando ordenar o desenvolvimento municipal;

IV. Revisar e adequar o código de obras e posturas municipal;  
V. Promover fiscalização do Poder Público acerca da legislação de uso e ocupação do solo;  
VI. Atualizar cadastro imobiliário urbano;  
VII. Promover maior fiscalização na implantação de novos loteamentos para o cumprimento da legislação pertinente;  
VIII. Implementar hierarquização do sistema viário municipal;  
IX. Incentivar a ocupação de área para parque industrial existente nas proximidades da localidade de Sanga Grande; e  
X. Implementar instrumentos de uso e ocupação do solo que inibam o uso rural da terra na área urbana.

Art. 69 O município de Meleiro possui o seguinte macrozoneamento, que será objeto da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, observados os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta lei:

I. Zona de Uso Agrossilvipastoril - ZUA;

II. Zona de Uso Urbano - ZURB;

III. Zona de Uso Urbano - Região de Entorno Imediato de Expansão - ZURB-REIE;

IV. Zona de Uso Urbano - Região de Entorno Imediato de Restrição - ZURB-REIR;

V. Zona de Urbanização Específica - ZUE;

VI. Zona de Uso Especial das Rodovias Estaduais - ZUER; e

VII. Zona de Uso Especial Industrial - ZUEI.

#### CAPÍTULO VI

##### 48 DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 70 As compartimentações da macrozona urbana do município de Meleiro, que serão objeto da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, observados os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta lei, é o seguinte:

I. Zona Residencial 1 - ZR1;

II. Zona Residencial 2 - ZR2;

III. Zona Residencial 3 - ZR3;

IV. Zona de Serviços - ZS;

V. Zona Comercial - ZC; e

VI. Zona Especial Institucional - ZI.

#### CAPÍTULO VII

##### 49 DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 71 O território do município será ordenado por meio de parcelamento, a ser regulamentado em lei própria, para atender as funções econômicas e sociais da cidade, compatibilizando desenvolvimento urbano, condições ambientais e saneamento.

50 Parágrafo Único. A Lei de Parcelamento do Solo deverá estar compatibilizada com o estabelecido neste Plano Diretor.

Art. 72 Deverá ter prévia licença o parcelamento do solo:

I. Para fins urbanos ou de urbanização;

II. Para a formação de chácaras de lazer;

III. Para a formação de núcleos residenciais, mesmo que mantidos sob a forma de condomínio;

IV. Para a criação de áreas comerciais, institucionais e de lazer;

V. Para a criação de áreas industriais, de núcleo ou de distritos industriais;

VI. Para a exploração extrativista;

VII. Nas áreas onde existam florestas que sirvam para uma das seguintes finalidades:

a) Conservar o regime das águas e proteger mananciais;

b) Evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais;

c) Assegurar condições de salubridade pública;

d) Proteger sítios que, por sua importância e beleza, mereçam ser conservados;

e) Para outros fins que não dependam de autorização exclusiva da União ou do Estado.

Art. 73 O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento, desdobro de lote, reloteamento e remanejamento, cujas definições e delimitações encontram-se na legislação pertinente.

#### TÍTULO IV

##### DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

Art. 74 Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais

da Cidade e da propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano e ambiental, o Município de Meleiro adotará, dentre outros, os instrumentos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

51 Parágrafo Único. Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

#### CAPÍTULO I

##### 52 DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO

Art. 75 São instrumentos orçamentários e de planejamento, sem prejuízo de previstos na legislação municipal, estadual ou federal: I. Plano Plurianual - PPA;

II. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e

III. Lei Orçamentária Anual - LOA.

53 Parágrafo Único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual deverão incorporar as diretrizes e as ações estratégicas contidas neste Plano Diretor, instrumento básico do processo de planejamento municipal.

#### SEÇÃO I

##### 54 DO PLANO PLURIANUAL

Art. 76 O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento das ações do Município, tanto para garantir a manutenção dos investimentos públicos em áreas sociais quanto para estabelecer os programas, valores e metas.

Art. 77 O Poder Executivo deverá atender as seguintes diretrizes:

I. Deverão ser compatibilizadas as atividades do planejamento municipal com as diretrizes do Plano Diretor Municipal e com a execução orçamentária, anual e Plurianual; e

II. O Plano Plurianual deverá ter abrangência de todo o território e sobre todas as matérias de competência municipal.

#### SEÇÃO II

##### 55 DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 78 A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária.

56 Parágrafo Único. Todas as ações da Administração Municipal deverão ser disciplinadas e registradas nas leis orçamentárias do município, inclusive as oriundas de parcerias com outros entes federados, da administração direta ou indireta, para obtenção de recursos.

Art. 79 A Lei Orçamentária Anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

#### CAPÍTULO II

##### 57 DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

Art. 80 Para os fins deste Plano Diretor Municipal, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos jurídicos e políticos dentro do perímetro urbano municipal, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.257/2001, sem prejuízo de outros, devendo os mesmos ser regulamentados por lei específica:

I. Urbanização específica;

II. Concessão de direito real de uso;

III. Concessão de uso especial para fins de moradia;

IV. A outorga onerosa do direito de construir;

V. A transferência do direito de construir;

VI. O direito de preempção;

VII. O direito de superfície;

VIII. As operações urbanas consorciadas;

IX. O parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

X. A desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;

XI. O consórcio imobiliário; e

XII. O tombamento.

#### SEÇÃO I

##### 58 URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 81 Lei específica poderá autorizar a aprovação, por ato

próprio, de parcelamento destinado a urbanização específica, sendo dispensada a aplicação, quando for o caso, das disposições da legislação municipal pertinente.

59 § 1º. Entende-se por urbanização específica os empreendimentos que se destinam ao assentamento de população de baixa renda, com predominante interesse social, e cuja competência exclusiva de promoção e execução é do Poder Público.

60 § 2º. Os empreendimentos a que se refere o parágrafo anterior visam duas formas de tratamento:

I. Parcelamento de gleba destinado ao assentamento de população de baixa renda; e

II. Regularização de parcelamentos já consolidados e caracterizados como urbanização específica pelo órgão municipal competente.

#### SEÇÃO II

##### 61 CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 82 Lei específica poderá autorizar a concessão do direito real de uso para processos de regularização fundiária de ocupações indevidas em imóveis públicos.

62 § 1º. A concessão do direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente nos casos de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos pelo Poder Público.

63 § 2º. A lei deverá prever os requisitos para aplicação da concessão do direito real de uso bem como o prazo para outorga do título definitivo.

#### SEÇÃO III

##### 64 CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 83 Lei específica poderá autorizar a outorga àquele que residia em área urbana, de propriedade pública, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, título de concessão de uso especial para fins de moradia, em relação à referida área ou edificação, desde que não seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural.

65 § 1º. A lei deverá prever os requisitos para a concessão de uso especial para fins de moradia, facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, na hipótese de ocupação do imóvel:

I. Localizado em área de risco, cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções;

II. Bem de uso comum do povo;

III. Localizado em área destinada a projeto de urbanização;

IV. De comprovado interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais; e

V. Reservado à construção de represas e obras congêneres.

66 § 2º - Extinta a concessão de uso especial para fins de moradia, o Poder Público recuperará o domínio pleno do imóvel.

#### SEÇÃO IV

##### 67 DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 84 Lei específica poderá autorizar a outorga onerosa do direito de construir, também denominada solo criado, a ser emitida pelo Município, a fim de possibilitar a edificação acima dos índices urbanísticos básicos estabelecidos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos ou alteração de uso, e porte, mediante contrapartida financeira do setor privado, em áreas dotadas de infraestrutura.

Art. 85 A outorga onerosa do direito de construir será regulamentada em lei, que determinará as zonas onde poderá ser exercida, as fórmulas de cálculo, a contrapartida, as condições relativas a sua aplicação, os limites máximos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos, alteração de uso e porte e a infraestrutura implantada, sendo que os seus recursos serão aplicados para as seguintes finalidades:

I. Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária;

II. Promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e ambiental;

III. Ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

IV. Criação de espaços de uso público de lazer e áreas verdes; e

V. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

#### SEÇÃO V

##### 68 DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 86 Lei específica poderá autorizar a transferência do direito de construir, também denominada transferência de potencial construtivo, a ser expedida pelo município ao proprietário do imóvel urbano, privado ou público, para edificar em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo de determinado lote, para as seguintes finalidades:

I. Promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico cultural, natural e ambiental;

II. Programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

III. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e espaços de uso público;

IV. Melhoramentos do sistema viário básico; e

V. Proteção e preservação de mananciais.

69 § 1º. A transferência do direito de construir também poderá ser concedida ao proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo, por limitações relativas à preservação do patrimônio ambiental ou cultural.

70 § 2º. O mesmo benefício poderá ser concedido ao proprietário que doar ao Município o seu imóvel, ou parte dele, para os para os fins previstos nos incisos I a V do "caput" deste artigo.

71 § 3º. O direito de construir poderá ser transferido apenas da Zona Residencial 01 - ZR1 ou da Zona Residencial 02 - ZR2 para a Zona Comercial - ZCOM.

Art. 87 A transferência do direito de construir será regulamentada em lei, que determinará, dentre outras, as condições de aplicação do instrumento, o seu valor, os casos passíveis de renovação de potencial e as condições de averbação em registro de imóveis.

#### SEÇÃO VI

##### 72 DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 88 O município, por meio do direito de preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, desde que o imóvel esteja incluído em área a ser delimitada em lei específica e o Poder Público dele necessite para:

I. Regularização fundiária;

II. Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III. Constituição de reserva fundiária;

IV. Ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

V. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI. Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII. Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; e

VIII. Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 89 As áreas em que incidirão o direito de preempção serão delimitadas em legislação específica que, dentre outros, também fixará seus prazos de vigências e as finalidades para as quais os imóveis se destinarão.

#### SEÇÃO VII

##### 73 DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 90 Lei específica poderá autorizar o município a receber ou conceder o direito de superfície de terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

74 § 1º. O direito de superfície poderá abranger o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

75 § 2º. A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

#### SEÇÃO VIII

##### 76 DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS



Art. 91 O município poderá constituir operações urbanas consorciadas, compostas de conjuntos de intervenções e medidas coordenadas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social.

77 Parágrafo Único. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica, que poderá prever a emissão pelo município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação, se o caso, e deverá prever medidas a serem adotadas, além de, no mínimo:

I. Definição da área de abrangência e do perímetro da área da intervenção;

II. Finalidade da operação proposta;

III. Programas básicos de ocupação da área e de intervenções previstas;

IV. Estudo prévio de impacto de vizinhança;

V. Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VI. Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos; e

VII. Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

Art. 92 A operação urbana consorciada pode ser proposta pelo Poder Público, ou por qualquer cidadão ou entidade que nela tenha interesse.

78 § 1º. No caso de operação urbana consorciada de iniciativa da municipalidade, o Poder Público, poderá, mediante chamamento em edital, definir a proposta que melhor atenda ao interesse público.

79 § 2º. No caso de operação urbana consorciada proposta pela comunidade, o interesse público da operação será avaliado a atestado pelo Poder Público, ouvido o órgão colegiado municipal de política urbana.

Art. 93 Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal como contrapartida em operações urbanas consorciadas serão aplicados exclusivamente em programa de intervenções, a ser definido na lei de criação da respectiva operação.

#### SEÇÃO IX

#### 80 DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 94 Nos termos fixados em lei específica, o município poderá exigir do proprietário o adequado aproveitamento, por meio de parcelamento, edificação ou utilização, de imóvel que não estiver cumprindo com sua função social, assim considerado aquele que:

I. Estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% do coeficiente básico definido para a respectiva zona; ou

II. Estiver, mesmo edificado, abandonado há mais dois anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso social à propriedade.

81 § 1º. Este instrumento poderá ser aplicado apenas na Zona Comercial - ZCOM.

82 § 2º. Excetuam-se da compulsoriedade de aproveitamento:

Imóveis integrantes das Áreas de Proteção Ambiental;

Áreas de Parques de Conservação, de Lazer e Lineares, de Bosques de Lazer e de Conservação, de Reservas Biológicas e as Unidades de Conservação Específicas;

Imóveis com Bosques Nativos Relevantes, onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel; e

Imóveis com Áreas de Preservação Permanente, conforme o estabelecido no Código Florestal Brasileiro, onde o índice de

comprometimento dessas áreas seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel.

Art. 95 O município, nos termos definidos em lei, promoverá a notificação dos proprietários, intimando-os a dar o aproveitamento adequado para os respectivos imóveis, determinando as condições e prazos para implementação da referida obrigação.

Art. 96 Em caso de descumprimento das condições e prazos delimitados na notificação, o município procederá à aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, conforme estipulação em lei própria.

#### SEÇÃO X

#### 83 DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO MEDIANTE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 97 O município poderá, nos termos de lei específica, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública se, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo, o proprietário não tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização.

#### SEÇÃO XI

#### 84 DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 98 Lei específica poderá autorizar a instituição de consórcio imobiliário, como forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

85 Parágrafo único. Este instrumento poderá ser aplicado apenas na Zona Residencial 1 - ZR1, na Zona Residencial 2 - ZR2 e na Zona Residencial 3 - ZR3.

Art. 99 O proprietário de imóvel sujeito à compulsoriedade poderá, nos termos da lei, propor ao Poder Público a instituição de consórcio imobiliário.

Art. 100 O consórcio imobiliário poderá, obedecidos aos requisitos e formas da lei, ser instituído em áreas dentro do perímetro urbano destinadas a:

I. Proporcionar lotes para realocação de população residente em áreas de risco;

II. Proporcionar lotes para habitação social;

III. Proporcionar área para implantação de equipamentos comunitários ou área de lazer; e

IV. Assegurar a preservação de áreas verdes significativas.

#### SEÇÃO XII

#### 86 DO TOMBAMENTO

Art. 101 Lei específica disporá sobre o tombamento de bens públicos ou privados de caráter histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, cultural ou científico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local.

#### CAPÍTULO III

#### 87 DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS

#### SEÇÃO I

#### 88 DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 102 O Estudo Prévio de Impacto Ambiental será exigido no contexto do licenciamento ambiental, à construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de empreendimentos, atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, de acordo com os termos da legislação federal, estadual e municipal.

#### SEÇÃO II

#### 89 DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 103 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, como instrumentos de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, sistema viário, entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município.

Art. 104 Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos,

que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, que também estabelecerá os critérios para sua exigência.

Art. 105 O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo para análise, no mínimo, os seguintes itens:

I. Descrição detalhada do empreendimento;

II. Delimitação das áreas de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade, considerando entre outros aspectos:

- a) O adensamento populacional;
- b) Equipamentos urbanos e comunitários;
- c) Uso e ocupação do solo;
- d) Valorização imobiliária;
- e) Geração de tráfego e demanda por transporte público;
- f) Ventilação e iluminação;
- g) Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
- h) Descrição detalhada das condições ambientais

III. Identificação dos impactos a serem causados pelo empreendimento ou atividade, nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação, se for o caso; e

IV. Medidas de controle ambiental, mitigadoras ou compensatórias adotadas nas diversas fases, para os impactos citados no inciso anterior, indicando as responsabilidades pela implantação das mesmas.

90 Parágrafo Único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV e do RIV, que ficarão disponíveis para consulta no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

Art. 106 A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA.

### SEÇÃO III

#### 91 DA INSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 107 As Unidades de Conservação poderão ser instituídas e ter suas características, objetivos e peculiaridades definidas por meio de lei específica.

92 Parágrafo Único. Entende-se por Unidades de Conservação as áreas no município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, às quais se aplicam garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

Art. 108 Lei criará o Sistema de Unidades de Conservação, assim compreendido como o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público e classificadas de acordo com a legislação pertinente.

### TÍTULO V

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

Art. 109 O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o conjunto de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil voltados para propiciar o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

### CAPÍTULO I

#### 93 DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 110 São objetivos do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. Instituir canais de participação da sociedade na gestão municipal das políticas urbanas;
- II. Integrar os órgãos e entidades municipais afins ao desenvolvimento urbano;
- III. Buscar a transparência e democratização dos processos de tomadas de decisão sobre assuntos de interesse público;
- IV. Instituir mecanismos permanentes e sistemáticos de discussões públicas para o detalhamento, implementação, revisão e atualização dos rumos da política urbana municipal e do Plano Diretor; e
- V. Instituir processos de formulação, implementação e

acompanhamento dos planos, programas e projetos urbanos.

Art. 111 São diretrizes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. Ampliação da rede institucional envolvida com o planejamento e a gestão da política urbana para promover maior articulação e integração entre as áreas;
- II. Clareza na definição das competências de cada órgão envolvido com a política urbana, bem como as regras de integração da rede institucional, de modo a agilizar o processo decisório;
- III. Fortalecimento dos canais de comunicação intersetorial, intergovernamental e com os municípios vizinhos;
- IV. Parcerias com entidades e associações, públicas e privadas, em programas e projetos de interesse da política urbana;
- V. Interação com lideranças comunitárias;
- VI. Otimização dos recursos técnicos, humanos e materiais disponíveis;
- VII. Ampliação do quadro de servidores municipais voltados para atuação no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial mediante concurso público para o preenchimento de cargos de natureza técnica ou administrativa;
- VIII. Aprimoramento constante dos servidores responsáveis pelo planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, com ênfase na atualização do conhecimento dos conteúdos relativos à gestão urbana e à perspectiva de abordagem integrada do ambiente urbano; e
- IX. Sistematização da informação de modo a favorecer o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano e ambiental.

### CAPÍTULO II

#### 94 DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 112 Para garantir a gestão democrática, o Poder Executivo manterá atualizado permanentemente o Sistema Municipal de Informações sócio-econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, ambientais e físico-territoriais, inclusive cartográficas, e outras de relevante interesse para o município, de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. Deverá ser assegurada sucinta e periódica divulgação dos dados do Sistema Municipal de Informações, em especial aos Conselhos, às entidades representativas de participação popular e às instâncias de participação e representação regional, por meio de publicação em jornais locais, na página eletrônica da Prefeitura Municipal e outros;
- II. O Sistema Municipal de Informações deverá atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- III. O Sistema Municipal de Informações deverá ser estruturado e apresentado publicamente no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da aprovação deste Plano Diretor Municipal;
- IV. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município, deverão fornecer ao Executivo Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da estruturação do sistema, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Municipal de Informações; e
- V. A garantia ao direito à ampla informação, a qualquer interessado, sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos, atos e contratos administrativos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 113 O Sistema de Informações será organizado em quatro subsistemas:

- I. Subsistema de banco de dados;
- II. Subsistema de indicadores;
- III. Subsistema documental; e
- IV. Subsistema de expectativas da sociedade.

Art. 114 O subsistema de banco de dados deverá seguir as seguintes ações:

- I. Levantamento, classificação e reagrupamento de bases de dados, existentes e demais classes de informações para migração e



armazenamento em banco de dados;  
II. Elaboração de base cartográfica digital, em escala 1:5.000;  
III. Integração com o Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores e Setores Censitários do IBGE;  
IV. Utilização de um gerenciador de banco de dados;  
V. Priorização da aquisição de uma coleção de imagens orbitais com resolução mínima de 0,70m (setenta centímetros) ou escala 1:20.000; e  
VI. Objetivar o cadastro único multifinalitário que reunirá informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal.  
Art. 115 O subsistema de indicadores deverá prever uma sistematização e acompanhamento freqüente da evolução dos resultados.  
95 §1º. Deverão ser utilizados inicialmente os indicadores previstos no Plano Diretor Municipal, bem como os valores de base e meta, os quais foram definidos de forma participativa.  
96 §2º. Cada departamento deverá repassar periodicamente as informações afins a respeito dos indicadores, alimentando o subsistema com informações atualizadas.  
97 §3º. O subsistema de indicadores deverá possuir ferramentas que possibilitem gerar alternativas estatísticas e visuais que servirão de apoio ao planejamento municipal e possibilitar melhor conhecimento da realidade municipal.  
Art. 116 O subsistema documental deverá registrar todos os documentos legais e outros produtos elaborados em um sistema único, incluindo leis, decretos, portarias, planos, programas, projetos e outros.  
Art. 117 O subsistema de expectativas da sociedade deverá configurar um canal direto de comunicação com toda a população municipal e propiciar o adequado processo de gestão democrática, em que:

- I. Sugestões, críticas e observações sejam processadas e encaminhadas para a estrutura municipal correspondente; e
- II. Os procedimentos e materiais relativos à gestão democrática municipal, quer seja em material de divulgação, relatórios e atas de audiências públicas, áudio-visual e demais materiais correlatos, sejam armazenados, compilados e atualizados.

### CAPÍTULO III

#### 98 DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 118 O processo de planejamento municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei.

99 § 1º. O processo municipal de planejamento deve promover:

- I. Revisão e adequação do Plano Diretor e da legislação urbanística, sempre que necessário;

- II. Atualização e disseminação das informações de interesse do município;

- III. Coordenação das Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

- IV. Ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e promoção do bem estar dos habitantes do município; e

- V. Participação democrática popular.

100 § 2º. Propostas de alteração deste Plano Diretor deverão ser apreciadas em Conferência Pública e pelo Conselho Municipal da Cidade.

### CAPÍTULO IV

#### 101 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

Art. 119 É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, dentre outras, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I. Conferências públicas;
- II. Conselho Municipal da Cidade;
- III. Audiências e consultas públicas.

### SEÇÃO I

#### 102 DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 120 As Conferências Públicas, abertas à participação de qualquer cidadão, ocorrerão ordinariamente a cada dois anos, e

extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho Municipal da Cidade ou pelo Chefe do Poder Executivo nos casos de necessidade de alteração da Lei do Plano Diretor.

Art. 121 São objetivos das Conferências Públicas:

- I. Promover debates sobre matérias da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

- II. Sugerir ao Poder Executivo Municipal adequações em objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanos;

- III. Sugerir propostas de alterações do Plano Diretor e da legislação urbanística, a serem consideradas quando de sua revisão; e

- IV. Avaliar a política urbana, apresentando críticas e sugestões.

### SEÇÃO II

#### 103 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Art. 122 Deverá ser instituído o Conselho Municipal da Cidade, órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento e gestão municipal na área do desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal, tendo as diretrizes e objetivos especificados na lei específica que o instituir.

Art. 123 O Conselho Municipal da Cidade deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, conservando sua autonomia e não se subordinando no exercício de suas funções.

104 Parágrafo Único. A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal visa a disponibilização do suporte administrativo, operacional e financeiro necessário para sua implementação e pleno funcionamento.

Art. 124 O Conselho Municipal da Cidade deverá ser instituído em um prazo máximo de 90 (noventa) dias e seu Regimento Interno aprovado em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal.

Art. 125 A composição do Conselho Municipal da Cidade deverá ser organizada segundo critérios de representação territorial e setorial, incluindo:

- I. Membros do Núcleo Gestor do Plano Diretor e da equipe técnica municipal;

- II. Representantes de comunidades e bairros;

- III. Representantes de movimentos sociais e populares;

- IV. Representantes da associação comercial;

- V. Representantes da comunidade acadêmica ou instituições de ensino;

- VI. Representantes de entidades sindicais dos trabalhadores; e

- VII. Membros do Poder Executivo.

### SEÇÃO III

#### 105 DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 126 A Audiência Pública é a instância de discussão onde a Administração Pública informa e esclarece dúvidas sobre planos e projetos de interesse dos cidadãos direta e indiretamente atingidos pelos mesmos e estes são convidados a exercer o seu direito de manifestação acerca do tema ou ação correspondente.

106 Parágrafo Único. Todos os documentos relativos ao tema da Audiência Pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias da data de realização da respectiva Audiência.

Art. 127 A consulta pública é a instância consultiva que ocorrerá na forma de assembleias ou por meio eletrônico, nas quais a Administração Pública tomará decisões baseadas no conjunto de opiniões expressas pela população interessada.

### TÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 128 O presente Plano Diretor Municipal deverá ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos ou sempre que fatos significativos o requeiram.

Art. 129 Fica assegurada a validade das licenças, aprovações de projetos e dos demais atos praticados antes da vigência desta lei, de acordo com a legislação aplicável a época, devendo, para tanto, suas execuções serem iniciadas em até 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. Extinguindo-se os efeitos do ato, por qualquer

motivo, o respectivo processo administrativo passará a ser apreciado à luz desta lei.

Art. 130 O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço.

Art. 131 Enquanto não forem aprovadas as legislações complementares, compatíveis com as políticas e diretrizes deste Plano Diretor, continuará em vigência toda a legislação que trata de desenvolvimento urbano.

Art. 132 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## **Lei Nº. 1482-2010**

LEI Nº. 1482-2010

Súmula: Define o Perímetro Urbano da sede do município de Meleiro, o perímetro da Área de Expansão Urbana, da Área Industrial e o Perímetro Urbano do Distrito de Saporanga.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO

A Câmara Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei define o Perímetro Urbano da Sede do município de Meleiro, regulamenta a descrição da Área de Expansão Urbana e da Área Industrial e define o Perímetro Urbano do Distrito de Saporanga.

Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

I. Anexo 1 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede;

II. Anexo 2 - Mapa da Área de Expansão Urbana;

III. Anexo 3 - Mapa da Área Industrial; e

IV. Anexo 4 - Mapa do Perímetro Urbano do Distrito de Saporanga.

Art. 3º Considera-se área urbana do município de Meleiro o espaço territorial definido pelo perímetro da sede urbana cujo mapa de localização está no Anexo 1.

Art. 4º As coordenadas descritas nos incisos I, II, III e IV do Art. 2º estão em formato UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator, sob o Datum SAD-69:

I. Sede Urbana - inicia-se com o Marco 01 (coordenadas 632791,9050 E e 6808863,3600 N) e percorre em direção nordeste passando pelo Rio Manoel Alves encontrando o Marco 02 (coordenadas 633145,5908 E e 6809044,0801 N) que intercepta a Rua Demétrio Dário a uma distância de 367,494 metros. Partindo deste ponto ainda em direção nordeste, cruza a Rua Silvino Rocha a 118,24 metros e continua em linha seca, até encontrar Marco 03 (coordenadas 633377,5638 E e 6809109,2720 N) seguindo a Rua 20 de Dezembro em direção sudeste até atingir o Marco 04 (coordenadas 633640,9280 E e 6808204,0512 N) continua em linha seca no sentido nordeste até encontrar o Marco 05 (coordenadas 633827,6511 E e 6808595,1416 N) localizado no cruzamento da SC - 448 com a Rua Alice Nair Ferrado Berlanda. A partir deste segue em direção sudeste ainda na Rua Alice Nair Ferrado Berlanda até encontrar o Marco 06 (coordenadas 633940,9247 E e 6808197,1013 N). A partir deste, segue em direção leste, em linha seca, uma distância de 309,2220 metros ao encontro do Marco 07 (coordenadas 634247,7764 E e 6808235,31 N), seguindo em linha seca na direção norte, percorrendo uma distância de 420,6580 metros até o Marco 08 (coordenadas 634132,8111 E

e 6808639,9582 N). Ainda em linha seca, segue na mesma direção até encontrar o Marco 09 (coordenadas 634060,0887 E e 6808895,6464 N). Seguindo deste marco em direção leste em linha seca a uma distância de 202,3112 metros até o Marco 10 (coordenadas 634252,9312 E e 6808956,8135 N). Localizado na SC-449 seguindo esta na direção sudeste, percorrendo uma distância de 112,1956 metros até o Marco 11 (coordenadas 634338,6650 E e 6808892,4456 N) que segue em linha seca na direção norte, com a distância de 744,7976 metros atingindo o Marco 12 (coordenadas 634135,5929 E e 6809602,5994 N), interceptando a SC- 448 - Antonio Walmor Canella, e seguindo em linha curvilínea na direção nordeste passando pelo Rio Manoel Alves chegando ao Marco 13 (coordenadas 634508,0272 E e 6809840,7835 N) que se localiza no cruzamento da SC- 449 com a Rua Vicente Amboni seguindo ainda pela rodovia SC - 449 na direção nordeste, em linha seca, com uma distância de 749,5299 metros até encontrar o Marco 14 (coordenadas 634946,9164 E e 6810441,5562 N), seguindo em linha seca no sentido noroeste intersectando a Rua Antônio Trevisol até chegar ao Marco 15 (coordenadas 634494,8214 E e 6810625,0159 N) a uma distância de 487,9010 metros. A partir deste, segue em linha seca no sentido sudoeste a uma distância de 73,883 metros encontrando o Marco 16 (coordenadas 634468,5559 E e 6810561,2106 N). Seguindo no sentido noroeste até chegar ao Marco 17 (coordenadas 633586,6204 E e 6810898,0013 N). Partindo deste em linha seca no sentido norte até atingir o Marco 18 (coordenadas 633732,1949 E e 6811214,7480 N). A partir deste segue em linha seca no sentido noroeste até encontrar o Marco 19 (coordenadas 633644,8540 E e 6811256,1693 N) seguindo na direção sudoeste encontra o Marco 20 (coordenadas 633465,4652 E e 6810848,8492 N) que intersecta a Rua 11. Segue em linha seca na mesma direção passando até encontrar o Marco 21 (coordenadas 633423,2692 E e 6810749,9041 N). Continua pela 34 no sentido noroeste e chega ao Marco 22 (coordenadas 633135,1740 E e 6810879,5294 N) seguindo pela Rua 29 em linha seca a distância de 114,2435 metros até atingir o Marco 23 (coordenadas 633069,4357 E e 6810969,1613 N). Deste ponto segue na direção sudeste em linha seca passando pela Rua Servidão 07 e Rua 28 a distância de 180,1176 metros até o Marco 24 (coordenadas 632995,0864 E e 6810803,0444 N). Seguindo em linha seca na direção noroeste a distância de 402,2020 metros até o Marco 25 (coordenadas 63262,3412 E e 6810963,6471 N). Segue em linha seca na direção sudoeste na Rua Cristo Rei a distância de 491,2714 metros até chegar ao Marco 26 (coordenadas 632428,1453 E e 6810514,1296 N) que intersecta a Rua Luiza Napoli Canela. Continua na mesma rua em linha curvilínea na direção nordeste até alcançar o Marco 27 (coordenadas 632291,5273 E e 6810679,7121 N). Segue na direção sul em linha seca a distância de 118,4518 metros até atingir o Marco 28 (coordenadas 632245,4468 E e 6810570,5970 N) seguindo a mesma direção em linha seca a distância de 175,2051 metros atingindo o Marco 29 (coordenadas 632124,6151 E e 6810443,7189 N). Continua na mesma direção até o encontro do Marco 30 (coordenadas 632082,6853 E e 6810342,4939 N). A partir deste ponto segue em linha seca na direção sudoeste passando pela Rua José Conti alcançando o Marco 31 (coordenadas 632592,8652 E e 6810143,7311 N) a distância de 549,8003 metros. Seguindo na direção sul, em linha seca percorre a distância de 114,7973 chega ao Marco 32 (coordenadas 632512,1299 E e 6809951,8307 N). A partir deste segue em linha seca na direção sudeste até atingir o Marco 33 (coordenadas 632617,9350 E e 6809907,919 N) seguindo na direção sul, passando pela Rua Servidão José Nelson Mezari a distância de 714,6557 metros em linha seca e chegando ao Marco 34 (coordenadas 632333,7163 E e 6809251,5844 N). Segue no sentido nordeste a distância de 155,4066 metros até chegar no Marco 35 (coordenadas 632483,9646 E e 6809284,9418 N) seguindo na direção norte, passando pela Rua Servidão José Nelson Mezari até atingir o Marco 36 (coordenadas 632636,6170 E e 6809444,5610 N). Segue em linha seca até atingir o Marco 01 (coordenadas 632791,9050 E e 6808863,3600 N) onde teve início

essa descrição.

II. Área de Expansão Urbana - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco 03 (coordenadas 633378,5325 E e 6809109,6874 N), seguindo em linha seca na direção sudeste, percorrendo uma distância 645,8389 metros até atingir o Marco 37 (coordenadas 633554,7667 E e 6808488,2190 N) seguindo na direção sudoeste, em linha seca, uma distância de 887,0153 metros, encontrando o Marco 38 (coordenadas 633185,0928 E e 6807681,9080 N). Dando seqüência na direção noroeste, percorre uma distância de 999,9244 metros, em linha seca até o Marco 39 (coordenadas 632906,8288 E e 6808645,3340 N) seguindo em linha curvilínea no sentido nordeste até encontrar o Marco 40 (coordenadas 633133,6086 E e 6808842,5854 N). Segue na mesma direção ainda em linha curvilínea até atingir o Marco 41 (coordenadas 633230,4576 E e 6809065,8361 N). Após este, seguir em linha seca no sentido leste atingindo o Marco 03 (coordenadas 633378,5325 E e 6809109,6874 N) onde teve início essa descrição.

III. Área Industrial - Inicia-se com o Marco 42 (coordenadas 634041,3525 E e 6807822,2798 N). Seguindo em linha seca no sentido sudeste a distância de 746,8283 metros até atingir o Marco 43 (coordenadas 634253,5001 E e 6807106,2171 N). Continuando na direção oeste a distância de 299,3738 metros até o Marco 44 (coordenadas 633966,2461 E e 6807021,8975 N) segue na direção noroeste a distância de 746,3401 metros chegando ao Marco 45 (coordenadas 633756,3741 E e 6807738,1218 N). A partir deste continua percorrendo no sentido nordeste a distância de 297,1452 metros até alcançar o Marco 42 (coordenadas 634041,3525 E e 6807822,2798 N) onde teve início essa descrição.

IV. Distrito de Sapiranga - Inicia-se com o Marco 46 (coordenadas 641033,1091 E e 6803539,4834 N). Seguindo em linha seca no sentido sudeste a distância de 1291,64 metros até atingir o Marco 47 (coordenadas 641866,4685 E e 6802563,1109 N). Seguindo na direção norte a distância de 63,578 metros até o Marco 48 (coordenadas 641887,6903 E e 6802623,0426 N) segue na direção leste a distância de 79,2318 metros chegando ao Marco 49 (coordenadas 641963,4612 E e 6802599,8814 N). A partir deste segue na direção sudoeste até alcançar o Marco 50 (coordenadas 641907,5025 E e 6802510,7854 N) seguindo a sudeste na distância de 88,25 metros até encontrar o Marco 51 (coordenadas 641963,3438 E e 6802440,8806 N) seguindo na direção nordeste encontra-se o Marco 52 (coordenadas 640230,5544 E e 6802460,2915 N). A partir deste segue na direção leste até alcançar o Marco 53 (coordenadas 642092,5539 E e 6802433,2046 N) seguindo na direção sudoeste encontra-se o Marco 54 (coordenadas 642033,1617 E e 6802263,0917 N) seguindo na direção sudeste até encontrar o Marco 55 (coordenadas 642107,7859 E e 6802214,5262 N) seguindo na direção sudoeste encontra-se o Marco 56 (coordenadas 641970,1982 E e 6802022,7465 N) seguindo na direção noroeste até encontrar o Marco 57 (coordenadas 641901,9352 E e 6802060,9577 N). A partir deste segue em direção sudoeste até encontrar o Marco 58 (coordenadas 641810,0214 E e 6801883,4471 N) seguindo na direção leste junto a divisa do município encontra-se o Marco 59 (coordenadas 641166,9861 E e 6802218,3042 N) seguindo na direção noroeste até encontrar o Marco 60 (coordenadas 640984,7705 E e 6803440,3247 N). A partir deste segue percorrendo na direção nordeste até o Marco 46 (coordenadas 641033,1091 E e 6803539,4834 N) onde teve início essa descrição.

Art. 5º Os mapas de perímetro integrantes desta Lei, são compostos na escala 1:20.000.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de 180 dias, deverá implantar os marcos regulatórios representados nos mapas em anexo.

Parágrafo Único. Os marcos a serem implementados nos locais definidos deverão ser de concreto com a demarcação correspondente à descrita na presente lei, de modo que propicie a fácil identificação dos mesmos.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Lei Nº. 1483-2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL

LEI nº. 1483-2010

DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DO MUNICIPIO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

### **Lei Nº. 1484-2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL

LEI nº. 1484-2010

DISPÕE SOBRE MOBILIDADE E O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO E DA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

### **Lei Nº. 1485-2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL

LEI nº. 1485-2010

ALTERA O ARTIGO 16 E O INCISO I DO ARTIGO 53 DA LEI Nº. 844 DE 24 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

### **Lei Nº. 1486-2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL

LEI nº. 1486-2010

INSTITUI O NOVO CODIGO DE OBRAS DO MUNICIPIO DE MELEIRO.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

### **Lei Nº. 1487-2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO DE LEI MUNICIPAL

LEI nº. 1487-2010

INSTITUI O NOVO CODIGO DE POSTURAS E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE MELEIRO.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.



**Portaria n.º 386/2010**

PORTARIA n.º 386/2010

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica, RESOLVE:

**D E S I G N A R**

Art. 1.º A Senhorita VIVIANI MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo de enfermeira para exercer suas atividades junto ao SAMU.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e finanças

**Portaria n.º 388/2010**

PORTARIA n.º 388/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, com a Lei nº 1409/2009 e em conformidade com a Lei nº 1349/2009, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A senhora ROSANGELA RAMOS PEREIRA, ocupante do cargo de Secretária de Escola da Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Napole, neste município, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 004/2010.

Meleiro, 30 de Dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria Nº 387/2010**

PORTARIA nº 387/2010

PRORROGA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 206/2009, a licença sem vencimento por

interesse particular, da servidora pública municipal CRISTIANE DE ALMEIDA DAMASCO, ocupante do cargo de Professora até 01 de agosto de 2011, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 033/2010.

Meleiro, 29 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 004/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo n.º 001/2010 (Prorroga prazo de vigência).

Contrato nº. 004/2010

Contratante: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE.

Contratado: SANDRINI & BOTEGA LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE SANEAMENTO COM A FINALIDADE DE EXECUTAR OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL PARA OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL DO SAMAE - SERVIÇOS AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE MELEIRO.

Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 073/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2010 (Prorroga prazo de execução).

Contrato nº. 073/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.

Objeto: CONSTRUÇÃO DE CAIXA D" AGUA CIRCULAR COM CAPACIDADE DE 350.000 LITROS, NA RUA ALBERTO BURIGO (E.T.A), BAIRRO JARDIM ITALIA NO MUNICIPIO DE MELEIRO.

Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Extrato Contratual- Contrato Nº. 001/2009**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo n.º 002/2010 (Prorroga prazo de vigência).

Contrato nº. 001/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENEDIR MANFREDINI

Objeto: Locação de imóvel urbano.

Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Extrato Contratual- Contrato Nº. 028/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo n.º 001/2010 (Prorroga prazo de vigência).  
Contrato nº. 028/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: BAUHAUS SISTEMAS LTDA  
Objeto: Locação de software de gestão pública para o sistema tributário.  
Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Extrato Contratual- Contrato Nº. 069/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 004/2010 (Prorroga prazo de entrega).  
Contrato nº. 069/2010  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO  
Contratado: ANCS INFORMATICA LTDA EPP  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFANCIA) CONSTRUÍDA POR MEIO DE CONVENIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), NO BAIRRO IMIGRANTE, MUNICIPIO DE MELEIRO/SC.  
Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 28/02/2011.  
Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Extrato Contratual- Contrato Nº. 097/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2010 (Prorroga prazo de entrega).  
Contrato nº. 097/2010  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO  
Contratado: ANCS INFORMATICA LTDA EPP  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFANCIA) CONSTRUÍDA POR MEIO DE CONVENIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), NO BAIRRO IMIGRANTE, MUNICIPIO DE MELEIRO/SC.  
Vigência: Início: 01/01/2011 Término: 28/02/2011.  
Data da assinatura: 28 de dezembro de 2010.

**Monte Carlo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Termo Aditivo Nº 03/2010 do Contrato Administrativo de Execução de Serviços Especializados de Engenharia Nº 19/2010.**

TERMO ADITIVO Nº 03/2010 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA Nº 19/2010.

CONTRATANTE:  
O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na SC 456 KM 15 - Centro, Município de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob

o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Antoninho Tibúrcio Gonçalves,

**CONTRATADA:**

A empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.301.350/00001-90, com sede à rua Pedro Gaio, 74, na cidade de Videira-SC, representada neste ato pelo seu Sócio Gerente Sr. Antonio Gonçalves Dias, doravante simplesmente designada contratada

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O Objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato nº 19/2010 em mais 30 dias, ficando o novo prazo final para dia 18/01/2011, conforme solicitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As demais cláusulas, regras e condições permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 19/2010.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 18 de dezembro de 2010.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO FEMAKS CONST. E INCORPORADORA LTDA

Antoninho Tibúrcio Gonçalves Antonio Gonçalves Dias

CONTRATANTE CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

**Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 56/2010**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: ADELIR VALDUGA E CIA LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 1,92 (um real e noventa e dois centavos), pelo item nº 01 (óleo diesel); R\$ 2,44 (dois reais e quarenta e quatro centavos), pelo item nº 02 (gasolina); e, R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos), pelo item nº 03 (álcool), preços unitários por litro - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 57/2010 - Pregão Presencial nº 27/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO. Data da Assinatura: Monte Carlo 28 de dezembro de 2010. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES - Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 57/2010**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 128,33 reais, pelo item nº 04; R\$ 8,27 reais, pelo item nº 05; R\$ 132,84 reais, pelo item nº 06; R\$ 97,58 reais, pelo item nº 07; R\$ 128,38 reais, pelo item nº 08; R\$ 125,89 reais, pelo item nº 09; R\$ 6,02 reais, pelo item nº 10; R\$ 6,17 reais, pelo item nº 11; R\$ 3,30 reais,



pelo item nº 12; R\$ 4,98 reais, pelo item nº 13; R\$ 43,58 reais, pelo item nº 14; R\$ 11,60 reais, pelo item nº 15; e, R\$ 1442,54 reais, pelo item nº 16 - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 57/2010 - Pregão Presencial nº 27/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO. Data da Assinatura: Monte Carlo 28 de dezembro de 2010. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES - Prefeito Municipal

### Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 58/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: VALENTIM PEREIRA EPP. Objeto: Combustíveis, Lubrificantes, fluidos e graxas. ITENS : Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 8,00 reais, pelo item nº 17 - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 57/2010 - Pregão Presencial nº 27/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO. Data da Assinatura: Monte Carlo 28 de dezembro de 2010. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES - Prefeito Municipal

## Paial

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Processo de Licitação 57/2010 - Pregão Presencial 19/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 19/2010.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 57/2010 - Pregão Presencial 19/2010.

Objeto:

Aquisição de combustível (gasolina comum), para veículos e máquinas da Frota Municipal e do Fundo Municipal de Saúde.

Data e hora da Abertura: 13/01/2011 às 14h00min

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 13/01/2011 às 13h45min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 27 de dezembro de 2010

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato do Contrato Nº 058/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 058/2010 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preço nº 009/2010

1.1 Objeto: ITEM I: DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS EM CONCRETO DA RUA ARACIDES N. MENDES COM EXTENSÃO DE 136,08M E ÁREA A PAVIMENTAR DE 590,99M².

ITEM II: RUA ALDA TAVARES MATIAS EXTENSÃO DE 282,00M E ÁREA A PAVIMENTAR DE 2.167,66 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO Contratado: WA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Prazo de vigência: O prazo para execução dos serviços objeto deste Edital será de 03 (três) MESES para o ITEM I, e 04 (quatro) MESES para o ITEM II, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço específica, prorrogável na forma do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 184.128,31 (Cento e oitenta e quatro mil e cento e vinte e oito reais e trinta e um centavos).

Data e assinatura do contrato: 29 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº 1058/2010 - RH

PORTARIA Nº 1058, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alexandra Andréia Trevisan, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1059/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1059, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ana Paula Marcelino Soares, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1060/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1060, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréa Arlete Scheramp, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1061/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1061, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudete de Jesus Alves Pereira Mitzco, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1062/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1062, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleuza Marilene de Fátima Guerellus Araujo, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1063/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1063, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daria Kretski, das funções do cargo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1064/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1064, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

## RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Maria Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1065/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1065, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Emmanuela de Cássia Freitas Schumann, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1066/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1066, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Erica Rogenski de Faria, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - Ensino Fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1067/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1067, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Evelin de Fátima Mousse, das funções do cargo de Professor - Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1068/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1068, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fernanda Regina Caldas, das funções do cargo de Professor - Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1069/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1069, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iraneide Maria dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1070/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1070, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Mara Clei Marschalk

Puff, das funções do cargo de Professor - Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1071/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1071, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Mara Regina de Araújo, das funções do cargo de Professor - Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1072/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1072, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Maria Adriana Nascimento, das funções do cargo de Professor - Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1073/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1073, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marta Bezerra Klambunde, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1074/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1074, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Misleine Wolf, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1075/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1075, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Nelci Schneider, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 1076/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1076, de 21 de dezembro de 2010.



O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Neusa Íris Giacomini Deringer, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1077/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1077, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Noeli Aparecida Van Saez, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1078/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1078, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rita de Cássia do Nascimento Pecharke, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1079/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1079, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silmara Bueno de Camargo, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1080/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1080, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Soeli Andrukiu Koch, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1081/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1081, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Solange Aparecida Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura



**Portaria Nº 1082/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1082, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sueli Taiane Vicentim, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1083/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1083, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Soely Terezinha de Freitas, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1084/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1084, de 21 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Yara Pinto Ferreira, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1085/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1085, de 27 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 27 de dezembro de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2005 a outubro de 2010, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora NOEMI MOREIRA DE CASTILHO BOIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1086/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1086, de 29 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Raquel dos Santos Ferreira, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1087/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1087, de 30 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréa Aparecida Bueno da Silva Kormann, das funções do cargo de Professor 5ª a 8ª série, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1088/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1088, de 30 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ângela Maria Marcelo dos Santos, das funções do cargo de Professor 5ª a 8ª série, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1089/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1089, de 31 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudinei Gelinski, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1090/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1090, de 31 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fernanda Rech Gomes Gregol, das funções do cargo de Médico (Dermatologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1091/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1091, de 31 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ivete Aparecida Lopes, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 1092/2010 - RH**

PORTARIA Nº 1092, de 31 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Samir Alves, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

# Rio do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto nº 1605/10

DECRETO Nº 1.605, de 27 de dezembro de 2010.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA PERTENCENTE A NH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea “i” com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, uma área de terra com 27.128,50m², que consta pertencer a NH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, localizada na Rua Orestes Lenzi,, bairro Santa Galo, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob o nº 25283.

Art.2º - A área declarada de Utilidade Pública no artigo anterior, destina-se a construção da sede da Secretaria de Obras.

Art.3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 27 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Vlrm

### Decreto nº 1606/10

DECRETO Nº 1.606, de 28 de dezembro de 2010

“ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2010.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 127/2010 de 30.11.2010.

Parágrafo Único - A anulação decidida no “caput” deste artigo, se dá em razão de interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vlrm

### Decreto nº 1607/10

DECRETO Nº 1.607, de 28 de dezembro de 2010.

“REGULAMENTA O USO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 5.016, DE 03 DE AGOSTO DE 2010, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e instituída pela Lei 5.016, de 03 de agosto de 2010, será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados:

I - Todos os prestadores de serviço que iniciem suas atividades no Município de Rio do Sul a partir da data de publicação do presente Decreto que se enquadrem nas situações abaixo discriminadas:

a) Pessoas Jurídicas com previsão de faturamento bruto anual igual ou superior a R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);

b) Pessoas Físicas com previsão de faturamento bruto anual igual ou superior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);

c) Os Microempreendedores Individuais com previsão de faturamento bruto anual igual ou superior a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

II - Os prestadores de serviços que já estejam obrigados a utilização da NF-e, conforme estabelecido no Art. 23 do Anexo 11 do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, a partir de 01 de outubro de 2010;

III - Os profissionais liberais a que se refere o artigo 272, I, do Código Tributário Municipal e as sociedades uni-profissionais, a partir de 01 de janeiro de 2011;

IV - Os prestadores de serviços mencionados no Anexo I que se enquadrem nas situações abaixo discriminadas:

a) Pessoas Jurídicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) no ano calendário anterior;

b) Pessoas Físicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) no ano calendário anterior;

c) Os Microempreendedores Individuais que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no ano calendário anterior.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal da Fazenda expedirá ato normativo regulamentando o modelo e a forma de apresentação de documento com previsão de faturamento previsto nas alíneas a, b e c do inciso I deste artigo.

Art. 2º - As empresas obrigadas a emitir a NF-e Mercantil poderão incluir no DANFE as informações relativas a NFS-e, enviando ao Município de Rio do Sul as informações (em arquivo xml) relativas aos serviços e ao Estado o arquivo completo, obedecendo as regras específicas de cada ente para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica e incluindo o número de série das respectivas notas.

Art. 3º - Os créditos gerados pela utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e para fins de abatimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, poderão ser empregados pelo tomador, na seguinte forma:

a) Crédito de 20% (vinte por cento) do ISSQN para as pessoas físicas tomadoras de serviços conforme disposto no inciso I do art. 49;

b) Crédito de 20% (vinte por cento) do ISSQN para o Microempendedor Individual;

c) Crédito de 7% (sete por cento) do ISSQN para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional e para condomínios edifícios residenciais ou comerciais localizados no Município de Rio do Sul.

d) Crédito de 4% (quatro por cento) do ISSQN para as pessoas jurídicas responsáveis pelo pagamento do ISSQN.

Art. 4º - O ISSQN efetivamente recolhido relativo ao ECF poderá ser utilizado como crédito para fins de abatimento do IPTU, nos mesmos percentuais mencionados no artigo anterior, desde que neles conste a identificação do tomador do serviço, com o respectivo CPF ou CNPJ.

Art. 5º - Os tomadores de serviços detentores de créditos para abatimento no IPTU deverão utilizar requerimento padronizado disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul até o dia 15 de dezembro.

Parágrafo Único - Os créditos de ISS de que trata o caput deste artigo, gerados nos exercícios de 2010 e 2011, serão utilizados para abatimento do IPTU do exercício de 2012.

Art. 6º - A obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica, prevista na alínea "b" do inciso I, no inciso III e na alínea "b" do inciso IV, todos dos art. 1º, é extensiva aos prestadores de serviços que recolhem o Imposto Sobre Serviços por importâncias fixas.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revoga-se o Decreto nº 1.382, de 26 de agosto de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal  
28 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal da Fazenda

### **Editais Declaratório Nº 001/2010 e Anexo I**

EDITAL DECLARATÓRIO Nº 001/2010

O Secretário Municipal da Fazenda e o Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 41, § Único, Inciso III da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do artigo 353 da Lei Complementar nº 110/2003;

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do artigo 361 da Lei Complementar nº 110/2003;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 187 da Lei Complementar nº 110/2003, de aplicação analógica neste ato, por este Edital Declaratório,

DECLARAM:

I - Canceladas "ex-offício", as inscrições no Cadastro Mobiliário Municipal dos contribuintes relacionados no Anexo I do presente Edital.

II - Tornar inidôneos, para todos os efeitos fiscais, os documentos impressos em seus nomes e nulos os créditos fiscais neles destacados, a partir da data da publicação deste Edital.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e levado a publicação o presente Edital.

Rio do Sul, 27 de dezembro de 2010.

SANDRO RENATO SOFKA

Diretor Depto de Cadastro Multifinalitário

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC

## **Salto Veloso**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Lei Nº 1.405**

LEI N. 1.405, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO A REALIZAR MELHORAMENTOS EM ESTRADA FORA DOS LIMITES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a promover melhoramentos com máquinas e servidores da Prefeitura, na extensão da Rodovia SC 453, acesso ao Distrito de Hercilópolis, fora dos limites do Município de Salto Veloso, pelo período de até 08 (oito) dias.

Art. 2º. Fica autorizado o Município de Salto Veloso, a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira, para melhor desempenho das atividades previstas na presente Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto N.º 71/2010**

DECRETO N.º 71/2010 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

ATUALIZA VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e o artigo 200 do Código



Tributário Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica instituído o valor da VRF (Valor de Referência Fiscal), no importe de R\$ 125,19 (cento e vinte e cinco reais e dezenove centavos), para o ano de 2010, representado pelo reajuste do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), no montante de 5,79% (cinco inteiros e setenta e nove décimos de cento).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 29 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de dezembro de 2010.

ODIRLEY MEZZALIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Decreto N.º 72/2010**

DECRETO N.º 72/2010, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Fixa taxa de expediente de Serviços Municipais.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 104 da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fixa taxa de expediente para os serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Salto Veloso, que serão taxados com referência no Valor de Referência Fiscal -VRF, fixado pelo Decreto n.º 71/2010, de 29 de Dezembro de 2010, de acordo com a seguinte tabela:

**TABELA DE PREÇOS**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VRF (R\$125,19)	VALOR EM R\$
Expedição de Alvará de Construção	31,20%	39,06
Expedição de Habite-se	22,69%	28,40
Expedição de Histórico Escolar (2ª via)	5,67%	7,10
Expedição de Autorização para Desmembramento de Imóvel	31,20%	39,06

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 007/2009, de 06 de abril de 2009.

Salto Veloso (SC), 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Termo Aditivo 001/2010 Contrato N° 0053/2010**

Extrato de TA 001/2010  
Contrato nº 0053-2010  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: PEDREIRA KLOTZ LTDA  
Objeto: Aquisição de Pedra Brita

Base Legal: Processo Licitatório nº 0053/2010 - TP nº 0002 /2010.  
Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Contrato N° 0078/2010**

Extrato de Termo Aditivo 001/2010  
Contrato nº 0078-2010  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: Marcia M da Silva & Cia LTDA ME  
Objeto: Manutenção Sistema GEDOC.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 002/2010 Contrato N° 0062/2010**

Extrato de Termo Aditivo 002/2010  
Contrato nº 0062/2009  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: Horus Assessoria e Consultoria LTDA  
Objeto: Contratação de empresa de assessoria para reformulação e reestruturação do Departamento de Compras e Licitações do Município de Salto Veloso.  
O CONTRATADO obriga-se, face o presente contrato, a elaborar regulamento para implementação do Sistema de Registro de Preços, nos moldes da Lei Federal n. 10.520/02, bem como, a proceder a capacitação de servidores e reestruturação administrativa do Departamento de Compras e Licitações do Município de Salto Veloso.  
Valor: 3.600,00 (TRES MIL E SEISCENTOS REAIS) mensais  
Vigência: 31/12/10 à 28/10/11.  
Base Legal: Processo Licitatório nº 0044/2009 - TP nº 0007/2009.  
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP N° 0015/2010 - Comercial Automotiva**

Extrato Ta 001/2010  
Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0015/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para veículos desta Prefeitura.  
Vigência: 27/12/10 à 09/04/11.  
Base Legal: Processo Licitatório N° 0022/2010 na Modalidade Licitatória: PP N° 0007/2010  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal



**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0015/2010 - Modelo Pneus**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0015/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: MODELO PNEUS LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para veículos desta Prefeitura.

Vigência: 27/12/10 à 09/04/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0022/2010 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2010

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0027/2010 - Delcir Boesing**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0027/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratada: DELCIR BOESING

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de tubos de concreto

Vigência: 30/12/10 à 28/05/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0039/2010 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0010/2010

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0027/2010 - Elimar Artefatos**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0027/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratada: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de tubos de concreto

Vigência: 30/12/10 à 28/05/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0039/2010 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0010/2010

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0027/2010 - Por do Sol Artefatos**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0027/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratada: POR DO SOL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de tubos de concreto

Vigência: 30/12/10 à 28/05/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0039/2010 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0010/2010

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 003/2009 - Altermed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 003/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: ALTERMED - MAT. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0048/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 003/2009 - Angeomed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 003/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: ANGEOMED - COM. PROD. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0048/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 003/2009 - Centermed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 003/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: CENTERMEDI - COM. PROD. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0048/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 003/2009 - Diprolmed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 003/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: DIPROLMED - MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0048/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 003/2009 - Metromed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 003/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: METROMED - MEDICAMENTOS E MAT. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0048/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0007/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0034/2010**

Extrato de TA 001/2010

Ata SRP nº 0034/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: Auto Posto Farenzena LTDA

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Combustíveis

Vigência: 30/12/10 à 02/07/11.

Base Legal: Processo Licitatório 0052/2010

Modalidade Licitatória: PP 0013/2010.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0034/2010 - Mime Dist.**

Extrato de TA 001/2010

Ata SRP nº 0034/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: Mime Distribuidora de Petróleo LTDA

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Combustíveis

Vigência: 30/12/10 à 02/07/11

Base Legal: Processo Licitatório 0052/2010

Modalidade Licitatória: PP 0013/2010.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 004/2009 - Altermed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 004/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: ALTERMED - MAT. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Material medico hospitalar para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0055/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 0008/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 004/2009 - Metromed**

Extrato TA 001/2010

Ata de Sistema de Registro de Preços 004/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: METROMED - MEDICAMENTOS E MAT. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde deste Município.

Vigência: 30/12/10 à 15/02/11.

Base Legal: Processo Licitatório Nº 0055/2009 na

Modalidade Licitatória: PP Nº 008/2009.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0045/2010 - Comavel**

Extrato de TA 001/2010

Ata SRP nº 0045/2010

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: COMAVEL COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais diversos de construção

Vigência: 30/12/10 à 29/10/11.

Base Legal: Processo licitatório 0076/2010

Modalidade Licitatória: PP 0016/2010.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0045/2010 - de Bortoli**

Extrato TA 001/2010  
Ata SRP nº 0045/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: DE BORTOLI COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais diversos de construção  
Vigência: 30/12/10 à 29/10/11.  
Base Legal: Processo licitatório 0076/2010  
Modalidade Licitatória: PP 0016/2010.  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0045/2010 - Salto Mat. de Const.**

Extrato TA 001/2010  
Ata SRP nº 0045/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: SALTO MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais diversos de construção  
Vigência: 30/12/10 à 29/10/11.  
Base Legal: Processo licitatório 0076/2010  
Modalidade Licitatória: PP 0016/2010.  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0056/2010 - Dicave**

Extrato TA 001/2010  
Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0056/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratada: Dicave Gartner Dist. Catarinense De Veiculos Ltda  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de caminhão novo  
Vigência: 30/12/10 à 15/12/11.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0080/2010 na  
Modalidade Licitatória: PP Nº 0017/2010  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 0056/2010 - Florkar**

Extrato TA 001/2010  
Ata de Sistema de Registro de Preços nº 0056/2010  
PREFEITURA DE SALTO VELOSO  
Contratada: Florkar Maq. E Equip. Ltda  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Distribuidor de adubo orgânico acoplado.  
Vigência: 30/12/10 à 28/05/11.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0080/2010 na  
Modalidade Licitatória: PP Nº 0017/2010  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações

posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 006/2010 - Frutaria Ansiliero**

Extrato TA 002/2010  
Ata de Sistema de Registro de Preços 0006/2010  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: Frutaria e Mercaria Ansiliero LTDA ME  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Merenda Escolar  
Vigência: 30/12/10 à 30/03/11.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0010/2010 na  
Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2010.  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 001/2010 Ata SRP Nº 006/2010 - Padaria Novo Pão**

Extrato TA 001/2010  
Ata de Sistema de Registro de Preços 0006/2010  
Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC  
Contratada: Padaria Novo Pão- Olivio Mergener ME  
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Merenda Escolar  
Vigência: 30/12/10 à 30/03/11.  
Base Legal: Processo Licitatório Nº 0010/2010 na  
Modalidade Licitatória: PP Nº 0001/2010.  
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e 123/06 com suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 30 de dezembro de 2010.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº 4.152, de 30 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 4.152, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotações, no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações no orçamento programa, no valor de R\$ 32.964,65 (trinta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019	187
Aplicação Direta 11.268,93	
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	123
Aplicação Direta 10.000,00	
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	112
Aplicação Direta 11.695,72	

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018	124
Aplicação Direta 11.268,93	
08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	126
Aplicação Direta 10.000,00	
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001	111
Aplicação Direta 10.855,48	
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	115
Aplicação Direta 840,24	

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.153, de 30 de Dezembro de 2010.** DECRETO Nº 4.153, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	123
Aplicação Direta 49.800,00	
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	118
Aplicação Direta 30.200,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de dezembro de 2010.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Decreto Nº528/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº528/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

#### **DECRETA:**

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

#### **04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.04-2.006 -Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 892,00

#### **Anula:**

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 892,00  
Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 892,00

#### **07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERV. PUBLICOS**

07.01.15.452.22-2.017 -Func. e Manutenção da Coord de Serv. Públicos R\$ 12,00

#### **Anula:**

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12,00

#### **Suplementa:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº529/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº529/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º



da Lei nº 558/09:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.301,00 (nove mil trezentos e um reais) por conta do excesso de Arrecadação do FUNDEB nas dotações abaixo identificadas:

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.365.04.2.008 - Func. e Manut. do Ensino Infantil R\$ 5.930,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 1.670,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 4.260,00

04.01.12.361.04.2.006 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental R\$ 3.371,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 862,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 2.509,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 29 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

## Turvo

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto 109/2010**

DECRETO NO 109/10, de 29 de dezembro de 2010.

ATUALIZA VALOR VENAL DE IMOVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 11, § 2º da Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal).

**DECRETA**

Art. 1º. O valor venal dos imóveis para o exercício de 2011, serão atualizados com base na variação do Índice Geral de Preços Médios - IGPM, do período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 29 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Videira

### PREFEITURA MUNICIPAL

**PR 06/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 06/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL PARA PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DOS EDITAIS ORIUNDOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 18 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 29 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PR 07/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 07/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA E REGIONAL, PARA PUBLICAÇÃO SEMANAL DOS EDITAIS COM AS NOTIFICAÇÕES DAS AUTUAÇÕES POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 18 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 29 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PR 08/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR E Gabinete do PREFEITO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está



disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.  
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 29 de Dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Aditivo nº 0342/2010**

Aditivo nº: 0342/2010  
Contrato/Ata nº: CT 33/2008  
Licitação: Pregão Presencial nº 11/2008-FMS  
Contratada: SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços na especialidade de pediatria e ginecologia por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01/01/2011 a 31/03/2011 ou até a homologação de novo processo licitatório.  
Valor: R\$ 12.001,08 (doze mil e um reais e oito centavos)  
Data: 29/12/2010

#### **Extrato do Aditivo nº 0343/2010**

Aditivo nº: 0343/2010  
Contrato/Ata nº: CT 258/2009  
Licitação: Pregão Presencial nº 49/2009-FMS  
Contratada: SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato na especialidade de ginecologia para atendimento no PAM - Posto de Assistência Médica e Posto de Saúde do Bairro de Carli por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01/01/2011 a 31/03/2011 ou até a homologação de novo processo licitatório.  
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)  
Data: 29/12/2010

#### **Extrato do Aditivo nº 0344/2010**

Aditivo nº: 0344/2010  
Contrato/Ata nº: CT 40/2006  
Licitação: Pregão Presencial nº 04/2006-FMS  
Contratada: SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para prestação de serviços de bioquímicos, odontologia, pediatria, ginecologia/obstetrícia e pediatria por mais 30 dias, de 01/01/2011 a 31/01/2011 ou até a homologação de nova licitação conforme solicitação da Secretaria de Saúde.  
Valor: R\$ 70.018,29 (setenta mil e dezoito reais e vinte e nove centavos)  
Data: 29/12/2010

## **Consórcios**

### **CINCO**

#### **Extrato de Contrato Por Prazo Determinado n. 0001/2010**

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0001/2010

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO  
CONTRATADO: Diogo da Cruz Rauber  
OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, para função pública de Operador de Máquina, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das

Leis do Trabalho.

VIGÊNCIA: 90(noventa) dias, iniciando em 22 de novembro de 2010 e encerrando em 21 de janeiro de 2011, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 46, do Protocolo de Intenções. PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público.

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

**Balancetes Contábeis Mensais**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 1/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	310.000,00D	0,00	0,00	310.000,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	310.000,00D	0,00	0,00	310.000,00D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.1.1		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 2/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	310.000,00C	0,00	0,00	310.000,00C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	310.000,00C	0,00	0,00	310.000,00C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 3/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 4/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00



**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 5/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 6/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Página: 7/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
			TOTAL:	0,00	0,00	

Fraiburgo, 29/12/2010

---

Nelmar Pinz  
Presidente

---

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

---

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	310.000,00	0,00	310.000,00	310.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	0,00	310.000,00	0,00	310.000,00	310.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO	0,00	155.000,00	0,00	155.000,00	0,00
	0,00	465.000,00	0,00	465.000,00	310.000,00
PASSIVO COMPENSADO	0,00	155.000,00	0,00	155.000,00	0,00
	0,00	465.000,00	0,00	465.000,00	310.000,00
Totais	0,00	465.000,00	0,00	465.000,00	310.000,00
	0,00	465.000,00	0,00	465.000,00	310.000,00

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Saldos anteriores	0,00	Saldos atuais	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	0,00	Total	0,00

Fraiburgo, 29/12/2010

---

Nelmar Pinz  
Presidente

---

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

---

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7



**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Outubro

Página 1 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	Consórcio Público	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00
01.01.0	Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00
01.01.04	Administração	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
01.01.04.122	Administração Geral	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.15	Urbanismo	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	800,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.20	Agricultura	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
01.01.20.606	Extensão Rural	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Outubro

Página 2 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	Consórcio Público	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00
01.01.0	Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00
01.01.20	Agricultura	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
01.01.20.606	Extensão Rural	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.02.0	Encargos Gerais do CINCO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28	Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.0	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Outubro

Página 3 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.0	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Total por Entidade :		155.000,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	155.000,00
Total Geral :		155.000,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	155.000,00

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
 Nelmar Pinz  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 Elói Ronnau  
 Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
 Moisés Amadeu Patrício  
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	155.000,00	0,00	0,00	155.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	200,00	0,00	0,00	200,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualqu	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Víncu	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recu	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Nãc	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos	50,00	0,00	0,00	50,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	53.750,00	0,00	0,00	53.750,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	53.550,00	0,00	0,00	53.550,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	53.550,00	0,00	0,00	53.550,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	46.235,00	0,00	0,00	46.235,00
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	46.235,00	0,00	0,00	46.235,00
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas - I	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.05.01.03.44	Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos sociais	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	0,00	160,00
Totais Gerais :		155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00

Fraiburgo, 29/12/2010

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7



**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Outubro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receita Extra Orçamentária	Recurso 0,00	0,00
Total Geral :		0,00 0,00

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 1/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	310.000,00D	524,84	524,84	310.000,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	310.000,00D	524,84	524,84	310.000,00D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.1.1		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	0,00	524,84	524,84	0,00
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	524,84	524,84	0,00
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	524,84	524,84	0,00
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	0,00	524,84	524,84	0,00
1.9.3.2.9.02.00.01 (571)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	0,00	0,00	492,55	492,55C
1.9.3.2.9.02.00.02 (572)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETII	0,00	492,55	32,29	460,26D
1.9.3.2.9.02.00.03 (573)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	0,00	32,29	0,00	32,29D

## Santa Catarina

## CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 2/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	310.000,00C	9.754,65	10.247,20	310.492,55C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	0,00	32,29	524,84	492,55C
2.1.1		DEPÓSITOS	0,00	0,00	32,29	32,29C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	32,29	32,29C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	32,29	32,29C
2.1.1.1.1.02		INSS	0,00	0,00	32,29	32,29C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	32,29	32,29C
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	0,00	32,29	492,55	460,26C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	32,29	492,55	460,26C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	32,29	403,74	371,45C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	32,29	403,74	371,45C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	88,81	88,81C
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	0,00	88,81	88,81C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	88,81	88,81C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	310.000,00C	9.722,36	9.722,36	310.000,00C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	155.000,00C	0,00	0,00	155.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	155.000,00D	0,00	0,00	155.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	155.000,00C	9.722,36	9.722,36	155.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	155.000,00C	9.722,36	9.722,36	155.000,00C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	155.000,00C	9.229,81	0,00	145.770,19C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	0,00	492,55	9.722,36	9.229,81C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	492,55	9.229,81	8.737,26C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	0,00	0,00	492,55	492,55C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	0,00	492,55	492,55C

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 3/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	0,00	492,55	0,00	492,55D
3.3		DESPESAS CORRENTES	0,00	492,55	0,00	492,55D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	492,55	0,00	492,55D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	0,00	492,55	0,00	492,55D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	0,00	403,74	0,00	403,74D
3.3.1.9.0.01.01 (6246)	F	Proventos - Pessoal Civil	0,00	403,74	0,00	403,74D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	0,00	88,81	0,00	88,81D
3.3.1.9.0.13.02 (6290)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	0,00	88,81	0,00	88,81D

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 4/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00



**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 5/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 6/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**  
Balancete de Verificação - 2010

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

Página: 7/7

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
			TOTAL:	10.772,04	10.772,04	

Fraiburgo, 29/12/2010

---

Nelmar Pinz  
Presidente

---

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

---

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Novembro

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	310.000,00	524,84	310.524,84	310.000,00
	0,00	0,00	524,84	524,84	0,00
ATIVO COMPENSADO	0,00	310.000,00	524,84	310.524,84	310.000,00
	0,00	0,00	524,84	524,84	0,00
PASSIVO	0,00	155.000,00	9.754,65	164.754,65	0,00
	0,00	465.000,00	10.247,20	475.247,20	310.492,55
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00	32,29	32,29	0,00
	0,00	0,00	524,84	524,84	492,55
PASSIVO COMPENSADO	0,00	155.000,00	9.722,36	164.722,36	0,00
	0,00	465.000,00	9.722,36	474.722,36	310.000,00
DESPESA	0,00	0,00	492,55	492,55	492,55
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	985,10	985,10	985,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	465.000,00	10.772,04	475.772,04	310.492,55
	0,00	465.000,00	10.772,04	475.772,04	310.492,55

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
 Nelmar Pinz  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 Elói Ronnau  
 Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
 Moisés Amadeu Patrício  
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	492,55
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	492,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	492,55
Receita Extra - Orçamentária	524,84	Despesa Extra - Orçamentária	32,29
DEPÓSITOS	32,29	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	32,29
CONSIGNAÇÕES	32,29	OBRIGAÇÕES A PAGAR	32,29
PREVIDÊNCIA SOCIAL	32,29	PESSOAL A PAGAR	32,29
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	492,55		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	492,55		
PESSOAL A PAGAR	403,74		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	88,81		
Saldos anteriores	0,00	Saldos atuais	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	524,84	Total	524,84

Fraiburgo, 29/12/2010

---

Nelmar Pinz  
Presidente

---

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

---

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7



**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Novembro

Página 1 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	Consórcio Público	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00	9.229,81	9.229,81	143.770,19
01.01.0	Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00	9.229,81	9.229,81	138.770,19
01.01.04	Administração	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
01.01.04.122	Administração Geral	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.15	Urbanismo	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	800,00
3.3.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.20	Agricultura	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
01.01.20.606	Extensão Rural	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	9.229,81	9.229,81	57.770,19
3.1.90.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Novembro

Página 2 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	Consórcio Público	153.000,00	0,00	0,00	153.000,00	9.229,81	9.229,81	143.770,19
01.01.0	Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	0,00	148.000,00	9.229,81	9.229,81	138.770,19
01.01.20	Agricultura	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
01.01.20.606	Extensão Rural	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00	9.229,81	9.229,81	77.770,19
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	9.229,81	9.229,81	57.770,19
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	492,55	492,55	6.507,45
3.1.90.01.00.00.00.00.1300	Aposentadorias e Reformas					403,74	403,74	
3.1.90.01.01.00.00.00.1300	Proventos - Pessoal Civil					403,74	403,74	
3.1.90.13.00.00.00.00.1300	Obrigacoes Patronais					88,81	88,81	
3.1.90.13.02.00.00.00.1300	Contribuições Previdenciárias - INSS					88,81	88,81	
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	8.737,26	8.737,26	9.262,74
3.3.90.30.00.00.00.00.1300	Material de Consumo					4.937,26	4.937,26	
3.3.90.30.03.00.00.00.1300	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades					4.937,26	4.937,26	
3.3.90.39.00.00.00.00.1300	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					3.800,00	3.800,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.1300	Fornecimento de Alimentação					260,00	260,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.1300	Hospedagens					1.040,00	1.040,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1300	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					2.500,00	2.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.02.0	Encargos Gerais do CINCO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28	Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Período: Novembro

Página 3 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.0	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Total por Entidade :		155.000,00	0,00	0,00	155.000,00	9.229,81	9.229,81	145.770,19
Total Geral :		155.000,00	0,00	0,00	155.000,00	9.229,81	9.229,81	145.770,19

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
 Nelmar Pinz  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 Elói Ronnau  
 Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
 Moisés Amadeu Patrício  
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	155.000,00	0,00	0,00	155.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	200,00	0,00	0,00	200,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualqu	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	100,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Víncu	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recu	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Nãc	50,00	0,00	0,00	50,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos	50,00	0,00	0,00	50,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	53.750,00	0,00	0,00	53.750,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	100,00	0,00	0,00	100,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	53.550,00	0,00	0,00	53.550,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	53.550,00	0,00	0,00	53.550,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	100.950,00	0,00	0,00	100.950,00
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	46.235,00	0,00	0,00	46.235,00
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	46.235,00	0,00	0,00	46.235,00
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas - I	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.05.01.03.44	Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	800,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	0,00	228,00
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	152,00	0,00	0,00	0,00	152,00
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos sociais	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	160,00	0,00	0,00	0,00	160,00
Totais Gerais :		155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00

Fraiburgo, 29/12/2010

Nelmar Pinz  
Presidente

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7



**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Novembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
<b>Receita Extra Orçamentária</b>		Recurso	
		32,29	32,29
9337	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	32,29
		32,29	32,29
<b>Total Geral :</b>		<b>32,29</b>	<b>32,29</b>

Fraiburgo, 29/12/2010

\_\_\_\_\_  
Nelmar Pinz  
Presidente\_\_\_\_\_  
Elói Ronnau  
Diretor Executivo\_\_\_\_\_  
Moisés Amadeu Patrício  
Contador CRC/SC nº 018341/O7